

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

TESE

**REFLEXÕES A RESPEITO DOS ESTUDOS
ACADÊMICOS SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS
RURAIS DO PRÉ-1964**

ANGÉLICA MASSUQUETTI

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**REFLEXÕES A RESPEITO DOS ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS
CONFLITOS SOCIAIS RURAIS DO PRÉ-1964**

ANGÉLICA MASSUQUETTI

Sob a Orientação da Professora
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

2008

Massuquetti, Angélica, 1972-

Reflexões a respeito dos estudos acadêmicos sobre os conflitos sociais rurais do pré-1964/Angélica Massuquetti. – 2008.

146 f.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros

Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 130-146.

1. Conflitos Sociais no Campo – Brasil – Teses. 2. Paradigmas – Brasil – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Reflexões a respeito dos estudos acadêmicos sobre os conflitos sociais rurais do pré-1964.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

ANGÉLICA MASSUQUETTI

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau **Doutor** em Ciências.

TESE APROVADA EM 27/02/2008

Leonilde Servolo de Medeiros. Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Regina Ângela Landim Bruno. Dra. UFRRJ

Raimundo Nonato dos Santos. Dr. UFRRJ

Delma Pessanha Neves. Dra. UFF

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante. Dra. UNIARA

*Nesta cidade do Rio [Paris, Porto Alegre]
De dois milhões de habitantes
Estou sozinho no quarto
Estou sozinho na América.*

(A Bruxa, Carlos Drummond de Andrade)

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional; à minha orientadora, Leonilde Servolo de Medeiros, por me ensinar a importância da reflexividade em relação à minha própria formação e pelo ensino, apoio e compreensão durante a orientação e o Curso; ao professor Raimundo Santos, meu amigo, pelos livros, pelas horas de conversa e, principalmente, por ter me apresentado Francisco Julião; à professora Regina Bruno, por me ensinar a Sociologia de Émile Durkheim; ao professor Roberto José Moreira, por ter possibilitado a realização de um sonho antigo (desde 1989): discutir o conceito de alienação; e ao Carlos Mink e à dona Helena Mink, por serem a minha família no Rio de Janeiro.

Esta tese teve o apoio da CAPES por meio de uma bolsa de estudos e também pelo Programa de Doutorado no Brasil com Estágio no Exterior - PDEE, realizado no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC) – École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris-França.

Para a nossa nova vida, que vem ocupar um lugar para ela reservada há muito tempo.

RESUMO

MASSUQUETTI, Angélica. **Reflexões a respeito dos estudos acadêmicos sobre os conflitos sociais rurais do pré-1964**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. 146p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Esta tese examina a produção do conhecimento elaborada no âmbito dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, a partir dos anos setenta, a respeito dos conflitos sociais rurais brasileiros ocorridos no pré-1964. Os objetivos desta pesquisa são a identificação dos principais temas, das questões que a literatura apresentou e dos paradigmas explicativos empregados e como foram utilizados nas pesquisas sobre os conflitos sociais no campo no Brasil realizadas pelas Ciências Sociais. A indagação que entremeia esta investigação diz respeito aos múltiplos olhares estabelecidos pelos cientistas sociais brasileiros na análise destes conflitos ao longo do tempo. O exame desta produção do conhecimento revela a construção de novas categorias na investigação dos conflitos sociais no campo, bem como a percepção de outros elementos, não exclusivamente determinados pelas transformações capitalistas, como condição para a emergência destes conflitos.

Palavras-chave: camponês, conflitos sociais rurais, produção do conhecimento.

ABSTRACT

MASSUQUETTI, Angélica. **Reflections on academic studies about Brazilian rural social conflicts before 1964**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. 146p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

This thesis examines the process of knowledge production within Social Sciences Post-Graduate courses from the 1970s regarding Brazilian rural social conflicts occurred before 1964. The aims of this thesis are to identify the main issues and questions proposed by the literature, and to discuss the paradigms employed to research social conflicts on rural areas in Brazil undertaken by Social Sciences and how they were used to comprehend those conflicts. The question behind this investigation is related to the multiple views established by Brazilian social scientists analyzing those conflicts throughout time. The examination of this knowledge production reveals the construction of news categories to investigate rural social conflicts and the perception of other elements, not exclusively determined by capitalist transformations, as a condition for the emergence of those conflicts.

Key-Words: peasant, rural social conflicts, knowledge production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E A REFLEXÃO ACADÊMICA SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS	12
1.1 A constituição do campo acadêmico	12
1.2 As influências teóricas e as problemáticas	16
1.3 O rural como objeto de estudo	31
2 OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS INTERPRETADOS À LUZ DO DEBATE SOBRE A NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	42
2.1 A natureza das relações de produção no meio rural	46
2.2 O debate em torno das classes no campo	59
2.3 A organização política dos camponeses.....	67
2.4 A relação entre o Estado e os movimentos camponeses	78
3 OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS INTERPRETADOS À LUZ DA DIMENSÃO CULTURAL DA AÇÃO POLÍTICA	83
3.1 A dimensão cultural da ação política do campesinato	85
3.2 A constituição da identidade social e política no campo.....	90
3.3 O papel das lideranças e a disputa pela representação política do campesinato	104
CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais brasileiros têm realizado esforços para sistematizar e avaliar a produção acadêmica das Ciências Sociais no Brasil. É o caso, por exemplo, dos estudos organizados por Miceli (1999, 2002). Estas pesquisas expressam uma elevação do nível de reflexividade do próprio pensamento social em termos metodológicos e de implicação com o objeto. A reflexividade é aqui compreendida em oposição aos simples atos de percepção, como uma análise de um determinado objeto ou um voltar-se sobre algo, ou seja, uma “[...] capacidade tipicamente humana de monitorar a própria conduta e de voltar-se sobre seus próprios produtos e repensá-los, com maior ou menor profundidade” (DOMINGUES, 2001, p. 156).

A ciência torna-se reflexiva, de acordo com Santos (1989, p. 78), “[...] sempre que a relação normal sujeito-objeto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio, enquanto sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro”. Considerando as especificidades das Ciências Sociais e, principalmente, da Sociologia, Ianni (1989, 1990) já havia ressaltado que estas são ciências que incessantemente questionam-se ao longo do seu desenvolvimento e de sua transformação.

Segundo Bourdieu (1982), esta atividade reflexiva permite compreender as categorias que envolvem, delimitam e dirigem o pensamento, contribuindo para a percepção dos critérios de classificação que são operados e como são produzidos no decorrer da história. Bourdieu (1997a) também indica que é preciso interrogar a relação entre a produção e as condições de produção das idéias, já que as idéias e as obras estão intimamente ligadas às suas circunstâncias de produção. Um dos questionamentos elaborados por Bourdieu (2001b, p. 10) – “Comment est-il possible qu’une activité historique, inscrite dans l’histoire, comme l’activité scientifique, produise des vérités transhistoriques, indépendantes de l’histoire, détachées de tous liens et avec le lieu et le moment, donc valables éternellement et universellement?” – permite supor que esta atividade é a expressão do momento histórico vivido por uma sociedade, ou seja, o modo de pensar o mundo num determinado momento. O trabalho sociológico envolve uma reflexão epistemológica indispensável, principalmente, quando as investigações têm por objeto o seu próprio campo de acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999).

Entre as análises efetuadas para avaliar a produção acadêmica das Ciências Sociais, as que interessam a esta pesquisa são aquelas que tiveram como objeto a produção do conhecimento voltada para diversos aspectos do rural no Brasil, como foram os estudos de Palmeira (1971), Gnaccarini e Moura (1983), Santos (1988, 1991) e Sigaud (1992). Esta tese pretende seguir nesta direção e tomar parte neste movimento de reflexão a respeito da produção do conhecimento destas ciências. O objeto de estudo escolhido foi a produção acadêmica a respeito dos conflitos sociais ocorridos no meio rural brasileiro. Estudá-los significava não só entender a discussão teórica que marcava o debate, mas um esforço para entender como eram percebidas as perspectivas de transformação do país. A análise destes estudos implica pensar a constituição do espaço de produção de conhecimento, ou seja, o momento histórico, social, político e econômico do país durante a construção do pensamento acadêmico brasileiro.

Em relação à implantação dos cursos brasileiros de pós-graduação em Ciências Sociais nos anos sessenta, de acordo com Reis, Reis e Velho (1997), houve a influência do contexto de afirmação de construção de uma ciência rigorosa da sociedade. Este era um momento de intenso intercâmbio internacional, com a afluência de estudantes brasileiros aos programas de pós-graduação europeus e americanos, além da busca de incorporação, nos cursos de pós-graduação do país, do requinte teórico e metodológico dos centros estrangeiros de desenvolvimento das Ciências Sociais. Assim, é possível afirmar que o campo acadêmico brasileiro possuiu, desde a sua institucionalização, uma profunda relação com o internacional, demonstrada através da rede de relações constituída, difundindo influências teóricas responsáveis pela própria constituição/evolução das Ciências Sociais no país e permitindo a formação dos cientistas sociais brasileiros, principalmente na pós-graduação no Brasil e no exterior. Mas também era um esforço de construir uma abordagem própria para os fenômenos que ocorriam na sociedade brasileira.

A partir de 1964, houve uma constante vigilância do Governo Militar sobre as universidades – com uma estrutura de observação atenta maior em algumas instituições do que em outras – na tentativa de tolher o olhar crítico dos cientistas acerca da sociedade brasileira. Mesmo com esta estrutura opressiva, existia uma resistência dos cientistas através da leitura e da produção de artigos e de livros e da pesquisa, além da própria impossibilidade de controle de todas as investigações que eram realizadas.

Apesar do afastamento de professores que eram considerados referências no campo acadêmico, o esforço de equipes de docentes, como ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), foi importante no desenvolvimento de investigações sobre diversos temas, mesmo aqueles considerados tabus num período de ditadura militar. O estudo de Arruda (1994, p. 322) a respeito da trajetória da pesquisa na Sociologia da USP é esclarecedor no aspecto do controle político sobre o campo acadêmico neste período:

A continuidade desse processo intelectual e acadêmico ficou comprometida, pelos efeitos que o AI-5 provocou na vida universitária e intelectual brasileira. O afastamento arbitrário de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni implicou a perda de certas direções da pesquisa e, além do mais, amordaçou o desenvolvimento das reflexões que exigem, para vicejar, liberdade irrestrita de pensamento.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ), criado em 1968, surgiu neste período de restrição das liberdades individuais. No entanto, segundo Neiburg (2002), este “contexto autoritário permitiu e até mesmo favoreceu a profissionalização” das Ciências Sociais brasileiras. Em relação à Antropologia, o autor afirmou que

A origem social dos fundadores da antropologia acadêmica brasileira e o capital social por eles acumulado estão na base de sua capacidade específica para lançar mão de uma série de recursos de maneira relativamente harmoniosa e bem-sucedida. Por um lado, a proximidade com o Estado (e com indivíduos do Estado, independentemente da orientação política dos governos) favoreceu a manutenção de canais permanentes de fluxo de recursos, apesar da clara atitude de oposição aos governos autoritários. Por outro, uma forte integração com redes internacionais possibilitou tanto o ingresso de recursos como a legitimação acadêmica (NEIBURG, 2002, p. 170-171).

Não obstante o controle sobre a produção acadêmica, a Reforma Universitária de 1968¹ revelou a intenção de transformar o espaço das Ciências Sociais no campo acadêmico nacional, a partir de uma nova estrutura do ensino em Departamentos de Pesquisa e Ensino e, conseqüentemente, de uma especialização dos pesquisadores em temas de investigação, como observou Liedke Filho (2005, p. 397-398):

¹ A Reforma Universitária foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1968, sendo complementada no ano seguinte por “normas complementares”.

A Reforma Universitária de 1969, introduzindo o sistema departamental e as novas regras e requerimentos para a carreira universitária (incluindo a formação em nível de pós-graduação), assim como o novo formato dos programas de pós-graduação, influenciou decisivamente no formato das atividades de pós-graduação e na demanda crescente pelas mesmas.

Era um novo contexto de produção acadêmica no país, ou seja, a nova estrutura universitária incentivava a especialização dos pesquisadores brasileiros em temas específicos e atrelados às áreas de pesquisa dos programas de pós-graduação. A pesquisa estava relacionada também com o trânsito dos acadêmicos brasileiros e estrangeiros, mesmo num período de ditadura militar.

O desenvolvimento dos programas de pós-graduação foi sustentado por uma estratégia de planejamento proposta pelo Estado, através das suas agências de financiamento, buscando atuar sobre a qualidade do ensino e da pesquisa no país desde os anos setenta. As agências de financiamento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que passaram a atuar mais ativamente nesta área a partir de meados dos anos setenta, e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 1962, tiveram um papel significativo no processo de aumento do número de pesquisadores e de estudos nas diferentes áreas por meio do fornecimento de recursos para pesquisa. Além destas instituições, a Fundação Ford, que iniciou suas atividades junto às Ciências Sociais em 1966 e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que começou a realizar suas operações de financiamento das Ciências Sociais em 1974, também são exemplos de agências de fomento do ensino e da pesquisa no país.

A pesquisa, integrada ao ensino, contribuía para a formação de professores e de pesquisadores por meio da capacitação do corpo docente das instituições de ensino superior públicas e privadas. O processo de integração entre os sistemas de ensino e de pesquisa refletia o interesse pela constante avaliação e qualificação destas áreas. A este respeito, Barreto (2006) assinalou que as inúmeras ações propostas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação (IPNPG 1975-1979, IIPNPG 1982-1985 e IIIPNPG 1986-1989) tinham o intuito de desenvolver a pós-graduação e o ensino superior, podendo ser resumidas abaixo de acordo com Barreto (2006, p. 159):

São indicadores importantes desse desenvolvimento:

- Integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em inúmeras instituições;
- Aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior, através de programas direcionados para essa finalidade;
- Construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que tem contribuído para a qualificação e multiplicação do corpo docente e de pesquisadores;
- Estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação;
- Participação sistemática de representantes da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação;
- Implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas realizado por meio de julgamento de pares;
- Integração do ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos;
- Fortalecimento da iniciação científica;
- Criação de um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses;
- Articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional.

O resultado dessa estrutura acadêmica tem permitido a ampliação significativa da comunidade científica nacional e um expressivo crescimento de sua produção intelectual.

A pós-graduação nacional tem exercido ainda um papel dinamizador na ampliação e renovação de campos específicos do saber.

É possível afirmar que a construção institucional de um conjunto de elementos no espaço acadêmico – como os cursos de pós-graduação, os projetos de pesquisa, os eventos científicos, as associações científicas, a produção do conhecimento etc. – foi possibilitada pelos recursos do Estado e de instituições privadas. Desta forma, as universidades e as agências de financiamento criaram as condições sociais e materiais que permitiram a evolução do campo acadêmico brasileiro, como indicou Sigaud (1992). Os centros de produção do conhecimento tornaram-se responsáveis pela implementação de dinâmicas científicas que conseguiram gerar a reprodução de investigadores e de investigações articuladas por diferentes objetos e por diferentes perspectivas teórico-metodológicas. O resultado deste processo, de acordo com Figueiredo (1988, p. 41), foi a “[...] constituição de uma comunidade de cientistas sociais com méritos reconhecidos internacionalmente”.

A produção do conhecimento sobre o rural foi viabilizada pela expansão e pela consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, como identificou Sigaud (1992). As investigações a respeito deste tema concentraram-se nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais no país, mas também se desenvolveram em instituições de pós-graduação no exterior, onde os cientistas sociais brasileiros buscaram complementar a sua formação. Estes centros de produção científica no Brasil tornaram-se responsáveis pela implementação de dinâmicas científicas próprias que conseguiram gerar a reprodução de investigadores e de investigações em torno deste mesmo objeto. A respeito dos estudos sobre os conflitos sociais, Santos (1991) indicou que eles enquadraram-se num dos principais eixos temáticos de investigação desenvolvidos no Brasil, no âmbito das Ciências Sociais, a partir do final dos anos setenta. Estes estudos foram elaborados no campo acadêmico a partir das matrizes explicativas disponíveis e foram operacionalizados pelos cientistas sociais em diferentes momentos.

A análise da leitura dos cientistas sociais brasileiros a respeito dos conflitos sociais no campo revela, ao longo do desenvolvimento das próprias Ciências Sociais no país, uma multiplicidade de olhares. O processo de construção deste objeto de estudo e a utilização de determinadas matrizes explicativas, aplicadas para a compreensão destes conflitos sociais, no decorrer do tempo, mostraram que o campo acadêmico está em contínua transformação. Ao contrário das Ciências Exatas, todavia, de acordo com Alexander (1999), as revoluções paradigmáticas não são o caminho percorrido pelas Ciências Sociais, conforme se observa no trecho abaixo:

A proporção entre modelos e clássicos revela-se bem diferente na ciência social porque, em sua aplicação social, a ciência provoca muito mais discordância. Uma vez que há ampla e persistente discordância, os postulados básicos mais gerais, que permanecem implícitos e relativamente invisíveis na ciência natural, entram aqui ostensivamente em cena. As condições que Kuhn define para a crise paradigmática nas ciências naturais são rotineiras nas ciências sociais. Não estou afirmando a inexistência de um conhecimento “objetivo” nas ciências sociais, nem mesmo a impossibilidade de predições acertadas e leis explicativas. Pra mim é possível adquirir conhecimento cumulativo autêntico sobre o mundo a partir de pontos de vista diferentes e opostos – e mesmo sustentar leis explicativas relativamente antecipatórias a partir de orientações gerais que difiram em substância. Afirmo apenas que as condições da ciência social tornam altamente improvável o consenso sobre a natureza exata do conhecimento empírico – para falar do consenso sobre leis explicativas. Em ciência social, portanto, os argumentos a respeito da verdade científica não se referem apenas ao nível empírico; elas atravessam o leque total de empreendimentos não-empíricos que amparam pontos de vista concorrentes (ALEXANDER, 1987, p. 35-36).

O desenvolvimento da teoria social, segundo Alexander (1987), também ocorre a partir do diálogo com os clássicos – fonte de inspiração e de legitimação. Este diálogo, inclusive nos ramos das Ciências Sociais que fizeram do rural seu objeto de estudo, pode ser observado, por exemplo, através da importância que o pensamento marxista teve nessa

produção do conhecimento. No entanto, é importante observar que o desenvolvimento social brasileiro foi pensado, desde as primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros, através de diferentes visões incorporadas e produzidas pela academia, sendo o pensamento marxista uma dessas vertentes.

Para Fernandes (2006, p. 31), o diálogo com os cientistas sociais clássicos e contemporâneos das escolas francesa, inglesa, alemã e norte-americana e a reflexão crítica concentrada em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber representaram os esforços para a formação dos cientistas sociais brasileiros:

A ênfase nos clássicos representava uma maneira de buscar autonomia intelectual para nós, de procurar caminhos próprios dentro da produção intelectual na ciência, caminhos que permitiriam a todos nós um esforço de criação intelectual independente. Nunca me pareceu desejável que nós crescêssemos como um centro de investigação sociológica sem condições de autonomia intelectual. Daí os clássicos. É claro que não se imitam os clássicos. Os clássicos são pontos de partida, pontos de referência e elementos que permitem definir centros de preocupação. Se se misturam os vários clássicos, então fica claro que o que se procura é criar, dentro das condições do país, meios para a elaboração da Sociologia a partir dos recursos internos desse país. Essa era a ênfase, essa era a intenção.

A presença dos referenciais teóricos vindos do exterior, no entanto, não retirou da produção dos cientistas sociais brasileiros um caráter próprio da explicação da realidade nacional. Os clássicos das Ciências Sociais brasileiras, referências estabelecidas antes mesmo da institucionalização dos cursos de pós-graduação no país, retratavam a formação social nacional e discutiam ou davam indicações acerca do debate em torno da crise de transição da sociedade, da reinterpretação da história social do país e do caráter da revolução burguesa, como foi apontado por Ianni (1989, p. 7): “Isto porque a sociologia (como as outras ciências sociais, principalmente a economia política) nesta época está recebendo fortes solicitações e influências das classes sociais hegemônicas e subalternas que se movimentam no cenário político e cultural do país”. Os autores das obras clássicas que interpretaram o Brasil conseguiram compreender as especificidades da formação histórica, social, cultural, política e econômica do país. Esta é a razão para estes autores se tornarem clássicos nas Ciências Sociais brasileiras e, a partir do resgate histórico apresentado em suas obras, permitir compreender o passado e o presente.

A referência aos cientistas sociais que contribuíram para a constituição do pensamento social acadêmico brasileiro, através da recuperação de temas e de problemáticas suscitadas por estes autores, tinha o objetivo de possibilitar a compreensão do sentido da modernização brasileira, ou seja, as bases do desenvolvimento econômico e social do país. Neste aspecto, a USP merece atenção, pois foi um importante espaço de formação dos cientistas sociais brasileiros, titulando, desde 1945, mestres e doutores no antigo sistema de “Cadeiras de Sociologia”. Esta instituição buscou não apenas adotar os esquemas teóricos presentes no campo acadêmico, mas construir uma interpretação das transformações da sociedade brasileira. Segundo Martins (2006, p. 148), a USP, desde a sua constituição, tornou-se um espaço para pensar as particularidades do Brasil: “A motivação crítica da Sociologia na USP repousa nesta inquietação das sociologias clássicas com a emancipação da sociedade e de seus membros, através de uma Sociologia que fosse a auto-consciência científica da sociedade. Florestan tinha essa consigna como uma de suas referências”.

A análise das situações empíricas provocou importantes reflexões teóricas, a partir dos clássicos (nacionais ou não), produzindo um conhecimento que chamou a atenção para as particularidades da sociedade brasileira. Esta reflexão não era apenas uma descrição, mas conjuntos de princípios fundamentais que guiavam a percepção a respeito das especificidades desta sociedade e das transformações impostas com o avanço do capitalismo, bem como suas implicações. É importante também constatar que esses olhares estavam voltados para um debate de idéias que não estava associado apenas à construção da teoria social brasileira, mas

era uma tentativa de percepção do rumo que seguiria a transformação da sociedade nacional e da possibilidade de intervenção política nesse estágio. Neste contexto, o tema dos conflitos sociais no campo era uma questão de interesse da sociedade brasileira, “atraindo a atenção” dos cientistas sociais e conectada com o cenário político nacional.

É possível perceber que a análise sistemática da produção desenvolvida pelas Ciências Sociais, especialmente sobre os conflitos sociais no campo, permite avaliar qualitativamente estes estudos e identificar novas explicações a respeito deste tema. A importância destas reflexões relaciona-se com algumas necessidades inerentes à própria ciência social, como “[...] o reconhecimento analítico de uma produção caracterizada por sua dispersão em termos institucionais e campos disciplinares; [...] a identificação de propostas interpretativas cujas matrizes teóricas são múltiplas; e a integração de linhas de análise com origem na produção internacional” (RIBEIRO, 1991, p. 95). Neste sentido, reflexão a respeito da produção deste conhecimento provoca a indagação acerca da identificação dos principais temas, das questões que a literatura apresentou e dos paradigmas explicativos empregados nas pesquisas sobre os conflitos sociais no campo no Brasil e como foram operacionalizados para a compreensão destes conflitos.

Esta pesquisa não se propõe a classificar esta produção ou determinar filiações teóricas, mas tentar apontar as problemáticas e os caminhos escolhidos pelos cientistas sociais analisados. A indagação que entremeia este estudo diz respeito aos múltiplos olhares estabelecidos pelos cientistas sociais brasileiros na investigação destes conflitos, ao longo do tempo, no campo acadêmico das Ciências Sociais brasileiras. É importante destacar que a interpretação dos conflitos representava para os cientistas sociais um esforço para articulá-los com as macro-transformações em curso na sociedade brasileira.

A quantidade de teses, de dissertações, de livros, de capítulos de livros, de artigos, de comunicados em eventos científicos produzida no campo acadêmico a respeito deste tema, todavia, não permitiria uma investigação plena no espaço de tempo institucional exigido para a conclusão das pesquisas nos programas de pós-graduação. O recorte do objeto de estudo se faz necessário por estas razões, mesmo com as implicações de uma redução da capacidade de amplitude analítica. Os critérios de constituição do subconjunto de estudos que serviram de referência para o desenvolvimento desta tese são explicitados a seguir.

A produção do conhecimento analisada foi apenas aquela ligada à Sociologia, à Ciência Política e à Antropologia, elaborada no âmbito do campo acadêmico, mesmo considerando que nas demais ciências também houve um processo de análise destes conflitos e que também se produziu a respeito deste tema em esferas não acadêmicas. Apesar da diversidade teórica no interior das Ciências Sociais, há inúmeros traços em comum entre as três ciências eleitas. A constituição do campo acadêmico brasileiro, de acordo com Martins (2006), foi alicerçada no diálogo entre estas ciências, sem perder as propriedades de cada uma delas. O motivo para a escolha destas ciências deu-se também em razão da maior frequência desta temática em linhas de pesquisa e em conteúdos programáticos dos cursos de pós-graduação nestas áreas.

A opção pela produção acadêmica está intimamente ligada ao interesse pela percepção das matrizes teórico-metodológicas que estavam sendo postas em pauta nas Ciências Sociais brasileiras, desde a institucionalização destas ciências no país, bem como as suas problemáticas. Supondo-se que as pesquisas mais importantes sobre os episódios dos conflitos sociais rurais foram desenvolvidas no quadro de programas de pós-graduação no país, estas reflexões podem ser consideradas como realizadas no âmbito daquilo que se considera o *campo acadêmico das Ciências Sociais*.

A definição do recorte na produção do conhecimento a respeito dos conflitos, elaborada no espaço acadêmico destas ciências, sofreu alterações durante a pesquisa. A proposta inicial era identificar os principais pesquisadores e seus estudos – livros e artigos

publicados em revistas científicas da área – sobre os conflitos sociais no campo. A opção em analisar apenas livros e artigos publicados em revistas científicas justificava-se porque eram importantes formas de divulgação dos resultados de pesquisas no interior do campo acadêmico. Todavia, os estudos que não haviam sido publicados, ou seja, que se encontravam, por exemplo, no formato de tese de doutorado, mas que eram reconhecidos no meio acadêmico como referências nesta temática também seriam considerados.

A impossibilidade de análise de todo esse conjunto de publicações produzidas nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais a respeito desta temática, desde os anos setenta, também impôs a necessidade de eleição de um subconjunto desta produção do conhecimento. Optou-se por definir um conjunto que representasse as três diferentes áreas de pesquisa – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – e os diferentes programas de pós-graduação distribuídos pelo país, na tentativa de abarcar a disseminação e a multiplicidade de matrizes analíticas pelas Ciências Sociais no Brasil. Tratando-se de um subconjunto deste conhecimento, é possível que outras pesquisas não tenham sido inseridas nesta tese, podendo resultar em incompletude na análise realizada.

De acordo com Sigaud (1992), o campo acadêmico foi institucionalizado especialmente por meio da criação, da expansão e da consolidação dos centros de pós-graduação e através do apoio de instituições de financiamento. Neste espaço, alguns dos produtos do conhecimento que permitiriam refletir a respeito de como estavam sendo construídas as problemáticas e de quais referenciais teórico-metodológicos estavam sendo apropriados seriam as teses e as dissertações. Por esta razão foram privilegiadas como objeto de análise. Alguns livros também foram eleitos, resultado de publicação destes produtos do conhecimento.

O levantamento preliminar de análise revelou um conjunto de teses e de dissertações², desenvolvido a partir deste período, que teve como objeto os conflitos ocorridos no pré-1964, principalmente aqueles que surgiram com o processo de redemocratização do país em meados dos anos quarenta. Em alguns estudos, como Grzybowski (1990) e Medeiros (1995), estas pesquisas foram citadas, revelando o interesse dos cientistas sociais, a partir dos anos setenta, pelos conflitos sociais do passado. Constatou-se que este mesmo objeto continuou sendo analisado nas décadas seguintes, em momentos diferentes, o que permitiria comparar enfoques a respeito destes conflitos, seus elementos constitutivos e o papel desempenhado por mediadores, além de ser um período de análise mais distanciado o que dava maior isenção aos investigadores. De acordo com Sigaud (1992), as investigações dos cientistas sociais acerca dos conflitos sociais no campo, ocorridos antes dos anos setenta ou em curso, naquela época, foram desenvolvidas em razão da retomada das lutas sociais no campo com o “relaxamento do regime autoritário”.

A opção por este recorte também foi influenciada pela existência de pesquisas realizadas, a respeito deste objeto, em diversas regiões do país e produzidas em diferentes cursos de pós-graduação em Antropologia, em Ciência Política e em Sociologia. Desta forma, poderia ser percebida a existência ou não dessa multiplicidade de olhares dos cientistas sociais sobre os conflitos sociais envolvendo os trabalhadores do meio rural no pré-1964. Neste sentido, optou-se pelo recorte definitivo no objeto de estudo a partir da eleição de um conjunto de dissertações e de teses que pudesse representar as três áreas e os diferentes programas de pós-graduação e que analisasse alguns dos diferentes conflitos sociais ocorridos no meio rural brasileiro no pré-1964. É importante observar que a produção desse

² As dissertações e as teses defendidas por alguns autores foram publicadas em livros. Optou-se por analisar os livros destes autores por supor que novas contribuições poderiam ter surgido a partir da proposta de publicação das dissertações e das teses, permitindo um aprimoramento das reflexões dos autores. A publicação em livro permitiu um maior alcance das pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação ao público em geral e não apenas no interior do campo acadêmico.

conhecimento, ao trazer à lembrança os conflitos sociais no campo que eclodiram no pré-1964, expunha a percepção da luta de classes e a constituição de um grupo intitulado camponato pela esquerda política e pela academia.

A pesquisa optou por analisar os casos que não eram classificados como “messianismo”, embora ciente da advertência feita por Martins (1986) que afirmou que a concepção de que os movimentos camponeses seriam movimentos pré-políticos e que apenas uma força vinda de fora seria capaz de transformá-los em movimentos políticos foi difundida, principalmente entre os autores marxistas. No entanto, segundo o autor,

Na realidade concreta do processo social, entretanto, diversamente da realidade da análise histórica e sociológica, as coisas não são necessariamente assim. Não é demais lembrar que na análise de Marx o processo social se concretiza na tendência que ele oculta, mas também na aparência de imobilidade ou de avanço e recuo que ele manifesta. Isso porque o processo histórico tem na sua essência a contradição que gera e confronta as classes entre si opostas, mas contém também a desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico, sobretudo a desigualdade entre as relações sociais e a interpretação dessas relações por aqueles que a vivem (MARTINS, 1986, p. 27-28).

Os estudos selecionados foram os que analisaram os trabalhadores do meio rural que se organizaram por meio de Ligas Camponesas, de Sindicatos Rurais e de Associações Rurais, entre outros; reivindicavam a terra e uma legislação trabalhista; manifestavam-se através de invasões, de passeatas e de congressos; despertavam o interesse de diferentes grupos, partidos políticos, Igreja e Estado; tinham uma expressão regional, nacional e internacional; e, por fim, conseguiram situar no debate a respeito da questão agrária brasileira da época, e dos anos seguintes, a reforma agrária como uma demanda importante. Era um contexto econômico, social e político – décadas de 1950 e 1960 – onde o debate em torno da necessidade de reforma agrária esteve presente como um tema central na discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno e externo.

A produção destas pesquisas envolvendo os conflitos sociais no campo, além de recuperar a história, disponibilizava elementos decisivos para compreender o processo de mudanças pelo qual a sociedade brasileira passava e deveria ser compreendida pelas Ciências Sociais brasileiras. A compreensão do momento presente, para cada investigador em seu tempo, representava a necessidade da interpretação do passado numa tentativa de dar uma nova orientação para aquele presente.

O estudo de Sader e Paoli (1986), a respeito das classes populares urbanas, foi importante para o desenvolvimento desta tese em razão da forma teórico-metodológica com que eles trabalharam, servindo de referência para a realização desta pesquisa. Como indicaram os autores, o objetivo daquele estudo era:

[...] tentar analisar alguns textos recentes que fazem aparecer os trabalhadores, os operários, os subalternos, os populares, os habitantes de periferias, favelas e subúrbios, os migrantes, os mobilizados em sindicatos e os participantes de movimentos sociais urbanos como um corpo de pessoas e grupos que, *juntos*, formam para o pensamento sociológico uma “categoria”, uma “estrutura” ou uma “prática coletiva” no interior de relações com outros grupos que lhe são antagônicos. É um problema aparentemente simples porque a produção sociológica sobre estes grupos sociais está aparecendo pontualmente à sua visibilidade pública e à importância que tais grupos adquiriram no cenário político contemporâneo brasileiro. No entanto, ao narrar o que anda acontecendo com os trabalhadores e seus movimentos sociais, parte desta produção sociológica recente parece questionar profundamente o *conceito* de classe social como paradigma teórico instituído e adquirido pelas ciências sociais, e isto não apenas no plano da teoria “clássica”, mas também (e sobretudo) no plano de seu uso pela tradição sociológica brasileira (SADER e PAOLI, 1986, p. 39-40).

Sader e Paoli (1986), ao analisarem as classes populares no pensamento sociológico brasileiro, haviam indicado a construção de outro caminho analítico para pensar a dinâmica

social sem ter como elemento explicativo o Estado. Na opinião dos autores, o pensamento social acadêmico, a partir dos anos setenta, passou a criticar a compreensão das classes sociais a partir da interpretação do Estado como único “intérprete da sociedade”, ou seja, “[...] a ruptura com a idéia de que a concepção da sociedade decorria da concepção do Estado, devido ao caráter peculiar da formação da sociedade brasileira” (SADER e PAOLI, 1986, p.52). Segundo os autores,

Diante do Estado repressor e único intérprete da sociedade, os pesquisadores entenderam que não podiam mais adiar uma concepção política sobre a sociedade, até então reduzida aos parâmetros do espaço do Estado. Na década de 70 inúmeros estudos reviram a dinâmica da reprodução capitalista a partir dos seus elementos internos, repensaram a questão do Estado e do autoritarismo, reavaliaram a história recente dos mecanismos e canais de participação oferecidos pelo Estado, repensaram a “eterna exclusão” a que foi submetida a classe operária. Como resultado deste movimento, a figura instituída dos trabalhadores deslocou-se daqueles que representava, não se confundindo mais com o real (SADER e PAOLI, 1986, p. 53, grifo nosso).

Outras constatações observadas por Sader e Paoli (1986, p. 61) poderiam ser apropriadas nesta investigação, como a percepção dos trabalhadores do meio rural por meio de diversas dimensões e como sujeitos através de suas práticas cotidianas:

Todos os trabalhadores são vistos como se expressando em múltiplas dimensões, com formas de vida próprias, com escolhas estratégicas de sobrevivência, com elaborações significativas de seu próprio processo de trabalho. Sua forma de expressão política é também múltipla, não se restringindo aos lugares mais tradicionais de organização, como sindicatos e partidos.

Assim, os trabalhadores eram compreendidos neste cotidiano e não a partir da estrutura: “Os trabalhadores não são mais personificações desta estrutura, nem apenas *objetos* da exploração do capital, nem apenas produtos das instituições políticas, e nem mais pura realidade empírica que o cientista social trataria de classificar, catalogar, registrar” (SADER e PAOLI, 1986, p. 62). Na opinião dos autores, os trabalhadores urbanos seriam capazes de elaborar e produzir representações próprias de si mesmos, como sujeitos. Os cientistas sociais abordados no terceiro capítulo perceberam que isto também era possível para os trabalhadores do meio rural.

Estas são reflexões que podem ser adequadas para pensar a forma como os cientistas sociais passaram a perceber os trabalhadores do meio rural brasileiro. A experiência, o processo de enfrentamento, construiu a identidade e as normas que orientaram a articulação dos trabalhadores do campo em grupos, rompendo com a noção de que o campesinato era uma classe já instituída na estrutura social. Apesar da análise de Sader e Paoli (1986) refletir a respeito da produção acadêmica acerca das classes populares urbanas, os autores indicaram que seria possível pensar de forma semelhante em relação aos estudos a respeito dos trabalhadores do meio rural.

Para se compreender os marcos teóricos adotados para a elaboração dessas teses e dissertações, no Capítulo I é importante rever o ambiente intelectual no qual as Ciências Sociais no Brasil foram construídas. O problema da especialização das Ciências Sociais em disciplinas relativamente autônomas, bem como o seu distanciamento das práticas ensaístas e explicitamente políticas, estão diretamente ligados ao aporte das missões estrangeiras, sobretudo a francesa, ao surgimento institucional dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e ao amadurecimento metodológico deste tipo de reflexão. É exatamente nesse contexto de autonomização do campo acadêmico das Ciências Sociais que o rural logo surge como um tema de investigação específico para a compreensão da singularidade do processo de transformação da sociedade brasileira.

Num momento seguinte, identifica-se como e quando os conflitos sociais no campo passam a ocupar a pauta de pesquisa destas ciências no país. Sabe-se que desde meados dos anos quarenta houve uma intensificação dos conflitos sociais no meio rural e, além disto, este

período foi um marco na estrutura produtiva brasileira, já que até o início da década mais de dois terços da população ativa do país estava empregada no setor primário. Com a intensificação do processo urbano-industrial e com a mecanização³ da agropecuária, verificou-se um aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, uma redução da população ativa do setor rural. As pressões sobre a terra fizeram emergir as organizações no meio rural, promovendo diversas demandas. Os conflitos também instigaram o interesse dos cientistas sociais brasileiros porque, a partir dos anos quarenta, tomou consistência, no cenário econômico e político, a identidade de um grupo bastante heterogêneo que representava aqueles que viviam e trabalhavam no meio rural do país: o campesinato brasileiro⁴. O que está sendo considerado nesta tese é que os cientistas sociais brasileiros desenvolveram uma determinada análise dos conflitos sociais rurais a partir de modelos que orientavam o desenvolvimento destas pesquisas no espaço de formação destes cientistas.

A problemática dos conflitos sociais rurais passou a fazer parte com maior sistematicidade das pesquisas dos cientistas sociais brasileiros na década de 1970. Antes deste período, no entanto, já existia uma reflexão sobre os conflitos principalmente no campo político. O debate a respeito do campesinato brasileiro estava presente neste campo, observando-se de modo indireto a problemática dos conflitos sociais rurais. O objetivo principal era compreender historicamente o processo de constituição da nação brasileira, sendo analisada a partir das contradições entre as relações sociais de produção, próprias da dinâmica do capitalismo, levando ao emprego do conceito de classe social e ao entendimento das várias dimensões do desenvolvimento.

As pesquisas analisadas no Capítulo II estão associadas à concepção das transformações das relações sociais no campo. As transformações capitalistas no meio rural foram analisadas a partir da natureza das relações de produção, da luta de classes, da organização política do campesinato no campo político e da presença do Estado, temas inseridos no debate a respeito da “revolução brasileira”.

Os estudos analisados no Capítulo III revelam, por outro lado, a construção de novas categorias na investigação dos conflitos sociais no campo, bem como a percepção de outros elementos, não exclusivamente determinados pelas transformações capitalistas, como condição para a emergência destes grupos. Essas pesquisas concentraram-se no campo político e o conteúdo cultural passou a ser incorporado à análise dos conflitos elaborada pelos pesquisadores. Os autores perceberam que a formação das identidades era constituída com o processo de luta.

Por fim, procura-se observar que as transformações capitalistas no campo não eram suficientes para justificar a emergência de conflitos e a organização de diferentes grupos de trabalhadores do meio rural numa unidade política, revelando que novas problemáticas e novos olhares surgiram sobre os conflitos sociais no campo acadêmico. Os principais fatores que marcam a diferenciação entre os dois grupos de estudos são as indicações de que a

³ Segundo Kageyama (1990), o processo de transformação da agricultura brasileira ocorreu em três etapas: até meados dos anos cinquenta – em primeiro lugar, houve a modernização da agricultura por meio da mudança na base técnica de produção, ou seja, introdução de máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, novas variedades de culturas, etc. (“insumos modernos”); meados dos anos cinquenta até meados dos anos setenta – em segundo lugar, ocorreu a industrialização da agricultura quando esta passou a ser considerada um ramo de produção semelhante à indústria, comprando insumos e vendendo matérias-primas; a partir de meados dos anos cinquenta – por último, ocorreu a constituição dos Complexos Agroindustriais, que representam um conjunto de atividades com fortes relações de compra e venda entre si e pouco relacionadas com as demais atividades.

⁴ O conjunto de trabalhadores do meio rural brasileiro, marcado pela diversidade de relações com a terra, foi sintetizado na categoria camponês para retratar este grupo heterogêneo que foi mobilizado no cenário político nacional a partir de meados dos anos quarenta e que foi orientado por diferentes mediações. O cenário de luta destes camponeses ocorreu no espaço político, onde a questão da propriedade da terra e os problemas enfrentados pelos trabalhadores do meio rural estavam circunscritos no processo de transformações capitalistas no Brasil.

constituição da identidade social dos trabalhadores do meio rural ocorria ao longo do processo de luta e de que os conflitos sociais no campo no pré-1964 poderiam ser explicados sem que o ponto de partida para a análise fosse exclusivamente a natureza das relações sociais no campo.

CAPÍTULO I

1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E A REFLEXÃO ACADÊMICA SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS

O campo acadêmico das Ciências Sociais, no Brasil, foi institucionalizado por meio da criação, da expansão e da consolidação dos centros de pós-graduação, principalmente, a partir dos anos sessenta, conforme afirmou Sigaud (1992). Estes centros de produção do conhecimento produziram, ao longo do tempo, os produtores e os produtos vinculados a vários temas, como os estudos sobre o rural brasileiro. A existência de um conjunto de pesquisadores e da produção destas pesquisas confirma o interesse dos mesmos, bem como de instituições de financiamento destas investigações, na construção de um espaço de reflexão sobre o rural, num sentido amplo, e de temas específicos, como os conflitos sociais rurais no Brasil.

No contexto de formação das Ciências Sociais no país, a construção do objeto e a escolha e operacionalização de determinadas matrizes teóricas, pelos pesquisadores da temática rural, estão estreitamente ligadas a uma rede de relações determinadas por correntes de pensamento, afinidades teóricas e fontes de influências inerentes ao campo acadêmico. O emprego das matrizes explicativas na constituição deste campo do conhecimento no país dependeu do intercâmbio teórico e metodológico entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores estrangeiros, estes pertencentes a instituições com orientações teóricas mais consolidadas.

O conhecimento deste campo acadêmico auxilia na compreensão das razões para a adoção de determinadas matrizes explicativas. As respostas podem ser obtidas por intermédio da análise do processo de constituição das Ciências Sociais no Brasil, com a influência de linhas teóricas específicas na formação científica nacional e, conseqüentemente, na constituição da forma de pensar dos cientistas sociais brasileiros ao longo das últimas décadas, como será explicitado neste capítulo.

1.1 A constituição do campo acadêmico

O pensamento social brasileiro no final do século XIX, segundo Fernandes (1977), longe de ser amparado no chamado pensamento científico⁵, estava intimamente ligado ao Direito, à Literatura e aos assuntos do Estado. Já no início do século seguinte, começou a voltar-se para a produção de explicações das “condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira”. Azevedo (1962) afirmou que precursores dos estudos sociais no Brasil foram formados, praticamente, pelo autodidatismo. A partir dos anos trinta, os fenômenos sociais passaram a ser analisados através da pesquisa científica sistemática desenvolvida no espaço acadêmico nacional. Em relação à USP, por exemplo, de acordo com Fernandes (2006,

⁵ O autor referiu-se ao pensamento científico como aquele gerado no campo acadêmico em oposição à produção ensaística.

p. 13), o nível acadêmico elevado, explicado pela presença dos professores estrangeiros a partir da década de 1930, dividia espaço com um determinado grau de autodidatismo, como é possível constatar neste trecho: “Aquela universidade foi implantada em meio mais ou menos agreste, exigindo uma base e uma tradição que nós não tínhamos. E a consequência foi que todos tínhamos que improvisar, uns mais, outros menos”.

Apesar da importância do conhecimento social sobre o Brasil, anterior ao processo de institucionalização das Ciências Sociais, optou-se por localizar no centro desta investigação as pesquisas elaboradas no espaço de instituições ligadas ao ensino superior no país⁶. A determinação destes limites justifica-se a partir do momento em que um aspecto torna-se fundamental no desenvolvimento desta análise: a interação com o campo acadêmico dos países desenvolvidos através da vinda de missões estrangeiras, das influências teóricas e da escolha de determinados objetos de investigação e de fontes externas de financiamento.

Azevedo (1962) afirmou que, ao longo da década de 1930, ocorreram mudanças políticas, econômicas e institucionais no Brasil, como a modernização no sistema educacional nacional, com o intuito de preparar os cidadãos para a nova dinâmica do país, e a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Com o deslocamento do centro de poder político e econômico do meio rural para as cidades, novas relações sociais foram determinadas fora do contexto tradicional. Neste novo ambiente, os indivíduos passariam a ter novas aspirações e não seria por acaso que as Universidades seriam fundadas, já que este era um espaço de desenvolvimento intelectual:

[...] o país, até então ainda isolado e dobrado sobre si mesmo, passa por importantes transformações, e a sociedade urbana, nos grandes centros, começa a perder as características tradicionais de uma organização social cerrada, auto-suficiente, com profundas diferenças em relação ao campo, em que dominava, como nas cidades, uma velha aristocracia rural. A revolução provocada por essas mudanças que repercutiram rapidamente na esfera cultural, enfraqueceu a antiga influência das oligarquias dominantes, para dar lugar à predominância de um espírito liberal socializante ou a uma combinação de claras aspirações de liberdade política e de justiça social. Sob a pressão da nova experiência social, e cultural, por que passa o país e que o atinge, em graus de intensidade variável conforme as particularidades regionais e as suas distintas condições, rurais e urbanas, inaugura-se no segundo quartel deste século, um período fecundo de atividades científicas, em diversos campos de investigação (AZEVEDO, 1962, p. 118).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a aprovação de uma série de decretos, no ano seguinte, dirigidos para a promoção da reforma do ensino secundário e universitário marcaram o interesse de uma preparação técnica e profissional para os cidadãos brasileiros. Estes decretos, que constituíram o cerne da Reforma Francisco Campos⁷, criaram o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (iniciando as atividades somente em 1934), instituíram o Estatuto das Universidades Brasileiras (dispondo sobre a organização do ensino superior e adotando o regime universitário) e dispuseram sobre a organização do ensino secundário, entre outros. Naquele momento, havia a necessidade de um profissional capaz de compreender a sociedade brasileira e de pensar formas de superação dos obstáculos no caminho do desenvolvimento. Assim, as Escolas de Sociologia, criadas a partir dos anos trinta, tinham como objetivo “[...] formar pessoas capazes de produzir a ‘solução racional’ para os problemas brasileiros. Ao se dizer ‘solução racional’, queria se dizer solução baseada na razão, na ciência” (OLIVEIRA, 1991, p. 53), que seriam, de acordo com a autora, professores, técnicos, assessores e consultores⁸.

⁶ Para uma visão das Ciências Sociais no período anterior à sua institucionalização nos anos trinta, ver Azevedo (1962) e Fernandes (1977).

⁷ Para maiores informações, ver Reforma (1974).

⁸ Peirano (1991) salientou que as décadas de 1950 e de 1960 foram marcadas por explicações de cunho científico do processo de construção da nação brasileira.

Para os impulsionadores desta mudança, de acordo com Almeida (1987), o caráter moderno que a sociedade brasileira deveria assumir a partir deste período seria alcançado com a formação de uma nova elite, envolvida na constituição política desta nova nação, e da formação básica dos cidadãos. Além da criação destas instituições de ensino superior na área das Ciências Sociais no Brasil, existiram outros esforços para a formação de profissionais e para a institucionalização destas ciências no país, como o ensino da Sociologia nas escolas secundárias. Estes esforços contribuíram no sentido de eleger as principais indagações, autores e obras que serviram de fundamento para o seu desenvolvimento.

Os primeiros livros introdutórios de Sociologia – os primeiros manuais – eram destinados ao ensino nas escolas e foram publicados no Brasil, principalmente, a partir dos anos trinta, transformando-se em clássicos no ensino desta ciência, como: *Lições de Sociologia*, de Achiles Archerio Júnior; *Princípios de Sociologia e Sociologia educacional*, de Fernando de Azevedo; *Programa de Sociologia e Introdução à Sociologia*, de Amaral Fontoura; *Fundamentos de Sociologia*, de Carneiro Leão; e *Sociologia*, de Gilberto Freyre (MEUCCI, 2000). Esta produção representou as primeiras experiências de sistematização do conhecimento sociológico, com seus temas, problemas e conceitos, métodos e procedimentos. De acordo com a autora, estes “pioneiros autores de sínteses didáticas de sociologia” eram na sua maioria formados em direito:

Alguns destes bacharéis, apresentados ao conhecimento sociológico nos cursos de sociologia criminal, chegaram mesmo a freqüentar disciplinas nos cursos de ciências sociais europeus e norte-americanos, como Delgado de Carvalho e Gilberto Freyre. A freqüência aos cursos avançados de ciências sociais no exterior era, na época, a única condição de especializar-se na área. Eram, por isso, reconhecidos como pioneiros portadores especializados na disciplina sociológica entre nós.

[...]

A rigor, podemos dizer, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão e Delgado de Carvalho foram, no Brasil, os grandes responsáveis pela introdução da sociologia no ensino secundário e normal e pela mobilização favorável à fundação dos cursos superiores de ciências sociais na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal (MEUCCI, 2000, p. 11-12).

Era predominante, mesmo assim, a utilização de autores estrangeiros, sobretudo franceses, mas também de outras origens, no ensino desta disciplina no país, como os seguintes cientistas indicados por Meucci (2000) em seu estudo: Gabriel Tarde, Célestin Bouglé, P. Bureau, Émile Durkheim, P. Roux, René Maunier, Leopold Von Wiese, Gumpłowicz, Herbert Spencer, Vilfredo Pareto, G. Palantes.

Além dos livros, os dicionários, as coletâneas de textos e os periódicos também foram responsáveis pela propagação do conhecimento sociológico. Alguns exemplos foram apresentados por Meucci (2000, p. 4) e neles é possível perceber que determinados autores se repetem, como é o caso de Emílio Willems, por exemplo, revelando a sua participação na divulgação do conhecimento das Ciências Sociais:

[...] o Dicionário de Etnologia e Sociologia (1939) de Herbert Baldus e Emílio Willems; o Dicionário de Sociologia (1939) de Achiles Archerio Júnior e Alberto Conte; a revista Sociologia (1939), primeiro periódico especializado na área, publicado por Romano Barreto e Emílio Willems; e a coletânea Leituras Sociológicas (1940), organizada por Romano Barreto, composta por artigos publicados originalmente na Europa e nos Estados Unidos, traduzidos e reduzidos ao que se considerava essencial para o conhecimento da teoria social entre nós.

Azevedo (1964) apontou que, ao contrário do que havia ocorrido nos países hispano-americanos, o ensino da Sociologia no Brasil não iniciou nas Faculdades de Direito ou de Ciências Jurídicas e Sociais ou Políticas, mas nas Escolas Normais em São Paulo, Recife, Distrito Federal e no Colégio Pedro II no final dos anos vinte e no início da década seguinte. O autor ainda acrescentou que

É certo que nas Escolas Normais de São Paulo e em outras de diversos Estados, em que se criaram cadeiras dessa disciplina, o ensino da sociologia, entregue, nos

começos, a professores em geral improvisados e autodidatas, e, portanto, a divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e a disputações escolásticas, se ressentiu profundamente por longo tempo da falta de especialistas devidamente preparados para esse magistério. Não fossem, de um lado, a fundação da Escola de Sociologia e Política e a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, - a de São Paulo, em 1934, e a do Distrito Federal, em 1935, e, de outro, o concurso das missões de professores estrangeiros, em São Paulo e no Rio, e o ensino da sociologia se teria arriscado a comprometer-se gravemente quanto à sua solidez, eficiência e orientação. Fato porventura o mais característico de todos, na história do ensino da sociologia, no Brasil, é o impulso recebido da colaboração inestimável de professores estrangeiros [...]. Foi essa colaboração um dos fatores que mais concorreram para que o ensino da sociologia tomasse logo o caráter científico e se elevasse a um alto nível [...] (AZEVEDO, 1964, p. 320).

As atividades de ensino e de pesquisa no campo das Ciências Sociais, nos cursos universitários, marcaram uma nova fase da produção deste conhecimento no Brasil, de acordo com Azevedo (1962). Até o final dos anos cinqüenta, no entanto, as Ciências Sociais brasileiras dificilmente poderiam ser pensadas a partir de uma diferenciação disciplinar⁹. Segundo Miceli (1989b) e Peirano (1991), o caráter transdisciplinar da matriz das Ciências Sociais impedia o arrolamento separado dos conteúdos dos currículos, das linhas de investigação, das metodologias aplicadas e dos principais temas que provocavam interesse e investimentos. Este fenômeno emergiu com a expansão dos centros de pesquisa, dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e também do crescimento da produção do conhecimento nesta área a partir da década de 1960. A este respeito, Maggie (1991) destacou a criação de três programas de pós-graduação em Ciências Sociais no país: o PPGAS/UFRJ, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os programas de pós-graduação da USP, em áreas específicas das Ciências Sociais, iniciaram as suas atividades em 1971 na estrutura atual.

Em relação à Ciência Política, Forjaz (1997, p. 102) comentou que foi a partir dos anos sessenta que ocorreu a sua institucionalização e a sua profissionalização, além da “[...] definição disciplinar e constituição de um elenco respeitável de produtos de Ciência Política, assim como a afirmação de paradigmas teóricos próprios e a autonomização em relação a ramos mais antigos e consolidados das ciências sociais”. No que se refere à Antropologia, seu nascimento foi marcado, segundo Neiburg (2002), pelo vínculo com os museus de história natural, como o Museu Nacional no Rio de Janeiro, por exemplo. A primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, em 1953, marcou uma fase de discussão acerca da produção/reflexão antropológica no país, além da institucionalização e do ensino desta ciência no meio acadêmico de acordo com Rubim (1997). A década seguinte foi, na opinião da autora, “[...] um período de grande transformação do ensino como um todo, e que confirmou a necessidade de profissionalização do antropólogo no país” (RUBIM, 1997, p. 32).

Fábio Wanderley Reis afirmou que, neste momento de implantação da pós-graduação em Ciências Sociais no país, estava-se vivenciando, no campo acadêmico internacional, um período comprometido com a “constituição de uma ciência rigorosa da sociedade”, principalmente, segundo o autor, com a Sociologia e a Ciência Política (REIS, REIS e VELHO, 1997). O intenso intercâmbio internacional entre os professores estrangeiros e o afluxo de estudantes brasileiros aos programas de pós-graduação no exterior permitiram a incorporação do

[...] impulso renovador e o empenho de apuro teórico e metodológico que se davam nos centros mais avançados.

⁹ A separação das disciplinas sociais é fruto, de acordo com Elisa Reis, da institucionalização profissional (REIS, REIS e VELHO, 1997).

Dois centros brasileiros exemplificam melhor essa tendência: o Departamento de Ciência Política da UFMG e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), que iniciam na década de 60 programas de mestrado em Ciência Política e Sociologia, contando com importante apoio da Fundação Ford. Eu diria que essas duas instituições procuravam mais claramente colocar em prática o modelo de ciência social que defendi antes (REIS, REIS e VELHO, 1997).

A permanência de professores e de pesquisadores estrangeiros nas principais universidades brasileiras, como na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal (UDF), situada no Rio de Janeiro, por exemplo, assentou o conjunto de referenciais teóricos e de temas de pesquisa que auxiliariam a formar a base dos cientistas sociais brasileiros, constituindo, a partir dos anos sessenta, um corpo de pesquisadores nacionais. O valor desta interação com o campo acadêmico estrangeiro foi descrito por Fernandes (1977, p. 46-47) do seguinte modo:

Transcorrida essa etapa, de integração das ciências sociais no currículo universitário e de formação dos primeiros quadros de especialistas, a referida configuração pedagógica começou a alterar-se rapidamente. De um lado, modificou-se a qualidade das exigências feitas à colaboração dos especialistas estrangeiros. Alguns dos motivos mais fortes, que tornaram imperativo o recurso indiscriminado às missões estrangeiras, deixaram de existir com o paulatino aumento de pessoal especializado formado pela própria Universidade de São Paulo. Em virtude desse desenvolvimento, porém, surgiram necessidades novas, tanto no terreno do ensino quanto no da pesquisa, que exigem o recurso, em bases diferentes, aos especialistas estrangeiros. A colaboração destes é ainda imprescindível, mas em determinados campos de especialização. De outro lado, foi atingido um nível de trabalho que impõe maior articulação entre o ensino e a pesquisa.

A importação de referenciais teóricos, com a vinda de missões estrangeiras, passou a dividir espaço com uma produção do conhecimento que começava a estabelecer as bases interpretativas a respeito da sociedade brasileira a partir dos centros de ensino e de pesquisa constituídos por pesquisadores brasileiros. Os estudos produzidos, dessa maneira, constituíram-se como referencial de investigações que ocorreram nos anos seguintes nos diversos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais dispersos pelo país. Esse processo de difusão do conhecimento acadêmico foi decisivo na formação do campo de reflexão sobre os conflitos sociais rurais no Brasil.

1.2 As influências teóricas e as problemáticas

A estruturação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP)¹⁰ e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), surgidas no estado de São Paulo em 1933 e 1934, respectivamente, e da Universidade do Distrito Federal, criada no Rio de Janeiro em 1935, transformando-se em Universidade do Brasil em 1939, por exemplo, apenas foi possível com a vinda das missões acadêmicas estrangeiras para o país. Para Neiburg (2002, p. 169), a integração do Brasil à história das Ciências Sociais ocorreu de modo singular, como afirmou em seu estudo: “As elites sociais e intelectuais do país ofereciam aos grandes centros internacionais a oportunidade de conhecer universos sociais e culturais complexos (sociedades amazônicas, relações raciais, modernização). Em troca, os pesquisadores estrangeiros que vieram estudar tais universos participaram da institucionalização das ciências sociais no país”. A “missão francesa”, integrada à USP nos anos trinta, é um importante exemplo deste processo descrito pelo autor.

As influências teóricas sobre as instituições paulistas e cariocas eram diferentes: na ELSP, o pensamento social norte-americano e na FFCL/USP e na UDF, a influência do

¹⁰ Atualmente, Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP).

pensamento social francês¹¹. No que se refere, especificamente, à Ciência Política, Forjaz (1997) salientou que a sua constituição no campo acadêmico teve a influência teórica da Ciência Política norte-americana¹². Na Antropologia, de acordo com Melatti (1984), a influência dominante foi também dos docentes e pesquisadores norte-americanos, por meio dos estudos sobre as sociedades indígenas, as religiões afro-brasileiras e as pequenas comunidades. Não se pode deixar de indicar, segundo Rubim (1997), também a influência dos professores europeus ao longo dos anos setenta.

A FFCL/USP tornou-se um referencial para a institucionalização destas ciências no país a partir, principalmente, da solidificação dos marcos teóricos que conformaram as Ciências Sociais brasileiras, especialmente, a Sociologia¹³. A USP foi o espaço de formação de vários cientistas sociais analisados nesta tese e também dos professores de diferentes programas de pós-graduação, onde outros cientistas sociais indicados foram formados e desenvolveram suas pesquisas.

A prática profissional e a imagem da profissão geradas na ELSP e na FFCL/USP também eram distintas: a primeira tinha o objetivo de formar elites administrativas, ou seja, a formação de técnicos com competência administrativa para atuação no Estado e no setor privado; já a segunda pretendia preparar os docentes para atuação no ensino secundário. A UDF, por sua vez, não pretendia apenas gerar profissionais, mas produzir as bases intelectuais do Brasil. As três instituições estavam envolvidas, todavia, num projeto conjunto que era promover o conhecimento considerado imprescindível para o desenvolvimento do país.

Apesar das diferentes orientações teóricas entre as instituições paulistas, por exemplo, a criação de espaços de divulgação das pesquisas realizadas nestas instituições marcou o empenho dos produtores desse conhecimento na compreensão da sociedade brasileira e uma preocupação com o caráter científico dessa produção, como aconteceu com os periódicos *Sociologia e Revista de Antropologia*¹⁴:

Se a produção universitária, sociológica e antropológica, é absorvida pelas publicações culturais em circulação em São Paulo desde meados da década de 1930, não tardarão a surgir veículos especializados na divulgação das pesquisas realizadas na Faculdade de Ciências e Letras da USP e na Escola de Sociologia e Política. *Sociologia*, criada em 1939, por Emilio Willems e Romano Barreto, aparece como um primeiro esforço nessa direção. Seu ano de criação coincide com o momento em que as escolas de ensino superior formam as primeiras turmas, o que indica o vínculo direto da revista com a produção universitária. Tal vínculo irá assumir feição institucional um pouco mais tarde quando, a partir do terceiro volume, a revista se torna órgão da ESP.

Sociologia, indica o título, volta-se para uma área específica do conhecimento, e tem como objetivo ser uma “Revista Didática e Científica”, destinada aos interessados na matéria. Até o ano de 1948, [...] o caráter didático se sobrepõe ao científico, o que irá se alterar na segunda fase da publicação, de 1949 a 1957, quando Oracy Nogueira assume a direção do periódico, com a colaboração de Emilio Willems, Donald Pierson e Mauro Lopes. [...] É importante lembrar que a criação de uma seção de estudos pós-graduados na ESP, nos anos de 1940, e os doutoramentos

¹¹ Estas influências na constituição das Ciências Sociais brasileiras, principalmente na Sociologia, poderiam ser justificadas pela presença de professores estrangeiros no início do processo de fundação dos cursos no Brasil (VILLAS BÔAS, 1997).

¹² A orientação norte-americana da Ciência Política brasileira pode ser justificada, segundo Forjaz (1997), pela atuação da Fundação Ford, financiando bolsas de estudo para os Estados Unidos e trazendo professores americanos para o país.

¹³ Para mais informações, ver Bonelli (1993).

¹⁴ Segundo Peixoto e Simões (2003), a *Revista de Antropologia* vinculou-se à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) a partir de 1956 e de 1958, respectivamente. O vínculo do periódico com a USP e com as associações nacionais revelava, de acordo com os autores, o perfil de parte da Antropologia brasileira naquele momento, ou seja, uma ligação muito estreita com a Sociologia no país.

concedidos pela USP, a partir de 1945, constituem iniciativas fundamentais para a definição de especializações e de especialistas, o que reverbera no perfil das publicações a partir desse momento.

A criação de uma *Revista de Antropologia* em São Paulo, em 1953, acompanha um movimento mais amplo de definições disciplinares a ecoar nas publicações criadas ao longo da década, e que se relaciona de perto à construção de instituições de diferentes tipos no período (PEIXOTO e SIMÕES, 2003, p. 386).

Os cursos superiores também contavam com os manuais de outros países que chegavam juntamente com as missões estrangeiras vindas, principalmente, da França e dos Estados Unidos. Estes grupos participaram do movimento de constituição das Ciências Sociais no país:

Vale lembrar, nossos autores classificavam as teorias sociológicas tomando como referência sobretudo o país no qual foram produzidas. Assim, afirmavam que há, de fato, uma sociologia francesa, uma sociologia alemã, uma sociologia norte-americana, cada qual com características bastante particulares. Tratava-se, em verdade, de uma compreensão que relacionava intimamente a sociologia a questões nacionais.

[...]

Sabe-se, a França fora sempre entre nós uma importante matriz intelectual. Na constituição do conhecimento sociológico os franceses foram, sobretudo, considerados heróis fundadores, definidores dos princípios fundamentais da nova disciplina. Eram, pois, compreendidos como referência obrigatória para o estabelecimento dos argumentos centrais constituidores da nova disciplina.

Os autores norte-americanos foram, por sua vez, compreendidos como grandes pesquisadores sociais, preocupados antes com o avanço empírico da ciência nova e com a possibilidade de aplicação do conhecimento resultante da pesquisa. Os autores norte-americanos foram, pois, considerados um modelo para o desenvolvimento da pesquisa científica e para a aplicação do conhecimento sociológico em benefício do melhoramento social.

Menos freqüente era a apresentação das teorias alemãs. Afirmavam, com freqüência nossos autores, que a sociologia alemã não obtivera, tal como os franceses e norte-americanos a autonomia no campo epistemológico. Era ainda uma ciência informe, ligada, sobretudo, à filosofia (MEUCCI, 2000, p. 87-88).

A contribuição desses pesquisadores e professores estrangeiros no preenchimento dos espaços de ensino e de pesquisa, ainda insuficientes na formação científica nacional, foi destacada por Queiroz (1990). De acordo com a autora, a influência teórica destes professores estrangeiros foi mais significativa até meados do século XX em razão da permanência dos mesmos por períodos mais longos do que aqueles que chegaram após esta fase. Estes últimos tinham a missão de atualizar o conhecimento dos cientistas sociais nacionais. Segundo Queiroz (1990), alguns cientistas sociais estrangeiros que permaneceram por mais tempo no Brasil e que exerceram uma significativa influência na formação destas ciências no país foram Pierre Monbeig, Jacques Lambert e Roger Bastide.

Acerca da existência ou não de um espaço de reflexão no campo das Ciências Sociais anterior à chegada das missões estrangeiras, Queiroz (1990, p. 71) comentou:

Nada se costuma dizer das Ciências Sociais no Brasil no momento em que aqui aportaram as Missões Francesas universitárias; o silêncio dá a entender que estas vinham encontrar um campo virgem que seria modelado segundo o que traziam de seu país. É verdade que nem todas as disciplinas que compõem as Ciências Sociais brasileiras estavam desenvolvidas de maneira uniforme; vários de seus ramos, porém, haviam começado a tomar corpo desde fins do século XIX, o interesse dos estudiosos sendo despertado por problemas que resultavam da composição étnica nacional, tão diversificada. A descoberta da existência de cultos sincréticos afro-brasileiros; a integração de traços culturais africanos numa civilização que se queria branca e Ocidental; a constatação da grande diferença cultural separando as populações urbanas progressistas do litoral e os habitantes do interior do país, que conservavam hábitos da velha sociedade colonial, enchiam de dúvidas os 'homens de letras' da época no que diz respeito à viabilidade de seu país.

Dentre os intelectuais brasileiros que haviam contribuído para o desenvolvimento de uma produção a respeito dos problemas sociais e culturais do país, anterior à criação do campo das Ciências Sociais nas universidades, poder-se-ia citar Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues, Manoel Querino e Manoel Bonfim, além de outros ao longo da década de 1930, como Gilberto Freyre e Artur Ramos (QUEIROZ, 1990). A este respeito, Meucci (2000, p. 11) acrescentou:

De qualquer modo, pode-se, de fato, dizer, os autores dos primeiros manuais de sociologia publicados no Brasil foram fortemente influenciados por uma dupla de pensadores sociais brasileiros, muito embora não os apresentassem, de modo sistemático, como precursores da sociologia no Brasil. Com efeito, os intelectuais brasileiros Alberto Torres e Oliveira Vianna estão entre os mais citados nas páginas dos primeiros manuais de sociologia. Eram, sobretudo, consultados no desenvolvimento de alguns temas específicos relacionados à realidade brasileira.

A forma como os mestres franceses utilizaram esta produção brasileira do conhecimento foi distinta, como descreveu Queiroz (1990, p. 81):

Lambert e Monbeig os viram, principalmente, como *informantes úteis*, repositórios de dados que podiam guiá-los em suas pesquisas e também como fornecedores de material para comparações e controle das observações efetuadas. Roger Bastide, no entanto, foi muito mais além, pois cotejou-os com os cientistas europeus, verificando em que pontos divergiam e por quê, assim como em que medida os nacionais corrigiam os estrangeiros, em que medida traziam contribuições novas às teorias já existentes. Tal trabalho crítico constituiu um instrumento a mais para operar uma penetração nas características sociológicas nacionais. Tanto mais que, como foi visto anteriormente, as interpretações brasileiras iam em contracorrente a muitos pontos teóricos dominantes nas obras e no pensamento do Velho Mundo na época. Roger Bastide não hesitou em abandonar essas correntes e em seguir o que lhe mostravam os brasileiros, não hesitou em corrigir o que os brasileiros demonstravam não ser válido nelas. Pierre Monbeig seguiu empiricamente o mesmo caminho, porém não avançou no terreno teórico.

Queiroz (1990) justificou estas diferenças em razão do distinto nível de integração destes estudiosos na sociedade brasileira, sendo possível perceber que o grau de envolvimento com os problemas nacionais foi maior no caso de Roger Bastide. Outro aspecto que poderia complementar a identificação destas diferenças seria a formação teórica de cada autor, que orientava as investigações desenvolvidas no Brasil.

As relações acadêmicas estabelecidas entre o Brasil, de um lado, e a Europa e os Estados Unidos, de outro, também poderiam ser retratadas, segundo Pontes (1990)¹⁵, através dos estudos dos cientistas sociais e dos historiadores estrangeiros sobre o Brasil¹⁶, editados no país na forma de livros a partir dos anos trinta. Ao contrário dos autores estrangeiros editados no Brasil no período anterior a este período, escritores de narrações inseridas ou não no campo científico, os cientistas sociais e os historiadores que tiveram o Brasil como objeto de estudo, a partir da década de 1930, também estavam envolvidos no projeto de criação e de implementação das Ciências Sociais brasileiras num campo institucionalizado. De acordo com Pontes (1990), seis autores foram responsáveis por praticamente a metade dos livros publicados entre 1930 e 1968: Roger Bastide, Emílio Willems, Donald Pierson, Pierre

¹⁵ A autora, por meio desta investigação, delineou “[...] em primeiro lugar, as redes acadêmicas e institucionais dos estrangeiros com o Brasil; em segundo, as alterações temáticas e metodológicas verificadas no interior dessa produção; em terceiro, uma compreensão mais globalizante dos estrangeiros e da influência de seus estudos nas ciências sociais e na historiografia brasileira; por fim, pela comparação entre os diversos tipos de estrangeiros, é possível caracterizar melhor o fenômeno do brasilianismo” (PONTES, 1990, p. 46).

¹⁶ O volume significativo da produção estrangeira a respeito do Brasil, principalmente americana, ocorreu pela ampliação do interesse pelo país como objeto de estudo por algumas razões, como foi apresentado por Pontes (1990) e Miceli (1990): a) o interesse pelos países latino-americanos, no aspecto sócio-cultural, em razão da Revolução Cubana; b) a criação de diversos programas de pós-graduação interessados nos estudos latino-americanos; c) a criação do *Latin American Studies Association* (LASA) em 1965; e d) os investimentos da Fundação Ford em pesquisas na América Latina.

Monbeig, Charles Wagley e Herbert Baldus. A influência destes autores é confirmada nesta presença no mercado editorial nacional, como se percebe nesta passagem da pesquisa da autora:

Essa situação, fruto de inserções diferenciadas dos estrangeiros no país, reflete-se com clareza no mercado editorial nacional. Foram publicados, entre 1930-68, 52 livros de 31 estrangeiros. Desse montante, 25 livros (praticamente a metade dos títulos) são de autoria de apenas seis estrangeiros: Bastide, Willems, Baldus, Monbeig, Pierson e Wagley. Os outros 27 livros (52%) foram escritos por 25 autores (81%), distribuídos da seguinte maneira: seis títulos de seis autores franceses, 12 títulos de 12 autores americanos, três títulos de três autores alemães, quatro títulos de dois autores ingleses e um título de dois autores italianos.

O que revelam esses números? Uma clara primazia dos estrangeiros antes nomeados que, em função do tipo de inserção que estabeleceram com o país, do tempo que aqui permaneceram, da posição que ocuparam nas universidades locais ou das redes de relações que construíram com a comunidade intelectual da época, destacaram-se também como os autores mais publicados no período. Em contraposição à situação desfrutada por estes autores, encontramos um número expressivo de outros estrangeiros (24 ao todo) com apenas um livro publicado. Os americanos, já nesta primeira fase de institucionalização das ciências sociais, sobressaem-se numericamente. Seus livros, em larga medida, resultaram de pesquisas feitas no país, como parte dos requisitos profissionais para suas carreiras, construídas, em sua quase totalidade, nos Estados Unidos. Daí o caráter “itinerante” e esporádico de várias dessas investigações (PONTES, 1990, p. 51).

No Quadro 1, a seguir, visualizam-se os “principais campos de investigação”, como indicou Pontes (1990), a partir de um conjunto de autores, períodos, temas e tipos de pesquisa. Estes dados são relevantes, pois permitem demonstrar a preocupação destes autores com a diversificação de estudos sobre o país e a articulação dos espaços acadêmicos nacional e internacional através dos projetos de pesquisa. A presença destes professores e pesquisadores na formação da ELSP, da FFCL/USP e do Museu Nacional (UFRJ), de periódicos científicos nesta área, como a Revista *Sociologia*, e de programas de pós-graduação foi determinante na constituição das Ciências Sociais brasileiras, como indicaram Pontes (1990), Limongi (1987, 1989), Corrêa (1988) e Queiroz (1990). Pontes (1990, p. 48) foi mais enfática ao dizer que

Suas trajetórias intelectuais e profissionais são, pois, indissociáveis dos rumos tomados pelas ciências sociais brasileiras e pela comunidade de seus praticantes, nas primeiras décadas de sua formação e institucionalização, isto é, de 1930 a meados de 1960. Em que sentido? Tanto nas orientações temáticas, metodológicas e paradigmáticas, quanto nos objetos, campos de investigação e na maneira específica com que concebiam a pesquisa e o papel dos cientistas sociais.

Neiburg (2002, p. 170) corroborou esta constatação ao afirmar que o PPGAS/UFRJ acolheu importantes projetos coletivos de pesquisa, sendo que o programa “[...] nasceu a partir de dois grandes projetos: um deles era o ‘Estudo Comparativo de Sociedades Nativas do Brasil’, financiado pelo Latin American Social Science Research Council; o outro era o ‘Projeto de Pesquisa Harvard-Brasil Central’, que surgiu a partir de um convênio entre a Universidade de Harvard e o Museu Nacional”.

Quadro 1 – Principais temas de investigação encontrados nos livros publicados entre 1930-68 – Sociologia e Antropologia

Locais de Pesquisa	Tipos de Pesquisa	Autores	Período	Temas
Bahia	Individual com suporte institucional	Pierson	1935-37	Relações Raciais Candomblé
	Individual sem suporte institucional	Bastide	1938-39 1944...	Candomblé Religião afro-brasileira Estudos de Comunidade
	Projetos coletivos institucionais			
	Primeiro projeto Columbia-Bahia UNESCO (Métraux)	Wagley (coordenador)	1949-52	Relações Raciais
	Segundo projeto	Harris (coordenador)	1961	Relações Raciais
São Paulo	Coletiva: ELSP	Willems (coordenador)	1945	Estudos de Comunidade (Cunha)
	Coletiva ELSP-Smithsonian Institution	Pierson (coordenador)	1947-48	Estudos de Comunidade (Cruz das Almas)
	Coletiva USP-Editora Anhembi	Bastide (coordenador)	1950-51	Relações Raciais Preconceito Racial
	UNESCO Métraux Individual	Willems	1946	Imigração Japonesa (aculturação)
Amazônia	Coletiva UNESCO (Hiléia Amazônica)	Wagley (coordenador)	1948	Estudos de Comunidade
Maranhão	Coletiva	Wagley (coordenador)	1941-42	Etnologia dos Tupis (teneteras)
Brasil central e meridional (mapa etnológico)	Individual com suporte institucional	Wagley	1939-40	Etnologia dos Tapirapés
	Individual	Baldus	1933-35	Etnologia dos Jê (Terena; Bororo; Karajá; Tapirapé; Kaigan)
Santa Catarina	Individual	Willems	Final dos anos 30	Imigração Alemã (aculturação)

Fonte: Pontes (1990, p. 59-60).

Segundo Azevedo (1962), alguns outros professores estrangeiros que contribuíram na formação dos cientistas sociais brasileiros nas instituições paulistas (ELSP e FFCL/USP) foram Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, americanos; Alfred Reginald Radcliffe-Brown, inglês; Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Georges Gurvitch, franceses. De acordo com Melatti (1984), a presença de mestres estrangeiros no corpo docente da área de Ciências Sociais, durante o início do processo de institucionalização destas ciências, foi mais significativa em São Paulo. No Rio de Janeiro, Jacques Lambert, francês, foi uma importante personalidade também destacada por Azevedo (1962). O autor indicou que estes professores estrangeiros, “[...] apoiados por professores brasileiros, sopraram, nesse domínio de estudos, o primeiro movimento de resistência contra o diletantismo, a superficialidade e o espírito de improvisação” (AZEVEDO, 1962, p. 130).

A Universidade de São Paulo tornou-se, de acordo com Pontes (1990), um centro de atuação docente de um número significativo de cientistas sociais estrangeiros, reunindo também um grande volume de estudantes. O espaço de pesquisa, por outro lado, era beneficiado pelas relações estabelecidas entre os pesquisadores estrangeiros e as instituições de financiamento, como se percebe neste trecho da autora:

Donald Pierson, por exemplo, era o representante, no Brasil, da Smithsonian Institution, tendo por atribuição principal o preparo e a formação de pesquisadores autóctones.

A UNESCO também contribuiu para fazer do estado de São Paulo, no início da década de 50, um caso interessante no estudo das relações raciais. Através da

mediação de Alfred Métraux, então diretor do seu departamento de Ciências Sociais, da Reitoria da USP e do patrocínio da Editora Anhembi, foi desenvolvida uma investigação sobre as relações entre brancos e negros na sociedade paulista. Essa pesquisa, coordenada por Roger Bastide, orientou-se pela necessidade de investigar e analisar o “preconceito de cor”, cuja função seria a de justificar uma sociedade de “classes” (PONTES, 1990, p. 49).

Estas pesquisas, segundo Pontes (1990), diferenciavam-se da produção ensaística, pois eram investigações da realidade e não um “ponto de vista”: “O país, ao deixar de ser pensado por meio de reflexões globalizantes, cinde-se em realidades multifacetadas que, estas sim, precisam ser explicadas, isto é, pesquisadas. Os estrangeiros, nesse novo contexto de produção intelectual, são os principais artífices desta segmentação” (PONTES, 1990, p. 49). Neste caminho, os estudos de comunidades do Brasil, como foram realizados no livro de Emílio Willems, *Cunha – Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, de 1947, refletem a produção sociológica dos anos quarenta e cinquenta. Ou seja, uma preocupação, como já havia indicado Donald Pierson, com as sociedades particulares que estava presente na sociedade brasileira. Charles Wagley foi outro representante desse modo de investigação, sustentado em pesquisas empíricas (PONTES, 1990).

A preocupação com os temas brasileiros e com o estudo da sociedade brasileira marcou também a Antropologia nos seus primeiros anos de especialização, como indicaram Peixoto e Simões (2003, p. 389) na análise da primeira década da *Revista de Antropologia*, tentando perceber o contexto intelectual de sua criação:

Se tomarmos como referência os artigos publicados nos dez primeiros anos de existência da *Revista de Antropologia*, de 1953 a 1963, notaremos que os autores brasileiros aí presentes dedicam-se, na maioria, a temas brasileiros – a sociedade rural tradicional, a imigração estrangeira, as formas de associação na cidade, entre outros –, ou ainda, a questões teóricas e metodológicas decorrentes dessas pesquisas sobre integração e mudança da sociedade nacional, como os “estudos de comunidade” e de “aculturação”. Enquanto isso, os autores estrangeiros, que até então respondiam por mais da metade dos artigos publicados – e entre os quais encontramos um considerável número de alemães –, são os que se ocupam principalmente das sociedades e culturas indígenas. Mesmo os poucos brasileiros, que comparecem com páginas dedicadas a assuntos indígenas – como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, além do próprio Egon Schaden –, tendem a abordá-los da perspectiva de sua inserção e envolvimento na sociedade ou na cultura nacional.

Os estudos de comunidades revelam o interesse por temas brasileiros e a inexistência de fronteiras nas Ciências Sociais, já que compartilhavam temas de estudo e referenciais teóricos:

Na perspectiva da colaboração estreita entre antropologia e sociologia, os estudos de comunidade, introduzidos sob influência de antropólogos e sociólogos norte-americanos, formam uma linha de pesquisa emblemática da produção da década de 1950. Fundamentados na observação direta de pequenas localidades ou vilas, por meio de técnicas de pesquisa forjadas no estudo das então chamadas “sociedades tribais”, deram ensejo a uma série de pesquisas monográficas cobrindo grande parte das regiões do país, com as quais se pretendia chegar a uma visão de conjunto da sociedade brasileira. Em prosseguimento aos estudos de mudança cultural iniciados nos anos 1930, os de comunidade se concentram nas características da sociedade rural tradicional em transformação. Embora marca institucional da Escola de Sociologia e Política, esses estudos guardam afinidades e continuidades com a perspectiva representada por Schaden na USP em muitas de suas preocupações conceituais e metodológicas, como indica o foco na temática da “aculturação”. Além disso, vale lembrar que as preocupações com questões de mudança cultural, observada a partir do impacto da modernização (leia-se, urbanização) sobre sociedades e culturas tradicionais – caras aos estudos de comunidade –, dão o tom de parte significativa da produção da época, seja na ESP, seja na USP. Lembremos o estudo de Antonio Candido sobre os parceiros do Rio Bonito (tese defendida em 1954) e as pesquisas de Florestan Fernandes sobre o folclore na década de 1940, que

exemplificam claramente o compromisso com essa pauta, enfrentada com o auxílio de um repertório bibliográfico semelhante. A despeito das afinidades evidentes, os pesquisadores da USP fazem questão de marcar uma distância em relação aos estudos de comunidade (PEIXOTO e SIMÕES, 2003, p.391).

A partir de Peixoto e Simões (2003) é possível constatar o diálogo entre a produção sociológica e antropológica paulista nos estudos de comunidade. Para os autores, este diálogo foi marcado por colaborações e embates num período de emergência da produção acadêmica das Ciências Sociais na ESP e na USP. A análise dos primeiros dez anos da *Revista Antropologia* revelou que havia um debate acerca da natureza dos estudos de comunidade. Tratados como “culturalistas” para os cientistas sociais envolvidos com questões ligadas ao desenvolvimento do país, estes estudos deveriam abordar as relações entre as condições econômicas e sócio-culturais nas comunidades, mas também na sua relação com a sociedade mais ampla. Ou seja, apenas desta forma seria possível compreender as mudanças sociais em curso na sociedade brasileira.

Se Emílio Willems e Donald Pierson influenciaram os cientistas sociais brasileiros através de uma perspectiva de produção acadêmica com forte sustentação em investigações empíricas, característica de um modelo americano de ciência, Roger Bastide, por outro lado, não teve apenas uma inserção no campo teórico, mais comum no modelo francês. A permanência prolongada de Roger Bastide no país e o seu profundo interesse e pesquisa sobre a realidade e a cultura brasileira influenciaram, significativamente, as primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros (PONTES, 1990). A inserção dos cientistas sociais estrangeiros nas instituições de ensino superior no Brasil, portanto, teve o objetivo de auxiliar, por um lado, no processo de institucionalização das Ciências Sociais brasileiras e, por outro, no processo de construção de um conhecimento teórico e empírico, quando, neste caso, gerou-se uma produção acadêmica sobre o Brasil.

Em relação, especificamente, às questões indagadas pelas Ciências Sociais, um aspecto que marcou a constituição da Sociologia acadêmica, segundo afirmou Villas Bôas (1997), foi o questionamento acerca da identidade brasileira:

Quando a Sociologia surge no Brasil como disciplina acadêmico-científica, não indaga dos fundamentos da associação entre os homens, à maneira dos estudiosos franceses, nem da possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Tampouco a ela interessavam as reformas sociais ou a integração de grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, a exemplo dos sociólogos norte-americanos que fundaram o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira (VILLAS BÔAS, 1997, p. 74).

Ao analisar a produção sociológica¹⁷ relacionada com a formação da sociedade brasileira, Ianni (1989) conseguiu identificar três núcleos dominantes de problemas que estavam sendo discutidos no interior da Sociologia brasileira:

O primeiro diz respeito à crise da transição da sociedade baseada no capitalismo agrário à sociedade na qual o capitalismo industrial adquire preponderância sobre o agrário e todas as outras atividades produtivas. O segundo refere-se à reinterpretação da história social do país, principalmente de algumas das suas fases, nas quais ocorreram mudanças conjunturais ou estruturais significativas. O terceiro relaciona-se ao caráter da revolução burguesa, ou revolução brasileira, isto é, ao caráter das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais havidas no Brasil no curso da industrialização e ascensão da burguesia industrial (IANNI, 1989, p. 7).

A consolidação da sociedade burguesa foi ressaltada por Villas Bôas (1991, p. 22), como se percebe abaixo:

De modo geral, se reconhece que a produção das ciências sociais no Brasil dos anos de 1945 a 1964 se deixou influenciar pelas características econômicas, políticas e

¹⁷ De acordo com Ianni (1989), a preocupação com as transformações da sociedade brasileira, na verdade, já estavam presentes desde a década de 1920.

ideológicas daqueles anos. Ela teria concorrido, através de seus temas, questões e instrumentos teórico-conceituais, pragmaticamente, para a realização de um projeto histórico-nacional, de consolidação da sociedade burguesa. Esforços para apreender sinteticamente os traços do conhecimento elaborado naquele período apontam, às vezes, seu caráter “economicista”.

Oliveira (2000, p. 155) afirmou que os produtores do conhecimento na academia brasileira foram influenciados por um período no qual “[...] foram estabelecidas as bases econômicas, políticas e sociais para a modernização do Brasil; foi construída a expectativa de que a aceleração do tempo histórico seria conseguida; foi desenhada a esperança de se alcançar a isonomia entre as culturas, de sermos iguais às nações centrais”. O pós-guerra, na realidade, compreendeu um período de intensa discussão acerca do desenvolvimento nacional, sendo possível verificar os desafios daquele momento também através da descrição de Ianni (1989, p. 98-99):

As transformações em curso na sociedade, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, e sem esquecer as influências externas, criam e recriam desafios práticos e teóricos para muitos. Tanto a universidade como o partido, a imprensa como a igreja, o governo como o imperialismo, todos são levados a pensar e repensar o jogo das forças sociais, os movimentos da sociedade, a marcha da revolução e contra-revolução. [...] Pode-se dizer que “a década de 40 foi para o intelectual uma década de consolidação, especialmente quando se pensa em termos de universidade; a década de 50 é uma década de florescimento, de auto-afirmação e que engendra a era de conflito irremediável”. Os movimentos e acontecimentos sociais e políticos, bem como econômicos, culturais e outros levam o intelectual a repensar o seu relacionamento com a sociedade, a desmistificar muito do que conta a história.

A partir destas referências é possível perceber a importância dos desdobramentos da temática das transformações em curso no país abordados pelas Ciências Sociais brasileira no seu espaço de pesquisa no período pós-guerra: “[...] o complexo das relações sociais próprio da esfera da produção de bens materiais e as desigualdades dos grupos sociais oriundas de sua inserção no processo produtivo foram reconhecidas e problematizadas pelos cientistas sociais, tornando-se objeto de pesquisas e reflexões” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 32). Esta produção do conhecimento social era um instrumento importante para a compreensão do processo de transformação da sociedade brasileira.

Referindo-se às linhas temáticas que orientaram as pesquisas das Ciências Sociais, a autora afirmou:

A primeira delas problematizou o Estado brasileiro, sua formação, ação e instituições, dando continuidade a um objeto tradicionalmente privilegiado pelos estudiosos desde o século passado; a segunda vertente priorizou o conhecimento das tradições culturais e a pesquisa sobre os grupos étnicos característicos da população brasileira, dando seqüência também a uma temática que já motivara o debate dos círculos intelectuais antes do período em foco; a terceira vertente analisou os processos e as relações sócio-econômicas, as condições materiais de existência de grupos sociais, caracterizando-os em função de sua inserção no processo produtivo e focalizando as desigualdades sociais existentes entre eles (VILLAS BÔAS, 1991, p. 23-24).

No conjunto de estudos ligados à primeira linha temática, identifica-se uma direção para as pesquisas acerca das questões e dos fatos políticos a partir da Economia Política, da Ciência Política e da História. A segunda vertente de estudos discutiu as questões e os fatos culturais da sociedade brasileira por meio, principalmente, da Antropologia. Por fim, as desigualdades sócio-econômicas foram abordadas pela Economia Política e pela Sociologia, além da História Econômica e Social, da Geografia Humana e da Demografia. A autora concluiu, além disto, que a discussão destes temas não representou uma ruptura com o passado, já que estas questões eram debatidas desde o século XIX. Em sua opinião, “[...] os cientistas sociais teriam dado continuidade a uma tradição de estudos sobre temas e

problemas, principalmente políticos, mas também culturais, reatualizando-os, sem dúvida, sob a influência das mudanças econômicas, sociais e institucionais dos anos em foco” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 36).

Ao particularizar a produção do conhecimento da Antropologia, Villas Bôas (1991) afirmou que esta ciência dedicou-se aos grupos indígenas e às tradições populares. Quanto ao primeiro objeto de estudo, no entanto, houve o deslocamento de estudos de registros de traços culturais para as análises de relações interétnicas que consideravam as condições sócio-econômicas das populações. Melatti (1984) também indicou que os imigrantes e seus descendentes e as populações de áreas antigas e estagnadas economicamente foram objeto de investigação ao longo dos anos trinta a partir dos estudos acerca de mudanças sociais e culturais. As duas décadas seguintes foram marcadas pelos estudos de comunidades a partir das técnicas da Etnologia. O conjunto de cientistas sociais que seguiram nesta direção, de acordo com Villas Bôas (1991), foi: Alceu Maynard de Araújo, Arthur Ramos, Darcy Ribeiro, Edson Carneiro, Eduardo Galvão, Egon Schaden, Herbert Baldus, Manuel Diégues Júnior, Manuel Pereira, René Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roger Bastide, Theo Brandão, Valdemar Figueiredo Valente, entre outros.

Villas Bôas (1991) indicou que o conjunto de temas abordado pela Ciência Política, neste período, era a eleição dos governantes, os partidos políticos, o sistema eleitoral, o setor diplomático, a política externa brasileira, os regimes políticos, a estrutura política-democrática do Estado, a ideologia política, o desenvolvimento sócio-econômico e o poder político no país. A relação entre as instituições políticas e as condições sócio-econômicas no pós-guerra introduziu, na opinião da autora, a discussão de questões políticas articuladas com os problemas sociais e econômicos. Os principais autores que desenvolveram investigações na Ciência Política foram segundo Villas Bôas (1991): A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Nelson Sampaio de Souza, Oliveiros Ferreira, Orlando Magalhães de Carvalho, Raimundo Faoro, Rodrigo de Melo Franco, Themístocles Brandão Cavalcanti, Vamireh Chacon e Vitor Nunes Leal. É importante perceber que a maioria destes autores estava relacionada a centros de ensino e pesquisa localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Por fim, a autora destacou que a produção dos cientistas sociais convergiu para a análise das mudanças sociais, abrangendo a sociedade burguesa e as pequenas comunidades, além de investigações a respeito do meio rural a partir das relações e das condições de trabalho, das vinculações políticas, dos movimentos religiosos e dos conflitos no campo; e a respeito do meio urbano, com a constituição do operariado, da organização sindical e da moradia urbana. De acordo com Villas Bôas (1991, p. 36)¹⁸,

Esse conjunto de pesquisas e ensaios que configura um quadro de renovação das ciências sociais inclui trabalhos de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Francisco Iglésias, Miriam Ellis, Manuel da Costa, Celso Furtado, Humberto Bastos, João Lyra Filho, Horácio Lafer, Inácio Rangel, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Luiz Aguiar Costa Pinto, Evaristo de Moraes Filho, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, Aziz Simão, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Leôncio Martins Rodrigues, Emílio Willems, Aroldo de Azevedo, Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, José Arthur Rios, Leo Waibel e Giorgio Mortara entre outros.

Os temas desenvolvimento, luta de classes e integração nacional marcavam a produção do conhecimento destas ciências, conforme indicaram Bomeny e Birman (1991), sendo que o tema do desenvolvimento sobressaiu nos estudos nesta área do conhecimento. As teorias que discutiam o desenvolvimento nos anos cinquenta e sessenta discorriam a respeito do processo

¹⁸ Aqui estão reunidos também os economistas e os geógrafos que tinham a preocupação com questões relacionadas à economia e às condições sócio-econômicas das regiões brasileiras, mas que também se voltaram para o estudo da questão agrária e do meio rural brasileiro.

de modernização, de industrialização e, até mesmo, de assimilação da cultura de países desenvolvidos. Tentavam compreender como ocorreu o movimento de passagem de uma sociedade tradicional, centrada no setor agrário-exportador, para uma sociedade moderna, tendo o setor urbano-industrial como central no seu dinamismo. Nenhum processo de mudança econômica e social poderia ocorrer, todavia, sem modificações nas estruturas sociais e políticas. Essas reflexões acerca do processo de desenvolvimento nacional concentraram-se a partir dos anos sessenta nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil e marcaram, em certa medida, a percepção que os cientistas sociais brasileiros teriam deste processo de desenvolvimento no país e na forma de pensar os conflitos sociais ocorridos no meio rural brasileiro.

O processo de compreensão do desenvolvimento do país desde os anos cinquenta não podia ser construído sem considerar os referenciais propostos nas análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁹, das Nações Unidas, e, na década seguinte, da Escola de Sociologia da USP.

Em meados dos anos cinquenta, um grupo de intelectuais organizados em torno das preocupações políticas, econômicas, sociais e culturais da época criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1953, que se transformaria mais tarde no ISEB, em 1955, e publicou os *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância destas iniciativas foi a construção de um centro articulador de uma ideologia desenvolvimentista no Brasil. Um dos principais problemas analisados pelo grupo foi o populismo²⁰ no campo político brasileiro. As análises do ISEB apresentavam semelhanças com as concepções cepalinas, caracterizando também a influência da CEPAL. Os autores que participaram destas instituições acabaram por influenciar uma geração de cientistas sociais formados na academia brasileira e também os pesquisadores analisados nesta tese, sendo a percepção da eclosão dos conflitos sociais no campo no contexto do populismo brasileiro um dos temas abordados em suas pesquisas.

Na opinião de Villas Bôas (1991), seria possível classificar a produção acerca do tema do desenvolvimento em dois grandes grupos: os estudos científicos realizados pela USP e as análises formuladas a partir de uma ideologia desenvolvimentista elaboradas pelo ISEB:

Guardadas as diferenças, as ciências sociais naqueles anos teriam se auto-reconhecido como instrumento indispensável para a realização de um projeto nacional de mudanças. Seus cultores se viam como agentes históricos. Ainda que para uns mais e para outros menos. Produzir conhecimento, naquele contexto histórico, certamente significava contribuir para o processo de transformações e consumação de um projeto histórico (VILLAS BÔAS, 1991, p. 23).

É importante reter que no Brasil os processos econômicos, sociais e políticos gerados a partir de um processo histórico diferenciado dos países desenvolvidos resultaram num esforço do pensamento social nacional de compreensão da realidade brasileira. As reflexões sobre o moderno/atrasado, da CEPAL, e sobre a dependência, da Escola de Sociologia da USP, seguiam neste caminho. De um modo abrangente, tentavam compreender os processos de desenvolvimento e o papel do Estado, das elites, dos partidos políticos. Os grupos de trabalhadores urbanos e rurais eram percebidos apenas no contexto de integração com os demais atores.

¹⁹ De acordo com Santos e Baumgarten (2005, p. 186), “A CEPAL congregou grandes economistas latino-americanos - Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel - e originou a criação do ILPES - *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* - em 1962, a partir do qual as teorias do desenvolvimento chegariam à planificação, mediante sucessivos cursos ministrados em Santiago do Chile e em outros países latino-americanos para formar os agentes do desenvolvimento”.

²⁰ Gomes (1996, p.36), ao analisar o populismo e as Ciências Sociais brasileiras, havia indicado que a experiência populista “[...] tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o ‘ciclo populista’ e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos”.

Segundo Bresser Pereira (2005), os intelectuais do ISEB, num campo predominantemente político, pensavam o processo de revolução industrial e nacional, que se desenvolvia no país desde os anos trinta, a partir de uma interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do Brasil e da própria América Latina. As mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Brasil também foram explicadas, mesmo em menor grau, pelos economistas da CEPAL através desta mesma interpretação:

A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica, sem dúvida extremamente aguda, da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política.

Para formular esse projeto, parte-se de uma interpretação simplificada e ideologicamente comprometida mas basicamente correta do processo histórico brasileiro até então. A sociedade é dividida em dois grandes blocos. De um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo, opõe-se à industrialização brasileira e busca manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. De outro lado, sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações não-exportadoras da velha oligarquia. A liderança desse grupo deveria naturalmente caber, segundo a interpretação nacional-burguesa, à burguesia industrial nascente que tem como protótipo as figuras de Roberto Simonsen e, em menor grau, de Ewaldo Lodi. É a “burguesia nacional”, uma construção mental com uma certa base na realidade que, segundo a interpretação nacional-burguesa, seria nacionalista, industrializante, moderna e socialmente progressista, enquanto a burguesia agrário-mercantil seria tradicional, agriculturalista, colonial, anti-industrializante (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 274).

Apesar da generalização das características da interpretação nacional-burguesa, pode-se pensá-la como a manifestação de uma “ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado”. Em outro momento, o autor descreveu: “A ‘burguesia nacional’, em conflito com o imperialismo e especialmente o caráter ‘feudal’ da sociedade brasileira até 1930 eram construções ideológicas insustentáveis, às quais o Partido Comunista em especial aderiu de maneira decidida nessa época, transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou estalinista” (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 274).

Num campo predominantemente econômico, os intelectuais da CEPAL analisavam a marcha industrializadora dos países latino-americanos dirigida pelo Estado. Fundamentavam economicamente a política de industrialização e criticavam severamente a Lei das Vantagens Comparativas pertencente à Escola Clássica da Economia:

Os dois grupos de produtores de idéias viviam em um contexto social e político que, desde a Grande Depressão dos anos 30, descrevia do liberalismo, fazia a crítica ideológica do mesmo apontando-o como instrumento dos países mais desenvolvidos, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, e apostava em um protagonismo mais acentuado do Estado nacional na busca do desenvolvimento econômico. Dessa forma, atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado. Suas teorias deram apoio teórico para o grande processo de desenvolvimento que caracterizou a América Latina entre 1930 e 1980. Nos anos 60 e início dos 70, porém, uma série de golpes militares nos países do Cone Sul levou os intelectuais latino-americanos de esquerda a afirmar a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, e a desenvolver uma teoria da dependência associada,

consistente com esse pressuposto, que enfraqueceu o conceito de nação na América Latina (BRESSER PEREIRA, 2005, p. 201-202).

De um lado, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Alberto Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida – intelectuais do ISEB; de outro, Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares – intelectuais da CEPAL. Porém, todos acreditavam que o desenvolvimento deveria ser o resultado de uma estratégia nacional de industrialização (BRESSER PEREIRA, 2005).

O ISEB, apesar de não ser uma instituição estritamente acadêmica, foi um importante centro de reflexão teórica e política no país. Os seus intelectuais, além de elaborarem uma reflexão múltipla a respeito da realidade brasileira, buscavam servir como um instrumento de ligação entre a reflexão intelectual e a política nacional. A partir da composição teórica de um projeto de desenvolvimento nacional, o ISEB foi um espaço de difusão das Ciências Sociais brasileiras (TOLEDO, 2005).

Nos anos sessenta, uma abordagem teórica distinta foi elaborada a partir da formação do grupo acadêmico liderado por Florestan Fernandes no Departamento de Ciências Sociais da USP, como indicou Bresser Pereira (2005, p. 205-206):

Embora os sociólogos que se reúnem em torno do Departamento de Ciências Sociais da USP não adotem originalmente uma posição socialista, mostrando-se mais preocupados em estudar a teoria sociológica internacional, e em transpor para o Brasil métodos de pesquisa científicos na área das ciências sociais, a partir do início dos anos 60, com a radicalização política que ocorre na América Latina, serão portadores de pensamento essencialmente de esquerda e, até o fim dos anos 70, crescentemente marxista. Sua preocupação principal será com a marginalidade social, a distribuição de renda, e a análise dos gêneros e das classes sociais. Ao contrário do que ocorre com o ISEB, a questão nacional não é central para a escola de sociologia de São Paulo. Enquanto a interpretação do ISEB, como a da CEPAL, corresponde à interpretação nacional-burguesa do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à idéia da revolução nacional, a escola de São Paulo estará muito mais ligada a uma das três versões da teoria da dependência: a versão da dependência associada. Enquanto os intelectuais do ISEB vêm no pacto populista de Getúlio Vargas um modelo para a revolução capitalista e nacional de países periféricos, e vêm o populismo político como uma primeira expressão do povo e, portanto, da democracia, a escola de sociologia de São Paulo dará ao populismo de Vargas uma conotação negativa. Enquanto o grupo do ISEB, embora dotado de ampla formação teórica, estivesse antes situado no aparelho do Estado do que na universidade, e não se mostrasse preocupado com a pesquisa empírica, sendo antes um grupo de intelectuais públicos universalistas, os sociólogos de São Paulo eram um produto por excelência da universidade, e reivindicam para si o caráter puramente acadêmico ou científico.

A teoria da dependência, crítica à teoria do imperialismo, revelava que não havia uma burguesia local agindo pelos interesses nacionais e, nas suas demais versões, que o centro não seria desfavorável à industrialização. Em algum sentido estava sendo atribuída a responsabilidade maior pelo subdesenvolvimento às próprias elites locais, que não eram capazes de serem nacionais, do que, especificamente, aos possíveis obstáculos impostos pelo centro. Sendo uma teoria originalmente marxista, dava uma significativa ênfase à exploração de classes. Cardoso (1980) já havia indicado que a teoria da dependência analisava as classes sociais entremeadas no capitalismo dependente brasileiro.

Das diferentes versões da teoria da dependência – teoria original, teoria da dependência associada e teoria nacional-dependente –, a teoria da dependência associada tinha a sua base oriunda da Sociologia da USP. Cardoso e Faletto (1969), ao pensarem a dependência da América Latina dentro do modo de produção capitalista, analisaram a natureza política, econômica e social do desenvolvimento econômico destes países. Neste sentido, o Estado, no caso brasileiro, acabaria sendo um objeto importante de análise, seja na

fase do populismo ou do autoritarismo militar, para compreender o processo de modernização da sociedade brasileira. Nos estudos a respeito dos conflitos sociais no campo, analisados nesta pesquisa, percebe-se esse interesse pelo Estado.

A institucionalização acadêmica e a problematização teórica ligada à investigação empírica marcaram, nesses anos cinquenta e sessenta, o período da chamada “Sociologia Científica”. A sua principal referência foi a consolidação da Escola de Sociologia da USP, com Antonio Candido, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, orientando a própria Ciência Social brasileira por décadas. Uma das grandes preocupações deste período era a “revolução brasileira”. Segundo Santos e Baumgarten (2005, p. 194),

A consolidação da “Sociologia Crítica” pode ser caracterizada pelas dimensões básicas compartilhadas por inúmeros cientistas sociais latino-americanos (Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Orlando Fals Borda, Aníbal Quijano, Pablo Gonzalez Casanova, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Miguel Murmis, entre tantos outros): uma perspectiva de análise integrada; o método histórico-estrutural ou dialético; a consideração da historicidade do objeto de conhecimento; a análise dos fenômenos complexos de natureza internacional; a crítica radical do estrutural-funcionalismo; o interesse pelo marxismo como teoria totalizante para explicar a realidade da região; a temática do desenvolvimento e da mudança social e política²¹.

É importante destacar que Florestan Fernandes constituiu um grupo²² de assistentes que seriam herdeiros de seu pensamento e que formariam os cientistas sociais na pós-graduação na USP. O grupo de pesquisa dirigido por Florestan Fernandes, formado, no início, por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira, segundo Liedke Filho (2005), desenvolveu projetos coletivos de pesquisa com uma preocupação orientada para a sociedade brasileira. Estes autores preocupavam-se com o desenvolvimento urbano-industrial, democrático e racional do país. Neste sentido, as investigações estavam direcionadas para as relações raciais, a empresa industrial no estado de São Paulo e o próprio desenvolvimento do país.

O trabalho científico de Florestan Fernandes – a produção de uma Sociologia de acordo com o próprio autor – foi desenvolvido a partir da existência do seu grupo de pesquisa e de fontes de financiamento. Seria possível citar como exemplos os recursos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a investigação das relações raciais; e da Confederação Nacional da Indústria no projeto *Economia e Sociedade no Brasil* no início dos anos sessenta. Uma das principais contribuições que Florestan Fernandes e seu grupo de pesquisadores deram para a Sociologia que estava sendo construída no país foi “a história do desenvolvimento econômico das nações capitalistas dependentes”, originada a partir deste estudo. Segundo Martins (1998), em *Economia e Sociedade no Brasil* é possível encontrar a gênese de um projeto intelectual de formação de uma Sociologia brasileira. A respeito deste projeto, Fernandes (2006, p. 21) indicou que o grupo tinha quatro investigações:

Sobre o empresário industrial, do Fernando Henrique [Cardoso]; sobre o Estado, do Octavio [Ianni]; um terceiro, sobre o trabalho, da Maria Sylvia de Carvalho Franco e da Marialice Foracchi; e o quarto, no qual eu entrava, sobre as relações da urbanização com o crescimento econômico, para o qual Paul Singer fez os cinco estudos de caso. A este projeto estão ligados muitos livros importantes e os desdobramentos comparativos feitos por Fernando Henrique, Octavio Ianni ou por mim. A América Latina começava a ser explorada como campo de investigação quando o nosso grupo foi fragmentado. Já dispúnhamos de uma visão muito clara do

²¹ Segundo Santos e Baumgarten (2005), as pesquisas latino-americanas na área de Sociologia Rural dos processos sociais agrários foram orientadas, principalmente, pela perspectiva da “Sociologia Crítica”, desde a década de 1960.

²² Segundo Liedke Filho (2005, p. 404-405), “Por ‘Escola de Sociologia da USP’ ou ‘Escola de Sociologia de Florestan Fernandes’ entende-se o grupo de cientistas sociais que trabalharam ligados a este sociólogo no período de 1954 a 1969, na antiga Faculdade de Filosofia da USP [...]”.

que o cientista social deve fazer na situação brasileira, latino-americana ou de países subdesenvolvidos: estudar as condições intrínsecas desses países.

Ao se pensar em Florestan Fernandes como um dos intelectuais envolvidos, no Brasil, com o marxismo acadêmico e considerando a sua influência na formação de uma escola de pensamento social que teria uma repercussão nacional, poder-se-ia inferir que uma interpretação marxista do processo de formação e de transformação social no Brasil esteve presente no espaço de reflexão da academia brasileira, como afirmou Ianni (1989). Neste sentido, o debate a respeito de uma revolução burguesa, tão presente nos estudos sociais dos anos setenta, não poderia ser proposto sem uma associação a um modelo analítico também apoiado no campo teórico marxista. A análise de Florestan Fernandes acerca da revolução burguesa no Brasil e da constituição e da expansão da sociedade de classe foi desenvolvida, em grande parte, nas obras *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e, principalmente, no livro *a Revolução Burguesa no Brasil*. A respeito deste último, o autor indicou que o livro era “[...] uma tentativa de explicar o próprio regime que prevaleceu na sociedade brasileira, o Estado, o tipo de Estado, a concentração de poder que alimentou o Estado” (FERNANDES, 2006, p. 48). A discussão acerca do Estado estava intimamente ligada à análise do surgimento e das transformações do capitalismo no país. Na opinião de Fernandes (2006), a revolução burguesa ocorria num contexto de dominação imperialista e sua compreensão contrariava a posição de Barrington Moore Jr.

Numa proliferação de olhares a respeito das transformações capitalistas no Brasil, outras interpretações surgiram para tentar compreender este movimento de desenvolvimento do capitalismo, além da proposta de uma revolução burguesa, como as concepções de revolução passiva, de modernização conservadora, entre outras. Além de Florestan Fernandes, poder-se-ia citar também a presença de Caio Prado Junior e de Nelson Werneck Sodré como intelectuais que empregavam o marxismo nos campos intelectual e político para compreender as transformações da sociedade brasileira neste contexto de desenvolvimento do capitalismo no país. As influências destes cientistas, mas principalmente de Florestan, foram significativas na produção intelectual de autores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Francisco Weffort, Gabriel Cohn, entre outros. Vianna (1999) também destacou a influência weberiana nas interpretações sobre o processo de modernização brasileira como na análise do tema patrimonialismo de sociedade civil, por exemplo, desenvolvido por Florestan Fernandes e por Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Para Ricupero (2000), o marxismo no campo acadêmico brasileiro foi constituído a partir do final dos anos cinquenta. Segundo Liedke Filho (2005, p. 394), o “‘Seminário do Capital’²³, desenvolvido por um grupo de intelectuais majoritariamente da USP, [...] preparou também o caminho para a renovação teórico-metodológica e temática do final dos anos 60, particularmente em termos da formulação de estudos acerca da dependência”. Na opinião de Ricupero (2000), a partir deste período foram produzidos textos marxistas articulados por denominadores comuns, como uma linguagem relacionada com as condições de produção de idéias na academia. Assim, de acordo com o autor,

Apenas com o marxismo uspiano, “capítulo brasileiro do marxismo ocidental”, passa a existir um marxismo brasileiro²⁴, em razão de certos marxistas na década de cinquenta e sessenta finalmente terem sido capazes de formular uma explicação do Brasil. Paulo Arantes assinala mesmo que o marxismo uspiano tinha “como ponto de partida e horizonte conclusivo, refazer radicalmente o diagnóstico da síndrome brasileira de origem, do complexo colonial à nossa inserção oblíqua e subordinada

²³ No período 1958-1964, vários intelectuais da USP, liderados pelo filósofo José A. Giannotti, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Novais, Bento Prado, Paul Singer e Roberto Schwarz, entre outros, estudaram sistematicamente a obra *O Capital* de Karl Marx (RICUPERO, 2000).

²⁴ É importante salientar que a história do marxismo no Brasil é anterior ao período das reflexões acadêmicas na USP, sendo destacada, segundo Santos (2001), a tradição do “marxismo dos comunistas do PCB”.

no sistema mundial do capitalismo contemporâneo”. Esses autores marxistas criaram, portanto, uma linguagem específica, tendo também se formado em torno deles um público que consumia suas obras (RICUPERO, 2000, p. 105).

Estas diversas instituições citadas, portanto, constituíram o espaço de reflexão das Ciências Sociais brasileiras, consolidado, principalmente, com os programas de pós-graduação. A influência teórica européia torna-se evidente, principalmente, na Sociologia. A articulação com o campo acadêmico internacional ocorreu com a vinda de missões estrangeiras e também com a formação de pesquisadores brasileiros no exterior. Esse ambiente revelou o esforço de pensar as singularidades brasileiras, ou seja, propiciou o conhecimento e a adoção de determinados paradigmas teórico-metodológicos na análise de temas relacionados, por exemplo, ao meio rural brasileiro, criando um campo próprio de reflexão e pesquisa.

Em linhas gerais, observou-se a influência da perspectiva da classe dominante no período, a burguesia agrário-industrial, sendo revelada a partir do interesse por determinados temas, como desenvolvimento econômico, modernização, novas relações sociais, transformações do Estado, etc.; por outro lado, a classe oposta, dos dominados rurais ou urbanos, também demandava uma reflexão a respeito do populismo, dos sindicatos, das reivindicações, das manifestações, da revolução, etc. Assim, as linhas de pensamento do ISEB, da CEPAL, apesar de não serem instituições acadêmicas, e da USP sobressaíam, até porque era um momento de reflexão não apenas sobre o Brasil, mas sobre toda a América Latina.

É importante observar, no entanto, que as questões relacionadas ao subdesenvolvimento e ao processo de desenvolvimento dos países latino-americanos não eram exclusivamente de interesse dos próprios países envolvidos²⁵. O campo acadêmico nacional estava, muitas vezes, comprometido com as problemáticas suscitadas não apenas pelo campo político brasileiro. Foi neste sentido, por exemplo, que pesquisas relacionadas à questão agrária brasileira, entendida em torno do debate sobre o uso e a posse da terra, acabaram sendo financiadas com recursos de instituições estrangeiras, como foi o relatório apresentado pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), suborganismo da CEPAL, a respeito da posse e do uso da terra, associando-os com o desenvolvimento sócio-econômico do setor rural, em 1966²⁶.

1.3 O rural como objeto de estudo

Mesmo antes da discussão a respeito dos avanços urbano-industriais, as reflexões sobre o rural no Brasil produziram estudos que buscavam compreender diversos aspectos da sociedade brasileira, fortemente rural, como foi o caso de algumas obras de Joaquim Nabuco. No início do século XX, os escritos de Euclides da Cunha, de Sylvio Romero, de Arthur Orlando e de Oliveira Viana foram representativos na discussão das sociedades rurais. Na opinião de Diêgues Jr. (1962), foi a partir da década de 1930, todavia, que surgiram as contribuições mais expressivas, mas não exclusivamente no campo acadêmico: Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, entre outros.

²⁵ A respeito da existência de um pensamento social e político latino-americano e brasileiro, Ricupero (2000), apoiado em indagações de dois cientistas sociais, Mariátegui (1991) e Faoro (1994), indicou que: “Quando pensamos o Peru, o Brasil ou a Argentina, o que de maneira geral fazemos é consumir o que os outros criaram quando consideravam as suas realidades. O que reflete o fato, como nota Faoro, de que aqui não existe um quadro conceitual autônomo” (RICUPERO, 2000, p. 61).

²⁶ Este estudo foi uma demanda de organismos internacionais, visando buscar mecanismos de intervenção sobre a realidade na forma de políticas públicas, e exemplifica esta relação entre o campo acadêmico e o campo político.

Algumas obras e autores marcaram o rumo do esforço de construção de uma identidade nacional: *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Publicadas nos anos trinta, tornaram-se obras de referência na compreensão do processo de formação do Brasil contemporâneo e, neste sentido, precisavam compreender o meio rural do país. Estes autores procuraram, de acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 312),

[...] investigar como as matrizes sociais ordenadoras do mundo rural do Brasil colonial, especialmente a *grande lavoura (engenhos e fazendas)*, incidiam diretamente sobre os rumos da modernização do Brasil, justamente à época em que se aceleravam os processos de urbanização, de industrialização e de construção do Estado federal capaz de gerir os destinos da coletividade nacional. O conhecimento das hierarquias sociais e das representações mentais e simbólicas herdadas do universo colonial apareciam, então, como um passo fundamental para a compreensão do leque de possibilidades dos destinos da nação.

Os inúmeros estudos regionais realizados desde os anos trinta foram relevantes para a compreensão do rural brasileiro. Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 317), contudo, ressaltaram que “[...] a preocupação de fundo sociológico entre os escritores brasileiros chegou a impor a utilização de novos materiais empíricos e a mobilização de novas referências bibliográficas internacionais, mas não alterou de forma radical o tom ensaístico das publicações dos anos 1920 e 1930”.

Dentre as diversas interpretações sobre a sociedade brasileira, duas marcaram os anos quarenta e cinquenta: a interpretação da vocação agrária e a interpretação nacional-burguesa, indicada anteriormente:

[...] de acordo com a interpretação da vocação agrária, o Brasil não é visto como um país subdesenvolvido, mas como um país rico e cheio de futuro, com uma vocação agrícola definitiva. No plano político, o Brasil é visto como uma democracia presidencialista no estilo norte-americano, embora não passe de um regime oligárquico. No plano social, é visto como uma sociedade sem conflitos sociais e raciais, embora só a repressão reduza o conflito. No plano cultural, a interpretação da vocação agrária ignora que a cultura brasileira de então, de um lado era uma mera cultura ornamental, de salão, desligada do desenvolvimento das forças produtivas; de outro, era uma cultura transplantada, sem capacidade de formulação teórica original ou crítica (BRESSERT PEREIRA, 1982, p. 272-273).

Segundo Meucci (2000), a preocupação com as populações rurais também marcou as primeiras sistematizações do conhecimento sociológico no país. Caberia à Sociologia compreender qual seria o espaço ocupado por estas populações numa sociedade rumo ao processo de urbanização e de industrialização, como a brasileira:

Em termos gerais, podemos dizer, a questão do campo, e, por conseguinte, das populações rurais, fora, de fato, um tema de primeira grandeza para a composição da pauta de discussões sociológicas que então se constituíra. Basta apenas lembrar que muitos autores de manuais de sociologia possuem, no conjunto de seus trabalhos, obras especialmente dedicadas à discussão de questões relativas ao meio rural brasileiro: Carneiro Leão escrevera “A sociedade rural, seus problemas e sua educação”, Amaral Fontoura “O ruralismo: base da economia nacional”, Fernando de Azevedo, “Canaviais e Engenhos na vida política” (MEUCCI, 2000, p. 105).

A questão apresentada pela Sociologia, de acordo com Meucci (2000), era como integrar o meio rural ao progresso brasileiro, já que seu distanciamento dos objetivos da nação poderia comprometer o avanço do país como um todo. Com o impulso urbano-industrial e, ao mesmo tempo, o empobrecimento das regiões rurais, os cientistas sociais temiam pelo deslocamento das populações rurais em direção às cidades. As soluções sugeridas por estes cientistas tinham o intuito de reter as populações rurais ao campo através de atos que aumentassem o seu bem-estar, como criação ou extensão de meios de transporte, comunicação, rede elétrica, saneamento, crédito e assistência técnica, mas principalmente uma educação rural; quanto ao aspecto da educação, seria uma tentativa de impedir que os

valores e o modo de vida urbano estimulassem a saída dos jovens do meio rural²⁷. A autora concluiu, a partir da análise da contribuição de Carneiro Leão e de Amaral Fontoura a este respeito, que

[...] deve-se notar, no projeto de organização nacional esboçado nos compêndios didáticos de sociologia, a identificação do lugar a ser ocupado pelo campo e pelos camponeses encerra um paradoxo fundamental. Exigia-se, por um lado, do poder público, a integração do meio rural à vida econômica do país através de rodovias e ferrovias que viabilizassem o escoamento da produção agrícola. Desse modo esperava-se ampliar a renda da população e melhorar significativamente o padrão de vida dos camponeses.

Por outro lado, recomendava-se o cuidado, sobretudo no sistema escolar, na propagação de idéias consideradas tipicamente urbanas, para que não fossem motivados os camponeses a ir para a cidade em busca de um novo ideal de vida. Para que não fossem assim destruídos os hábitos e tradições consideradas também importantes para a constituição de uma tradição cultural da nação brasileira (sic).

A educação rural exerceria, pois, a vigilância dos valores sociais do campo. Estaria, desse modo, administrando o paradoxo fundamental entre progresso e tradição, favorecendo a fixação dos sertanejos ao campo.

Nesse sentido, sobretudo os estudos de sociologia rural, inspirados nos princípios da ecologia humana, procuravam oferecer condições para que, através de suas investigações, os professores pudessem, efetivamente, desenvolver um vínculo entre os jovens alunos e o meio rural (MEUCCI, 2000, p. 108).

Em relação à produção sobre o rural no período 1945-1964, Villas Bôas (1997), a partir da pesquisa do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, observou que ela podia ser dividida em dois momentos distintos, considerando os aspectos temáticos e metodológicos e os problemas de pesquisa:

Nos dez primeiros anos daquele período, uma parte significativa da produção sociológica estava voltada para o conhecimento do mundo rural brasileiro. O exame do meio rural do país levava os sociólogos a focalizarem as relações de patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais. A convivência de novas e velhas relações de trabalho, as condições da propriedade rural e a influência do meio rural na vida política do país eram temas que chamavam a atenção dos pesquisadores na época. [...]

[...]

A partir de meados dos anos 50, fase de acelerado crescimento industrial do país, uma mudança sensível opera-se na configuração da disciplina. A questão da modernidade se impõe à Sociologia. O transplante de idéias, padrões científicos, hábitos e costumes 'racionalis' passa a constituir um dos focos polêmicos da atenção dos sociólogos. Embora discordassem quanto à modalidade de integração do Brasil no conjunto das sociedades modernas, aceitavam este desafio como uma exigência histórica, política e intelectual (VILLAS BÔAS, 1997, p. 75).

Quanto ao primeiro momento, o interesse pelo meio rural como objeto de estudo nas Ciências Sociais poderia ser justificado, segundo Wanderley (1997), em razão de determinados fatores, como a discussão a respeito do papel do setor rural no desenvolvimento e a tentativa de solucionar as crises sociais oriundas das transformações agrárias. O segundo momento caracterizou-se por uma ampliação teórica da tradição de pensamento no país, pela adoção de uma concepção moderna de história e, por fim, pela preocupação dos sociólogos com o papel que deveriam desempenhar numa sociedade em mudança (VILLAS BÔAS, 1997).

Diêgues Jr. (1962) destacou que os estudos sobre os problemas rurais brasileiros, produzidos com mais intensidade a partir dos anos cinquenta, e as pesquisas de campo

²⁷ A dominação do modo de vida urbano sobre o mundo rural foi também um tema discutido por três cientistas sociais franceses em relação aos anos sessenta à oitenta na França – Pierre Bourdieu, Patrick Champagne e Sylvain Maresca. Ver Bourdieu (2002b) e Champagne e Maresca (1986).

contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia Rural²⁸ no país. Além disto, este conhecimento também foi possível com a contribuição da Antropologia, da Economia, da Geografia e da História.

Na década de 1960, o interesse passou a ser “[...] por pesquisas de caráter mais regional, nas quais se examinam determinados problemas como o do campesinato, o dos assalariados rurais, dos trabalhadores urbanos, das frentes de expansão e pioneiras” (MELATTI, 1984, p. 18). Segundo Rubim (1997), a partir da década de 1970, novos estudos passaram a ser realizados na antropologia do campesinato, na antropologia urbana e acerca da sociedade nacional.

Nos anos sessenta e setenta, portanto, o campo acadêmico brasileiro analisou as questões agrícolas e agrárias, relativas às mudanças na base produtiva, nas relações técnicas de produção, nas relações de trabalho, nas formas de organização, nas relações setoriais; à existência de classes sociais no campo; às políticas públicas, entre outras. Em alguns momentos, a ênfase era dada a um conjunto de questões, cedendo espaço para outras no decorrer do tempo de acordo com interesses econômicos e políticos. Isto se refletia na própria existência de linhas de financiamento para pesquisas em determinadas áreas de interesse.

As indagações concernentes ao meio rural, principalmente aquelas relacionadas às relações sociais no campo, fizeram parte do espaço político desde os anos quarenta. Um dos motivos para isto ter acontecido, na opinião de Sigaud (1992), foi a emergência do movimento camponês. Por esta razão, houve um intenso debate sobre o caráter das relações de produção no meio rural – feudalismo *versus* capitalismo²⁹ – no campo da Sociologia, da História e da Economia, desde meados do último século, como destacaram Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 318):

Discutir o campo, nesse contexto, era discutir a própria formação do Estado e a capacidade deste de influir no destino do país: a modificação da estrutura agrária aparece como condição *sine qua non* para eliminar os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada. Os dramas das populações rurais, como miséria, fome, isolamento, baixo grau de instrução e um certo grau de passividade política, passaram a ser lidos não mais como decorrentes de causas físicas ou naturais, como a mestiçagem, como as secas ou mesmo as doenças, mas como questões sociais, cuja solução demandava uma intervenção política. O *latifúndio* estaria na raiz destes problemas. Muito mais do que apenas uma grande propriedade, a noção de *latifúndio* significava um conjunto de relações de poder marcadas pela exploração, pela imposição de uma vontade arbitrária, pela violência, pela ausência de direitos, e que garantia às elites agrárias uma enorme influência nas tomadas de decisão sobre os usos de recursos públicos e na implementação de ações políticas.

A reforma agrária também esteve presente como um tema central na discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno. Além disto, as imagens do camponês e do trabalhador rural passaram a ser construídas pela esquerda brasileira a partir de sua atuação junto a determinados grupos do meio rural. De acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 321), o debate acerca das “[...] transformações em curso no mundo rural estava, então, estreitamente vinculado à fala sobre a evolução da nação, enquanto comunidade econômica e enquanto comunidade política”. Em meados dos anos oitenta, com a discussão sobre a reforma agrária no país, no Congresso Nacional e externada nas mobilizações dos trabalhadores rurais, o tema voltou a apresentar visibilidade no cenário político nacional (SIGAUD, 1992).

²⁸ A discussão sobre a constituição da Sociologia Rural enquanto uma Sociologia Especial não será objeto de reflexão neste estudo. Uma análise sobre este assunto foi realizada por Martins (1981).

²⁹ As investigações sobre o atraso econômico de certas regiões rurais do país – entendidas como produto da sobrevivência de restos feudais ou do avanço do capitalismo no campo – como na disputa clássica entre Guimarães (1964) e Prado Jr. (1966), foram apresentadas no estudo de Palmeira (1971).

Mesmo com a consolidação do setor urbano-industrial, o rural não deixou de ser um tema importante no pensamento social brasileiro. O desenvolvimento do país suscitou um interesse pelos aspectos próprios das transformações urbanas e industriais no conjunto de questões tratadas pelas Ciências Sociais; todavia, os aspectos econômicos, sociais e políticos das relações e do ambiente rural não foram desprezados, mas, em alguma medida, passaram a exercer uma atração menor sobre os cientistas sociais. Wanderley (1997, p. 1), numa discussão a respeito do meio rural na atualidade brasileira, investigou como e por quais motivos as questões relativas a esse rural ainda orientavam o esforço de pesquisa destes cientistas:

As preocupações crescentes sobre o meio ambiente, as representações a respeito do território nacional e do papel atual da agricultura no desenvolvimento, a busca de soluções para as crises sociais, especialmente associadas ao emprego e às transformações da agricultura, recolocaram a problemática da ruralidade no contexto das sociedades modernas. Fala-se de um renascimento rural, da necessidade de formulação de uma teoria da localidade (não apenas rural, diga-se de passagem) e de novas relações entre o campo e a cidade. Estes, longe de constituírem pólos opostos, guardam especificidades, que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente.

Os pesquisadores brasileiros têm hoje dificuldades para participar deste debate internacional. É surpreendente que, desde o início dos anos 70, os cientistas sociais brasileiros tenham abandonado o estudo do mundo (ou meio) rural, enquanto espaço de vida e de sociabilidade destes mesmos agricultores. Teria o impressionante êxodo para as cidades, ocorrido no Brasil, esvaziado o meio rural, a ponto de desqualificá-lo como objeto de estudo? Neste caso, alguém estudou este processo? Ou teria havido uma homogeneização tal dos espaços sociais e das experiências de vida social, a ponto de anular qualquer diferença entre o homem que mora no campo ou na cidade? Novamente, alguém estudou este processo?

A rápida transferência de grandes contingentes populacionais do campo para as cidades também justifica, no Brasil, a necessidade de se privilegiar o espaço urbano, agora centro aglutinador da maioria da população. Porém, aqui, muitos estudiosos se desinteressaram pelo “rural”, como se ele tivesse perdido toda consistência histórica e social, como se o fim do “rural” fosse um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade. No Brasil, freqüentemente, o rural se confunde com o atrasado e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade.

Além da pesquisa acerca dos temas indicados anteriormente, o próprio conhecimento sobre o rural tornou-se também um objeto de estudo, como na investigação de Palmeira (1971), que talvez tenha feito o primeiro grande balanço do debate em torno das diferentes versões existentes sobre a natureza da questão agrária, de uma perspectiva sociológica. Em razão da significativa dimensão da produção do conhecimento sobre o rural, de acordo com Sigaud (1992), diversos pesquisadores dedicaram-se a estudar determinados sub-temas ao longo dos anos oitenta, como mostraram José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura na resenha acerca da estrutura agrária brasileira e sobre os temas analisados nas décadas de 1960 e 1970; Leonarda Musumeci, quando refletiu sobre os pequenos produtores, a modernização e as transformações sociais no campo; José Vicente Tavares dos Santos, quando avaliou as discussões realizadas no grupo temático *Estado e Agricultura* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); entre outros. Na opinião de Sigaud (1992), o denominador comum destes estudos foi a tentativa de compreender como as transformações das relações sociais no campo estavam sendo analisadas pelo campo acadêmico.

Gnaccarini e Moura (1983) indicaram a dificuldade em elaborar uma resenha dos estudos voltados para a estrutura agrária brasileira, num sentido amplo, em razão da amplitude do tema. Este assunto estava inserido na própria discussão sobre a constituição da sociedade brasileira. Além disto, o debate também transcendia o próprio espaço do campo acadêmico e dos limites disciplinares, já que este tema foi historicamente abordado por pesquisadores de

diferentes formações, como economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos e literatos. Nos estudos analisados sobre a natureza das relações de produção no campo, por exemplo, percebia-se uma interpretação “militante”, ou seja, existia uma vinculação entre a esfera política e a esfera científica, como nos clássicos debates sobre a questão agrária e o capitalismo *versus* feudalismo. Associado a tudo isto, ainda verificou-se a intensa e rápida produção do conhecimento a respeito do tema. Todos estes aspectos, segundo os autores, serviram para constatar que

[...] o Brasil é, de algumas décadas para cá, uma sociedade e um Estado muito preocupados com a agricultura e as tensões sociais agrárias. Esta preocupação, sem ser sinônimo do reconhecimento da relevância do tema para melhor apreensão do que é o país, parece refletir, a seu modo, percepções antagônicas sobre se o campo permanece diferente da cidade e se as classes sociais no campo vivenciam distintamente planos e normas econômicas e políticas. A produção intelectual sobre a estrutura agrária brasileira vai interpretá-la sobre o prisma do atraso das mentalidades no meio rural de países em desenvolvimento, da resistência à mudança, das etapas de desenvolvimento econômico a serem percorridas [...], até o da necessidade de “avançar” socialmente para formas mais democráticas de organização da produção (GNACCARINI e MOURA, 1983, p. 5-6).

Sigaud (1992) se debruçou sobre a produção acadêmica a respeito desse tema. Sua análise fundamentou-se na avaliação do que estava sendo “revelado” nos estudos e não na identificação de autores, temas e correntes teóricas. Segundo ela, a partir de uma preocupação central, a de analisar a expansão do capitalismo no campo, as pesquisas realizadas a partir da década de 1970 começaram a avaliar os sindicatos de trabalhadores rurais como processos organizados de lutas destes trabalhadores. Estes estudos identificaram as diferentes formas de organização do campesinato, dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos próprios movimentos sociais rurais, além das relações entre os representantes e os representados, das organizações da classe patronal, do papel da Igreja, as novas identidades sociais surgidas, a violência contra os camponeses e a reforma agrária como uma luta camponesa.

Santos (1991) realizou um estudo sobre a produção intelectual acerca do meio rural ao longo da década de 1980 e identificou as pesquisas com referência aos conflitos sociais, às lutas sociais e à violência como os principais eixos temáticos de investigação desenvolvidos no Brasil, no âmbito das Ciências Sociais, neste período. Apesar de ter ocorrido uma evolução na reconstrução das lutas sociais, no entanto, as análises sobre os efeitos sociológicos dos conflitos e das lutas sociais no meio rural foram reduzidas. Em outro momento, Santos (1988) identificou, a partir de uma análise do objeto de estudo e das dimensões estratégicas utilizadas nas investigações sobre os movimentos sociais rurais, que os diversos cientistas sociais revalorizaram a dimensão espacial como um elemento dos conflitos agrários. Estes pesquisadores também indicaram a diversidade de atores sociais envolvidos nestas lutas e a presença de mediadores políticos e, por fim, salientaram as dimensões culturais e simbólicas nestes conflitos, como se percebe nesta passagem:

[...] diversidade de elementos em exame, particularmente em dois aspectos: as formas que tais ações coletivas assumiram, desde os saques e o protesto cotidiano contra a seca até as lutas contra as barragens, as lutas por melhores preços dos produtos agrícolas, e as lutas pela terra, esta última contando com dois protagonistas principais, ‘os colonos sem terra’ e os posseiros. O segundo aspecto que mais preocupa os pesquisadores refere-se às dimensões políticas de tais lutas: a participação das mulheres, a relação de tais ações coletivas com os sindicatos e com os partidos políticos, e sua vinculação com as mobilizações acerca da Reforma Agrária. Entretanto, também foram objeto de análise a dimensão econômica de tais lutas sociais, as formas de sociabilidade, e a dimensão cultural que nelas está sempre presente, realçando-se nesse ponto a relação entre a classe social e a consciência de classe que pode emergir no próprio conflito (SANTOS, 1988, p. 7-8).

O esforço de avaliação do conhecimento produzido sobre o rural, segundo Sigaud (1992), indicou a preocupação dos pesquisadores com as novas problemáticas surgidas nas

Ciências Sociais. A autora pretendia, ao longo do seu estudo, “[...] fornecer algumas indicações sobre as condições sociais e materiais em que se deu a expansão do interesse sobre o ‘campo’, sobre as problemáticas que ocuparam os produtores e os conhecimentos por ele produzidos” (SIGAUD, 1990, p. 3). Os estudos de Santos (1988, 1991) e de Sigaud (1992) demarcam um terreno de investigação deste tema, levantando questões relevantes e permitindo o aprofundamento desta temática.

Quanto à construção de um espaço de investigação sobre o rural, Miceli (1989b) afirmou que o processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, no campo institucional e intelectual, vinculou-se à expansão das instituições universitárias públicas e ao volume de recursos governamentais direcionados à constituição de centros independentes de pesquisa. A consolidação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, segundo Vianna, Carvalho e Melo (1995), deu-se em razão da existência de políticas públicas orientadas para a formação de docentes. De acordo com Sigaud (1992), a existência de fontes de financiamento internas e externas às atividades de investigação também garantiu o conjunto de condições institucionais e materiais para que a constituição destas ciências no país lograsse resultados.

A partir do final dos anos sessenta e início da década seguinte, criou-se o espaço das atividades de pós-graduação, de pesquisa e de eventos científicos, desenvolvendo-se a difusão do conhecimento sobre o rural por meio de livros, artigos, teses, dissertações e comunicações em eventos científicos. Os produtores deste conhecimento eram sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, historiadores e geógrafos. Segundo Sigaud (1990, p. 4), foi “[...] no bojo deste processo que surgem os produtores sobre o ‘campo’, que viriam a construir, ao longo das duas décadas, uma numerosa ‘população de especialistas’ ocupando uma região determinada do espaço acadêmico que seria responsável pela ampliação significativa do conhecimento sobre o ‘campo’”.

Um exemplo representativo de espaço de produção institucional sobre o rural foi o Centro de Estudos Rurais de São Paulo (USP), apresentado por Maria Isaura Pereira de Queiroz na revista francesa *Etudes Rurales*, em 1965:

Enfin, le Centre se propose d’intensifier les recherches sur les sociétés rurales du Brésil, à la fois dans une perspective typologique et par des monographies consacrées à des problèmes spécifiques.

Par ces travaux, on espère pouvoir aussi contribuer à la solution de problèmes pratiques: établissement de projets d’amélioration du niveau de vie des paysans; passage moins brutal que par le passé de l’économie de subsistance à l’économie de marché; intensification du développement général du monde agricole. Les membres du centre pensent, en effet, que la vie paysanne brésilienne – encore dominée par l’économie de subsistance et enclavée dans des formes traditionnelles de vie sociale – est inévitablement vouée à se transformer. Mais ils estiment que cette transformation ne doit pas s’accompagner nécessairement d’un appauvrissement et d’une désorganisation sociale, comme cela s’est produit jusqu’à présent (QUEIROZ, 1965, p. 9).

Após três anos, Queiroz (1968) expôs, nesta mesma publicação, uma relação dos trabalhos efetuados no período 1964-1967, agrupados por temas. Esta é também uma forma de perceber quais eram as indagações que estavam sendo feitas naquele momento pelos cientistas sociais da USP. A autora dividiu os temas de pesquisa em dois grupos: “sociologia pura” e “sociologia aplicada”. No primeiro grupo, os principais temas eram: grupos de vizinhança; colonização das regiões mais novas e pequena propriedade; transformações sócio-econômicas de mão-de-obra rural assalariada no estado de São Paulo; e grandes plantadores e grandes criadores. As pesquisas no segundo grupo eram divididas nos seguintes estudos: trabalho do Vale da Ribeira e Comissão de Estudos e Planificação para a Agricultura do Cacau (CEPLAC).

Segundo Martins (2006, p. 136), a Universidade de São Paulo teve uma tradição nos estudos a respeito do rural e a justificativa para esta tendência relacionava-se ao interesse acadêmico pelos “[...] grupos sociais no limite, tanto no campo quanto na cidade, em situação de mudança e transição, que viveram numa certa marginalidade histórica e social, que não estão no centro do acontecer social e político”. Como, historicamente, a população rural encontrava-se nesta situação, conforme afirmou o autor, tornou-se objeto de estudo:

A História da Sociologia aqui na USP é a de estudos preferentemente sobre sujeitos sociais à margem dos grandes processos sociais ou no limite das possibilidades de determinado momento histórico, pobres ou ricos, sem poder ou com poder, os que vivem agudamente a indefinição social e a carência de destino. Por estarem à margem, são referências para a compreensão sociológica das contradições sociais. O caminho da indagação sociológica fica mais rico no diálogo preferencial com aqueles que revelam mais sobre o que é determinada sociedade. No mundo rural está aquela humanidade residual da História, os que não foram assimilados pelas possibilidades e promessas da sociedade contemporânea, os de mais aguda consciência sobre impasses, dilemas e contradições (MARTINS, 2006, p. 136).

Além da Universidade de São Paulo, é possível indicar algumas instituições acadêmicas que também desenvolviam pesquisas vinculadas ao tema, como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1968; o Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, criado em 1977; o Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), antes ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com o nome de Desenvolvimento Agrícola, criado em 1976; e o Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana da Universidade Estadual Paulista (UNESP), criado em 1981. Outro centro de produção do conhecimento social que desenvolveu um conjunto de investigações ligadas ao rural foi o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criado em 1985, entre outros (BRUMER e SANTOS, 1994, 2000)³⁰.

A temática também esteve presente em fóruns de discussão científica, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, que sempre estimulou o debate acadêmico e defendeu a liberdade de pesquisa, inclusive durante o período do regime militar; a ABA³¹ e a SBS³², criadas em 1955; a ANPOCS³³, criada em 1977; e em fóruns próprios, como o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), criado em 1979 através de financiamento da Fundação Ford, com o intuito de criar um espaço específico de discussão acerca do rural (BRUMER e SANTOS, 1994, 2000).

³⁰ Outros espaços foram indicados por Brumer e Santos (1994, 2000), como as “Escolas de Agronomia”, nos anos sessenta, que tiveram a influência da cooperação de universidades norte-americanas na criação de alguns cursos de pós-graduação no país: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O objetivo do convênio entre essas universidades brasileiras e algumas universidades norte-americanas era promover, através das inúmeras investigações realizadas, o aumento da produção e a melhoria das condições de vida da população do meio rural com o intuito de impedir os conflitos sociais rurais. Enfim, esta Sociologia Rural, além da Economia Rural, da Agronomia e da Veterinária, tinha o papel de auxiliar no projeto de modernização do setor agrícola brasileiro na tentativa de evitar a reforma agrária, segundo Brumer e Santos (1994, 2000).

³¹ A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941, foi a precursora desta associação (MELATTI, 1984).

³² A Sociedade de Sociologia de São Paulo, criada em 1934, se transformou na SBS na década de 1950.

³³ De acordo com Santos (1988), o rural passou a fazer parte das discussões na ANPOCS a partir do início dos anos oitenta, sendo que os principais eixos temáticos eram as “lutas sociais no campo”, a “estruturação do rural na sociedade brasileira” e as “classes e os grupos sociais agrários”. Num estudo posterior, Santos (1991) indicou um quarto eixo temático: os “mediadores políticos”. Além disto, a criação desta associação reflete o fortalecimento da pós-graduação em Ciências Sociais e o entrelaçamento das suas disciplinas básicas. No entanto, em relação à ABA e à SBS, não se tem a informação de quando o rural entra como um tema próprio.

A consolidação do tema também pode ser verificada por meio da existência de sub-áreas específicas para o estudo da temática rural no CNPq: na Antropologia (Antropologia Rural), na Sociologia (Sociologia Rural) e na Economia (Economia Agrária e dos Recursos Naturais). É possível constatar isto a partir do estudo de Melo (1999) acerca das referências intelectuais que formaram os cientistas sociais brasileiros. Sua análise compreendeu o arrolamento das referências bibliográficas – livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas – de 302 dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia entre os anos de 1989 e 1993, em diferentes universidades de diversos estados, tais como Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Pernambuco. Uma das áreas do conhecimento especificada por este autor foi justamente a de *Estudos Agrários*.

A existência de recursos oriundos de fontes como o CNPq, a CAPES, a FINEP, a Fundação Ford, a *Interamerican Foundation*, as fundações estaduais de amparo à pesquisa, os outros órgãos governamentais e as fundações privadas foram responsáveis pela expansão do número de pesquisadores e de estudos ligados ao rural. Sigaud (1990, p. 20-21) salientou, no entanto, que “[...] se houve uma política das Agências que beneficiou o ‘campo’ creio que ela não foi dirigida especificamente para o ‘tema’. [...] os produtores interessados em investigar esta ou aquela dimensão do campo brasileiro é que souberam negociar os recursos e canalizá-los para a direção na qual queriam investir”.

Por fim, em relação aos conflitos sociais rurais como tema de investigação, Medeiros (1995) afirmou que nos anos setenta tomaram consistência as investigações sociológicas e antropológicas a respeito do espaço rural e, de forma mais ordenada, também se iniciou a pesquisa sobre os conflitos sociais rurais no campo acadêmico das Ciências Sociais, consolidada com os programas de pós-graduação a partir dos anos sessenta. A discussão concentrou-se na problematização das relações de produção no meio rural com as transformações capitalistas e, neste sentido, o termo camponês passou a explicar as diferentes relações de trabalho neste meio.

O estudo de Palmeira (1971) é uma referência na análise do debate acerca da compreensão da natureza das estruturas e das relações sociais dominantes no meio rural brasileiro. Segundo o autor, o debate a respeito dos restos feudais no meio rural, ou mesmo do feudalismo na história brasileira, estava presente desde a década de trinta. Todavia, foi apenas nos anos sessenta que passou a ter uma condição de questão pública:

Les discussions entre intellectuels et hommes politiques de gauche sur le problème, exposées dans des revues telles que *Revista Brasiliense* et *Estudos Sociais* ont été pionnières dans ce sens là. Une série d’articles de PRADO JÚNIOR dans la *Revista Brasiliense*, qu’il dirigeait, ont mené l’orthodoxie à chercher des bases nouvelles pour ses thèses. Le livre de Alberto PASSOS GUIMARÃES, *Quatro Séculos de Latifúndio*, paru en 1963, a fourni le meilleur exemple de cette tentative. Mais, en 1964, la même *Revista Brasiliense* ouvrait ses pages à M. Andrew GUNDER FRANK qui, dans un long article sous le titre “L’Agriculture Brésilienne et le Mythe du Féodalisme” s’attaquait aux thèses orthodoxes avec une virulence peu commune. Cependant, à l’ouvrage de PRADO JÚNIOR de 1966, *A Revolução Brasileira*, revient le mérite d’avoir donné effectivement au débat son caractère politique. En combattant la stratégie politique de la gauche brésilienne, cet auteur s’est attaqué surtout aux conceptions courantes sur la questions agraire. Répétant pratiquement SIMONSEN, il disait: “Le Brésil ne présente rien qu’on puisse désigner de façon légitime par ‘survivances féodales’”. Outre des nombreux comptes-rendus critiques dans des revues destinées au public cultivé, l’ouvrage a servi de prétexte pour la publication de deux petits livres et de nombreux documents politiques. Les thèses du

VIème Congrès du Parti Communiste Brésilien (1967) vouées à la question agraire ont été, en bonne partie destinées à répondre à PRADO JÚNIOR (PALMEIRA, 1971, p. III-IV).

A temática dos conflitos sociais rurais pouco a pouco logrou sua consolidação como objeto de estudo das Ciências Sociais por meio da discussão acerca das relações de produção no contexto de transformações capitalistas no meio rural, fazendo parte com maior sistematicidade da pauta de investigação dos cientistas sociais brasileiros na década de 1970. Esse debate, todavia, não partia de um marco zero. Antes deste período, já existia uma produção do conhecimento sobre os conflitos principalmente no campo político. As indagações e as inquietações a respeito do campesinato brasileiro estavam presentes em debates neste campo, observando-se de modo indireto a problemática dos conflitos sociais rurais. O principal objetivo era compreender historicamente o processo de constituição da nação brasileira de um ponto de vista simultaneamente de sua identidade e de seu processo de desenvolvimento. Neste sentido, a sociedade brasileira foi compreendida a partir das contradições entre as relações sociais de produção, próprias da dinâmica do capitalismo, levando ao emprego do conceito de classe social e ao entendimento das várias dimensões do desenvolvimento.

No entanto, somente com a formação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, amparados por fontes regulares de financiamento, é que se constituiu um ambiente de produção do conhecimento científico a respeito desta temática. Foi neste espaço institucionalizado de pesquisa e de reflexão científica sobre a sociedade brasileira que se produziu uma pesquisa social que articulava o campesinato ao tema dos conflitos sociais no campo no país. Tal relevância pode ser verificada no número de teses e de dissertações elaboradas nos programas de Antropologia, de Ciência Política e de Sociologia a respeito desses conflitos sociais.

O campesinato foi revelado nas pesquisas das Ciências Sociais através do destaque dos marcos estruturais dos antagonismos e da violência política e social existente no meio rural brasileiro, tendo o Estado como um desencadeador e um cúmplice, ao mesmo tempo, neste processo. Assim, as relações de produção e a luta de classes emergem como ênfase nas pesquisas realizadas sobre as condições estruturais para a emergência dos conflitos sociais no campo e da sua representação política, considerando o papel do Estado.

Estes temas – a constituição do campesinato, a luta de classes, o papel do Estado – estão presentes na primeira geração de investigações sobre os conflitos sociais rurais, ou seja, nas pesquisas desenvolvidas desde o final dos anos sessenta e ao longo da década seguinte. As teses, as dissertações e os livros produzidos nos primeiros anos de atividade dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais no país revelam um aspecto importante da construção teórica destas ciências naquele momento: a matriz teórica marxista exercia uma expressiva influência sobre o exercício analítico dos pesquisadores brasileiros.

Pode-se perceber isto a partir de Martins (1986)³⁴, que indicou que as pesquisas, num primeiro momento, voltaram-se para a discussão das relações sociais de produção e da luta de classes no campo no processo de transformações capitalistas no país. Os cientistas sociais analisaram a emergência de conflitos sociais no meio rural que sinalizavam o processo de expropriação da terra e o capital expulsando os trabalhadores rurais: a expropriação como o centro da questão política no meio rural. No debate em torno da questão fundiária, não era possível pensá-la como, simplesmente, um problema social isolado, já que ela integrava os processos sociais e históricos da sociedade brasileira. A percepção de Martins (1986) dá algumas indicações das relações que são observadas no exame da sua produção do

³⁴ A primeira edição do livro *Os camponeses e a política no Brasil* foi publicada em 1981 e assinalou uma determinada percepção das lutas sociais no campo no espaço político nacional, influenciando outros cientistas sociais, como será percebido ao longo da pesquisa.

conhecimento e de outras investigações analisadas no próximo capítulo, permitindo supor, antecipadamente, que o marxismo transpassa essas análises.

Os conflitos sociais rurais permaneceram na pauta de investigação dos cientistas sociais brasileiros ao longo do tempo. No entanto, supõe-se que a estruturação de novas categorias no estudo dos conflitos sociais no campo, bem como a percepção de outros elementos, não exclusivamente estabelecidos pelas transformações capitalistas no país, foram compreendidos como condição para a emergência destes grupos.

A opção pela produção gerada no espaço da pós-graduação não é apenas uma escolha temporal, definida pela emergência dos programas de pós-graduação a partir dos anos sessenta. Esse recorte contempla as relações estabelecidas entre o principiante campo acadêmico brasileiro e o campo de produção científica internacional. As influências teóricas do espaço acadêmico estrangeiro são perceptíveis quando é analisada a produção originária dos programas brasileiros. Esta é uma inquietação presente ao longo desta investigação, ou seja, notar como foi educado o olhar dos cientistas sociais brasileiros na compreensão das transformações sociais do Brasil. É importante mencionar que essas transformações foram a base de compreensão de questões mais específicas em diferentes pesquisas científicas, como aconteceu com os estudos a respeito dos conflitos sociais no campo.

Sendo assim, pode-se afirmar que quando se observa a produção do conhecimento dos cientistas sociais brasileiros, não é possível não sublinhar a preocupação com o processo de formação nacional. Estes cientistas analisam a sociedade brasileira e esta, por sua vez, os prepara para a reflexão a partir das próprias mudanças geradas por ela. O sistema de idéias disponível para os autores é construído, por um lado, a partir dos referenciais teóricos importados e, por outro, pelo conhecimento gerado nas próprias instituições de pesquisas acadêmicas no Brasil.

A reflexão a respeito da produção do conhecimento sobre os conflitos sociais no campo no pré-1964, que é feita nos próximos capítulos desta tese, tem por objetivo identificar as principais problemáticas suscitadas nestas pesquisas e como as mesmas auxiliaram na constituição de uma determinada visão da realidade social brasileira e nas formas de intervenção sobre ela. É importante perceber que existem relações entre as condições sociais e esta produção do conhecimento, já que são estabelecidas interações entre o conhecimento destes cientistas sociais e o espaço de produção deste conhecimento, com suas instituições e visões de mundo. Esta reflexividade, portanto, remete a uma percepção da própria produção e do contexto social de produção deste conhecimento.

CAPÍTULO II

2 OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS INTERPRETADOS À LUZ DO DEBATE SOBRE A NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A partir dos anos trinta, as Ciências Sociais brasileiras buscaram se constituir como ciência, produzindo um conhecimento acadêmico sobre a sociedade, como foi possível perceber no capítulo anterior. O lugar e os agentes envolvidos na produção deste conhecimento passaram progressivamente a ser, principalmente, as universidades e os pesquisadores. O perfil de seus construtores definiu os temas e os elementos teóricos que começaram a orientar o conhecimento produzido.

As Ciências Sociais brasileiras, nos anos cinquenta e sessenta, institucionalizadas por meio de disciplinas, cursos, procedimentos etc., não poderiam deixar de refletir em sua produção os debates em torno da natureza da sociedade brasileira. Se o debate presente na produção destas ciências buscava a compreensão da “revolução brasileira”, procurando entender as características da estrutura agrária, considerada como “atrasada”, as décadas seguintes presenciaram uma discussão acerca da emergência de conflitos sociais no campo, a partir de um olhar que privilegiava a identificação da natureza das relações de produção. Essa reflexão marcava um envolvimento da pesquisa, mesmo no campo acadêmico, com uma percepção vinculada à esfera política, resultando numa compreensão mais imediata da sociedade e trazendo questões que permitissem a definição de uma estratégia de ação e de superação dos entraves ao desenvolvimento do capitalismo nacional³⁵.

No campo acadêmico, diversas investigações foram realizadas, desde o final dos anos sessenta, a respeito dos trabalhadores do meio rural que se mobilizaram politicamente, organizados em Ligas Camponesas, em Sindicatos, em Associações, entre outros, e nos diversos conflitos sociais eclodidos ao longo do processo de intensificação das transformações capitalistas no campo no Brasil.

O objetivo deste capítulo é analisar como estes conflitos foram explicados pelos diferentes cientistas sociais e, na medida do possível, verificar as nuances existentes nessas investigações. Não se busca reconstruir o debate sobre a natureza das relações de produção dominantes no meio rural do país, o que já foi feito por Palmeira (1971). Como já visto, o autor, além de produzir uma síntese deste debate, mostrou como ele estava relacionado com a discussão em torno da reforma agrária e como os cientistas sociais buscavam compreender o papel político desempenhado pelo campesinato no processo da transformação da sociedade

³⁵ Gomes (1996) descreveu que uma parte da produção do conhecimento social produzida no final dos anos sessenta havia sido elaborada num momento de crise das Ciências Sociais brasileiras, já que a academia necessitava compreender o golpe militar em 1964 e repensar determinadas interpretações que guiavam a formulação política até aquele momento: “Daí o tom combativo de vários textos, os debates que suscitam e a emergência da ‘burguesia nacional’ e do movimento sindical não mais em uma confortável posição de promotores do desenvolvimento do país. Daí também a centralidade do ator Estado e, sem dúvida, do tema do populismo, articulador por excelência desta tríade fundamental” (GOMES, 1996, p. 37).

brasileira. A importância do estudo de Palmeira (1971) está relacionada com a inquietação que uma geração de pensadores tinha com as implicações políticas do desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro, tentando decifrá-lo e intervindo no seu rumo. A referência a esta pesquisa introduz a preocupação com alguns conceitos que marcaram os estudos dos cientistas sociais analisados nesta investigação, como, por exemplo, natureza das relações sociais de produção e classes sociais, e que são importantes para esta tese.

Palmeira (1971), ao analisar o debate ocorrido, desde os anos trinta, entre os sociólogos e os historiadores a respeito da natureza das estruturas e das relações sociais dominantes no meio rural brasileiro, indicou que esses cientistas sociais voltaram os seus olhares para a estrutura agrária brasileira (desde a época colonial) em razão da dificuldade que o setor rural estava enfrentando com o processo de desenvolvimento industrial a partir dos anos trinta. Era um momento de questionamento acerca da existência ou não de restos feudais e até mesmo da presença do feudalismo na história do país. Para o autor, estas não eram preocupações recentes, pois “[...] jusqu’aux années trente de notre siècle et même après, il était courant de penser que le Brésil était un pays ‘essentiellement agricole’. **Alors, toute réflexion portant sur la ‘réalité brésilienne’ aboutissait à une réflexion sur le ‘Brésil agraire’**” (PALMEIRA, 1971, p. I, grifo nosso).

Os historiadores e os sociólogos, segundo Palmeira (1971), analisavam as relações de produção no meio rural brasileiro como uma questão política, como é possível perceber no trecho abaixo:

Une acceptation tacite de “thèses” de la seule organisation politique de gauche de quelque signification, le Parti Communiste Brésilien, et le caractère presque exclusivement urbain des luttes sociales en fourniraient l’explication.

En fait, ce n’est que de nos jours – après l’apparition soudaine du mouvement paysan, mais surtout avec la mise en doute des thèses politiques “orthodoxes” par des organisations politiques se voulant à gauche du Parti Communiste – que **la question de la nature des rapports sociaux dominants dans l’agriculture brésilienne se pose comme une question politique**. La signification que chaque courant attribue à la position d’autrui et à la sienne en est caractéristique (PALMEIRA, 1971, p. XIII, grifo nosso).

O tema se mostrava como uma questão política, já que a forma da compreensão da estrutura agrária definia as alianças e a prática política. No campo acadêmico, esta questão também se apresentava como importante, pois

La question politique d’aujourd’hui – qui occupe des penseurs marxistes (ou se réclamant du marxisme), mais aussi des penseurs qui n’étant pas des marxistes se rapportent, en tout cas, dans leur pratique intellectuelle au matérialisme historique comme point de repère par excellence – attribue un sens politique aux disputes d’hier, les transformant en éléments d’un même débat (PALMEIRA, 1971, p. XIV).

Este debate, de acordo com o autor, ganhou o *status* de questão pública a partir dos anos sessenta. Um debate, num primeiro momento, entre intelectuais e membros de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro, e entre os cientistas sociais a partir de então: “Depuis cette époque, il est devenu presque obligatoire entre historiens et sociologues de prendre une position devant cette question, ne serait-ce que pour la rejeter” (PALMEIRA, 1971, p. V).

Os cientistas sociais, segundo Palmeira (1971), buscaram iniciar suas pesquisas pelas origens e este foi o caso também dos estudos a respeito do meio rural brasileiro, como nessa discussão sobre as relações de produção: feudais, semifeudais, capitalistas etc. Os historiadores, segundo o autor, interessaram-se, em primeiro lugar, por definir o regime dominante em Portugal, bem como o significado do movimento de ocupação de novas colônias: “[...] ils s’interrogent d’abord sur le caractère même de l’entreprise colonisatrice en soi; ensuite sur le rôle joué par l’Etat, finalement, sur le caractère des institutions ‘transplantées’” (PALMEIRA, 1971, p. 4); analisando, num momento seguinte, o regime econômico (estrutura social ou modo de produção) estruturado no Brasil ao longo do tempo.

A sociedade que surgiu foi analisada a partir de suas especificidades, gerando o debate em torno de uma formação feudal ou capitalista desta sociedade. Se o olhar dos historiadores foi na direção de compreensão do passado da sociedade brasileira, após a sua percepção,

[...] une fois “connue” la réalité du passé, historiens et sociologues peuvent revenir au problème qui constitue leur véritable point de départ: **la nature des rapports sociaux, particulièrement ceux qui s'établissent dans la production matérielle, dominants dans une “réalité” partielle et actuelle, la société rurale brésilienne.** Certes, ils proclament que la connaissance de cette partie de la société nationale, celle qui garde les rapports les plus étroits avec le passé dont elle constitue “l'héritage”, peut contribuer à la connaissance de ce passé. Mais, en fait, c'est le mouvement inverse qui domine. La simple insistance sur le terme d'“héritage” en fournit une bonne indication. Ce n'est qu'après avoir rétabli l'essence de cet “héritage” que les auteurs croient pouvoir arrêter leur regard sur le latifundium d'aujourd'hui (PALMEIRA, 1971, p. 36, grifo nosso).

Segundo Palmeira (1971), portanto, os historiadores e os sociólogos tinham como objeto a compreensão da natureza das relações sociais no interior da sociedade rural brasileira. É por este motivo que os sociólogos estabeleceram “latifúndio” como um termo-chave na análise das relações de produção dominantes no meio rural do país. É importante perceber, segundo o autor, que a questão da natureza destas relações de produção estava intimamente ligada ao debate sobre a reforma agrária:

À cet égard, ils établissent tout d'abord la distance qui les sépare des conservateurs, ce qui n'est peut-être qu'une forme de délimiter une sphère de légitimité propre au champ intellectuel dans ces matières. Il est significatif que cette frontière entre “intellectuels” et “(politiciens) conservateurs” soit mobile. Por les plus à droite que soit un auteur en matière de réforme agraire, il identifie toujours des auteurs (ou des forces politiques) plus à droite encore (PALMEIRA, 1971, p. 37).

Por sua vez, o debate a respeito da reforma agrária brasileira estava relacionado com outras questões, como a existência de classes sociais na sociedade rural. Palmeira (1971) exemplificou a discussão entre a existência ou não de uma classe camponesa no Brasil naquele momento quando discorreu a respeito dos seguidores da tese das características feudais ou semifeudais do latifúndio, já que esta percepção implicava no reconhecimento de uma classe camponesa que tinha a posse dos meios de produção mesmo sem a sua propriedade jurídica. Os proprietários de terra, por sua vez, seriam um obstáculo aos camponeses na direção da posse total destas terras:

La lutte entre la classe paysanne dominée et la classe latifondiaire dominante se développerait donc comme une lutte pour la propriété de la terre. [...] La lutte qui s'esquisse depuis quelques années entre capitalistes et travailleurs ruraux lui est, ou du moins l'a été pendant longtemps, subordonnée; l'évidence chronologique serait de leur côté, les “ligues paysannes” ayant précédé les “syndicats ruraux” (PALMEIRA, 1971, p. 76, grifo nosso).

Por outro lado, os partidários da tese capitalista acreditavam que não era possível verificar no Brasil a existência de uma classe camponesa nem mesmo uma classe de proprietários de terras. Na verdade, segundo esses autores, havia uma classe de capitalistas rurais, proprietários dos meios de produção, ou seja, proprietários legais das terras, que compunham a mesma classe da burguesia urbana. Neste sentido, nas palavras de Palmeira (1971, p. 78, grifo nosso):

A ces organisateurs de la production s'opposerait une classe d'ouvriers agricoles qui, en vendant sa force de travail, serait soumise au même type d'exploitation que toute classe ouvrière, avec en plus quelques modalités locales d'exploitation historiquement déterminées. Ces modalités, toutefois, ne suffiraient pas à mettre en doute le caractère de l'exploitation de classe en question et résulteraient, en grande partie, de l'isolement que les grandes propriétés rurales imposent à leurs travailleurs. Ainsi, **la lutte des classes dans la campagne ne serait pas une lutte pour la propriété de la terre – celle-ci n'aurait pas de sens pour la grande masse de salariés ruraux – mais serait un cas particulier de lutte entre bourgeois et prolétaires.** Si les “ligues paysannes” ont mis en mouvement la lutte des classes

dans la campagne, le motif doit être cherché dans les conditions plus favorables d'organisation d'un certain groupe de pseudo-paysans (les foreiros); et si les "ligues" et même les syndicats ont concentré leur lutte sur le "problème de la terre", cela est dû à l'équivoque de l'avant-garde politique qui essayait de la conduire et qui n'a contribué qu'à diminuer l'efficacité de l'action politique des travailleurs ruraux.

A partir do final dos anos sessenta, o debate sobre a transformação das relações de produção, uma variante da anterior, embora mais sofisticada, marcou presença nas pesquisas de muitos cientistas sociais, como é possível perceber neste capítulo. Os cientistas sociais brasileiros tentaram compreender, a partir do olhar sobre a natureza destas relações, a forma como as transformações capitalistas avançaram na direção do campo brasileiro, revelando a complexidade das explicações acerca das relações sociais de produção ou da constituição de classes em luta pela academia brasileira.

As primeiras investigações a respeito dos conflitos sociais no campo, originárias de programas de pós-graduação, surgiram no exterior no final dos anos sessenta e no início dos anos setenta. No campo acadêmico das Ciências Sociais no país, os estudos relativos aos conflitos foram produzidos nos programas que emergiam, a partir do final da década de 1970. Os cientistas sociais estudavam os conflitos que ocorreram num tempo diverso daquele da sua própria compreensão, quando o debate em torno da necessidade da reforma agrária estava presente como um tema central na discussão de um projeto de desenvolvimento para o país.

Além disto, a partir de meados dos anos sessenta, houve a desestruturação das condições sociais e materiais de constituição da produção acadêmica, tirando-a do seu tempo e do seu espaço, como foi mencionado no primeiro capítulo. A produção acadêmica nacional estava ligada à problemática do momento e, naquele contexto político, as indagações estavam vinculadas ao debate sobre a natureza das relações de produção, ou ainda, a percepção da sua complexidade. Naquele momento, reconhecer as lutas representava também conhecer o passado, buscar equacionar as tendências nele embutidas para refletir sobre o presente, marcado pela ausência de liberdades. A produção destas pesquisas, além de recuperar a história, disponibilizou elementos decisivos para perceber o predomínio de determinadas problemáticas e de determinadas matrizes explicativas presentes nas Ciências Sociais brasileiras.

Alguns destes cientistas sociais desenvolveram uma análise das Ligas Camponesas, ora tratando-as individualmente, ora apropriando-se de um modelo comparativo para examiná-las ao lado dos Sindicatos e das Associações. O mesmo ocorreu quando os Sindicatos Rurais foram o foco das pesquisas. Estes estudos demonstraram o empenho dos acadêmicos em compreender a organização do conjunto de trabalhadores do meio rural e a construção da sua identidade, da sua representação e do seu campo de lutas, num contexto de transformações econômicas, políticas e sociais no meio rural brasileiro. Os autores buscaram explicações para a eclosão destes conflitos e a direção seguida pelos grupos de trabalhadores do meio rural organizados em Associações, Sindicatos, Ligas Camponesas, entre outros, no processo de formação nacional. Os autores construíram suas investigações a partir da ênfase em determinados temas, como o sistema de idéias que orientava a ação dos grupos que representavam os camponeses, o papel do Estado etc.

Os cientistas sociais passaram a trabalhar com a tese de criação de relações sociais de produção não capitalistas na própria expansão do capitalismo e indicaram o papel da reivindicação pela terra como bandeira de luta das organizações, ao mesmo tempo em que revelaram que melhores condições de trabalho também estiveram presentes na pauta de reivindicações. A caracterização do campesinato brasileiro emergiu no espaço de reflexão acerca da presença de relações não capitalistas de produção concomitante ao processo de proletarianização da mão-de-obra no meio rural. Neste contexto, a questão da classe estava em discussão, buscando revelar a sua natureza, a necessidade de uma representação política do campesinato, externa ao grupo, e a presença do Estado – elementos inseridos no debate a

respeito da “revolução brasileira”. As interpretações dos conflitos sociais rurais na pauta de investigação dos cientistas sociais brasileiros representavam, na verdade, uma preocupação acerca da própria sociedade brasileira.

2.1 A natureza das relações de produção no meio rural

O conjunto de obras analisado neste capítulo aponta uma leitura feita pelos autores do contexto de transformações capitalistas no campo, das contradições geradas por este processo, da emergência de conflitos, das diferentes formas de mobilização e da organização dos trabalhadores do meio rural através das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais, das Associações Rurais, entre outros (a partir da identificação da base social dos movimentos, dos seus elementos de oposição e da série de bandeiras de lutas específicas). Num primeiro momento, esta produção do conhecimento poderia ter a aparência de uma série de estudos pormenorizados a respeito dos diversos conflitos sociais rurais que ocorreram no pré-1964. No entanto, eram os problemas tocantes à natureza das relações de produção que instigavam os cientistas sociais. Não se tratava de retornar ao debate capitalismo *versus* feudalismo, já superado desde o final dos anos sessenta. Tratava-se de compreender os conflitos no campo por meio da natureza destas relações, entendendo-os como inscritos no caráter contraditório das transformações capitalistas no meio rural brasileiro.

A análise destes conflitos a partir do debate a respeito das relações de produção, da luta de classes, da forma de mobilização política dos trabalhadores do meio rural e da relação entre o Estado e os movimentos camponeses revela a influência teórica do marxismo a partir do predomínio de autores como, por exemplo, Karl Marx e Antonio Gramsci, entre outros, mas também de referências fora desse campo analítico, como é o caso de Barrington Moore Jr., Alain Touraine etc.

Em razão do contexto político instaurado a partir de meados dos anos sessenta, alguns dos primeiros cientistas sociais brasileiros que refletiram acerca dos conflitos sociais no campo estavam em programas de pós-graduação no exterior, como Maria Julieta Costa Calazans³⁶ e Aspásia Alcântara de Camargo³⁷, por meio das pesquisas *Le syndicat paysan comme instrument institutionnel de participation – le cas du nordeste du Brésil* e *Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste*, respectivamente. Calazans (1969) analisou o movimento dos trabalhadores do meio rural no Rio Grande do Norte, no período 1945-1963, tendo o sindicato como um fenômeno central de análise, enquanto os conflitos sociais em Pernambuco foram objeto de investigação de Camargo (1973) através do estudo das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais. A partir da ação dos Sindicatos ou das Ligas, as autoras buscaram apresentar como os trabalhadores do meio rural integravam, estrategicamente, um conjunto de forças na esfera política.

Apesar de não abordarem explicitamente em suas pesquisas o debate sobre a natureza das relações de produção, como ocorreu em outras obras analisadas neste capítulo, é possível propor que as autoras participaram desta discussão ao descreverem as relações sociais constituídas na conjuntura política e econômica no meio rural nordestino, além de demonstrarem a diversidade de relações de trabalho existente no campo brasileiro. A descrição das transformações econômicas, sociais e políticas que se deram no meio rural com o avanço do capitalismo no campo nas diversas regiões do país também marcaram as pesquisas dos demais autores analisados neste capítulo.

Para Calazans (1969) e Camargo (1973), o campesinato foi constituído a partir das contradições geradas no processo histórico das transformações capitalistas no meio rural,

³⁶ A autora apresentou o seu *mémoire* na École Pratique des Hautes Études – VIème section – Sciences Economiques et Sociales - Sorbonne, em 1969, sob a orientação de Henri Desroche.

³⁷ A tese de Doutorado em Sociologia da autora foi defendida em 1973 na Université de Paris II, sob a orientação de Alain Touraine.

além da existência de organizações para representá-los no campo de forças político-econômicas. Isto se tornou mais perceptível quando as autoras descreveram as transformações ocorridas na atividade econômica nordestina e, conseqüentemente, as reações dos trabalhadores do meio rural.

No contexto destas transformações, Calazans (1969) indicou que o sistema de organização agropecuária no Nordeste tinha dois problemas significativos: a utilização e a distribuição das terras. Eles apresentavam-se como obstáculos para o desenvolvimento da atividade na região. Furtado (1964), citado pela autora, justificava a miséria da população ativa, o seu processo de proletarização e a sua luta pela posse da terra neste sentido. Como não havia uma definição precisa de quem era a mão-de-obra ativa na atividade agropecuária, ainda de acordo com Furtado (1964), considerando-a como uma massa camponesa, não era possível a implantação de programas específicos de desenvolvimento econômico e social para essa população, como se percebe na interpretação de Calazans (1969, p. 39, grifo nosso):

De nombreux arguments nous permettent d'affirmer que la population paysanne, lorsqu'elle n'est pas rejetée des programmes de développement économique, est intégrée à l'ensemble de la population active comme une "masse", sans aucun critère d'évaluation quantitative. Il n'existe pas non plus de classification technique et scientifiquement acceptée pour définir ses critères de classification. **La population paysanne n'est pas différenciée en catégories professionnelles, aucun moyen n'est utilisé pour l'évaluer, et ses réels besoins sont méconnus; il n'y a aucun programme de préparation et de formation de sa main-d'oeuvre; et par là même, il n'y a aucun moyen de contrôler son accroissement.**

A compreensão das mudanças estruturais das sociedades nordestina e brasileira esteve presente e foi essencial também no estudo de Camargo (1973). Segundo ela, com o avanço do desenvolvimento do setor urbano-industrial, novas configurações sociais, políticas e econômicas passaram a conformar a realidade do Nordeste brasileiro e uma nova articulação com o Centro-sul do país. As usinas de açúcar, por exemplo, não favoreceram as transformações das relações de produção no meio rural:

En dépit des changements introduits, **il faut noter le fait que la modernisation de l'usine est partielle, car elle utilise pour le travail des champs une main d'oeuvre identique à celle des anciens engenhos.** Elle survit, dans des conditions financières difficiles, grâce à cette main d'oeuvre abondante et bon marché "faisant partie" des engenhos: le morador continuera à vivre dans la propriété et à travailler dans les plantations de canne de l'usine en même temps qu'il dispose d'un lopin de terre pour cultiver les produits de subsistance. Dans les engenhos qui continuent à fonctionner de façon autonome, les formes de travail sont semblables, ces derniers n'étant, comme nous le savons, que de simples appendices territoriales de l'usine (CAMARGO, 1973, p. 95, grifo nosso).

Segundo Camargo (1973), a partir também do estudo de Furtado (1964), o aumento da demanda por açúcar no mercado nacional levou os proprietários a expulsarem os trabalhadores que habitavam dentro da área de plantação para permitir a ampliação da produção. Estas terras eram antes utilizadas para culturas de subsistência cultivadas pelos próprios trabalhadores. Como eram terras improdutivas, o custo real da atividade elevou-se, causando pressão sobre os salários. Com a eliminação das culturas de subsistência, ocorreu uma queda na oferta local de alimentos, ocasionando o aumento de preços e, conseqüentemente, uma maior pressão sobre os trabalhadores, já que seus salários haviam sido reduzidos. Assim, o resultado deste processo, nas palavras da autora, foi que: "**La dégradation des conditions de vie de la classe paysanne contraste vivement avec l'expansion économique,** voire même la prospérité des affaires, ce qui stimulera indirectement l'essor du mouvement paysan" (CAMARGO, 1973, p. 330, grifo nosso). Deve-se perceber que este processo de transformação da atividade açucareira nordestina, com o deslocamento do centro econômico da grande propriedade para as usinas, transformava também as próprias identidades, pois não existia mais o "senhor", de acordo com Camargo

(1973). As usinas eram, a partir daquele momento, sociedades anônimas controladas por administradores, chamados de “o homem” pelos moradores. O “homem” passou a identificar o elemento de oposição – de dominação – em relação aos trabalhadores do meio rural.

Camargo (1973) relatou as transformações sociais e econômicas provocadas pela intensificação da produção nordestina de cana-de-açúcar para o mercado internacional e as modificações políticas regionais e nacionais em razão de uma maior abertura política. No interior deste cenário se desenvolveram as relações entre grupos distintos e emergiram as reivindicações e as formas de luta.

As autoras tinham o foco empírico em estados diferentes, com questões comuns, mas também com aspectos diferenciados a partir de conjunturas políticas e recortes dos objetos distintos, porém, são apresentadas nesta parte inicial porque as investigações de Calazans (1969) e de Camargo (1973), principalmente, abriram um espaço para as pesquisas desenvolvidas no campo acadêmico brasileiro acerca dos conflitos sociais no campo. Além disto, as investigações destas autoras também revelaram uma interpretação dos conflitos sociais a partir de uma participação ativa em diferentes organizações vinculadas à mobilização dos trabalhadores do meio rural, sendo uma característica presente em vários estudos analisados nesta tese. O fundamental é que elas, e em especial Camargo (1973), se tornaram referências no campo acadêmico.

É possível afirmar que a consolidação deste tema ocorreu por meio da existência de espaços de discussão científica, ou seja, o intercâmbio entre os cientistas sociais consolidou o tema por meio do debate acadêmico. A partir dos anos setenta, muitas pesquisas empíricas, realizadas em diversos programas de pós-graduação do país, mostraram uma série de conflitos conhecidos ou não pelo campo acadêmico e estas análises tentavam explicar o papel que os diversos movimentos tiveram na história brasileira. Neste caminho, por exemplo, Fernando Antônio Farias de Azevêdo³⁸, na pesquisa *As Ligas Camponesas – campesinato e política (1955-1964)*, Elide Rugai Bastos³⁹, em *Ligas Camponesas*, e Bernardete Wrublevski Aued⁴⁰, na investigação *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964)*, analisaram o que representavam as Ligas Camponesas nas lutas sociais presentes no Nordeste brasileiro e no espaço político nacional. As pesquisas destes cientistas sociais, entre outros, exemplificam a importância dos fóruns de debate científico desde o final dos anos setenta, como foi o PIPSA, em sua primeira reunião no início de 1979, que promoveu o constante intercâmbio entre os pesquisadores ligados a temas rurais. De alguma forma sua criação fez parte desse momento de um pouco mais de liberdade acadêmica e política que se iniciou mais ou menos na metade do governo Geisel. Os três pesquisadores foram formados em instituições acadêmicas distintas, mas a partir de uma problemática característica daquele momento, refletindo a importância do tema dos conflitos sociais no campo nestes espaços de intercâmbio acadêmico e, num plano mais geral, do debate acerca das relações de produção no meio rural brasileiro.

No estudo de Azevêdo (1982) havia uma preocupação com a discussão vinculada aos marcos estruturais e à “conjuntura mais ampla que data e localiza os acontecimentos sociais”, ou seja, a significação histórica e política assumida pela questão agrária, nos anos sessenta,

³⁸ O autor cursou o Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco na segunda metade dos anos setenta, defendendo sua dissertação em 1980 e sendo orientado por Heraldo Souto Maior. O livro elaborado a partir da sua dissertação foi publicado em 1982.

³⁹ A autora cursou o Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, defendendo a sua dissertação em 1980 e sendo orientada por José Augusto Guilhon Albuquerque. A sua dissertação foi publicada em livro em 1984. A forte influência de Alain Touraine coloca a autora num lugar singular nesta tese, estando presente nesse capítulo e no seguinte.

⁴⁰ A autora cursou o Mestrado em Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba no final dos anos setenta, defendendo sua dissertação em 1981 e sendo orientada por José Cláudio Barriguelli. O livro elaborado a partir da sua dissertação foi publicado em 1986.

apresentando-se como um suporte para a compreensão da junção entre esta questão e os conflitos sociais que daí emergiram. A tese do autor era que a questão agrária e camponesa e os movimentos sociais apenas poderiam ser entendidos quando se considerava o modo como as transformações capitalistas manifestaram-se no meio rural brasileiro e o apoio político e econômico que as sustentaram, ou seja, uma modernização conservadora e que mantinha a grande propriedade e a empresa agromercantil.

Para Azevêdo (1982), o estudo dos movimentos sociais agrários estava relacionado à discussão sobre a questão agrária ao tentar explicar o papel do campesinato no processo de reprodução capitalista ou, mais precisamente, na discussão acerca do caráter de classe do campesinato, como será analisado na próxima seção. O aspecto principal ressaltado pelo autor era que, apesar do processo de subordinação da agricultura ao capital, o camponês continuava a se reproduzir, sem que ocorresse a expropriação completa do produtor direto ou a constituição de relações de trabalho sustentadas exclusivamente no assalariamento. O autor, recuperando o debate envolvendo Caio Prado Júnior nos anos sessenta, afirmou que

[...] a questão crucial e o ardil teórico que se colocam diante do pesquisador, na análise das relações de produção no campo, onde em algumas áreas agrícolas se combinam formas atrasadas e arcaicas de extração do sobretabalho do produtor direto com as formas de assalariamento tipicamente capitalista, é o **modo de articulação entre a propriedade fundiária e o capital, bem como a determinação dos grupos sociais dominados na sociedade agrária** (AZEVEDO, 1982, p. 20, grifo nosso).

Os anos cinquenta, segundo o autor, marcaram a expansão da lavoura comercial e o seu efeito sobre os moradores e os foreiros – a expulsão e a expropriação, respectivamente – sob o jugo do capital. Estes trabalhadores do meio rural expropriados recriaram, segundo o autor, um campesinato marginal, como produtores de alimentos e exército agrário de reserva, e tornaram-se trabalhadores volantes ou trabalhadores assalariados nas cidades e vilas próximas aos engenhos e às usinas. O movimento camponês emergiu, então, como uma resposta aos processos de expropriação e de expulsão da terra e de exploração da mão-de-obra, no plano das relações de produção, promovidos pelos grandes proprietários.

Alguns pressupostos que orientaram a análise do autor estavam relacionados à natureza da propriedade agrária com o avanço do capitalismo e à compreensão do significado político que o movimento camponês, expresso nas Ligas e nos Sindicatos, teve nos anos cinquenta e sessenta. Foi através do recurso às reflexões em torno da possibilidade de uma via prussiana de desenvolvimento capitalista, desenvolvida por Vladimir Ilyich Lênin e por György Lukács, que Azevêdo (1982) analisou as transformações sociais no Brasil e as Ligas Camponesas. As transformações capitalistas no meio rural a partir dos anos cinquenta, segundo o autor, seriam explicadas através de uma transição da grande propriedade improdutiva para a grande propriedade capitalista e pela exclusão de uma parte das pequenas e médias propriedades rurais. A modernização conservadora seria caracterizada pela modernização da grande propriedade, concentrando a estrutura fundiária e requerendo a qualidade/produtividade dos produtos voltados para o mercado externo e para a indústria nacional. A abordagem das vias de desenvolvimento político era empregada, pois permitia analisar a questão dos conflitos sociais no campo no Brasil da seguinte forma, como afirmou Azevêdo (1982, p. 25, grifo nosso): “O de **remeter a questão da propriedade agrária no capitalismo e no problema camponês para a esfera do político**, este espaço ‘relativamente autonomizado’ onde as classes e os grupos sociais encontram o método e as formas de encaminhamento e resolução dos seus interesses sociais”. A partir do momento que esta questão agrária expressou-se pela relação entre o monopólio da terra e as transformações impostas pelo capital, permitiu que estes trabalhadores pudessem se manifestar contra, simultaneamente, o capital e a grande propriedade. A reforma agrária, assim, tornava-se o elemento estratégico de luta do movimento social agrário.

A luta pela terra foi ressaltada por Bastos (1984, p. 9) como a mais importante tensão que se desenvolveu no campo brasileiro, representando, segundo a autora, “[...] uma forma de resistência ao capital, na medida em que, ao se direcionar à posse da terra, dirige-se diretamente contra o capitalismo, que no seu processo de expansão do campo subordina a terra às suas necessidades”. A autora analisou as transformações capitalistas no campo a partir da subordinação da terra ao capital, provocando diversos processos, como “[...] expulsão de foreiros, cujas terras são ocupadas pela produção capitalista; destituição do ‘morador’ das condições que lhe permitem a produção de seus meios de vida; a extinção de contratos de parceria; submissão da produção do pequeno proprietário” (BASTOS, 1984, p. 10).

Segundo a autora, foi neste contexto de transformação que os movimentos sociais eclodiram. Para Bastos (1984, p. 10), a luta pela terra era expressa através dos movimentos sociais. A terra era a “[...] principal condição para que o camponês negue ao mercado a venda de sua força de trabalho, torna-se importante captar as formas dessa subordinação e o modo pelo qual se alteram suas condições de vida e sua inserção no processo produtivo, para que possamos qualificar essa luta”. A subordinação da terra à lógica imposta pela expansão do capitalismo no campo através da sua concentração e da sua transformação em capital foi apenas um dos aspectos deste processo, já que também houve a expropriação de um grande número de trabalhadores do meio rural, transformando-os em mão-de-obra assalariada e subordinada a este mesmo capital.

Bastos (1984) indicou que mesmo com as transformações capitalistas no meio rural, ainda eram mantidas relações não capitalistas. Para a autora, o avanço do capitalismo recriou essas relações de produção, já que era incapaz de absorver o campesinato como força de trabalho. Num momento seguinte, teria a necessidade de eliminá-lo para permitir o seu próprio avanço, gerando conflitos sociais no meio rural. Assim, as mobilizações sociais ocorridas nas décadas de 1950 e 1960 eram importantes porque “[...] encaminha[vam a] discussão de temas fundamentais, dos quais os principais são, sem dúvida, o da posse da terra e o da destruição do campesinato” (BASTOS, 1984, p. 11). O capitalismo brasileiro produziu e reproduziu relações sociais não capitalistas no campo de acordo com José de Souza Martins, sendo esta ótica de análise uma referência para os estudos analisados, como será possível observar neste capítulo.

O marco teórico da autora estava associado à forma como o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorreu no país sem provocar alterações na estrutura agrária brasileira, sendo possível em razão da presença do bloco industrial-agrário. Para Bastos (1984), as lutas pela terra e pelo fim da exploração do trabalhador do meio rural guiaram a ação das Ligas num contexto de forças que marcavam claramente a subordinação deste trabalhador à lógica da expansão do capitalismo no campo, isto é, a exclusão dos trabalhadores do seu meio e da sua subsistência em razão do avanço da produção capitalista, restando a estes a condição de assalariados. Assim, segundo a autora, as Ligas e os demais movimentos agrários tiveram o papel de questionar, ao longo dos anos cinquenta e sessenta, a aliança entre os interesses políticos dos setores dominantes agrários e não-agrários, constituindo um espaço de reivindicação dos trabalhadores do meio rural brasileiro.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, segundo a autora, associado a uma estrutura agrária que não sofreu modificações, foi possível em razão da aliança entre os setores dominantes no espaço agrário e não-agrário ou, nas palavras da autora, através da presença do bloco industrial-agrário. O papel das Ligas Camponesas e de outros movimentos sociais no campo, neste cenário, era “[...] questionar essa aliança e, ao fazê-lo, conquistam importante espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais” (BASTOS, 1984, p. 9).

Se as exigências do capitalismo provocaram mudanças econômicas, sociais e políticas, inversamente estas somente ocorreram segundo as circunstâncias permitidas pelas transformações sociais já realizadas, desejadas e impostas pelos atores sociais que formavam

o bloco industrial-agrário. Através do Estado foi possível definir estas mudanças, avaliar os limites aceitáveis pela sociedade e transformar a exigência fundamental das transformações capitalistas em um projeto de formação econômica e social desejada para o país. O arranjo que marcava os interesses dos grandes produtores rurais e dos industriais tinha um caráter não-revolucionário, mantendo a estrutura agrária intacta e, portanto, suscitando a expansão de conflitos sociais agrários que reivindicavam, como forma de unidade, a luta pela terra.

Quanto ao significado dessas mobilizações sociais e à constituição de um projeto político neste processo, Bastos (1984) recorreu a Antonio Gramsci, tentando refletir sobre as causas da luta associadas ao empobrecimento do trabalhador rural ou à possibilidade de discussão desses problemas no âmbito público nacional através de alguns questionamentos:

serão as crises históricas fundamentais determinadas imediatamente pelas crises econômicas? Em outros termos, serão as condições de real empobrecimento do trabalhador rural – arrendatário, parceiro, posseiros, “morados”, assalariado – as causas imediatas da luta? Ou possibilitarão apenas a criação de terreno favorável à difusão de certos modos de definição e de resolução das questões relativas ao poder em âmbito nacional? (BASTOS, 1984, p. 11).

A resposta era encontrada, como foi indicado, na crise do bloco histórico agrário-industrial, ou seja, a mobilização camponesa nordestina, na opinião da autora, encontrou espaço no campo político em razão da crise da força político-econômica nacional. A explicação para esta crise, refletindo a partir Gramsci (1974b), seria a incapacidade da classe dominante manter a sua hegemonia sobre as classes subalternas, permitindo a ampliação do espaço de disputa entre as classes. No caso do estudo de Bastos (1984), a crise de poder retratada pela crise do bloco agrário-industrial favoreceu a emergência de novas forças sociais, como a mobilização do campesinato nordestino.

Através das pesquisas de Azevêdo (1982) e de Bastos (1984), observou-se que as transformações capitalistas manifestaram-se no campo sem provocar alterações na estrutura agrária brasileira, caracterizando uma modernização conservadora, como indicou o primeiro autor, e sendo possível graças à presença do bloco industrial-agrário, como ressaltou Bastos (1984). Ambos destacaram o processo de subordinação da agricultura ao capital e a terra sendo submetida à lógica da expansão capitalista no campo através da sua concentração e transformação em capital. Mesmo com a expropriação e a transformação dos trabalhadores do meio rural em mão-de-obra assalariada, o campesinato continuava a se reproduzir, resultando na combinação de relações capitalistas e não capitalistas no campo. Para os autores, a articulação entre a propriedade da terra e as transformações impostas pelo capital criaram um espaço para a manifestação dos trabalhadores contra ambos: a grande propriedade e o capital. As Ligas Camponesas possibilitaram a participação política dos trabalhadores do meio rural através da estratégia de luta pela reforma agrária.

As relações sociais no campo e a reforma agrária também foram temas abordados no estudo de Aued (1986). Em relação ao primeiro, sua análise foi conduzida através da descrição da atenção do PCB para com o aspecto agrário brasileiro, destacando que durante as décadas de 1920 e 1930, a questão do campo era identificada, pelo Partido, com a sobrevivência de características feudais no meio rural brasileiro. Neste sentido, a superação dar-se-ia através do confisco da propriedade fundiária e da eliminação da permanência dessas características feudais. Sustentada na caracterização de uma sociedade agrária, semifeudal e semicolonial, a questão do campo colocava-se como prioritária para o PCB. A autora afirmou que o grau de dogmatismo, baseado numa insuficiente reflexão teórica e em distorções na compreensão da realidade brasileira, acabou por definir o caráter da revolução: democrático-burguesa. Nos anos cinquenta, o PCB ainda identificava que o problema central da sociedade brasileira era a estrutura da economia, considerada arcaica, sendo discutida a importância da reforma agrária e indicando a posição oficial do PCB quando se identificava que as sobrevivências feudais continuariam obstruindo o progresso do setor rural brasileiro. Para a

autora, os anos sessenta marcaram uma inversão na ênfase dada ao problema dos camponeses sem terra e dos assalariados rurais, onde os últimos assumiram a supremacia na pauta de discussão do partido.

O atraso econômico no campo seria resolvido, de acordo com os debates promovidos nos Congressos realizados pelo PCB, através da reforma agrária:

a análise da trajetória dos Congressos permite observar como o PCB é cada vez mais obrigado a adentrar em análises e proposições para o campesinato. Os fundamentos de tal invasão de problemática devem ser buscados mais fora que dentro do PCB. Se, internamente ao partido, as limitações de ordem teórica, de desconhecimento do marxismo dificultavam, quando não impediam, compreender o processo real de desenvolvimento do capitalismo. Externamente ao PCB, as Ligas Camponesas, e a complexa situação em torno da qual elas gravitaram, levam para o interior do partido a questão da terra, da propriedade da terra – transformando-a numa questão teórico-nacional (AUED, 1986, p. 26).

Aued (1986) criticou a forma como a questão agrária foi proposta pelo partido, ou seja, a necessidade de eliminação dos restos feudais, do latifúndio improdutivo, através da revolução democrático-burguesa, ou seja, uma solução para a questão fundiária. Todavia, a autora argumentou que esta não era apenas uma interpretação equivocada do desenvolvimento brasileiro, mas também do que era o materialismo histórico: “Primeiramente a ‘idéia do atraso no campo’ é construída tomando como referência a comparação Brasil e países europeus, principalmente Alemanha, Inglaterra, em que o capitalismo no Brasil não teria resolvido contradições que aqueles países já haviam equacionado, a começar pela questão agrária” (AUED, 1986, p. 26-27). Portanto, segundo a autora, a forma equivocada de perceber o desenvolvimento capitalista brasileiro originava-se da própria incompreensão do capitalismo como relação social. Neste ponto, é importante ressaltar que a autora estava reconhecendo a identidade e a força política do PCB, mas, ao mesmo tempo, se posicionando a respeito das estratégias e das táticas adotadas pelo partido ou, nas palavras de Aued (1986, p. 16), “identificando as contradições da prática”.

Em relação à reforma agrária, Aued (1986) afirmou que ela foi o núcleo das reivindicações das Ligas Camponesas e apresentava-se como um projeto revolucionário. No entanto, segundo a autora, era um projeto reformista. Aued (1986) recorreu às referências de Vladimir Ilyich Lênin e de Karl Marx, na discussão a respeito da renda da terra e da nacionalização das terras, para afirmar que o monopólio da terra causava o atraso da agricultura e apenas a sua substituição possibilitaria o desenvolvimento do capitalismo, como é possível observar neste trecho do estudo da autora acerca da eliminação da renda absoluta e, conseqüentemente, do monopólio da terra:

Suprimi-la [a renda absoluta], portanto, significa uma *reforma parcial*, criar condições para desenvolvimento das forças produtivas, eliminar os entraves ao desenvolvimento capitalista. Uma conclusão salta aos olhos: a luta contra o monopólio da terra é uma luta do capital e não contra ele.

Por conseguinte, os projetos de Reforma Agrária e todos aqueles que pretendem soltar as travas ao desenvolvimento do capitalismo – eliminando o monopólio – são projetos reformistas (AUED, 1986, p. 84).

Aued (1986) teve um posicionamento crítico em relação ao papel das Ligas Camponesas na articulação do campesinato através da luta pela “terra para os homens sem terra”, pois a estratégia da reforma agrária, segundo a autora, não conseguia questionar os fundamentos da sociedade capitalista e atacar a propriedade do capital, já que a propriedade da terra poderia ser eliminada e ainda restar o caráter capitalista do modo de produção.

Enquanto parte destes estudos era o resultado de investigações realizadas por jovens cientistas sociais nos programas de pós-graduação, sendo analisadas e debatidas nos espaços de discussão científica, outras pesquisas elaboradas e discutidas no campo acadêmico transformaram-se em referência teórica para uma parte do conjunto de cientistas sociais que tinha o rural como objeto de estudo. Uma destas referências para toda uma geração de

cientistas sociais brasileiros preocupada com a explicação da natureza das relações de produção no campo e com os movimentos sociais foi José de Souza Martins. Para o autor, a análise do mundo rural permitia compreender as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil e este, por sua vez, foi marcado por relações sociais de produção não capitalistas criadas ou recriadas a partir do domínio do capital.

A partir de influências como Karl Marx, através da leitura de *Os Grundrisse*, e de Henri Lefebvre, Martins (1998) afirmou que desenvolveu sua abordagem de que o campesinato não era incompatível com o desenvolvimento capitalista, ao contrário dos estudos baseados na concepção marxista ortodoxa que previa o desaparecimento deste grupo. Assim, mesmo com o avanço do capitalismo, coexistiam relações sociais diversas, revelando a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no campo no país por meio da presença de relações de produção não capitalistas. Soto (2003) indicou, no estudo desenvolvido acerca do conhecimento sobre o “mundo rural” na obra de José de Souza Martins, que esta concepção de relações não capitalistas no campo era central em sua análise porque permitia compreender o desenvolvimento do capital na sociedade brasileira.

No estudo *Os Camponeses e a Política no Brasil*⁴¹, o autor desenvolveu sua análise a partir de uma perspectiva do campesinato surgindo como uma categoria política. O camponês, de acordo com o autor, deveria ser entendido como um excluído a partir de mecanismos econômicos, sociais e políticos. A questão fundiária⁴², para Martins (1986), estava integrada aos processos sociais e históricos da sociedade brasileira. A luta pela terra, na obra do autor, refletia a recusa do campesinato ao processo de extinção e a oposição ao modelo de modernização proposto no país. Nesse sentido, a forma de pensar os problemas do meio rural estava associada à expropriação da terra e ao capital expulsando o trabalhador, ou seja, a expropriação como o centro da questão política no campo. Desde o início dos anos setenta, as particularidades do uso e da propriedade da terra e das relações sociais, tornando-se uma forma de compreensão do rural no Brasil ao trazer o debate sobre as relações de produção não capitalistas no campo, já eram analisadas pelo autor. No estudo *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*⁴³, de 1971, os conceitos frente pioneira e frente de expansão foram discutidos e, a partir da influência de autores como Karl Marx e Rosa Luxemburgo, Martins (1975, p. 49-50) afirmou que

[...] o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade.

Cientistas sociais, como Rêgo (1979), Chaia (1980), Guimarães (1982) e Costa (1983), foram influenciados pela obra de José de Souza Martins, ao analisarem os conflitos sociais e a questão do uso e da posse da terra no Paraná, em São Paulo e em Goiás, sendo os conceitos

⁴¹ O autor produziu este estudo emblemático a respeito dos camponeses e dos movimentos sociais rurais brasileiros através de pesquisas realizadas nos anos setenta. Este trabalho foi apresentado em 1981 no Seminário sobre *História Política do Campesinato na América Latina*, na Universidade Nacional Autónoma do México. A primeira edição do seu livro também é de 1981, mas o texto utilizado nesta tese pertence à terceira edição desta obra (publicada em 1986).

⁴² Em outro estudo, Martins (1999, p. 13) indicou que a propriedade da terra “[...] é o centro histórico de um sistema político persistente [e a partir do momento em que se aliou] [...] ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros”. As relações políticas atrasadas (clientelismo, oligarquismo) que sustentam o Estado brasileiro tornam-se um instrumento de poder, possibilitando o domínio da sociedade.

⁴³ Este estudo foi apresentado na *XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, em 1971. A versão utilizada nesta tese foi publicada no livro *Capitalismo e Tradicionalismo*, de 1975.

frente de expansão e frente pioneira importantes na orientação da percepção das transformações capitalistas no campo brasileiro por estes autores⁴⁴.

A partir da pesquisa *Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná*, Rubem Murilo Leão Rêgo⁴⁵ observou que esta região possuía, no início da década de 1950, uma grande quantidade de terras ainda não ocupadas, estimulando o movimento migratório e definindo a estrutura de produção da região. A demanda por alimentos e por matérias-primas com baixos preços foi satisfeita por esta produção agropecuária camponesa (pequenos produtores e posseiros), tradicionalmente sustentada numa reduzida adoção tecnológica. Para o autor, as terras no sudoeste paranaense foram objeto de disputa, violência social, em razão das suas funções no contexto de transformações capitalistas: meio de produção e objeto de especulação imobiliária. Era uma luta, como indicou o autor, entre “o capital imobiliário privado e os exploradores reais da terra – os camponeses”. Uma luta onde o posseiro reproduzia-se num contexto de transformações capitalistas no meio rural que, ao mesmo tempo, acabava por eliminá-lo.

Para Vera Lúcia Michalany Chaia⁴⁶, no estudo *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*, a análise partiu da expansão da atividade econômica em São Paulo, ao longo do tempo, e as conseqüências diretas envolvidas neste processo – posse da terra, invasões, confrontos, grilagens, valorização da terra, novas relações de trabalho, novas atividades econômicas – foram confrontadas com o trabalho de demarcação das terras devolutas, como indicou a autora. O governo estadual tinha o interesse de buscar uma solução para a questão fundiária em razão do avanço das povoações, do afluxo de imigrantes e, obviamente, do interesse em determinar os impostos territoriais (havia a necessidade de uma “delimitação entre as terras privadas e as terras devolutas que fariam parte do patrimônio do poder público”). Segundo a autora, o movimento social ocorrido no estado de São Paulo (1959-60)⁴⁷ estava inserido no contexto de instauração da frente pioneira e, por conseguinte, no espaço de tensões sociais provocadas pela luta pela terra.

Nos estudos de Maria Tereza Canezin Guimarães⁴⁸ e de Cléria Botelho da Costa⁴⁹, em *Formas de organização camponesa em Goiás 1954/1964* e em *Estado e luta dos Posseiros: Goiás 1961-1963*, respectivamente, também houve a indicação da resistência na terra como fundamental na compreensão dos conflitos sociais no campo. Guimarães (1982) e Costa (1983) examinaram o processo de ocupação das terras neste estado, ressaltando as lutas camponesas – posseiros – como tentativas de resistência às subordinações do trabalho e da terra ao capital. O centro-norte (Trombas/Formoso) foi palco de lutas sociais pela posse da terra a partir dos anos cinqüenta; no sul (Itauçu), por outro lado, as reivindicações eram, principalmente, pela redução da renda da terra.

⁴⁴ Estas pesquisas também foram debatidas em fóruns científicos como o PIPSA, citado anteriormente.

⁴⁵ O autor defendeu sua dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo em 1979, sendo orientado por Duglas Teixeira Monteiro e por Luiz Pereira. Este pertenceu à segunda geração da Escola de Sociologia da USP, juntamente com Gabriel Cohn, José de Souza Martins e José César Gnaccarini, entre outros, como foi indicado no estudo de Santos e Baumgarten (2005).

⁴⁶ A autora, contemporânea de Rubem Murilo Leão Rêgo na USP, ingressou em 1973 no Mestrado em Sociologia, onde foi orientada por José de Souza Martins e defendeu sua dissertação em 1980.

⁴⁷ O outro movimento ocorreu no período 1968-69 e teve a atuação de uma instituição ligada à Igreja Católica (Instituto Paulista de Promoção Humana) e de outra ligada às questões trabalhistas (Frente Nacional do Trabalho).

⁴⁸ A autora elaborou sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Luiz Eduardo W. Wanderley, e sendo defendida em 1982.

⁴⁹ A autora também seguiu nesta direção, desenvolvendo sua dissertação em Sociologia na Universidade de Brasília. Ingressou no Mestrado em 1981, defendendo sua dissertação dois anos depois e sendo orientada por Maria Helena Lerda. Sua investigação foi também orientada para o “papel do Estado”, sendo o seu objeto a luta de posseiros no estado de Goiás no período 1961-1963.

A discussão a respeito da frente de expansão e da frente pioneira foi realizada, pelos autores, para compreender a luta pela posse da terra no Paraná, em São Paulo e em Goiás nas décadas de 1950 e 1960 e, principalmente, o sentido desta luta para o camponês, indicado pelos autores como sendo o posseiro ou o pequeno proprietário. Era preciso, segundo estes pesquisadores, perceber os conflitos sociais no contexto de reprodução capitalista, que ocorreu no Brasil, com suas especificidades: a reprodução de relações não capitalistas no meio rural. Segundo Martins (1975), a presença de relações capitalistas concomitantes às relações não capitalistas era necessária e possível “à acumulação e reprodução do capital”. Além disto, também de acordo com o autor, a relação antagônica entre a frente pioneira, caracterizada por ser um empreendimento econômico e resultado da necessidade de reprodução da sociedade capitalista, e a frente de expansão, onde a vida econômica não estava estruturada a partir de relações essencialmente com o mercado, situava-se na propriedade privada da terra.

Rêgo (1979), Chaia (1980), Guimarães (1982) e Costa (1983) analisaram a ocupação/compra de terras nos estados investigados, estratégia inserida na lógica do avanço do capitalismo na sociedade brasileira, revelando uma interação entre as demandas do mercado por alimentos e matérias-primas e a recriação de relações não capitalistas para os trabalhadores do meio rural, como será possível observar nesta seção. Além disto, as políticas de colonização e o processo de arrendamento também foram temas encontrados nestas investigações.

Rêgo (1979, p. 14), empregando Martins (1975), indicou que quando se analisava o processo de expansão capitalista no campo, dever-se-ia compreender como as relações sociais próprias deste processo o tornavam singular: “[...] configura a diferenciação ou a singularidade das relações sociais no fato de o movimento social de ocupação resultar ou não na imediata ‘incorporação de novas regiões pela economia de mercado’”. Rêgo (1979) constatou que era mantida a reprodução de relações de produção não capitalistas e que o capital comercial exercia uma função essencial. Foi neste momento que o autor retomou o debate entre Guimarães (1964), Rangel (1962) e Prado Jr. (1966) a respeito da “evolução, crescimento e transformação da agricultura no Brasil”. Não se tratava, segundo Rêgo (1979), de voltar ao debate capitalismo *versus* feudalismo, pois este não tornava mais claro o caráter contraditório das transformações capitalistas no meio rural. Em sua opinião, seria mais conveniente compreender a relação entre o setor rural e o desenvolvimento e, para isso, o autor recorreu ao estudo de Silva (1977), sendo sua conclusão a este respeito exposta a seguir: “Parto do pressuposto de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em qualquer de suas fases, não é um desenvolvimento homogêneo. Isto é particularmente verdadeiro em relação à agricultura” (RÊGO, 1979, p. 20).

O autor salientou que este caráter desigual do modo de produção capitalista estava presente nas diferentes relações sociais de produção no campo no Brasil, inclusive através da expansão capitalista por meio da reprodução ou da produção de relações de produção não capitalistas. Nesta discussão, Rêgo (1979) recorreu aos estudos de Lênin (1973), Pereira (1977) e Silva (1976), ficando claro, segundo o autor, que o desenvolvimento do capitalismo é marcado também pela reprodução de relações não capitalistas em alguns setores ou áreas da economia: “[...] Daí poder-se afirmar que, como resultado do processo de acumulação no conjunto da economia, o capital subordinadamente reproduz as relações sociais de produção não capitalistas, particularmente na agricultura” (RÊGO, 1979, p. 25-26). A influência de Lênin (1973) é observada no estudo do autor a partir da constatação das transformações capitalistas no campo como um fenômeno progressivo da produção agrícola mercantil, sustentada ou não na produção camponesa.

Os processos de reprodução de relações sociais de produção não capitalistas e de expansão das relações mercantis, de acordo com Rêgo (1979, p. 33),

[...] reconstituem ou recriam agentes sociais que se confrontam em consequência dos interesses antagônicos e contraditórios. Especificamente no caso da frente de expansão, o campo em que se realizam as formas e relações sociais de produção não capitalistas, em confronto com o processo de expansão capitalista, caracterizando-se por se constituir em um “campo de violência”. É a violência expropriadora e exploradora da pequena produção no processo de expansão capitalista que vai constituir a matriz da luta do posseiro ou do pequeno produtor pela posse da terra⁵⁰.

A violência, de acordo com o autor, era a expressão de dois processos: exploração da produção camponesa pelo capital e expropriação do campesinato. Neste sentido, o monopólio da terra entrava em contradição com a posse ou propriedade característica das frentes de expansão. Assim, o avanço das transformações capitalistas propiciava, segundo o autor, que lutas sociais ocorressem em espaços como as frentes de expansão: “[...] a luta camponesa se configura tanto no sentido de preservar o controle sobre o meio de produção que lhe é fundamental – a terra – implicando a preservação de formas de apropriação características da pequena produção; quanto no sentido de garantir a continuidade de sua forma de inserção na produção capitalista” (RÊGO, 1979, p. 35). Para o autor, o “levante camponês” era a expressão de transformações estruturais no processo histórico de consolidação do capitalismo no Brasil. A frente de expansão, segundo Rêgo (1979), acabou por reproduzir a não-autonomia da produção camponesa, pois sustentava a “[...] reprodução de sua subordinação como força de trabalho no processo de expansão da produção de mercadorias, dominado pelo capital comercial e, através deste, vinculado ao processo geral de produção capitalista” (RÊGO, 1979, p. 76).

Segundo Costa (1983, p. 39), o processo de transformações capitalistas no campo também não implicava no desaparecimento de relações de produção não capitalistas: “Esta expansão do capitalismo de forma não homogênea, conferiu a existência de uma multiplicidade de grupos sociais no campo e também, uma grande heterogeneidade interna em cada um daqueles, o que dificulta a sua identificação a nível do concreto”. As transformações capitalistas impuseram, segundo a autora, que a grande propriedade rural estivesse voltada ao mercado externo em razão da necessidade de geração de divisas para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, existia a necessidade de alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial. Foi neste espaço que a agropecuária comercial foi sustentada nas pequenas e médias propriedades e, principalmente, em áreas de ocupação recente – “fronteira agrícola” – mesmo com relações de produção não capitalistas.

Costa (1983) observou que o Governo Federal tinha uma política de “ocupação e interiorização”, promovendo, no caso de Goiás, políticas de colonização ou obras públicas que acabavam por expandir a “fronteira agrícola” do estado, como as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica e a construção de Brasília. Com o surgimento de novos centros urbanos, houve também a ampliação da produção agrícola para o mercado interno. A partir do momento em que os posseiros passaram a usar privadamente as terras devolutas, enfrentaram uma contradição, pois eram, de acordo com a autora,

[...] proprietários reais e não proprietários formais das terras que ocupavam. Numa sociedade de classes, as relações dos homens com os instrumentos de produção se expressam: na propriedade jurídica (proprietários formais) e na propriedade real (proprietário de fato) dos instrumentos de produção. Contudo, **a propriedade jurídica nem sempre coincide com a real. Tal é o caso dos posseiros** (COSTA, 1983, p. 42, grifo nosso).

A valorização das terras em razão da construção de Brasília e de grandes estradas provocou as contradições vividas pelos posseiros, já que passou a existir uma concorrência com grileiros ou com proprietários ausentes. Os conflitos sociais no meio rural goiano revelaram o processo de luta pela posse da terra.

⁵⁰ A expressão “campo de violência”, empregada pelo autor, é de Luxemburgo (1970).

Chaia (1980), ao analisar, a partir dos anos trinta, um movimento de ocupação de terras na tentativa de estimular e de diversificar a produção em regiões de São Paulo, identificou que estas áreas estavam à margem da atividade e do mercado, num período de expansão industrial, principalmente, o oeste paulista, “a última fronteira agrícola” do estado. Neste contexto surgiram companhias de colonização (particulares) que vendiam terras e proporcionaram o espaço para a produção de culturas ligadas às indústrias de transformação. A atividade agropecuária ganhou o peso de um empreendimento capitalista, promovendo uma maior relação entre os capitais agrário, comercial, financeiro e industrial. As companhias de colonização eram uma expressão da classe burguesa, segundo a autora, e estavam ligadas às políticas de terras devolutas e de imigração, muitas vezes apropriando-se da máquina estatal para garantir os seus interesses. O objetivo não era simplesmente promover a ocupação de terras, mas também garantir a reprodução do capital.

Segundo Chaia (1980), todo o oeste paulista teve a mesma dinâmica de ocupação e de desenvolvimento e, principalmente, utilizou a alternativa de arrendamento para a formação das fazendas. A questão que se colocava dizia respeito aos motivos para a prática do arrendamento e não do assalariamento ou do colonato. A análise deste fenômeno seria crucial para a compreensão da emergência dos movimentos sociais desencadeados pelos pequenos arrendatários na região de Santa Fé do Sul nos anos 1959-1960 e 1968-1969. Martins (1972) foi referido no estudo de Chaia (1980) para a compreensão da lógica do sistema de arrendamento, necessário no entendimento dos conflitos no oeste paulista: o arrendamento era utilizado para preparar a terra para a formação e/ou renovação de pastagens para pecuária de corte; os contratos compreendiam dois ou três anos e exigiam a plantação de capim, já que as terras seriam utilizadas no futuro para pastagens. O proprietário poderia receber como pagamento (renda-da-terra) uma renda-em-produto, quando ocorresse o pagamento na forma de uma percentagem sobre a cultura; uma renda-em-trabalho, já que houve a derrubada das árvores, a realização de benfeitorias e a entrega do produto já limpo; uma renda-em-dinheiro obtida com a compra da produção do arrendatário a um preço menor do que aquele do mercado. Mas poderia também ocorrer o arrendamento para o chamado “arrendatário médio”, que utilizava o sistema de “meia” ou o sub-arrendamento. Por fim, havia também o locatário capitalista, como indicou a autora:

No caso, o locatário capitalista contratará meeiros, ou subarrendará as terras a pequenos-arrendatários, extraindo destes a renda em produto, uma vez que as culturas estipuladas para renovação de invernada são, geralmente, o algodão, o arroz e o milho. Portanto para o trabalho suplementar será apropriado pelo locatário e este pagará ao proprietário a “renda-absoluta, que é o tributo do monopólio de terra” (CHAIA, 1980, p. 55).

Os prazos curtos de arrendamentos possibilitariam a ampliação da renda-da-terra, já que a cada novo contrato seriam incorporadas as benfeitorias e o preço da terra seria elevado, resultando numa renda diferencial, segundo Chaia (1980). Por outro lado, além das “tensões” de caráter econômico envolvidas diretamente com o arrendamento da terra, existiam outras relacionadas ao próprio modo como esses atores percebiam o outro: o proprietário via o arrendatário como alguém que não tinha um comprometimento com a terra e, por sua vez, o arrendatário esperava que houvesse uma relação de “paternalismo” por parte do proprietário, com a possibilidade de aumento dos prazos e/ou renovação dos contratos, de redução da renda-da-terra (CHAIA, 1980).

O movimento social ocorrido em 1959-1960 surgiu em razão dos arrendatários não desejarem sair das terras em Santa Fé do Sul, no contexto de enfrentamento da Frente Pioneira e da Frente de Expansão. A autora também salientou que a instauração da Frente Pioneira não resultou na destruição de relações não capitalistas de produção. O avanço do processo capitalista encontrou no arrendamento e na criação do arrendatário a possibilidade de tornar viável a atividade econômica. Foi a tentativa de se manter na terra, após o fim dos

contratos de arrendamento, que deu impulso aos movimentos. Cabe destacar que o pagamento da renda da terra impedia que esses arrendatários pudessem promover uma poupança suficiente para a aquisição de terras. A negação ao pedido de prorrogação do prazo resultou no movimento conhecido como “operação arranca-capim”. Foi uma luta pela posse provisória da terra numa tentativa de subsistência e tendo o PCB e o Governo Estadual como intermediadores. O resultado foi a geração da consciência de uma capacidade de organização para esses arrendatários de acordo com Chaia (1980).

Além da percepção de relações sociais de produção não capitalistas constituídas na conjuntura político-econômica no meio rural, observou-se também que as transformações capitalistas manifestaram-se sem promover alterações na estrutura agrária brasileira. Mesmo com a expropriação dos trabalhadores e a sua transformação em mão-de-obra assalariada, o campesinato continuava a se reproduzir, resultando na combinação de relações capitalistas e não capitalistas no campo.

Nos estudos de Calazans (1969) e de Camargo (1973), foram apresentadas as contradições geradas no processo histórico das transformações capitalistas no meio rural nordestino, resultando no desenvolvimento da atividade econômica da região concomitante à manutenção de relações de produção não capitalistas. Neste contexto, as reações dos trabalhadores do meio rural eclodiram, sendo fundamental a presença de organizações para representá-los. Em relação à pressão sobre a posse da terra, Azevêdo (1982) e Bastos (1984) afirmaram que ela foi provocada pela subordinação da terra à lógica da expansão capitalista no campo, gerando um espaço de manifestação dos trabalhadores do meio rural contra a grande propriedade e o capital. Assim, a participação política dos trabalhadores do meio rural, através da ação dos Sindicatos e das Ligas Camponesas, desenvolveu-se numa estratégia de luta pela reforma agrária. No entanto, segundo Aued (1986), a estratégia da reforma agrária não questionava os fundamentos da sociedade capitalista ou atacava a propriedade do capital, pois a eliminação da propriedade da terra não determinava, necessariamente, o fim do caráter capitalista do modo de produção. Nos estudos de Rêgo (1979), Chaia (1980), Guimarães (1982) e Costa (1983), influenciados pela discussão a respeito da frente de expansão e da frente pioneira na obra de José de Souza Martins, os conflitos sociais nos estados pesquisados pelos autores estiveram ligados ao avanço do capitalismo no campo brasileiro, retratados através do embate entre estas frentes. O processo de modernização, impulsionado pelo Estado e convergido para a industrialização e para a urbanização, pusera o campesinato à margem. A modernização da atividade agropecuária se desenvolveu ao lado da sobrevivência de formas não econômicas de coerção do trabalho no campo, sendo que o processo de ocupação de novas áreas rurais foi também uma estratégia encontrada pelos trabalhadores do meio rural para contornar as pressões provocadas por ela. As conseqüências desta ocupação foram analisadas pelos autores em suas pesquisas, já que as mobilizações que eclodiram no campo refletiram a pressão suscitada pelas transformações capitalistas, salientando a presença de relações de produção não capitalistas, o papel do mercado e os processos de colonização e de arrendamento.

A partir da análise destes autores, observa-se que havia uma preocupação com as transformações das relações sociais de produção no meio rural. Para eles, a recriação de relações de produção não capitalistas estava ocorrendo simultaneamente às transformações capitalistas no campo, ou seja, estabelecia-se uma ampliação do assalariamento ao mesmo tempo em que antigas relações de trabalho eram mantidas ou recriadas. A redução da demanda por mão-de-obra no Nordeste em razão do processo de modernização da atividade agrícola e a necessidade de produção de alimentos e de matérias-primas baratas para as camadas urbanas, principalmente, nas regiões de fronteira provocaram a configuração destas relações de trabalho. Nas regiões de fronteira, os camponeses direcionavam-se para a produção voltada para o mercado nacional, sendo o seu surgimento determinado pelo próprio

caráter das transformações capitalistas conduzidas no campo. Enquanto o processo de avanço do capitalismo no campo se intensificava, gerava os conflitos entre os trabalhadores do meio rural e os proprietários de terras.

A perspectiva metodológica destes autores partiu da compreensão da expansão do capitalismo no campo e do papel do Estado, associados ao desenvolvimento do capitalismo no país, para o entendimento das transformações das relações sociais no campo e, conseqüentemente, para a explicação da ação política dos trabalhadores do meio rural. Nestas pesquisas foi possível verificar que havia uma preocupação com as relações não capitalistas de produção ligadas ao processo de acumulação de capital, revelando a emergência de conflitos sociais no campo.

2.2 O debate em torno das classes no campo

A partir da discussão acerca das relações de produção, o conceito de classe foi posto em ação pelos autores para destacar grupos antagônicos, formas de exploração econômica dos trabalhadores do meio rural pelos grandes proprietários de terras e, até mesmo, criação de relações sociais não capitalistas. Esta discussão é encontrada na produção do conhecimento analisada nesta seção, ora de forma mais explícita, quando se expõe a questão da luta de classes no cenário dos conflitos sociais no campo, ora de forma indireta, quando esta oposição é retratada ao analisar as transformações capitalistas no meio rural brasileiro. Neste contexto, os trabalhadores do meio rural, intitulados como camponeses pelos mediadores e pela maioria dos autores analisados, os seus órgãos de representação e a questão agrária foram alguns temas de investigação que pertenceram à reflexão dos cientistas sociais que analisaram os conflitos sociais no campo.

Camargo (1973) e Calazans (1969) afirmaram que no Nordeste a classe dominante, simbolizada no latifúndio improdutivo e decadente, era incompatível com o projeto nacional de desenvolvimento. A representação dos camponeses os constituiu como classe em oposição à classe dos grandes proprietários de terras que provocavam os entraves ao desenvolvimento nacional. Calazans (1969) indicou que o camponês deveria conhecer o seu papel no contexto de transformações estruturais da sociedade, enquanto Camargo (1973) destacou a presença do Estado como força social mediadora entre os conflitos de classe.

Calazans (1969) afirmou que as lutas e os conflitos foram o reflexo das contradições do sistema econômico e social do país. Para a autora, as contradições geradas entre as relações de produção estabelecidas e as novas forças produtivas estavam no âmago destas lutas e conflitos entre as classes, como ocorreu no Nordeste brasileiro, onde o camponês, na opinião da autora, deveria ser visto como “[...] *sujet active dans ce rapport de forces, où le controle de la production et du pouvoir est détenu par une minorité; et étant sujet, il est nécessaire qu’il connaisse sa position, son véritable rôle dans ce processus dialectique et évolutif, en fonction du changement structurel de la société*” (CALAZANS, 1969, p. 6).

Em relação ao camponês, a autora procurou agrupar a mão-de-obra do meio rural através desta classificação, empregada no discurso político e acadêmico, a partir de um levantamento das denominações atribuídas à população ativa agrícola do Nordeste. Calazans (1969) investigou quem formava a massa camponesa e como se desenvolvia o movimento camponês. Neste sentido, a autora afirmou que este grupo seria ainda mais numeroso na economia agrícola nordestina se fosse considerado o conjunto da mão-de-obra constituída pelas famílias camponesas e descreveu os camponeses como o

[...] *groupe de ceux qui travaillent dans l’économie agricole pour leur compte propre (forme de location ‘arrendamento’, ‘parceria’...) ou sur leur petit lopin de terre propre; ce groupes constitue une force active ‘autonome’ dont la classification générique est donnée par l’appellation de ‘paysan’ (‘paysan sans terre’ ou ‘paysan avec terre’)* (CALAZANS, 1969, p. 8).

A dinâmica dos conflitos de classe, para Camargo (1973), era conduzida pelo Estado, que atuava como uma força social mediadora. A política do Estado teria uma função importante, como indicou Camargo (1973, p. 4, grifo nosso) nesta passagem: “Les sociologues en ont tiré les conséquences en démontrant comment **le conflit de classes était dilué par une action médiatrice qui s’exerçait à la fois sur la classe capitaliste et sur la classe ouvrière**”. A autora se apropriou da noção de classe para analisar o movimento camponês e as oligarquias agrárias nordestinas na crise do populismo brasileiro, considerando a existência dos antagonismos no campo e do papel do Estado na vida política nacional. A questão camponesa, segundo Camargo (1973, p. 5), “[...] relève aussi bien d’un Etat centralisé que d’une oligarchie qui exerce pleinement sa domination de classe. Cette double tension dérive, de notre point de vue, de la place qu’occupent les oligarchies agraires dans un processus de modernisation et de développement mené para l’Etat”. A respeito das relações entre o poder do Estado e as oligarquias agrárias no processo de desenvolvimento, a autora também enfatizou o intenso debate sobre as relações de produção no meio rural: feudal *versus* capitalista. O impasse que se apresentava na sociedade brasileira, naquele momento, dizia respeito à natureza da revolução que levaria ao desenvolvimento do país.

Calazans (1969) e Camargo (1973) interpretaram a oposição entre o sistema de idéias do campesinato e a expressão da realidade imposta pela classe dominante, revelando que as contradições do sistema econômico e social originaram as lutas e os conflitos, através da dominação política e econômica. Estas contradições foram partes integrantes do movimento histórico da sociedade brasileira e a luta de classes era o seu resultado. Um aspecto importante na análise de Calazans (1969) foi o papel atribuído aos camponeses como “sujeitos ativos” neste conjunto de forças. Nas análises abordadas nesta seção, observou-se que os pesquisadores indicavam o papel que deveria ser desempenhado pelo campesinato brasileiro no processo de desenvolvimento do capitalismo. Para os autores, este papel estava ligado ao lugar do campesinato na estrutura da sociedade e, portanto, era necessária a análise da natureza das relações de produção.

Um outro autor que trabalhou o tema da importância política do campesinato foi Antônio da Silva Câmara⁵¹, na sua pesquisa *Hegemonia e crise social no Brasil (1955-1964) – modernização e reforma agrária: a ideologia dominante em face às Ligas Camponesas*. Para ele, o campesinato tinha o papel de desenvolver um projeto nacional de transformação social. O autor conduziu sua análise a partir da existência de classes sociais em luta por meio do debate em torno da modernização da atividade agropecuária e da reforma agrária. Câmara (1978, p. II) argumentou que a realidade social poderia ser percebida através da análise das propostas ideológicas de diferentes grupos sociais, ou seja, “[...] das ideologias que direcionaram a ação dos agentes históricos que participaram efetivamente das lutas sociais travadas no Brasil entre 1955-1964”. O autor partiu de uma preocupação com as propostas ideológicas das classes dominantes e das alternativas apresentadas pelas Ligas Camponesas, nomeadas pelo autor como classe dominada.

Câmara (1978) analisou a configuração da ideologia do campesinato brasileiro, entendido como esse grupo heterogêneo de trabalhadores do meio rural, no direcionamento de suas ações no interior de um projeto nacional de transformação social. Assim, os arrendatários, meeiros, assalariados rurais etc. eram organizados pelas Ligas, num primeiro momento, e também pelos Sindicatos, num momento seguinte, numa tentativa de eliminação das relações não capitalistas, por uma reforma agrária e pela transformação da estrutura social do país, numa clara oposição à classe dominante. Para o autor, era a mobilização do campesinato através da ação das Ligas e dos Sindicatos que possibilitava a constituição de uma ideologia de classe que buscava romper a proposta ideológica da classe dominante.

⁵¹ A dissertação em Ciências Sociais do autor foi defendida em 1978, na Universidade de Brasília, sendo orientada por Fernando Correia Dias.

Apesar das diferenças entre o camponês e o trabalhador assalariado, ou seja, das diferentes relações sociais determinadas pelo trabalho na terra sem o recebimento de salário ou pela venda da força de trabalho em troca de uma remuneração salarial, ambos foram agrupados pelas Ligas e pelos Sindicatos, constituindo uma categoria ideológica (camponês) que “passa portanto a ser utilizada de forma mais genérica, referindo a todos os trabalhadores agrícolas” (CÂMARA, 1978, p. 50).

O autor interpretou os elementos de oposição no campo através do que ele tratou como propostas ideológicas da classe dominante e das Ligas Camponesas, tendo como condução teórica do seu estudo a matriz explicativa marxista para discutir a concepção de ideologia, como indicou neste trecho: “[...] a nosso ver é a única que nos permite abordar a ideologia como componente estrutural nas sociedades de classe” (CÂMARA, 1978, p. 2). Câmara (1978) afirmou, por meio deste referencial, que a ideologia deveria ser pensada como a percepção de mundo de uma classe e que serviria de orientação para as ações desta classe numa tentativa de impor às demais a sua concepção. Quanto a este aspecto, o autor criticou a discussão sobre o problema da ilusão na ideologia dominante proposto por Althusser (1967, 1973), pois perceber as ideologias como imaginárias não permitia observar que elas se constituíam como um guia para a ação. A ideologia dominante seria formada por um conjunto de representações que a classe dominante acreditava ser a real concepção de mundo, impondo às demais através dos aparelhos ideológicos e dos aparelhos repressivos do Estado. Segundo Câmara (1978, p. 13), a contribuição deste autor “[...] permite perceber uma atenção efetiva da classe dominante em termos de manutenção do poder nos diversos níveis da sociedade civil”.

A ideologia dominada, por outro lado, surgiria em oposição à expressão da realidade imposta pelos dominantes. Esta dominação estaria, segundo Câmara (1978), relacionada, principalmente, com a dominação política. Em relação à construção da ideologia dominada, o autor indicou que ela surgiria “[...] de fora da classe explorada, sendo porém compreendida e assumida ao mesmo tempo em que é enriquecida por esta, na medida em que reproduz as suas condições reais de existência ou pelo menos consegue uma aproximação maior” (CÂMARA, 1978, p. 24).

A partir de Marx (1976), o autor resgatou a idéia de que a ideologia era um elemento estrutural para garantir a dominação de classe, principalmente através do Estado, sendo também um produto da realidade histórica concreta e um elemento importante para a análise dos discursos da classe dominante. Por outro lado, o conceito de hegemonia de Gramsci (1974a, 1977), entendido como a direção ideológica, também foi útil para pensar os momentos em que a classe dominada poderia guiar este processo ao estabelecer alianças com grupos sociais, no entanto, “[...] não implica que a ideologia dominada já tenha conseguido tornar-se a ideologia dominante, porém que os membros desta classe conseguiram disputar com a classe dominante os seus conceitos e articulá-los de forma a que estes se tornem concretos, a nível de intervenção social” (CÂMARA, 1978, p. 25). A noção de hegemonia, segundo o autor, precisava estar associada ao conceito de bloco histórico, pensado como a aliança da classe que almeja o poder ou busca a sua manutenção, pois seria “o suporte pelo qual repousa a hegemonia e a dominação”.

Câmara (1978) afirmou que a classe dominante propusera a modernização da atividade agropecuária, via assistência técnica e creditícia, em substituição à reforma agrária, para suprir o abastecimento do mercado consumidor. Por outro lado, as Ligas Camponesas centraram sua luta pela eliminação do cambão, percebendo as relações não capitalistas como sendo os verdadeiros entraves às transformações capitalistas. As diferentes categorias sociais organizadas pelas Ligas (arrendatário, parceiros, assalariados, etc.) foram ignoradas pela classe dominante quando a proposta da modernização estava direcionada para o fornecimento de crédito para pequenos e médios proprietários, buscando proteger os proprietários dos meios

de produção. As Ligas não conseguiram suplantar o projeto de modernização pertencente à ideologia dominante, pois não existia uma alternativa ideológica para a sociedade, nem mesmo para os trabalhadores rurais:

A nosso ver, ainda que acrescentando ao projeto de modernização as exigências da classe dominada, as Ligas não propõem neste momento uma alternativa ideológica para o conjunto da sociedade, nem mesmo para o segmento rural desta e não possui uma perspectiva de transformação radical da propriedade dos meios de produção (CÂMARA, 1978, p. 114-115).

Segundo Câmara (1978), no entanto, com a ação das Ligas e de outros movimentos que demandavam as reformas de base, seria impossível para a classe dominante não admitir a reforma agrária como um tema em seus discursos. Desta forma, o projeto de modernização não era mais um consenso, dando oportunidade para que a realização de uma reforma agrária não ficasse restrita às reivindicações das Ligas e de outros grupos de esquerda no país. Ainda assim, a ideologia defendida pelas Ligas não se apresentava como uma proposta de composição de um bloco histórico capaz de dar a direção ao processo social.

É possível observar, a partir do estudo do autor, que os trabalhadores do meio rural apenas se constituíram como classe em razão da sua organização pelas Ligas e pelos Sindicatos, tendo o objetivo de buscar um projeto nacional de transformação social com o rompimento de relações sociais de produção que impediam o desenvolvimento do capitalismo no campo. A ideologia da classe dominada surgiu fora do grupo e buscava a transformação da realidade vivida pelos grupos dominados. No entanto, mesmo não alcançando a transformação da estrutura através da constituição de um bloco histórico que fornecesse a direção para a sociedade, as Ligas conseguiram mostrar as contradições presentes na sociedade brasileira, principalmente, através da questão agrária.

Para Azevêdo (1982), a questão do conflito de classes, evocando a discussão de classe social de Marx (1977), estava entrelaçada ao próprio debate em torno da questão agrária. A participação política do campesinato estava estreitamente relacionada à forma que a questão agrária tomou a partir das transformações capitalistas no campo brasileiro, pois havia uma indagação a respeito da posição ocupada pelo campesinato no processo de reprodução capitalista: “[...] questão essa que se desdobra numa discussão em torno do caráter de classe ou não do campesinato ou da sua existência (leia-se: sobrevivência), apenas como expressão de um modo de produção em vias de superação, ou de relações de trabalho atrasadas e não-capitalistas” (AZEVEDO, 1982, p. 19).

As mudanças nas relações sociais de produção no campo, além da expulsão da terra dos trabalhadores do meio rural, foram o ponto de partida da análise de Azevêdo (1982) a respeito da luta de classes. Para o autor, a luta entre o movimento camponês (entendido como a mobilização dos pequenos proprietários, dos arrendatários, dos parceiros, dos posseiros, dos foreiros, dos moradores e dos trabalhadores rurais) e os grandes proprietários de terras na atividade açucareira na Zona da Mata em Pernambuco era a representação da luta de classes: “[...] a face desse Nordeste dividido pela luta de classes e pelos conflitos sociais só se revelou, por inteiro, na medida em que ocorreu uma profunda mudança nas relações de produção no interior do sistema canavieiro, tendo por base a expropriação completa e definitiva do produtor direto e a sua expulsão da terra” (AZEVEDO, 1982, p. 44).

Azevêdo (1982) indicou que a submissão do setor rural à lógica comandada pelo capital resultou, no Brasil, em inúmeras faces das relações de produção no meio rural. Neste aspecto, o autor citou os diversos estudos sobre a questão agrária organizados por Prado Jr. (1960, 1962b) e mesmo a discussão entre capitalismo e feudalismo realizada por Palmeira (1971). Todavia, segundo o autor, sua investigação não pretendia retomar ou aprofundar esta discussão, mas apenas estabelecer alguns pressupostos que orientariam a sua própria pesquisa:

[...] a primeira é a de que a análise de um movimento social agrário remete-nos diretamente ao caráter da propriedade da terra no capitalismo e à especificidade do desenvolvimento do capital no campo, na medida em que o

monopólio da terra é um obstáculo à inversão do capital na agricultura. Esta questão, contudo, passa antes pelo caráter que assume a hegemonia ou a dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade, ou seja, pelas vias políticas em que se realiza, historicamente, a “revolução burguesa”. **A segunda suposição é a de que o campesinato e os trabalhadores rurais (eles estão estreitamente vinculados: a primeira camada, ao ser expropriada da terra pelo capital, alimenta as fileiras da segunda) representam uma força social potencialmente revolucionária, capaz de ganhar nitidez e autonomia políticas próprias, em torno de seus interesses de classes dominadas.** Neste sentido, e tanto Lênin quanto Gramsci chama-nos a atenção para este ponto, eles podem ser aliados naturais do operariado e das camadas subalternas das cidades (AZEVEDO, 1982, p. 21, grifo nosso).

A questão fundiária e a crença no potencial revolucionário do campesinato foram pressupostos apresentados por Azevêdo (1982) em sua análise. O autor indicou que as reivindicações destes trabalhadores do meio rural se traduziam numa luta para ficar na terra; contra o cambão; pela indenização nos casos de expulsão; contra o aumento excessivo do foro; pelo acesso aos créditos oficiais; e por benefícios sociais. Para o autor, o camponês pretendia manter a sua autonomia no contexto das transformações capitalistas no campo. No princípio, o papel e o significado das Ligas Camponesas eram oriundos da “[...] resistência dos ‘foreiros’, parceiros, posseiros e pequenos proprietários ao despejo e à sua transformação em assalariados” (AZEVEDO, 1982, p. 18). A luta estava voltada para a resistência contra as formas de expropriação. Com o decorrer dos anos (na década de 1960), a luta passou a ter outro objetivo, a reforma agrária. Foi neste sentido que Azevêdo (1982, p. 28, grifo nosso) definiu a situação do movimento social agrário ocorrido no Nordeste brasileiro nos anos sessenta, indicando que este avançou composto pelo campesinato e pelos assalariados rurais na seguinte luta:

[...] **as classes dominadas do campo não têm outro caminho a não ser o de enfrentar, e negar,** uma via de desenvolvimento capitalista que se apóia na conciliação entre os grupos dominantes urbanos e agrários, a partir da manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarianização irremediável.

A dimensão histórica foi fundamental na análise de Azevêdo (1982). Para o autor, a década de 1930 foi o marco de redefinição das estruturas de classe e poder no Brasil, ressaltando a preponderância dos grupos industriais, numa passagem de uma formação agro-exportadora para uma formação industrial-dependente, orientada a partir daquele momento pelo capital industrial, “[...] alterando profundamente o perfil da estrutura de classe em nosso país e redefinindo a estrutura do poder em favor da hegemonia dos grupos industriais” (AZEVEDO, 1982, p. 29). Como indicou Azevêdo (1982), “a recuperação histórica, o resgate teórico e a avaliação do papel e do significado” das Ligas Camponesas, como um movimento social, fizeram aparecer temas com uma amplitude superior aos próprios limites do movimento. Revelou-se uma preocupação com as relações entre o campesinato e as classes dominantes (bloco agrário-industrial) durante a expansão do capitalismo. O autor salientou a importância de realizar esta discussão ligada aos marcos estruturais e conjunturais do tempo e do espaço destas ocorrências sociais, reconstruindo o significado que a questão agrária assumiu nos campos histórico e político ao longo dos anos sessenta: “É tal reconstrução só se tornaria possível, na medida em que a própria questão agrária e camponesa e os movimentos sociais que a expressaram fossem articulados, no plano mais geral, à via de desenvolvimento do nosso capitalismo tardio (e o seu modo de ‘penetração’ no campo) e à estrutura de poder que lhe deu suporte e equilíbrio” (AZEVEDO, 1982, p. 17).

O processo de luta pela posse da terra foi o espaço de análise de Rêgo (1979) a respeito da luta de classes. Para o autor, este processo estaria relacionado com as relações sociais que sustentavam a existência dos posseiros. Neste sentido, a frente de expansão surgiu

como “o problema da reprodução da produção camponesa no processo de expansão da fronteira agrícola”. O autor indicou que a compreensão das lutas sociais rurais era um aspecto importante para a análise da questão agrária brasileira, pois estas revelariam os “antagonismos de classe” presentes no meio rural, ou seja, seriam as representações das contradições sociais neste meio: “[...] estudar e desvendar a estrutura interna do movimento social, isto é, analisar a sua natureza, sua organização, seus objetivos, suas lideranças, seus alcances e limites, sua ideologia, etc., como um momento específico de um processo contraditório de relações entre classes sociais” (RÊGO, 1979, p. 1-2).

A respeito da reflexão sobre classe social, Rêgo (1979) indicou que a mesma era constituída no espaço da produção e que se manifestava nas situações de conflito, como analisou Quijano (1967). O autor buscou os instrumentos teóricos para refletir sobre os conflitos de posseiros no sudoeste do Paraná nos estudos histórico-sociológicos⁵² desenvolvidos por cientistas sociais brasileiros e estrangeiros sobre os movimentos messiânicos ou sobre as lutas de classes na discussão da questão camponesa, a partir da obra de Karl Marx e de Antonio Gramsci:

Trata-se de apreender, na análise do movimento social em questão [...] a manifestação de contradições sociais que se repõem face ao caráter singular do processo de expansão e reprodução da dominação capitalista no Brasil. **Trata-se de pensar o movimento social sob a ótica da luta de classes.** E, desta forma, interpretá-lo como a expressão ou o momento antitético do processo de expansão capitalista, ou seja, de acumulação de capital na formação social brasileira (RÊGO, 1979, p. 10, grifo nosso).

Para o autor, a luta entre os posseiros e os proprietários de terras era a representação da luta de classes, resultado das mudanças nas relações sociais de produção no campo e da expulsão dos trabalhadores do meio rural da terra, ou seja, estava inserida na lógica de condições e de contradições que envolvem o sistema capitalista.

O estudo de Aued (1986) assume uma posição singular entre as pesquisas analisadas, pois reflete acerca da importância da discussão sobre o campesinato e, mais especificamente, sobre as Ligas Camponesas no espaço político-partidário brasileiro a partir de um outro olhar. Ao pensar que as Ligas levaram para dentro do PCB a questão do camponês e considerando que o Partido Comunista se apresentava como “a vanguarda do proletariado”, seria possível indicar que, para Aued (1986), a base das Ligas era proletária, mas não se via como tal, apresentando-se como camponesa:

As Ligas só adquirem significado, se inseridas no quadro geral do movimento do trabalho contra o capital. Pode-se dizer que as Ligas espelham uma das páginas mais marcantes das lutas deste movimento. Assim, **a Liga é a forma de organização assumida de uma determinação maior, que é o partido.** Considerado historicamente, e em face às demais organizações da sociedade, **o partido foi o único que se preocupou com o proletariado, pensando em termos do que seria uma mudança de sociedade, na direção e organização das lutas e também de como seria uma sociedade futura;** é sua tarefa a unificação das lutas; converter as lutas econômicas para as políticas; ultrapassar os limites das reivindicações específicas, vinculando-as às lutas gerais (AUED, 1986, p. 15-16, grifo nosso).

Segundo Aued (1986), o conjunto de fatos que envolveram os proprietários de terras e os diversos trabalhadores do meio rural foi apontado como estando inserido na lógica de condições e de contradições que envolvem o sistema capitalista. Para a autora, analisar o processo de avanço das Ligas Camponesas pelo país representava ir além das bases, das reivindicações e da posição política, incorporando aspectos como: agregação de diversos segmentos de trabalhadores do meio rural; não sustentação da luta apenas no fim do cambão,

⁵² Os estudos indicados pelo autor foram *Messianismo e conflito social*, de Mauricio Vinhas de Queiroz, *Rebeldes primitivos*, de Eric J. Hobsbawm, *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, além das obras *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, e *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, de Antonio Gramsci.

mas na institucionalização do movimento e nos direitos trabalhistas; e inserção do movimento no quadro de lutas sindicais em razão de uma visão de independência de classe.

Para a autora, a expansão do movimento camponês teve como resposta a ação da burguesia numa clara manifestação de luta de classes: pressões internas, com o intuito de promover o medo e a tensão, e as pressões externas, todas com o objetivo de enfraquecer o movimento camponês. Segundo Aued (1986), estas pressões traduziram-se nas ações de expulsão, de intimidação, de ameaças e de espancamento dos moradores, na destruição dos roçados e das moradias, na cooptação ou na prisão das lideranças, na criação de Postos de Polícia nos municípios com uma mobilização mais intensa, na utilização do serviço de “capangas” e no assassinato das lideranças. Aued (1986, p. 52) tentou mostrar as razões para a cisão das Ligas Camponesas da Paraíba provocada ao longo do desenrolar da luta de classes com a intenção de “desmobilizar, atenuar a luta de classes, ‘conciliar’ o antagonismo inconciliável entre burguesia e proletariado”. Além da ação violenta da burguesia, o próprio embate com o PCB foi outro fator que colaborou para o rompimento interno do movimento das Ligas. A autora ressaltou a importância de reconhecer a existência do partido num momento histórico do país e, principalmente, como uma força no campo político a partir das reflexões sobre o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Foi nesse sentido que ela pensou o domínio de uma classe social, força e consenso, sobre o restante da sociedade: a força era sustentada nas instituições e o consenso era retratado pela visão de mundo imposta pelos grupos dominantes.

As Ligas Camponesas, na opinião da autora, representaram “a forma que a consciência de classe” tomou naquele período da história do Brasil e tiveram um significado no processo de busca pelo socialismo. A autora percebia o campesinato brasileiro no processo de transformação da sociedade. No entanto, a força social revolucionária creditada ao campesinato foi contestada por Aued (1986, p. 13), já que “[...] o reconhecimento da condição de explorados e, por conseguinte, a luta contra a exploração não significam propriamente consciência revolucionária. A manifestação da luta de classes pode se revestir de forma violenta, armada, sem ter o caráter revolucionário” (AUED, 1986, p. 13). A categoria camponês, de acordo com a autora, era empregada associada às Ligas Camponesas num sentido mais político do que econômico. Foi a partir da criação das Ligas que foi possível chegar ao detalhamento deste campesinato. Criadas nos anos quarenta pelo PCB, as Ligas tentaram superar as restrições impostas ao sindicalismo rural. A mobilização do campesinato foi proposta numa organização político-partidária dos trabalhadores do campo.

A reflexão de Martins (1986) direcionou-se para a diversidade da situação do campesinato e das mudanças propostas na sua inserção na vida política nacional, refletindo no seu distanciamento do processo político brasileiro. A sua presença estaria subordinada, de acordo com Martins (1986, p. 12), ao interesse de outra classe social: “conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado”. É neste sentido que a possibilidade de transformação da sociedade ocorreria com o crescimento do trabalho assalariado no meio urbano e no meio rural. A dificuldade apontada pelo autor seria fazer com que o camponês aceitasse tal condição e, por esta razão, a questão se colocava como um confronto entre classes sociais, já que a transformação da sociedade teria que passar pela expropriação capitalista. A respeito desta percepção, Martins (1986, p. 14) indicou que

[...] há uma distorção teórica na discussão política que hoje se faz nos meios acadêmicos a respeito das lutas camponesas. Nela, a história é concebida como o desenvolvimento das forças produtivas e das alterações que tal desenvolvimento promove nas relações sociais. Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto, fazer dele sinônimo de história é uma heresia. [...] A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas.

Para Martins (1986, p. 16, grifo nosso), o campesinato fazia parte da história presente do capitalismo no Brasil, como se percebe na passagem abaixo:

O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o *mesmo direito* que o capitalista invoca para expropriar o camponês [...]. É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição está no fato de que o mesmo código garante direitos conflitantes na nossa situação – o do “pequeno” e do “grande”; o do camponês e do capitalista. **É um campesinato que tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário. O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país.**

Os conflitos sociais no campo foram percebidos pelo autor no contexto de desenvolvimento capitalista que se caracterizava pela expropriação da terra e pela concentração de capital. A implicação deste processo era a expropriação sem a contrapartida do assalariamento do trabalhador do meio rural, gerando o camponês como resultado das contradições do capitalismo no país. Por esta razão é que o campesinato era considerado como uma classe social inserida no “presente da história capitalista do país”.

Segundo o autor, a base social dos conflitos se transformou com o processo de mudança das lutas. Se a questão da reforma agrária, antes de 1964, construía a sua base de reivindicação a partir dos arrendatários, dos parceiros e dos foreiros que eram ameaçados de expulsão da terra, a partir deste momento, a entrada das grandes empresas no campo fez emergir o posseiro como um importante personagem das lutas camponesas. Na opinião do autor, as designações camponês e campesinato foram adotadas pelas esquerdas, procurando identificar as lutas dos trabalhadores do campo nos anos cinquentas:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. **Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico** (MARTINS, 1986, p. 22-23, grifo nosso).

A partir do debate acerca das relações de produção no meio rural brasileiro, a discussão sobre classe também foi proposta pelos autores para enfatizar a presença de grupos antagônicos no campo, revelando determinadas percepções teóricas. Os pesquisadores procuraram perceber como este conjunto de trabalhadores do meio rural constituiu uma posição social e uma direção, ingressando no interior do processo de transformações capitalistas no campo. As classes sociais no campo foram analisadas pelos autores através da organização dos trabalhadores do meio rural pelas Ligas Camponesas, pelos Sindicatos Rurais, entre outros, numa relação de oposição à classe dominante, que seriam os grandes proprietários rurais, os latifundiários etc., com a intenção de eliminar as relações de produção não capitalistas que ainda eram mantidas ou que foram reinventadas no campo; de reivindicar a reforma agrária; e, para alguns autores, de promover a transformação da estrutura social do país. Para estes cientistas sociais, a luta entre os camponeses e os grandes proprietários de terras era a representação da luta de classes, resultado das mudanças nas relações sociais de produção no campo e da expulsão dos trabalhadores do meio rural da terra, ou seja, estava inserida na lógica de condições e de contradições que envolvem o sistema capitalista. É possível observar nesta produção que os cientistas sociais indicavam o que as organizações se

propunham a representar, propondo que o campesinato seria um elemento fundamental para o processo de desenvolvimento do capitalismo no país e, aliado a outros segmentos da sociedade, seria capaz de romper com os obstáculos que impediam este desenvolvimento.

2.3 A organização política dos camponeses

A temática dos conflitos sociais no campo, pesquisada nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, também foi abordada no sentido de perceber o papel desempenhado pelas organizações que representavam o campesinato brasileiro no espaço político, indagando, ao mesmo tempo, a respeito da capacidade que os trabalhadores do meio rural tinham para se organizar politicamente. Os cientistas sociais procuraram compreender como este conjunto de trabalhadores marcou seu espaço no campo político. O objetivo desta seção é observar como os autores tentaram entender a constituição política do campesinato por meio de suas diferentes organizações, considerando a forma que tomou a questão agrária e camponesa com o avanço das transformações capitalistas no país.

De acordo com Calazans (1969) e Camargo (1973), em razão das mudanças estruturais da sociedade brasileira nos âmbitos político, econômico e social, os camponeses foram mobilizados e orientados pelos Sindicatos e pelas Ligas na direção da luta pela terra, pela eliminação de prestações pessoais de serviço e por questões salariais. Através do trabalho de representação dos Sindicatos e das Ligas elaborou-se uma nova classificação para reunir, sob uma mesma nomenclatura, diferentes grupos dispostos numa relação de oposição e de conflito. Para as autoras, a ação política dos camponeses se desenvolvia através de suas organizações. A direção desta ação era realizada por grupos externos ao conjunto de trabalhadores do meio rural.

No contexto das transformações capitalistas no campo nordestino e de emergência das organizações camponesas nesta região, Calazans (1969, p. 2) voltou-se para os sindicatos camponeses a partir de dois aspectos: “a. – du ‘paysan’ comme force active dans l’économie agricole = ‘Ressource Humaines’ dans de processus de transformation sociale; b. – des Institutions = syndicats, ligues et organisation publiques e privées, responsables de l’intervention et de la participation des populations paysannes au développement”. A autora, a partir da reflexão acerca dos sindicatos rurais nordestinos como um instrumento institucional de participação, indagou quem fazia parte desta organização, ou seja, quem era a *force agricole active* no Nordeste. De acordo com o seu estudo, “recursos humanos” no processo de transformação social ou “força ativa” da economia do setor rural foram formas empregadas para caracterizar os trabalhadores do meio rural mobilizados através das organizações sindicais.

Calazans (1969) analisou os camponeses no processo de transformação social pelo qual o país estava passando por meio da sua inserção na vida nacional através da sindicalização. Neste sentido, a autora buscou compreender a ação da Igreja na organização do campesinato nordestino, afirmando que ela possibilitou a sua transformação política, econômica, social e cultural, como é possível observar no trecho abaixo:

L’apparition du syndicalisme rural laissait prévoir des transformations qui élimineraient le “cambão”, le “voto de cabresto”, et autres instruments de ce type, et donnait au paysan un espoir de libération. [...] s’engager dans la syndicalisation, signifiait la possibilité de sortir de son isolement écologique, de sa marginalité économique et politique; le syndicat créait enfin des perspectives d’intégration à la vie nationale (CALAZANS, 1969, p. 231-232, grifo nosso).

De acordo com Calazans (1969) e Camargo (1973), as transformações sociais e econômicas enfrentadas pelos trabalhadores do meio rural os tornaram suscetíveis ao processo de mobilização pelos Sindicatos e Ligas. Calazans (1969) evidenciou este aspecto ao indicar que a forma de mobilização destes trabalhadores no Nordeste estava associada a um envolvimento não espontâneo por parte deles, como se observa nesta citação a respeito das

instituições, entendidas como agentes de mudanças e também de obstáculo ao desenvolvimento: “Dans notre analyse sur l’action des groupes de ce genre au NORDESTE rural du Brésil, nous constaterons que les syndicats et autres associations paysannes envisagés ont des caractéristique plus proches des instruments de ‘participation provoquée’” (CALAZANS, 1969, p. 3). A autora também afirmou, a partir do estudo de Cohn (1965), que os instrumentos legais criados durante o período 1945-1964 possibilitaram a emergência da mobilização da massa camponesa, todavia, os trabalhadores do meio rural foram organizados em sindicatos a partir da ação de grupos externos, conforme se percebe abaixo:

Ce que nous faisons ressortir, et nous aurons l’occasion de le démontrer dans l’analyse des mouvements paysans, c’est que les syndicats de “travailleurs ruraux” furent créés et organisés au NORDESTE comme dans tout le Pays, avec **l’appui de groupes qui ne faisaient pas partie de la classe paysanne**; l’action de ces groupes, dans la plupart de cas, avait un caractère d’endoctrinement idéologique ou politique. Enfin, toute la dynamique du contexte syndical paysan était conditionnée au contraire de ces principes (CALAZANS, 1969, p. 107, grifo nosso).

A organização dos sindicatos ocorreu através da transmissão das principais doutrinas e ideologias, das diferentes organizações, aos líderes dos trabalhadores do meio rural, numa tentativa de atingir todo o grupo. A respeito das diferentes ideologias, Calazans (1969, p.165) afirmou que “[...] les inégalités rencontrées dans les syndicats paysans au NORDESTE sont le résultat, non seulement du fait de leurs différentes formes d’organisation, mais surtout de la forte diversification doctrinale ou idéologique qui leur fut donnée, pour fonder leur action”. Apesar dos sindicatos, organizados através de diferentes tendências, conseguiram estabelecer uma ligação entre a massa camponesa e a esfera de poder, para os trabalhadores do meio rural, o efeito disto, na opinião da autora, foi a incapacidade do reconhecimento do seu próprio significado como posseiro ou meeiro etc. A massa camponesa não definiu o que esperava do sindicato e estava envolvida num projeto que não era seu:

Les constatations de cette étude nous amènent à conclure que le processus de syndicalisation dans lequel le paysan du NORDESTE a été engagé (processus d’institutionnalisation dans le système instrumental bureaucratique du syndicalisme brésilien), non seulement fut responsable de graves déformations dans les luttes de la masse paysanne, mais dans la plupart des cas, immobilisa et retint les paysans dans le développement de leur potentialité révolutionnaire (CALAZANS, 1969, p. 207).

Segundo Calazans (1969), os objetivos, o comportamento da base social e as formas de ação desenvolvidas pelos camponeses não eram, portanto, posições próprias, mas dirigidas por um grupo externo. A maioria desses sindicatos nordestinos era orientada pela Igreja e esta orientação através da sindicalização rural impediu, de acordo com a autora, uma participação ativa dos trabalhadores do meio rural no cenário político e econômico nacional, sendo empregada como instrumento de dominação. A respeito das Ligas Camponesas, Camargo (1973) também revelou que as decisões não eram tomadas pelos próprios camponeses, como é possível perceber: “Nous pouvons donc ébaucher le profil des Ligues comme celui d’un mouvement social canalisé vers la lutte contre un adversaire, et dont la stratégie, les buts et l’idéologie sont élaborés dans les centres urbains, éloignés de la communauté paysanne” (CAMARGO, 1973, p. 293).

Os sindicatos rurais, conforme Calazans (1969), não eram exatamente o instrumento que deveria ser empregado para articular e mobilizar a força ativa do meio rural no espaço político nordestino e mesmo nacional, pois eram utilizados como um meio de dominação das massas: “[...] le syndicalisme brésilien et les processus de syndicalisation dans lesquels les paysans étaient engagés, captèrent la force et la pression des masses, créant des obstacles à leur participation et les laissant en marge” (CALAZANS, 1969, p. 11). Estas percepções da autora permitem antecipar um aspecto apontado também pelos demais cientistas sociais neste capítulo: a ação política dos camponeses é vista através de suas organizações.

A este respeito, Aued (1986) salientou que a organização política dos trabalhadores do meio rural era articulada por meio de grupos externos e vinculada aos projetos destes grupos. A autora relatou, por exemplo, a oposição às estratégias propostas pelo PCB⁵³, a partir do campo de força organizado por Francisco Julião (Ligas Camponesas⁵⁴), principalmente, através da forma como a questão da luta pela terra foi encaminhada. De acordo com Aued (1986, p. 57), “Cada uma tinha uma interpretação para a situação da exploração de que eram vítimas os chamados camponeses, bem assim de como seria a nova sociedade, onde viveria o ‘*camponês desperto*’”. Para a autora, a idéia de “despertar” o camponês estava associada com a sua conscientização: da sua força, da sua capacidade, da sua mobilização. A luta pela terra era uma forma de concretização deste “despertar”. Todavia, esta orientação não suscitava uma unidade entre aqueles envolvidos com os camponeses, pois havia diferentes concepções acerca da articulação do campesinato brasileiro. O aspecto comum é que as direções eram determinadas pelas diferentes organizações e não pelo conjunto de trabalhadores do meio rural.

De acordo com Calazans (1969), não seria possível analisar os sindicatos sem fazer referência às Ligas Camponesas, já que foram dois movimentos com uma grande capacidade de penetração no campo. Segundo a autora, no entanto, alguns aspectos distinguem os dois, como a composição da “massa ativa agrícola” e a sua possibilidade de organização. No caso brasileiro, o Censo de 1950 estimou que a maioria dessa massa era composta por camponeses, entendida como parceiros, posseiros, rendeiros, foreiros etc. A este respeito, Camargo (1973, p. 200) indicou que os “[...] *métayers, fermiers et petits propriétaires, – habitant le latifundium ou dépendant de lui – qui constitue une grande partie de la classe paysanne brésilienne*” formavam as Ligas Camponesas, afirmando que, de acordo com Francisco Julião e Clodomir Morais⁵⁵, os camponeses tinham mais condições (organização e luta) de participar desta mobilização do que os trabalhadores assalariados⁵⁶.

Azevêdo (1982) relatou que as Ligas Camponesas privilegiaram a organização e a ação política do campesinato em detrimento dos assalariados rurais porque estes tinham limitações no âmbito trabalhista, sindical e político. Como a luta, num primeiro momento, dava-se na direção das reivindicações do campesinato, a sua base social concentrava-se sobre o camponês (foreiros e moradores). Os conflitos em torno da posse da terra, no entanto, passaram a dar espaço para reivindicações trabalhistas e sindicais a partir de 1962. Neste

⁵³ Através da análise da atuação do PCB como uma força política no quadro nacional, Aued (1986) afirmou que o campesinato, desde os anos vinte, era reconhecido pelo Partido Comunista como a massa mais numerosa da população brasileira. Nos anos cinquenta, percebia-se que ele ainda não era desenvolvido como movimento no que se refere basicamente à sua organização. Na década seguinte, a questão do campesinato permaneceu na pauta dos Congressos do PCB. A revolução democrático-burguesa poderia realizar-se com a reforma agrária e estabelecia-se uma ênfase na aliança operário-camponesa. A ação seria na direção de reivindicações no campo da legislação trabalhista, da segurança contra os despejos e da permanência de posseiros na terra.

⁵⁴ As primeiras Ligas surgiram no período de legalidade do PCB (1945-47), quando “[...] José Aires dos Prazeres, líder camponês e membro fundador do PCB, se empenhou em organizar os trabalhadores agrícolas, nos arredores de Recife (Iputinga, Ambolê). Mas em 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, as Ligas ressentindo-se do fato, quase não sobreviveram à repressão” (AUED, 1986, p. 22).

⁵⁵ Ver Julião (1962) e Morais (1970).

⁵⁶ Julião (1962, p. 50) havia salientado que a organização de uma determinada classe seria apenas possível com a existência de três fatores: “1) o jurídico; 2) o financeiro; 3) o econômico. Por outras palavras, a classe a ser organizada precisa: a) dispor na sociedade em que se situa de uma lei que proteja alguns dos seus direitos; b) possuir um mínimo de condições financeiras, que lhe permita conduzir, legalmente, a defesa dos seus direitos; c) finalmente, ter um mínimo de condições econômicas, que lhe permita oferecer resistência ao adversário”. De acordo com Julião (1962), o camponês (foreiro ou rendeiro, parceiro, meeiro, posseiro, vaqueiro, entre outros) teria melhores condições, considerando aqueles três fatores, do que os assalariados rurais para formar a organização que lutaria contra o latifúndio. Além disso, o autor afirmou que no Brasil existiam aproximadamente 40 milhões de camponeses, enquanto apenas cinco milhões formariam o grupo de assalariados rurais, e o caráter político assumido pela luta do campesinato possibilitaria uma maior eficiência do movimento.

momento, os assalariados rurais tiveram um maior peso na constituição da sua base social, mesmo com a permanente tremulação da bandeira da reforma agrária.

Outro aspecto, de acordo com Calazans (1969), que diferenciava as Ligas dos sindicatos era de ordem ideológica – no caso das Ligas era uma luta revolucionária enquanto para os sindicatos era uma ação baseada em princípios reformistas. Este aspecto também foi destacado por Camargo (1973) ao analisar a construção da identidade da base social dos movimentos por suas lideranças: para as Ligas Camponesas, realizou-se a partir da crença no potencial propriamente revolucionário do campesinato num cenário de concepção da “revolução brasileira” distinto daquele concebido pelos comunistas; por outro lado, o PCB formou a identidade da massa rural – os camponeses – pensando-a numa coalizão com os operários e contra o latifúndio e o imperialismo, num processo moderado e gradualista.

Além das diferenças ideológicas, Camargo (1973) identificou outros aspectos contrastantes entre os atores e suas representações, como, por exemplo, o grupo mobilizado, as reivindicações, as lideranças e a forma de organização. Para a autora, as Ligas representavam os pequenos produtores numa luta contra os grandes proprietários rurais com o objetivo de eliminar as prestações pessoais de serviços e o monopólio da terra, enquanto os Sindicatos representavam os camponeses semi-proletarizados que buscavam direitos sociais semelhantes àqueles já adquiridos pelos trabalhadores urbanos; ao contrário dos Sindicatos que representavam uma categoria de trabalhadores em expansão, as Ligas representavam uma categoria em crise; a luta política entre os camponeses e os proprietários, orientada pelas Ligas, contestava os privilégios de uma classe proprietária decadente, enquanto os Sindicatos lutavam na direção de uma luta econômica entre os camponeses e os usineiros com a intenção de alcançar uma remuneração mais justa do trabalho; em relação aos líderes, a autora afirmou que, no caso das Ligas, eles se engajavam de forma voluntária e não participavam de outras organizações políticas, por outro lado, nos Sindicatos, os líderes militavam em nome de organizações ou instituições (Partido Comunista, Igreja); e, por último,

La Ligue adhère à un type d'organisation populiste, ouvert à la pénétration des groupes urbains, dépendante de la justice civile mais réfractaire aux organismes d'Etat. L'organisation syndicale sera elle aussi prémiable aux activistes urbains, amis contrairement à celle des Ligues, évoluera organiquement liée à l'appareil d'Etat (CAMARGO, 1973, p. 253).

Camargo (1973) agregou um novo aspecto aos estudos acerca dos conflitos sociais no campo, afirmando que apesar das disparidades entre os Sindicatos e as Ligas, houve a unificação do campo de conflito. A autora revelou em sua análise as diferenças entre as formas de mobilização do campesinato nordestino, no entanto, a sua hipótese era de que mesmo que estes movimentos se constituíssem em condições diferentes e integrassem categorias distintas, poderiam ser unificados num único movimento, como se observa na citação abaixo:

Ligues et Syndicats représentant au départ des catégories paysannes distinctes, auront aussi une orientation politique, des revendications et un leadership divers. Mais à partir de 1963, ces deux versants complémentaires du mouvement paysan s'interpénètrent et se confondent: nous émettons l'hypothèse que cette fusion partielle est celle qui rend possible la constitution d'un seul mouvement, dont le point de soudure sera déterminé par les conditions favorables du système politico-institutionnel en transformation (CAMARGO, 1973, p. 197, grifo nosso).

Isto ocorreu a partir do momento, no caso de Pernambuco (espaço de estudo da autora), em que o camponês passou a ser considerado como uma força política (homogênea) em razão das novas condições do sistema político em transformação: “Les conditions du système politique induisent de plus en plus à envisager le paysan comme une force politique homogène, directement concernée par les changements en cours (CAMARGO, 1973, p. 281). A idéia que servia de guia no início dos anos sessenta era a reforma agrária. O processo de modernização da economia brasileira encontrava como antagonista, no meio rural, o

latifundiário decadente. Era preciso modernizar não apenas os centros urbanos, mas também promover as mudanças em toda a economia nacional. Assim, “L’homogénéisation du champ conflictuel se précise aussi en ce qui concerne l’adversaire: les oligarchies, les minorités privilégiées et oisives que l’on identifie au latifundium décadent” (CAMARGO, 1973, p. 282). As esferas políticas nacional e estadual definiram o mesmo adversário dos camponeses que estavam mobilizados. Ou seja, neste momento, tornaram-se pouco importantes as diferenças entre as Ligas e os Sindicatos Rurais, já que a conjuntura política revelava-se como o elemento mais importante:

Autrement dit, l’ennemi principal du front nationaliste et de l’Etat populiste est le même que celui des paysans mobilisés. La définition d’un adversaire commun – situé à la fois en termes économiques et politiques – contribuera encore à effacer les différences entre Ligues et Syndicats. Dorénavant, usiniers, seigneurs d’engenho et grands propriétaires de l’Agriste, du Sertão seront confondus par extension à l’ensemble de la classe propriétaire à niveau national. Cette fusion des adversaires en une seule image augmentera la puissance du mouvement, qui débordera le cadre limité du conflit local ou régional. **Le paysan deviendra l’acteur d’un mouvement plus vaste et unifié** (CAMARGO, 1973, p. 283-284, grifo nosso).

Segundo Camargo (1973), as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais apresentaram alternativas distintas, porém complementares, aos diversos elementos que compuseram a classe camponesa daquele momento. Neste sentido, hipótese da autora era a existência de um único movimento social, principiado pelas Ligas Camponesas e com seguimento nos Sindicatos Rurais. Os militantes das Ligas teriam penetrado nos sindicatos numa tentativa, segundo a autora, de “[...] s’approprier un appareil ayant des recours opérationnels plus larges” (CAMARGO, 1973, p. 294). A autora construiu a idéia de um campo unificado, onde os camponeses teriam como adversário o latifundiário, numa manifestação clara da predominância das Ligas Camponesas; a mobilização seria orientada por aspectos econômicos e políticos, onde a reivindicação dar-se-ia por aumentos salariais, aplicação e extensão de direitos sociais, divisão das terras, eliminação de prestações pessoais, direito ao voto e acesso aos serviços urbanos, ou seja, havia a fusão entre as Ligas e os Sindicatos nestes aspectos.

O processo de unificação dos movimentos dos Sindicatos Rurais e das Ligas Camponesas poderia ser percebido também a partir de uma característica da região estudada: coexistiam atividades agropecuárias de mercado e de subsistência. Este aspecto foi observado quando a autora resgatou o debate capitalismo *versus* feudalismo, citando Palmeira (1971) e Prado Jr. (1966) – no entanto, Camargo (1973) esclareceu que não pretendia refazer o debate relacionado ao modo de produção:

C’est ce qui permet la fusion des Ligues avec les Syndicats, du fait qu’ils s’insèrent dans un processus parallèle d’intégration de la production agricole aux marchés consommateurs, qui exclut radicalement toute possibilité de participation des paysans, soit en tant que producteurs – ils sont chassés de la propriété, expulsés du marché local – soit en tant que consommateurs, car ils ne possèdent guère les moyens pour consommer plus que le strictement nécessaire à leur survie immédiate (CAMARGO, 1973, p. 322).

Os estudos de Calazans (1969) e de Camargo (1973) ressaltaram a importância de compreender que a ação política dos camponeses era conduzida por grupos externos ao conjunto de trabalhadores do meio rural. Para as autoras, foram as transformações sociais e econômicas no meio rural que tornaram estes trabalhadores suscetíveis ao processo de mobilização por agentes externos. Estas organizações, mesmo estabelecendo uma ligação entre os camponeses e a esfera do poder, os tornaram incapazes de reconhecer o seu próprio significado, envolvendo-os num projeto que não era seu e impedindo-os de uma participação ativa no cenário político e econômico nacional.

Em relação à mobilização política dos camponeses através de suas organizações, um aspecto que se destacou nos estudos analisados neste capítulo foi o relato da disputa na condução das lutas no campo brasileiro. Martins (1986) tem uma posição de referência no

campo acadêmico ao afirmar em seu estudo que o camponês se constituía no projeto destas organizações. O autor identificou que a trajetória política do campesinato na história da sociedade brasileira somente poderia ser restaurada a partir da compreensão da disputa política pela sua representação. Este processo de representação dos camponeses, ao longo das décadas de 1950 e 1960, era travado entre o PCB, a Igreja, as Ligas Camponesas e o Governo Federal.

Martins (1986) argumentava que o PCB identificou, ao longo de seus congressos e de seus documentos, que o problema central da sociedade brasileira era a estrutura da economia, considerada arcaica. O mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional estavam limitados pelos restos feudais e pelo monopólio da terra. Esta estrutura atrasada ocasionava uma permanência do baixo nível de vida da população camponesa e limitava a expansão do mercado interno. Enfim, ocorreu um desenvolvimento capitalista no campo, mesmo com uma estrutura caracterizada por restos feudais. A orientação do PCB até os anos cinquenta, no que diz respeito à temática rural, segundo o autor, era a de uma reforma agrária para as massas camponesas. Para Martins (1986), houve uma inversão na ênfase dada ao problema dos camponeses sem terra e dos trabalhadores rurais no início dos anos sessenta, onde os últimos assumiram a supremacia na pauta de discussão do partido, já que um dos efeitos do avanço do capitalismo no campo foi a expansão dos assalariados e dos semi-assalariados rurais. Neste sentido, a reforma agrária radical deveria ser alcançada por meio de medidas parciais, ou seja, através da atuação do partido na organização de federações e da confederação sindical.

Com a redução da influência do PCB sobre os camponeses, houve a ampliação da ação da Igreja, consolidando o processo de sindicalização no campo. De acordo com Martins (1986, p. 12), esta diminuição da influência estava “[...] marcada pela posição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; de outro lado, está marcada pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato”. A Igreja preocupava-se com a questão agrária porque os movimentos sociais no campo e a proletarização dos camponeses poderiam torná-los suscetíveis aos ideais comunistas e, dessa forma, “[...] só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo” (MARTINS, 1986, p. 88). Até 1963, a Igreja pregava a manutenção da ordem existente no meio rural (questão fundiária), no entanto, com a constatação da gravidade dos problemas rurais, uma nova posição foi tomada, onde a reforma agrária mediante desapropriação era admitida por ser um interesse social. A disputa entre o PCB e a Igreja pela representação dos trabalhadores do meio rural pode ser exemplificada na luta pelo controle da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, a partir de 1962, resultando num acordo entre ambos e na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963.

As Ligas Camponesas tinham a proposta de uma reforma agrária radical em oposição aos modelos propostos pelo PCB e pela Igreja, como indicou Martins (1986, p. 89): “[...] a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à *propriedade camponesa*, inclusive à estatização da propriedade”. Por fim, o governo João Goulart tinha uma proposta de reforma agrária em razão do diagnóstico do problema inflacionário como oriundo da redução da oferta de produtos agrícolas e, por sua vez, este estrangulamento era uma consequência da estrutura fundiária brasileira. A reforma agrária, dessa forma, aumentaria a produção de alimentos e o mercado interno, pois haveria um aumento da renda no meio rural. Além disso, essa política resultaria numa ampliação da base eleitoral do governo e na contenção das tensões sociais no campo.

No entanto, os inúmeros movimentos analisados pelo autor indicaram que a questão não estava exclusivamente localizada na propriedade da terra, mas também na renda capitalista da terra:

A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como se estes constituíssem uma classe antiburguesa, pré-capitalista. Isso parece ter ficado claro no caso do Paraná e, particularmente, no caso do Nordeste, quando a burguesia rompeu seu pacto com a esquerda para se aliar com os latifundiários e levar à frente o golpe de Estado contra os camponeses e os operários. Ela foi beneficiária da aliança, que utilizou para alterar em seu favor a composição de forças políticas regionais (MARTINS, 1986, p. 80).

A luta pela terra e contra a renda fundiária, buscada pelos camponeses, na opinião de Martins (1986), não estava sendo considerada, já que os problemas e o destino dos camponeses continuaram a ser representados a partir de uma visão externa da sua realidade. Os projetos que envolviam o campesinato eram alheios ao conjunto de mudanças necessárias para a sua inclusão na sociedade brasileira. Por outro lado, para o autor, as lutas populares no campo precisavam da estrutura e da organização dos grupos externos para agruparem num único núcleo a sua diversidade, a sua força política e o seu papel no espaço político e nos pactos com a classe dominante e com o Estado. O autor destacou que um dos motivos para a diversidade das lutas populares no campo era a falta de capacidade dos partidos políticos “[...] para acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações camponesas” (MARTINS, 1986, p. 9).

Martins (1986) observou através do estudo sobre os camponeses e os movimentos sociais rurais brasileiros que o campesinato foi interpretado a partir de uma visão da realidade desses mediadores e não de uma visão da realidade dos camponeses. No caso da reclamação por uma política de reforma agrária, por exemplo, é conveniente constatar que a sua origem, na década de 1950, ocorreu fora do meio dos autênticos envolvidos neste processo, os camponeses. A reivindicação surgiu na esfera da classe média urbana e em setores específicos da Igreja. Estes grupos empenhavam-se na busca de uma solução para as injustiças sociais. As diferentes propostas de reforma agrária – do PCB, da Igreja, das Ligas Camponesas e do Governo Federal – estavam conectadas aos seus próprios projetos para a sociedade brasileira, a partir das suas próprias interpretações da questão agrária. A luta pela reforma agrária dividia-se em uma luta por terras e em uma luta por direitos trabalhistas, enfraquecendo o próprio processo de reivindicação de uma política que solucionasse os conflitos no campo e que transformasse as relações atrasadas existentes neste meio. A falta de uma unidade na busca pela reforma agrária possibilitou a aliança entre o capital e a terra. Para o autor, a questão agrária era histórica e estava associada ao dinamismo dos processos sociais. No entanto, este dinamismo não estava relacionado apenas ao conflito entre classes sociais, mas, principalmente, deveria ser compreendido como sendo uma questão estrutural. Seria neste sentido que o conhecimento da questão agrária possibilitaria a compreensão do que seria uma política de reforma agrária. O resultado do processo de avanço do capitalismo no campo, segundo Martins (1986, p. 102), foi o agravamento da situação dos camponeses, já que “[...] as suas lutas avançaram muito adiante dos partidos políticos, clandestinos ou legais, premido pela rapidez e pela voracidade do avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e sobre a terra”. Além disso, constatou-se a incapacidade dos partidos políticos incorporarem as lutas e as perspectivas camponesas nas suas pautas de reivindicações.

Chaia (1980), Guimarães (1982) e Costa (1983) também revelaram em seus estudos o antagonismo entre diferentes grupos que tentavam mobilizar os camponeses. Os autores

analisaram os conflitos gerados no processo de valorização da terra nas novas áreas utilizadas, principalmente, por posseiros e por arrendatários. Neste contexto, com os crescentes conflitos sociais no campo, Chaia (1980) indicou a importância de se compreender o papel desempenhado por diferentes instituições junto aos trabalhadores do campo, como o PCB, o Governo Estadual e a Igreja. As mudanças que ocorreram nas relações de produção e nas formas de lutas enfrentadas pelos agentes do campo e a orientação das instituições que atuavam no processo de organização dos trabalhadores no meio rural definiram, na opinião da autora, o rumo dos movimentos sociais no campo em São Paulo.

Guimarães (1982), ao abordar o movimento camponês no estado de Goiás, também refletiu a respeito da natureza das reivindicações dos trabalhadores rurais, organizados pelas Associações Rurais e pelos Sindicatos Rurais, no período 1954-1964, bem como as propostas políticas das organizações e das lideranças. Segundo a autora, os trabalhadores do meio rural apenas conseguiriam um espaço político frente aos grupos dominantes através de intermediações (sindicato, associações e partidos). É importante ressaltar que a autora se apropriou do termo camponês para retratar o ator envolvido diretamente na problemática estudada: o posseiro. No interior do processo de transformação da terra em mercadoria, a autora afirmou que, de acordo com os estudos de Ianni (1978), o grileiro era uma categoria social que revelava a expropriação dos posseiros. Assim, de acordo com Guimarães (1982), a eclosão de conflitos pela terra em Goiás a partir dos anos cinquenta retratou a figura do posseiro como principal ator das lutas camponesas, por um lado, e o

[...] envolvimento mais sistemático de partidos políticos e outras organizações da Sociedade Civil, em disputa pela hegemonia na organização dos trabalhadores rurais. Nestas condições, surgiram, no período 54/64, alternativas de encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais através das 'Associações de Lavradores' e 'Sindicatos Rurais', e, dentre as organizações envolvidas, nesse processo, encontram-se predominantemente o PCB e a Igreja Católica (GUIMARÃES, 1982, p. 11).

A questão que se colocava é que a partir do momento em que existia a representação, esta poderia atuar no sentido de estimular ou de bloquear a natureza das reivindicações destes trabalhadores do meio rural. Segundo a autora, analisando o caso goiano, “[...] as principais organizações envolvidas nesse processo colaboram, a partir dos anos 60, no sentido de impedir o desdobramento político da luta pela posse da terra apesar de ter havido uma expressiva sensibilização e mobilização dos trabalhadores durante os anos 62/63 através do sindicalismo rural” (GUIMARÃES, 1982, p. 12).

De acordo com Guimarães (1982), houve um trabalho político de sensibilização dos trabalhadores do meio rural, num sentido amplo, para a questão agrária. Para a autora, a política agrária tinha o objetivo de permitir a instituição da frente pioneira no norte do estado de Goiás, orientada pelo Estado, e atender a reivindicação do acesso à terra. A política de colonização atendia a demanda pela reforma agrária e “Através desse modelo de reforma agrária, o Estado faria vigorar, em áreas de tensões pela posse da terra, o princípio da propriedade territorial capitalista” (GUIMARÃES, 1982, p. 90). Nos anos sessenta, no entanto, constatou-se que as transformações capitalistas no meio rural haviam ampliado o número de assalariados e, por esta razão, o Partido Comunista passou a considerar prioritária a organização dos trabalhadores e não mais a luta pela terra e as questões do campesinato.

Além do Partido Comunista, segundo Guimarães (1982), a Igreja e o Estado também incorporaram as reivindicações camponesas – dos posseiros – e desenvolveram políticas de intervenção no meio rural, principalmente, através do sindicalismo: a Igreja tentava propor um projeto político alternativo às “massas rurais” e o Estado, por sua vez, visava a incorporação e a mobilização dos trabalhadores rurais, posseiros em grande parte, para não perturbar o avanço do capital no estado. O processo de sindicalização rural promovido pelo

Partido Comunista, pela Igreja e, principalmente, pelo Estado acabou encerrando as reivindicações dos trabalhadores do meio rural, como se percebe a seguir:

De certa forma, havia um movimento social – ‘de lavradores sem terra’ – fundado em reivindicações concretas, que foi interpretado pelas organizações (partidos, grupos políticos...) como possível de ser canalizado e direcionado nos limites do ‘populismo sindical’ veiculado pelo Estado. Nestes termos, a perspectiva de alianças com o Estado – no âmbito da sindicalização rural – reduzia a potencialidade das reivindicações do campesinato postas na luta pela posse da terra (GUIMARÃES, 1982, p. 155).

Costa (1983) também revelou em seu estudo que ao longo dos anos cinquenta e sessenta, inúmeros sindicatos, associações e Ligas Camponesas foram organizados no estado de Goiás. O PCB teve uma forte atuação, agindo legalmente ou clandestinamente, com os posseiros, transformando-os em força social: “[...] foram então, as condições econômicas e a atuação de um partido político no campo que propiciaram as condições para a transformação dos ocupantes em força social” (COSTA, 1983, p. 48).

O movimento dos posseiros em Goiás teve dois momentos: expansão (1961-1962) e radicalização (1963-1964). Segundo Costa (1983, p. 57), no primeiro, o fortalecimento ocorreu através das organizações independentes ou ligadas ao Estado, ou seja, através de uma orientação da “[...] ação política dos grupos dominados no campo dentro dos limites da legalidade (sindicatos e associações), contribuindo então para a subordinação daqueles grupos ao Estado Populista” e, no segundo, a ação radical – greves, invasões, resistência armada – foi possível quando o movimento rural assumiu um caráter nacional. Neste sentido, a perda das terras ocupadas, a prática política, a atuação do PCB no campo e o populismo em Goiás, ou seja, a existência de uma forma política que permitia as negociações entre os grupos dominantes e dominados foi determinante na geração de condições “de não subordinação total dos grupos dominados no campo” (COSTA, 1983, p. 61). Destarte esta multiplicidade de trabalhadores do meio rural, com condições materiais de vida e inseridos em relações de trabalho diversas, Costa (1983) nomeou os trabalhadores do meio rural como “grupo dominado no campo”, considerando um determinado grau de homogeneidade a partir de aspectos comuns, como a não propriedade jurídica da terra cultivada e a subordinação ao domínio do Estado nos aspectos relativos à posse e à distribuição das terras no estado goiano, característicos nos grupos de ocupantes e de posseiros.

Estes mesmos grupos dominados já se organizavam desde o início da década de 1950 e tinham como principal reivindicação a reforma agrária, pois de acordo com a autora, a criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Formoso-Trombas, em 1953, marcou o início da organização dos movimentos rurais em Goiás. Segundo Costa (1983, p. 67), “[...] estas formas de luta dos grupos dominados mostram que eles não foram pois um mero instrumento de legitimação dos grupos dominantes, mas também os pressionaram no sentido de atender suas reivindicações básicas”. Caberia, numa tentativa de reunião de elementos essenciais para a compreensão do papel do Estado neste processo, perceber que,

[...] embora a articulação entre Estado Populista e grupos dominados no campo, em Goiás, tenha se feito sob a direção daquele, existiram condições políticas concretas como a ausência de hegemonia dos grupos no poder e conseqüentemente a necessidade de legitimação, que facilitaram os grupos dominados no campo a expressarem suas insatisfações de forma organizada e, a desenvolverem uma práxis. Em outros termos, foi na vigência do populismo que os grupos dominados no campo, em Goiás, se integraram à política estadual e nacional (COSTA, 1983, p. 68).

Se o grupo de autores analisados aponta para a difícil emergência de uma reivindicação própria dos trabalhadores do meio rural, com exceção de Costa (1983) que falava da “não subordinação total” destes trabalhadores, Martins (1986) deu relevo para o caráter não submisso que o campesinato brasileiro passou a apresentar ao longo do tempo, já

que, a partir dos anos cinquenta, os trabalhadores do meio rural passaram a manifestar uma vontade política através da contestação dos modelos de opressão engendrados pelos grandes proprietários de terras. A organização destes trabalhadores em sindicatos, em Ligas e em associações, a resistência aos processos de expulsão e de despejo, a demanda por uma política de reforma agrária ao Estado, entre outros, foram ações que revelaram esta vontade política descrita pelo autor. No entanto, segundo Martins (1986, p. 10), foi a disputa política pela representação dos trabalhadores que definiu os contornos desta luta no campo brasileiro, como é possível observar abaixo:

Certamente, o que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, disputas apoiadas nas lutas camponesas que irromperam, então, em vários pontos do país. Da aliança tácita entre católicos e comunistas, excluídas as Ligas, surgiu o mais importante resultado político desse período, para o campesinato – a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e a estrutura sindical que lhe corresponde.

Em relação à luta pela reforma agrária, Cordula Eckert⁵⁷, na sua pesquisa *Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*, revelou, no estado do Rio Grande do Sul, que sua direção ocorria através do combate à concentração de terra e não à propriedade privada da terra. Dados empíricos permitiram constatar, segundo a autora, que os interessados na redistribuição da posse da terra no estado eram os assalariados permanentes e temporários, os arrendatários, os posseiros, os parceiros, os pequenos proprietários e seus filhos, os meeiros e os agregados. Os grandes produtores mecanizados sem terra, voltados para a cultura de arroz e do trigo, também estavam envolvidos nesta luta. Eckert (1984) identificou que a concentração da propriedade da terra e o esgotamento da “fronteira agrícola” no Rio Grande do Sul foram fatores fundamentais para a emergência dos sem terra. Uma alternativa era a migração, mas nem todos os trabalhadores do meio rural que não tinham acesso a terra conseguiam migrar, pois era preciso ter condições mínimas “[...] para a viagem e para iniciar a produção em outro local. Portanto, uma grande parcela de *sem terra* permaneceu no Rio Grande do Sul, pressionando para a resolução de seus problemas no Estado” (ECKERT, 1984, p. 51).

No contexto de contradições sócio-econômicas, Eckert (1984) analisou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, de 1960 a 1964, e que conseguiu mobilizar mais de 100 mil agricultores. Estes agricultores utilizavam como forma de ação a formação de acampamentos próximos de determinadas áreas que seriam desapropriadas pelo governo estadual, “[...] forçando na prática, a campanha pela reforma agrária” (ECKERT, 1984, p. xii). Os acampamentos realizados pelo MASTER, segundo a autora,

[...] mesmo que baseados na legislação estadual e federal existentes, rompiam com a legitimidade admitida pelos segmentos de classe no poder. O que significava que mesmo que a legislação existente permitisse a desapropriação de propriedades privadas, esta desapropriação excedia o aceitável pelas classes dominantes. Observando esta questão pode-se dizer que **o MASTER foi um movimento que assumiu interesses dos agricultores sem terra, naquele período, e que imprimiu profundas mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais entre as classes, transformando-se assim em um movimento que mais do que reforçar interesses políticos pessoais, colocou-se como um movimento que efetivamente provocou mudanças na luta de classes, pois impulsionou e fortaleceu a participação política do campesinato** (ECKERT, 1984, p. 238, grifo nosso).

Mesmo empregando a designação agricultor, a autora encaminhou a sua análise na direção do debate político a respeito do conjunto de trabalhadores que se encontrava no meio rural, o chamado campesinato brasileiro. Ou seja, a construção de uma identidade política que

⁵⁷ A autora defendeu a sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1984, sendo orientada por Leonilde Servolo de Medeiros.

teve sua origem nas contradições sócio-econômicas pertencentes a um determinado momento da história do país. As forças camponesas, o movimento camponês, a mobilização do campesinato, entre outros, foram formas de registrar o padrão explicativo que orientou a análise destes “agricultores sem terra”, isto é, os componentes do Movimento dos Agricultores Sem Terra. A partir de um movimento localizado no estado mais ao sul do Brasil, a autora buscou compreender a gênese da identidade política desta personagem: “A importância deste estudo prende-se à necessidade de se recuperar a trajetória de um personagem, não por acaso muitas vezes esquecido ou preterido na historiografia oficial, que é o agricultor sem terra” (ECKERT, 1984, p. 16). Os agricultores sem terra passaram a ser uma designação de categorias que formavam o MASTER e que, tradicionalmente, eram nomeadas por camponeses no espaço do embate político nacional. Segundo a autora, as categorias eram as seguintes:

[...] os assalariados permanentes e temporários que, pela pouca geração de empregos no campo e pelas más condições de trabalho oferecidas, ansiavam pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e da família; os posseiros, parceiros, arrendatários e agregados, que apesar de terem acesso à terra, tinham-no de forma instável; os pequenos proprietários que, por terem parcelas de terras muito reduzidas, pretendiam aumentar a sua propriedade; e os filhos de pequenos proprietários que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para quem nem sempre a terra do pai era suficiente para atender suas necessidades (ECKERT, 1984, p. 56).

Os “sem terra” emergiram no espaço de expropriação e de empobrecimento no meio rural. Esta categoria foi empregada pela autora para evidenciar uma identidade criada pelo MASTER e que estabelecia uma correspondência com o campesinato, resultado de um processo de organização política de diferentes grupos de trabalhadores do meio rural brasileiro. Eckert (1984) partiu da hipótese de que o MASTER surgiu em razão do apoio do governo estadual daquele momento e também da “própria conjuntura política nacional e das contradições econômico-sociais que ocorriam no setor agrícola gaúcho”. Segundo a autora, a conjuntura política beneficiou a organização política destes trabalhadores do meio rural.

Os trabalhadores do campo, organizados em diferentes regiões do Brasil, nas antigas propriedades produtoras de cana-de-açúcar ou nas novas propriedades produtoras de alimentos para o mercado interno nas regiões de fronteira, reivindicavam a terra e uma legislação trabalhista justa etc., manifestando-se através da luta pela permanência na terra, de passeatas, de congressos e de outras formas de reivindicação. A mobilização política dos trabalhadores ocorreu com o questionamento da ordem política e da ordem ideológica através destas diferentes formas de resistência. A estruturação destes trabalhadores em (e por) Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais e Associações, entre outros, guiava a sua organização e ação política. Foi possível perceber nestas pesquisas que as relações de produção não capitalistas no campo, conservadas ou reinventadas com as transformações capitalistas no Brasil, e a expropriação produzida também neste ambiente foram empregadas pelos autores para explicar os conflitos sociais no campo.

Os autores indicaram que os camponeses eram mobilizados pelos mediadores como um grupo social definido, percebido como classe e orientado na direção dos projetos políticos das mediações. Neste sentido, o que estava em discussão era a possibilidade dos camponeses elaborarem ou não um projeto político próprio. Através destes estudos foi possível perceber que a ação política dos camponeses era vista através de suas organizações, pois, refletindo a partir das proposições de Sader e Paoli (1986), a heterogeneidade dos trabalhadores do meio rural mostrava-se como um empecilho para a sua ação política e a constituição de uma consciência de classe. Na percepção dos autores analisados, a participação política destes trabalhadores teria que vir de agentes externos, ou seja, através da sua organização por meio das mediações, constituindo-os como classe.

2.4 A relação entre o Estado e os movimentos camponeses

Alguns cientistas sociais analisados nesta investigação deram um maior relevo para a relação entre o Estado e os movimentos camponeses através da reflexão acerca do populismo no país. Para estes autores, os trabalhadores do meio rural eram agentes no processo de desenvolvimento graças à ação do Estado populista. O objetivo desta seção é compreender como estes autores explicaram o populismo através do Estado como uma força social mediadora capaz de promover a ação política do campesinato brasileiro, mas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da nação.

Camargo (1973) conduziu a sua reflexão por intermédio da investigação do Estado brasileiro, no seu caráter modernizante, e das oligarquias agrárias, numa discussão sobre a centralização/descentralização do poder, a influência da região Nordeste na economia/política nacional e a conjuntura política e econômica do período investigado. A forma particular de enfocar o movimento camponês, pela autora, teve o propósito de compreendê-lo na ocasião de expansão e de crise do populismo no Brasil, como é possível perceber neste trecho do estudo de Camargo (1973, p. 162, grifo nosso):

Ce qu'il y a de nouveau dans les mouvements que nous étudions, c'est qu'ils sont au centre des tensions idéologiques et politiques qui aboutissent à la crise finale. Comblés par les étudiants, journalistes, prêtres et intellectuels, encouragés par l'Etat, les paysans du Pernambuco – moteurs de l'agitation paysanne – pour la première fois dans leur histoire, et probablement la dernière, sont appelés à intervenir dans le processus de développement pour décider du sort de l'ensemble de la classe paysanne à l'intérieur de ce même processus.
Expérience non achevée, elle naît, grandit et sombre avec le populisme qui l'a secretée.

Este movimento repercutiu sobre os centros de poder, como constatou a autora, nos âmbitos da ideologia (sensibilizando a intelectualidade), da ação política (sensibilizando os partidos políticos, as associações e os grupos de esquerda) e da aliança política (enfraquecendo as relações entre o latifúndio e o poder central). O modo de condução política, naquele momento, permitiu a constituição do campesinato como ator.

Para a autora, a crise política brasileira no período entre o governo de Jânio Quadros e de João Goulart encontrou no camponês um ator capaz de se transformar em um suporte social para o governo: “Plusieurs indices nous font penser que les paysans mobilisés des années 1960 étaient vus par l'Etat populiste de Goulart d'une manière analogue à celle dont les ouvriers des années 1930 étaient vus par Vargas: une vaste couche de population susceptible d'altérer une situation politique d'impasse” (CAMARGO, 1973, p. IV). O movimento camponês, no entanto, não era apenas um apêndice do movimento populista, mas era um “élément décisif pour la définition d'un nouveau projet de développement”. Para Camargo (1973), com o longo processo de transformação da sociedade brasileira, o campesinato tornou-se, então, um elemento que merecia consideração no projeto de desenvolvimento do país, já que nele se alicerçava a possibilidade de ampliação da produção orientada para o mercado interno.

O Estado, de acordo com Camargo (1973), foi capaz de harmonizar um conjunto de forças políticas heterogêneas e, ao mesmo tempo, ser um fator que estimulou a mobilização popular, ou seja, teve a capacidade de controle das massas e de atendimento das demandas oriundas das mesmas. A percepção das especificidades do Estado brasileiro foi decisiva no seu estudo e a autora descreveu as propriedades de seu objeto com um papel na sociedade brasileira muito mais sustentado na fraqueza da sociedade civil do que na eficácia do seu aparelho, como um agente capaz de estimular ou conter o jogo de tensões no interior do sistema político e conceder um peso político às frações das classes dominantes ou populares presentes neste processo. Para a autora, “[...] l'Etat se réservera un pouvoir accru pour intervenir dans les conflits de classe. Non pour les éliminer ou supprimer, mais pour changer le sens” (CAMARGO, 1973, p. V-VI).

A centralidade do Estado estava em grande parte associada, como indicou a autora, à fragilidade da sociedade civil brasileira. Neste aspecto, o Estado no processo de desenvolvimento de países dependentes, como era o caso do Brasil, exercia uma influência significativa sobre o comportamento das classes sociais, inspirando inúmeros estudos de cientistas sociais brasileiros a partir da abordagem da dependência. Camargo (1973) apropriou-se do estudo de Cardoso e Faletto (1969), que analisaram as relações internacionais e o processo de desenvolvimento econômico e social na América Latina, ou seja, as relações políticas e de interesses entre as economias periféricas e as economias desenvolvidas que, conseqüentemente, construía formas diversas de desenvolvimento político e social em cada país; e de Furtado (1961), quando discutiu o subdesenvolvimento e as dificuldades para a formação da economia nacional. Suas referências estavam diretamente relacionadas ao debate do desenvolvimento brasileiro entre a CEPAL e a Escola de Sociologia da USP.

No estudo de Camargo (1973) foi possível observar que o populismo era compreendido através do Estado como uma força social mediadora capaz de promover a ação política do campesinato brasileiro, mas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da nação. Desta forma, a abordagem da autora estabelecia um sentido na análise das relações entre os movimentos camponeses e o Estado: o processo de desenvolvimento do país e o Estado como um ator crucial na manifestação dos conflitos. Camargo (1973) também indicou em seu estudo que, mesmo com uma organização externa ao movimento, os camponeses deram uma contribuição ao projeto de desenvolvimento no país impulsionado pelo Estado populista. Segundo Camargo (1973), os conflitos exerciam influência sobre os centros de poder a partir do momento em que refletiam tensões ideológicas e políticas durante a crise populista. A partir das suas mobilizações, de seus Congressos e de suas organizações, ou seja, de diferentes formas de apreensão da luta política, os camponeses conseguiram apontar soluções para o conjunto da classe camponesa no interior do processo de desenvolvimento capitalista. Finalmente, a questão agrária tornou-se um dos principais suportes do conjunto de questões que envolveram o populismo. No conjunto do programa de Reforma de Bases, a reforma agrária foi o projeto mais importante.

A análise do processo de transformação da sociedade brasileira, através da condução do Estado por meio de uma política de incorporação dos trabalhadores do meio rural, foi uma preocupação compartilhada também por outros pesquisadores analisados neste capítulo. Os diversos aspectos da conjuntura política daquele momento tornaram-se uma referência para as investigações destes autores.

Para Azevêdo (1982), o Estado foi um agente ativo no processo de modernização do setor rural brasileiro. O papel do setor rural no processo de crescimento econômico brasileiro foi alcançado por meio das transformações capitalistas no meio rural, a partir da conservação da estrutura agrária e não pela realização de uma reforma agrária, ou seja, não houve uma ruptura com o passado. Azevêdo (1982) analisou as Ligas Camponesas através deste olhar. O autor também mostrou em sua investigação que o Estado populista teria promovido uma “participação controlada” dos trabalhadores rurais, fundamentada numa exclusão política e social e esta seria a base de dominação do bloco industrial-agrário. A estratégia do Estado, de acordo com o autor, “[...] estava fundada na lógica de uma dominação de classe, que se realiza através de um Estado autonomizado no espaço político e que, por força do seu próprio papel, torna-se mediador por excelência entre as distintas forças sociais, posição da qual retirava a sua razão de ser e a sua própria legitimidade” (AZEVEDO, 1982, p. 35-36).

Costa (1983) sustentou-se no populismo como base para a análise da relação entre o Estado e os grupos dominados no meio rural, os posseiros, em luta no período 1961-1963. No período de estudo, percebia-se uma grande articulação entre a atividade agropecuária goiana, setor dinâmico da economia naquele estado e caracterizado pela concentração fundiária, e o Estado, o proprietário da grande maioria das terras em Goiás: “Este esquema se manifesta no

fato do Estado intervir no campo no que tange, fundamentalmente, às questões relacionadas com a posse e distribuição da terra” (COSTA, 1983, p. 1). Em outro momento de seu estudo, a autora afirmou que o estado de Goiás era uma unidade, principalmente, agrícola e a terra encontrava-se concentrada em grande parte sob a propriedade do Estado, mas ocupada na sua grande maioria por aqueles que não detinham a sua propriedade jurídica, permitindo verificar, como é possível observar, que os ocupantes das terras enfrentavam uma contradição: “[...] ao mesmo tempo que dispunham da propriedade real da terra, não dispunham de sua propriedade jurídica (COSTA, 1983, p. 5).

As explicações para esta relação entre o Estado e os posseiros a respeito da posse e da distribuição da terra foram buscadas pela autora nas contribuições teóricas de três cientistas sociais brasileiros, Otávio Ianni, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso. Costa (1983, p. 7) identificou o principal aspecto do populismo que interessava para a sua investigação: “o Estado, e, sua caracterização como se coloca, no caso, a questão da participação política das classes dominadas”. Segundo a autora,

Esta relação se faz pela proposta de Reforma Agrária. Por um lado, o Estado utiliza das medidas agrárias na busca de sua legitimação e, como forma de neutralizar a ação política dos grupos dominados no campo. Por outro lado, ao mesmo tempo que aqueles grupos dominados serviam de apoio social ao Estado, organizavam-se politicamente, expressando suas insatisfações e apresentando como reivindicação básica a Reforma Agrária (COSTA, 1983, p. 17-18).

Mesmo não sendo possível identificar alguns aspectos do populismo indicados por estas referências teóricas, Costa (1983, p. 17) afirmou que ele poderia ser compreendido como “[...] uma forma política que, ao mesmo tempo que assegurava a dominação dos grupos no poder, possibilitava também uma prática política aos grupos dominados não totalmente subordinada aos grupos dominantes”. Para Costa (1983), o Estado direcionou as medidas agrárias a partir da representação dos grupos dominantes, buscando “não prejudicar os interesses daqueles grupos”. Apesar da aparente relação de domínio do Estado sobre os grupos dominados no meio rural, no entanto, estes conseguiram se organizar politicamente, desenvolvendo uma prática política. A inexistência de condições estruturais que sustentassem o surgimento do populismo, como o desenvolvimento do setor urbano-industrial, já que a atividade econômica em Goiás caracterizava-se por ser predominantemente rural, também não impediu a análise a partir da orientação do populismo: “[...] é o próprio desenvolvimento do capitalismo no país que, se fazendo de forma desigual e não homogênea, ou seja através da coexistência de relações de produção capitalistas e relações não totalmente capitalistas, que favorece, as especificidades da política populista em Goiás” (COSTA, 1983, p. 27).

A articulação entre o Estado Populista e os grupos dominados no campo, segundo Costa (1983), desenvolvia-se com a direção do processo pelo primeiro. O grupo dominado era representado, de acordo com Costa (1983, p. 64), pelos posseiros, “[...] os quais oferecem o apoio social para legitimar o Estado, quando aceitam: a Reforma Agrária”; por outro lado, o Estado Populista, “[...] na busca de legitimação, intervém na agricultura através da lei da terra, dos combinados Agro-Urbanos, da Concessão de títulos de terras, das Agências Volantes, entre outros mecanismos da atuação. Desse modo atende algumas das reivindicações dos posseiros cuja principal era a posse da terra”.

No projeto de reforma agrária, a luta pela terra teve um papel significativo, como é possível observar nos estudos de Costa (1983) e de Guimarães (1982) acerca dos conflitos em Goiás. Costa (1983) indicou que o Estado populista goiano interveio na agricultura com o intuito de atender às demandas do grupo dominado no campo para que o pacto populista fosse mantido e para que a estrutura de poder se fortalecesse. A proposta de reforma agrária foi elaborada, desta forma, como instrumento de legitimação do Estado e com claro intuito de subordinação da classe dominada do meio rural aos interesses do Estado. A atuação deu-se através da política de terras, venda das terras devolutas, concessão de títulos definitivos,

expropriações, criação de Agências Volantes de Terra; dos núcleos de colonização; da sindicalização rural. Essas medidas beneficiaram apenas um pequeno grupo dos dominados no meio rural, não atingindo a propriedade privada e com um caráter claramente econômico – aumento da produtividade, mas sem implicações sobre a distribuição de terras e as relações de poder. Todavia, um aspecto merece ser destacado, como afirmou Costa (1983, p. 33): “[...] se por um lado, aquelas medidas agrárias representaram os interesses de grupos dominantes na medida em que foram mais uma forma de ampliação institucional das bases sociais do Estado, por outro lado, expressaram o reconhecimento das reivindicações de grupos dominados no campo [...] pelo Estado”. Para Francisco Weffort, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, segundo Costa (1983), o atendimento de determinadas reivindicações dos grupos dominados fazia parte do pacto populista e permitia consolidar a hegemonia dos grupos dominantes.

Guimarães (1982) revelou que o populismo encontrou o apoio necessário, seja através do sindicalismo rural, seja através da inclusão da reforma agrária na política pública, na ação do Estado brasileiro nestas regiões, ao analisar a organização camponesa também em Goiás. O que estava em jogo, de acordo com a autora, era o duplo papel que o Estado deveria exercer: de um lado, aproximava-se das classes subalternas através da criação de sindicatos e, de outro, impedia a articulação dos trabalhadores rurais em manifestações contrárias à proposta de desenvolvimento capitalista. O populismo era empregado para impedir as reivindicações expressas na luta pela posse da terra. A Igreja, da mesma forma, envolveu-se com as demandas pela reforma agrária e pelo sindicalismo rural. A tentativa também era “proteger” os camponeses de influências ideológicas comunistas. A configuração era, como apresentou Guimarães (1982, p. 152), a seguinte:

Em suas múltiplas manifestações, a lógica desse processo, na especificidade de Goiás, no período examinado de 54/64, centrava-se não propriamente nas condições de assalariamento ou de relações tipicamente capitalistas, que opõem diretamente o trabalho e o capital, mas no problema da terra, da sua posse. A luta pela posse da terra – ou a resistência camponesa à expropriação do seu objeto e meio de trabalho – constituía-se em contradição marcante no campo.

As transformações capitalistas, segundo a autora, provocaram a eclosão de conflitos pela posse da terra caracterizados na forma de resistência do campesinato. A expropriação era promovida por grileiros, fazendeiros e empresários. Os trabalhadores rurais organizados por instituições externas a eles passaram a ocupar um espaço no cenário político nacional, como indicou Guimarães (1982, p. 9), “numa conjuntura marcada pelas ambigüidades próprias do populismo, em que o Estado, ao promover o projeto nacional desenvolvimentista, procurava incorporar as reivindicações das classes subalternas”.

Caberia ainda ressaltar, de acordo com Costa (1983), que as idéias nacionalistas também foram empregadas para legitimar o Estado populista, principalmente, no caso específico de Goiás naquele período, através da sua intervenção na atividade econômica, no que se refere ao setor rural e à sua posição em relação ao capital externo. Isso ocorreu porque o Estado não tinha mais condições de atender às reivindicações dos grupos dominados.

Em relação ao aspecto da subordinação da prática política dos posseiros ao Estado populista, esta se fez pela ideologia e pelos aparelhos repressivos: “Os aparelhos repressivos e a ideologia, tiveram naquele processo, um papel fundamental: foi por intermédio deles que se colocou a serviço do Estado Populista, o apoio social necessário a sua sustentação” (COSTA, 1983, p. 58). Para a autora, é possível confirmar a existência de uma subordinação ideológica dos grupos dominados, já que concordaram com uma proposta de reforma agrária que mantinha a propriedade da terra intacta e as relações de poder e de classe. Além disto, apenas um reduzido número de posseiros seria beneficiado com esta política. No entanto, a subordinação ao Estado populista não era completa, como se percebe nesta passagem de Costa (1983, p. 61, grifo nosso):

Em síntese, foram a perda crescente das terras ocupadas, o exercício da prática política, a existência do PCB atuando no campo e, fundamentalmente, a vigência, em Goiás, de uma forma política que permitia a barganha entre grupos dominantes e grupos dominados, que propiciaram as condições de não subordinação total dos grupos dominados no campo. Em outros termos, **o populismo, ao mesmo tempo que, subordinava os grupos dominados, possibilitava-lhes a manifestação de suas insatisfações e o acesso à participação política dentro das suas possibilidades [...]**.

Foi possível observar através destes autores que as abordagens do populismo e da dependência possibilitavam perceber o papel do Estado nesta configuração da sociedade brasileira, já que ele se constituía como um sistema organizado – relativamente autônomo numa sociedade cuja essência era agrária – e capaz de gerar os mecanismos de auto-regulação necessários para manter a integridade do sistema. O Estado orientou sua ação rumo ao processo de mudança, ou seja, impulsionando a modernização e, ao mesmo tempo, mantendo a sua relação com a estrutura agrário-exportadora atrasada.

A centralidade do Estado nos estudos produzidos nos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, a partir dos anos setenta, tinha o objetivo de tentar compreender quais eram os mecanismos de controle da sociedade brasileira na dinâmica de desenvolvimento. A análise de determinados segmentos da sociedade, como os trabalhadores do meio rural, era promovida para perceber o papel que eles desempenhavam nesse processo. Esses estudos mostraram, por exemplo, como foi a articulação entre as mobilizações camponesas e o Estado no desenvolvimento capitalista no Nordeste brasileiro e em Goiás. A situação dos trabalhadores do meio rural no Nordeste e no Centro-oeste do país era distinta em razão das características das áreas identificadas pela grande propriedade tradicional e das áreas de ocupação recente, no entanto, as transformações capitalistas enfrentadas pela sociedade brasileira e o seu efeito sobre o uso e a posse da terra no campo representavam um núcleo comum para a emergência das reivindicações destes trabalhadores.

Um aspecto indicador de uma unidade entre a produção do conhecimento a respeito dos conflitos sociais no campo, analisada neste capítulo, foi que o problema do desenvolvimento brasileiro foi percebido através da ênfase das transformações capitalistas no campo. A preocupação com os conflitos era uma preocupação com a própria questão agrária e esta, por sua vez, refletia os obstáculos ao desenvolvimento do país. A construção desse conhecimento, ao trazer à lembrança os conflitos que eclodiram no pré-1964, expunha a percepção da luta de classes e a constituição de um grupo intitulado campesinato pela esquerda política e pela academia.

Através destes estudos verificou-se a constituição desta identidade camponesa e da sua representação política, tornando central a ação do campesinato como classe e a percepção da existência ou não de possibilidade de uma ação revolucionária. Ao mesmo tempo, o processo de mobilização política do campesinato pelos mediadores foi revelado como deslocado dos verdadeiros interesses dos diversos trabalhadores do meio rural que constituíam este grupo. Observou-se, logo, que os problemas e o destino dos camponeses continuaram a ser representados a partir de uma visão externa da sua realidade. Os projetos que envolviam o campesinato eram alheios ao conjunto de mudanças necessárias para a sua inclusão na sociedade brasileira. As lutas populares no campo precisavam, de acordo com os autores, da estrutura e da organização dos grupos externos para agruparem num único núcleo a sua diversidade, a sua força política e o seu papel no espaço político e nos pactos com a classe dominante e com o Estado. A partir da análise desta produção do conhecimento, observou-se que os cientistas sociais tinham o hábito de indicar o que as entidades que representavam classes deveriam fazer e apresentavam que o campesinato seria um elemento necessário para o processo de desenvolvimento do capitalismo no país e, aliado a outros segmentos da sociedade, conseguiria romper com os obstáculos que não permitiam este desenvolvimento.

CAPÍTULO III

3 OS CONFLITOS SOCIAIS RURAIS INTERPRETADOS À LUZ DA DIMENSÃO CULTURAL DA AÇÃO POLÍTICA

As interpretações dos conflitos sociais rurais, apresentadas no capítulo anterior, os associavam às transformações capitalistas no campo por meio da discussão a respeito da natureza das relações de produção. A caracterização do campesinato brasileiro emergiu nesse âmbito. Neste contexto, ressaltava-se a luta de classes, a necessidade de uma representação política externa ao grupo de trabalhadores do meio rural e a presença do Estado, questões inseridas no debate a respeito da “revolução brasileira”, como centrais para o entendimento dos conflitos e de seu “sentido”.

Outros estudos, entretanto, procuraram mostrar como os trabalhadores do meio rural constituíram uma identidade social e política ao longo do processo de luta travado no cotidiano e compreendendo estes trabalhadores através de suas práticas sociais. A dimensão cultural da ação política presente nesses conflitos integrava as pesquisas elaboradas por este grupo de cientistas sociais.

Sader e Paoli (1986), fazendo um balanço da bibliografia acerca das classes populares urbanas, afirmaram que, a partir dos anos setenta, houve, na academia, uma crítica à percepção das classes sociais através da interpretação do Estado como único “intérprete da sociedade”, ou seja, uma parte da produção sociológica questionava o “conceito de classe social como paradigma teórico”. Além disto, estes autores constataram que os trabalhadores urbanos poderiam ser percebidos através de diversas dimensões e como sujeitos por meio de suas práticas cotidianas, ressaltando que estas proposições também poderiam ser aplicadas aos trabalhadores do meio rural.

Esse mesmo movimento explicativo, que envolveu a renovação das referências teóricas, ocorreu nas reflexões sobre os trabalhadores do meio rural, que passaram a ser compreendidos no cotidiano e não a partir da estrutura, da exploração imposta pelo capital ou como produtos gerados por instituições políticas. A expressão política destes trabalhadores não estaria condicionada apenas a sua participação em organizações como os Sindicatos ou as Ligas, por exemplo. Segundo o estudo de Sader e Paoli (1986), seria possível inferir que estes trabalhadores seriam capazes de elaborar e produzir representações próprias de si mesmos, como sujeitos. A experiência e o processo de enfrentamento construíram a identidade e as normas que orientariam a articulação dos trabalhadores do campo em grupos, rompendo com a noção de que o campesinato era uma classe já dada na estrutura social. Ou seja, segundo essa abordagem a classe era o produto de um processo. Neste contexto, as percepções da identidade social destes trabalhadores e da natureza das mediações são elementos centrais.

O resgate das proposições de Sader e Paoli (1986) prestaria auxílio ao processo de compreensão dos estudos aqui analisados nas seguintes reflexões: como os trabalhadores do meio rural, nas suas diversas organizações e manifestações, foram compreendidos pelos autores analisados neste capítulo; quais foram as fontes explicativas empregadas, num

contexto de formação do próprio pensamento social brasileiro, e, principalmente, quais as questões que estão sendo levantadas no próprio processo de formação do conhecimento social. Enfim, como esses cientistas sociais brasileiros pensaram a identidade dos trabalhadores do meio rural envolvidos nos conflitos sociais no campo.

A presença de referências como Edward P. Thompson e Pierre Bourdieu, entre outros, permitiu que os cientistas sociais passassem a analisar os conflitos com outros olhares. As dimensões culturais e religiosas, por exemplo, foram incorporadas pelos pesquisadores como caminhos explicativos para a análise dos atores envolvidos nos conflitos sociais no campo, bem como outra leitura do marxismo.

Edward P. Thompson, por exemplo, contribuiu no campo acadêmico das Ciências Sociais brasileiras não apenas na área da História, mas foi também acionado pelas demais ciências sociais para auxiliar no entendimento da relação entre a vida cotidiana e a cultura, percebendo-a como um conjunto de práticas e de relações que configuravam a primeira e revelavam o papel do indivíduo. Um aspecto importante na compreensão do conceito de classe por este autor era a sua percepção a partir das disputas, das tradições, das demandas, das organizações e dos adversários definidos pelos indivíduos. Ou seja, a classe era entendida como uma categoria histórica que era construída a partir de processos sociais que se desenvolviam no tempo. No entanto, a teorização acerca das classes não podia exceder a sua identificação como um fenômeno histórico. A luta de classes era também um conceito histórico e que surgia no processo de luta, isto é, os indivíduos vivem numa sociedade e percebem os elementos de oposição entre os diferentes grupos, desencadeando o processo de luta e, a partir deste momento, identificando-se como classe e descobrindo a sua consciência de classe (THOMPSON, 1979, 1987).

Pierre Bourdieu, por sua vez, influenciou a reflexão por meio da conexão entre cultura e política, revelando as noções de práticas e de representações como guias para a compreensão dos conflitos. Para o autor, os conceitos de classe e de consciência de classe eram distintos daqueles propostos por Karl Marx, pois revelavam que a proximidade entre os agentes sociais num espaço social é que permitia a constituição de uma classe provável, mas não real, e a idéia de consciência de classe era expressa a partir do sentido que os agentes tinham do local ocupado por eles no espaço social (num sentido prático) (BOURDIEU, 1994, 1997a).

Por estes motivos, é apontada a importância do significado das ações políticas dos trabalhadores do meio rural como uma força social não subordinada, *a priori*, à lógica do capital ou do Estado, na obra de Regina Celia Reyes Novaes⁵⁸, em *De corpo e alma: catolicismo e conflito no campo*; nas pesquisas desenvolvidas por César Barreira⁵⁹, *Conflitos sociais no sertão: trilhas e atalhos do poder*, e por Alfredo Wagner Berno de Almeida⁶⁰, *Transformações econômicas e sociais no campo Maranhense*; nas investigações de Eliane Cantarino O'Dwyer⁶¹, *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato* e de Mário Grynszpan⁶², através da análise da relação entre o campesinato e a política na sua pesquisa

⁵⁸ A autora, durante o Doutorado em Ciência Política, na Universidade de São Paulo, estudou o movimento camponês e foi orientada por Ruth Correa Leite Cardoso, defendendo sua tese em 1988. A sua pesquisa foi publicada em livro em 1997.

⁵⁹ O autor defendeu sua tese em Sociologia na Universidade de São Paulo, em 1987, e sob a orientação de Paulo Argemiro Silveira.

⁶⁰ Esta pesquisa foi promovida pela Comissão da Pastoral da Terra – Maranhão entre dezembro de 1978 e maio de 1981. O autor concluiu o Mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1978, ingressando no Doutorado em Antropologia Social, na mesma instituição, no ano seguinte.

⁶¹ Defendida em 1988, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pesquisa foi orientada por Geralda Seyferth.

⁶² O autor defendeu a dissertação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987, e foi orientado por Moacir Gracindo Soares Palmeira. O autor declarou que sua motivação surgiu no curso “Movimentos Sociais” ministrado por seu orientador. Este, segundo Grynszpan (1987, p. 3), criticava em seu

Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964); e na análise de Leonilde Servolo de Medeiros⁶³, em *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. No estudo de Elide Rugai Bastos, *Ligas Camponesas*, Alain Touraine marcou a análise da autora a partir da percepção do papel atribuído aos indivíduos como atores dinâmicos e capazes de produzir demandas e reivindicações e dos elementos essenciais de um movimento social: a definição do ator e do seu adversário e do campo de conflito. Apesar das nuances entre as análises elaboradas por estes autores, como será possível constatar ao longo do capítulo, os trabalhadores do meio rural foram percebidos como sujeitos que também escreveram a história da sociedade brasileira.

Neste conjunto de investigações houve a estruturação de novas problemáticas na pesquisa dos conflitos sociais rurais e de outros elementos, estabelecidos por processos ou mudanças não determinados pela natureza das relações sociais de produção, como condição para a emergência e a expressão desses grupos no campo, como a formação das identidades forjadas no processo de luta e as condições objetivas do cotidiano dos trabalhadores do meio rural como motivadoras desta luta. Ocorreu também a ampliação da base de compreensão teórica dos conflitos, já que novos referenciais estavam sendo acionados ou antigas referências estavam sendo empregadas por meio de novas questões discutidas em redes de intercâmbio a partir do final dos anos setenta. A construção das redes de pesquisadores foi estabelecida através de congressos e de outros espaços de intercâmbio que proporcionavam uma troca maior entre os cientistas sociais, como o PIPSA, a ANPOCS, a ABA, entre outros.

O campo acadêmico das Ciências Sociais brasileiras foi influenciado por uma reflexão própria no Brasil e por novos olhares que estavam presentes no campo internacional das Ciências Sociais e que ultrapassavam os próprios limites da análise de movimentos sociais. Ao se admitir que as Ciências Sociais trabalham com a recuperação de autores clássicos e a incorporação de novos olhares sobre os objetos de estudo, parte-se da hipótese de que esta também foi a forma de condução das investigações realizadas pelos cientistas sociais brasileiros, analisados neste capítulo, a respeito dos conflitos sociais rurais no pré-1964.

3.1 A dimensão cultural da ação política do campesinato

A preocupação com as relações sociais de produção no meio rural, mesmo ainda presente nas investigações nas décadas de 1970 e 1980, começou a dividir espaço com diferentes abordagens no final deste período. Houve um crescente interesse pela compreensão de outras dimensões, como a cultural, a política e a religiosa, e observou-se a emergência de novas problemáticas, como, por exemplo, a análise da quebra das regras que definiam as relações sociais entre os proprietários de terras e os trabalhadores do meio rural; a percepção dos trabalhadores como atores dinâmicos, sujeitos históricos que buscavam o reconhecimento de seus direitos; as situações reais, vividas no cotidiano, como causas das lutas destes

curso a “[...] divisão do trabalho acadêmico existente, pela qual os antropólogos delegavam a tarefa de pensar a participação dos camponeses na política a outros cientistas sociais. Paradoxal, esta divisão não parecia levar em conta que a presença do Estado é constitutiva das próprias definições de camponês. Assim, enquanto os antropólogos se limitavam às relações sociais que transcorriam no pequeno mundo camponês, indo, no máximo, até a questão de como se operava a mediação entre este mundo e a sociedade abrangente, os outros cientistas pensavam a grande política”. A preocupação de Moacir Gracindo Soares Palmeira, segundo o autor, era de que estas pesquisas não conseguiam, desta forma, reunir na investigação da participação dos camponeses na “grande política”, algumas peculiaridades da organização social desses camponeses, ou seja, “[...] Igualava-se a participação na grande política à ação de classe. Neste sentido, a reflexão se resumia à possibilidade, ou não, do campesinato se constituir e agir enquanto classe, ou, no máximo, a quais seriam as camadas camponesas verdadeiramente revolucionárias” (GRYNSZPAN, 1987, p. 3).

⁶³ A autora desenvolveu o Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas e sob a orientação de Maria Nazaré Baudel Wanderley, defendendo sua tese em 1995.

trabalhadores, entre outras. Os cientistas sociais analisados neste capítulo seguiram este caminho.

Novaes (1997, p. 7) abordou os conflitos sociais no campo na Paraíba, mobilizações na obtenção do uso, da posse e da propriedade da terra, a partir da compreensão do papel desempenhado pela religião e pela Igreja, ou seja, “[...] abre-se espaço para a dimensão cultural, da qual a religião é parte e na qual as crenças e símbolos religiosos são matéria-prima para construção de identidades que motivam e respaldam lutas sociais”. A religião foi apropriada tanto pelos grandes proprietários, através de mecanismos de dominação, quanto pelos trabalhadores do campo na sua ação de resistência, configurando o enfrentamento entre estes atores. A autora indicou que as dimensões culturais auxiliavam no entendimento de como os atores percebiam os conflitos sociais em que estavam envolvidos e, por sua vez, estas percepções tinham “conseqüências objetivas para o desenrolar destes mesmos conflitos”.

A sua investigação concentrou-se nos trabalhadores rurais que participaram de diferentes formas de organização e de resistência com o intuito de ter acesso à terra para trabalhar – “protagonistas de inúmeros conflitos que demarcaram e opuseram grupos” – em razão do rompimento das regras que regulavam as relações entre estes trabalhadores e os proprietários de terras. Para compreender este processo nas suas diversas dimensões, mesmo não tendo como objetivo principal o estudo das Ligas Camponesas, a autora regressou aos anos cinquenta e sessenta para analisar o contexto de formação e de organização das Ligas e dos próprios Sindicatos de Trabalhadores Rurais. As indagações sobre o passado, entretanto, foram feitas a partir do problema de pesquisa do presente. Segundo a autora, o período das Ligas foi um momento de constituição do campesinato como ator político.

O aspecto que sobressai na análise de Novaes (1997) é que a emergência dos conflitos sociais no campo não era percebida exclusivamente a partir das contradições geradas pela luta pela terra, pela conjuntura político-econômica regional e nacional e pela existência de diferentes organizações de representação no campo político, mas estava associada com outros campos da vida social a partir das influências, principalmente, de Edward P. Thompson e de Pierre Bourdieu.

A contribuição de Barreira (1987) para este conjunto de investigações foi que os trabalhadores do meio rural eram sujeitos históricos que se constituíram na luta travada com a “ordem tradicional” no campo, buscando a construção de uma “nova ordem política”. O autor se referiu à definição dos trabalhadores do meio rural como sujeitos históricos, “[...] negando a visão classificatória e apriorística dos movimentos sociais rurais, como ‘pré-políticos’ ou mesmo ‘reacionários’, na medida em que não fazem parte da luta entre os ‘setores ou classes sociais fundamentais’ do capitalismo”⁶⁴. Segundo o autor, os trabalhadores do meio rural eram sujeitos históricos que emergiram no espaço de um movimento camponês a partir da contestação (fruto da ampliação do grau de consciência acerca da exploração), gestando uma “nova ordem” no campo: “Essa ‘nova ordem’ está diretamente ligada à ampliação de um espaço de contestação, que é a expressão da luta pela cidadania camponesa” (BARREIRA, 1987, p. 14).

Para o autor, a ruptura com as tradições estabelecidas foi o caminho seguido pelo campesinato para a superação das trocas desiguais impostas pelo grupo dominante no meio rural brasileiro. A sua investigação enfocou a emergência de conflitos sociais no sertão do Ceará, como uma dimensão do processo de ação política dos proprietários de terras, havendo ainda a discussão a respeito do papel de novos mediadores. A compreensão desta situação envolveu a discussão acerca do poder, da autoridade, do conflito, dos direitos e dos deveres. Em Barreira (1987), estas questões foram discutidas a partir de Barrington Moore Jr. e de Claude Lefort, analisando as razões da sujeição do campesinato aos proprietários de terras e a superação dessa dominação a partir dos conflitos. A violência era empregada como

⁶⁴ Nestes aspectos, o autor referiu-se às obras de Hobsbawn (1979) e de Marx (1982).

instrumento de poder, através do clientelismo e da cooptação, pelas classes dominantes agrárias, transformando-se num instrumento visível no conflito entre as associações de classe patronal e os novos mediadores.

O quadro de opressão imposto pelos proprietários de terras e o processo de desapossamento enfrentado pelos trabalhadores do meio rural, na Baixada Fluminense, também foram compreendidos por Grynszpan (1987) e por O'Dwyer (1988) como o rompimento de regras: a “quebra de autoridade” ou o “questionamento do *status quo*”, respectivamente. No entanto, a preocupação de Grynszpan (1987) estava associada com a escolha destes trabalhadores pela luta e não pelo processo de migração para outras regiões. O interesse de O'Dwyer (1988) se direcionou para as reais circunstâncias sociais de eclosão das lutas no Rio de Janeiro e de constituição de uma identidade social e política no campo. As referências destes autores foram, principalmente, Edward P. Thompson, Pierre Bourdieu, Henri Mendras e Barrington Moore Jr.

Grynszpan (1987), ao tratar da constituição dos grupos mobilizados nesta região, antecipou algumas constatações que O'Dwyer (1988) fez em sua pesquisa, quais sejam: apenas seria possível que as mobilizações ocorressem se houvesse um grupo mobilizável e inserido em contradições reais vividas por estes atores sociais. O autor enfatizou a importância de situações reais (os despejos e a ação dos grileiros) que criassem as condições necessárias para a mobilização e a organização dos lavradores da região. Os demais aspectos destacados pelo autor foram a presença de posseiros na região e de ativistas políticos desde os anos quarenta.

O'Dwyer (1988) enfatizou que não existia uma identidade coletiva reconhecida publicamente dos trabalhadores do campo até os anos cinquenta, quando houve a mobilização social e política dos trabalhadores do meio rural. Para a autora, a construção da identidade camponesa representava o questionamento do *status quo* a partir das manifestações e das representações. As transformações nas relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários de terras, em razão do desapossamento ocorrido na região, refletiram visivelmente o processo histórico de transformação da própria sociedade brasileira e de formação desta nova identidade. Segundo a autora, através da atuação do Estado, da Igreja e dos partidos, configurou-se um novo sujeito histórico representado pelo movimento camponês. O movimento camponês ou o camponês como sinônimo de lavrador foram designações empregadas pela autora para referir-se à constituição de uma identidade política no campo.

Almeida (1981), por sua vez, analisou o posicionamento político dos trabalhadores do meio rural através da mobilização dos camponeses no Maranhão, revelando um novo cenário das forças políticas ao indicar a ausência de um núcleo partidário na mobilização dos trabalhadores do meio rural. Além disto, os problemas enfrentados no cotidiano por estes trabalhadores foram observados pelo autor quando percebeu as particularidades das lutas no campo brasileiro através da análise de periódicos de circulação regional. Este material revelava que as Associações de Lavradores e Agricultores tinham o papel de amparar legalmente as demandas dos trabalhadores, na esfera da Justiça, a partir de reivindicações relacionadas aos problemas enfrentados no cotidiano, como o pedido de providências para retirada do gado das roças dos lavradores, adulteração de documentos em cartórios, roubo de escrituras registradas, numa tentativa de prática da grilagem. Questões envolvendo foreiros e grandes proprietários quanto ao preço do foro e da terra e a comercialização dos produtos também estavam no rol de ações das Associações.

As Associações estabeleceram as bases das suas lutas por meio da criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), numa tentativa de ampliação da organização dos camponeses, já que os trabalhadores que participavam dessas Associações enfrentavam as ameaças de expulsão das terras pelos grandes proprietários rurais:

As Associações ao encaminharem as reivindicações pela reforma agrária democrática e ao se posicionarem na cena política tentavam romper simultaneamente com as bases da dominação dos grandes proprietários. Estas estavam assentadas na manutenção do monopólio da terra e num severo enquadramento político dos lavradores, que lhes possibilitava tradicionalmente um efetivo controle dos votos. Enquanto a luta pela distribuição das terras não cultivadas dos latifúndios, a despeito de violenta e constante, encontrava na ampliação da oferta de terras a oeste uma alternativa, em certa medida, capaz de aliviar as tensões; a presença política das Associações nos pleitos municipais, podendo significar a perda do controle dos votos, representava uma ameaça não-absorvível pelos detentores do poder a nível regional (municipal e estadual) (ALMEIDA, 1981, p. 37).

De acordo com o autor, a mobilização dos lavradores em Associações, na defesa de interesses políticos e com a garantia de condução do conflito para o campo jurídico, representava o afastamento dos mediadores tradicionais. Até então, segundo Almeida (1981, p. 13), os lavradores “[...] só tinham acesso aos dispositivos legais por intermédio dos detentores do poder a nível municipal ou das ‘oligarquias’, como sugerem alguns estudiosos”. Como havia a impossibilidade de uma forma própria de representação dos lavradores em razão da rigidez política, as “oligarquias” tornavam-se seus porta-vozes. Neste sentido, além da condição legal que era criada nas diversas exigências deste grupo, as Associações passaram a ter outro papel:

Torna-se, portanto, impossível separar, no movimento de lutas e conflitos que geram a Associação, as ‘lutas políticas’ das ‘lutas econômicas’, estando estes níveis fundidos nos próprios meios de enfrentamento dos problemas cotidianos. Agrupar os lavradores de forma autônoma, por si só, significava uma ruptura com o severo enquadramento político urdido pelas ‘oligarquias’ e uma ameaça à manutenção do monopólio da terra desfrutado por elas (ALMEIDA, 1981, p. 13).

Almeida (1981) mostrou que os trabalhadores do meio rural maranhense questionaram o poder dos patrões, iniciando a busca pelo seu espaço através da constituição das Associações e da sua atuação no campo jurídico. O autor agregou à análise dos conflitos sociais no campo um novo elemento no processo de mobilização do campesinato: a ausência de um núcleo partidário. As Associações, como foi indicado, preocupavam-se com os problemas que os trabalhadores do meio rural enfrentavam no cotidiano.

Bastos (1984) também foi analisada neste capítulo por agregar em sua análise o papel atribuído aos indivíduos como atores dinâmicos e capazes de produzir demandas e reivindicações, aspecto relevante do estudo de Touraine (1974) e referência na obra da autora, ao contrário das explicações marxistas que consideravam os indivíduos como representantes de papéis específicos em razão do espaço ocupado no sistema de produção. Os trabalhadores do meio rural foram objeto de estudo em sua pesquisa a respeito das Ligas Camponesas em Pernambuco, onde a autora tentava compreender o seu significado político e como a questão camponesa emergiu no cenário econômico e social brasileiro ao longo das décadas de 1950 e de 1960.

A autora desenvolveu sua análise através da percepção do enfrentamento entre atores sociais opostos, mas que possuíam orientações culturais comuns, elaborando a definição do ator, do adversário e do campo de conflito entre os atores. As idéias de Alain Touraine são distintas daquelas que dominaram nos estudos dos movimentos de inspiração marxista, principalmente, nos seguintes aspectos: a) o movimento social é um guia de conflitos sociais e culturalmente orientados e não o reflexo das contradições objetivas de um sistema de dominação; e b) a ação dos movimentos não está direcionada basicamente contra o Estado, como uma ação política que busca conquistar o poder, mas deve ser percebida como uma ação dirigida contra um adversário propriamente social.

A autora, seguindo as reflexões de Antonio Gramsci acerca das causas das crises históricas associadas às crises econômicas, revelou que as condições econômicas do

campesinato causaram o rompimento do equilíbrio das forças na sociedade brasileira. Este rompimento, todavia, ocorreu através dos conflitos no espaço de poder. Assim, como as forças foram definidas e como direcionaram a luta foram aspectos importantes na análise da autora. Foi neste sentido que a definição da reforma agrária como núcleo do projeto político das Ligas Camponesas afastou os trabalhadores do meio rural do que deveria ser o foco da luta, ou seja, a autonomia do trabalho, que seria o verdadeiro projeto do campesinato: “[...] é o direcionamento da luta que transforma o projeto camponês de *luta pela terra* numa luta *pela reforma agrária*. Esta, sim, é uma luta política que se funda na discussão de uma suposta unidade de interesses de diferentes setores da sociedade” (BASTOS, 1984, p. 66). Nesta citação percebe-se uma aproximação das reflexões da autora com o conjunto de obras analisadas no capítulo anterior, onde se observava o pesquisador falando pelos trabalhadores do meio rural, afirmando o que seria o verdadeiro projeto do campesinato.

O diferencial do estudo de Medeiros (1995) no conjunto de obras que analisavam os conflitos sociais no campo foi o relato, a partir da análise da imprensa comunista, do tipo de leitura que a mediação fazia acerca da identidade deste campesinato, da construção de classe, referindo-se a dois aspectos: as condições de vida e de trabalho e as suas respectivas demandas. Segundo a autora, “[...] as diversas categorias recebiam um tratamento particular, com maior detalhamento de suas condições de vida e trabalho. Isso se dava principalmente nos momentos em que a imprensa estava procurando avançar alguma demanda específica, o que, evidentemente, remetia às condições locais e particulares” (MEDEIROS, 1995, p. 79). As diversas categorias noticiadas eram de assalariados, arrendatários, parceiros, posseiros, entre outros. Os direitos sociais e as questões envolvidas com a violência contra estes trabalhadores do meio rural estavam também presentes nesta imprensa. Os principais conflitos relatados – greves, protestos, ocupações, resistências, acampamentos etc. – eram incentivados numa tentativa de organização dos trabalhadores do campo.

Para Medeiros (1995), refletindo por meio de Hannah Arendt, a partir do momento em que os trabalhadores do meio rural conquistaram um lugar no espaço público, emergiram novos temas no debate político e uma nova linguagem:

O aparecer dos “*trabalhadores agrícolas*”, “*lavradores*” ou “*camponeses*” na esfera pública, nos anos 50/60, foi um processo extremamente tenso. Através dos conflitos em que se envolveram e das mediações que os tornaram visíveis para a sociedade, emergiram não só novos temas para o debate político, mas também uma nova linguagem. Estes segmentos constituíram, assim, um lugar próprio para si e encontraram argumentos para explicar as tensões sociais em curso, impondo-se como importantes participantes dos grandes debates que se travaram, nesse período, em torno da natureza e do sentido do desenvolvimento brasileiro (MEDEIROS, 1995, p. 4).

Medeiros (1995) analisou o processo de inserção dos trabalhadores do meio rural, organizados em diferentes instituições, no cenário político brasileiro a partir dos anos cinquenta. Este processo de reflexão, como salientou a autora, não seria possível sem considerar a importância das contribuições teóricas da Sociologia, da Ciência Política, da Antropologia e da História através de uma análise multidisciplinar. Sua investigação foi orientada para, num primeiro momento, identificar quais foram as principais referências no debate a respeito da questão agrária brasileira e como os conflitos sociais no campo foram inseridos na pauta de investigação das Ciências Sociais, além da forma como foram abordados pelos mediadores, principalmente o PCB. Partindo para uma identificação das diferentes formas de organização dos trabalhadores do meio rural, Medeiros (1995) passou a analisar como foram constituídos enquanto questão política. Neste ponto, mereceu destaque a reforma agrária, pois foi “um pólo aglutinador das tensões sociais no campo”.

A ruptura das regras que definiam as relações sociais entre os proprietários de terras e os trabalhadores do meio rural, as situações vividas no cotidiano como causa das lutas, a compreensão destes trabalhadores como atores dinâmicos na sociedade e a ausência de um

núcleo partidário foram algumas importantes dimensões adotadas pelos autores para refletir acerca dos conflitos sociais no campo brasileiro. Os autores perceberam que a história era também construída na luta política destes grupos e travada no cotidiano. Os conflitos sociais no campo também foram tratados pelos autores do capítulo anterior, mas a partir da reflexão sobre as relações de produção e a natureza dessas relações. Nos estudos analisados neste capítulo, os conflitos estão presentes, mas são entendidos de outra forma, sob inspirações teóricas distintas.

É importante salientar que quem trabalhava com o tema “rural” nas Ciências Sociais brasileiras tinha uma forte influência marxista. Os cientistas sociais analisados neste capítulo, por outro lado, empregaram novas compreensões teóricas, adotando os referenciais disponíveis ao longo da sua formação, bem como aqueles novos autores e obras que estavam sendo debatidos por professores e pares nos programas de pós-graduação e em eventos científicos, nas áreas de Sociologia, de Antropologia, de Ciência Política e de História. Esta sempre foi uma característica das Ciências Sociais, o trânsito entre suas disciplinas e a adoção de novos olhares, como é possível perceber neste capítulo.

3.2 A constituição da identidade social e política no campo

A preocupação dos autores referidos neste capítulo deu ênfase à constituição da identidade social e política dos trabalhadores do meio rural a partir de dimensões políticas e culturais. As transformações sociais e os problemas políticos daquele determinado momento histórico eram conseqüências não apenas das mudanças econômicas, mas também de outros elementos percebidos no enfrentamento entre os trabalhadores e os proprietários de terras. A identidade social destes trabalhadores, portanto, não era explicada por determinações estruturais, mas se constituía no movimento da sociedade, no enfrentamento no cotidiano, no processo de luta etc. O econômico, o político e o social tomavam parte do mesmo movimento histórico, provocando influências recíprocas.

As mudanças conduzidas pela quebra de regras nas relações sociais entre os proprietários de terras e os trabalhadores do meio rural, caracterizadas pelos autores analisados, possibilitaram compreender a desordem no sistema de vida, econômico, social e moral no meio rural brasileiro. As reações e as atitudes dos trabalhadores, quando foram colocados em confronto com os mecanismos econômicos, sociais e políticos, transformaram o espaço rural a partir da percepção de determinados elementos neste processo de enfrentamento, como desigualdade, privação, relações de dominação, opressão, injustiça, direitos, entre outros. A luta foi desencadeada não por uma consciência de classe, mas por um reconhecimento de um processo ilegítimo e injusto. Os trabalhadores do meio rural acreditavam que não estavam sendo respeitados os direitos que acreditavam ter, passando a defendê-los.

Essa forma de compreender o conceito de classe foi uma importante inflexão teórica do início dos anos oitenta no campo acadêmico brasileiro, caracterizada por uma renovação importante da leitura do marxismo. O marxismo, segundo Ledesma (1994), ao considerar que a luta de classes era o “motor da história”, não se aplicava para analisar determinados movimentos sociais, pois não concebia que os movimentos sociais independentes dos partidos tivessem outra função além de assistirem o mal-estar social, sem a capacidade de interferência na evolução histórica. Assim, características particulares dos movimentos sociais, que não se adequavam aos pressupostos deste paradigma, estimularam uma reflexão dos próprios marcos clássicos de interpretação desses movimentos, no marxismo, como indicou Krischke (1990).

As novas abordagens fundamentaram-se em explicações dos movimentos numa análise no âmbito político ou nos processos da vida cotidiana a partir de categorias de análise como os atores sociais, o cotidiano, a cultura, a identidade, as representações, a subjetividade, entre outras, identificadas nas obras analisadas neste capítulo.

Bastos (1984) procurou compreender os atores envolvidos nos conflitos e do campo de luta. A autora, recorrendo a Alain Touraine, indicou que a questão recaía sobre a definição da identidade dos atores e dos adversários e a dimensão do conflito, destacando, ainda, as relações de classe, como se observa na citação⁶⁵ abaixo:

Relações de classe e movimentos sociais são indissociáveis. E como movimento de classe, o movimento social é composto pela combinação de três elementos inseparáveis: um princípio de identidade, um princípio de oposição e um princípio de totalidade. O princípio de identidade é o modo de definição do ator por si próprio. Um movimento social manifesta a identidade dos atores na medida em que exprime os aspectos dialéticos da classe. É a prática das relações sociais que situa e define o ator. Portanto, **a identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário, e do reconhecimento objetivo da luta.** Em outros termos, a consciência da identidade faz parte da definição de uma classe, pois as classes só podem ser definidas em termos de relações sociais; portanto, das orientações de cada um dos adversários sociais (BASTOS, 1980, p. 27, grifo nosso).

De acordo com Bastos (1980), o ator era constituído e organizado a partir do conflito, que também fazia aparecer o adversário. Através do movimento social era possível perceber a oposição de classe, já que era dirigido contra um adversário, na verdade, ele só ocorreria se existisse este adversário. Outro aspecto destacado pela autora, ainda sob a influência de Alain Touraine, era que o movimento social “[...] não se esgota no conflito, mas se lança ao móvel do conflito que é a apropriação e o controle da historicidade. O princípio de totalidade é o próprio sistema de ação histórica, cuja dominação é disputada pelas classes sociais opostas dialeticamente” (BASTOS, 1980, p. 28).

A autora enfatizou que a definição do adversário permitia compreender a construção da identidade da base social: “[...] e para que haja essa definição, é fundamental que se dimensione o conflito. Como tal não ocorre imediatamente à eclosão da mobilização, num primeiro momento, *o adversário não é definido como estranho ao grupo.* Isso explica a inclusão do nome do proprietário do engenho à diretoria da associação. **Mas é na luta que se definem a identidade e a oposição**” (BASTOS, 1984, p. 38, grifo nosso). Assim, segundo a autora, o adversário foi construído apenas a partir do momento em que o proprietário das terras impediu a associação e expulsou os foreiros descontentes.

Todavia, o conflito ainda não estava dimensionado, permitindo a redefinição do conteúdo do seu projeto na direção de interesses externos a esse campesinato:

Isto nos leva à conclusão que a identidade do movimento se forja fora do conflito; identidade fechada sobre si mesma, que, para definir-se, não necessita da definição do oponente. Assim constitui-se num obstáculo para a formulação de um projeto de classe, pois sem a caracterização estrita do opositor não se define a totalidade. Mas essa indefinição se dá porque não ocorre a condição fundamental para a compreensão da existência do camponês como trabalhador rural: ele não se representa no processo de compra e venda da força de trabalho, mesmo quando se assalaria. Em outros termos, não se reconhece como produtor de valor excedente e, como decorrência, não tem condições para reconhecer a apropriação da mais-valia. O elemento mediador do processo é a representação da autonomia de seu trabalho (BASTOS, 1984, p. 39, grifo nosso).

Este aspecto merece destaque, pois a posição de que a falta de dimensionamento do conflito pelos foreiros do Engenho Galiléia permitia a sua definição em termos de interesses externos a eles diferencia Bastos (1984) em relação aos demais autores deste capítulo. O conjunto de autores do segundo capítulo tinha esta idéia do campesinato envolvido num projeto vindo de fora do grupo de trabalhadores do meio rural, sendo um aspecto presente na obra de Bastos (1984). A autora complementou, afirmando que o oponente, segundo as lideranças das Ligas, era definido como sendo o latifúndio e, assim, a luta seria direcionada

⁶⁵ Esta citação foi reproduzida do capítulo “Movimentos Sociais e Luta de Classes” da dissertação de Élide Rugai Bastos. Este capítulo foi suprimido da versão impressa do estudo da autora, sendo, desta forma, consultada a própria dissertação.

pela reforma agrária no âmbito nacional. Bastos (1984) percebeu um equívoco quanto ao adversário, já que este não deveria ser apenas o latifúndio, mas a propriedade capitalista, considerando a situação dos trabalhadores do meio rural:

O direcionamento dado ao movimento afasta a luta do núcleo que daria unidade ao projeto camponês, a discussão clara de que suas reais condições de existência social, condições essas que estão balizadas pelo processo de expansão do capitalismo no campo. É nesse sentido que afirmamos que o teor do movimento social do campesinato passa a ser elaborado fora do contexto de suas experiências comuns, fora da concepção de mundo que fundamenta seu projeto político, sendo este redefinido em termos de outra classe social (BASTOS, 1984, p. 63).

A desigualdade e a privação foram conceitos importantes para a autora pensar a constituição do campesinato. Além disto, Bastos (1984) tentou compreender a existência social deste grupo, também a partir de Alain Touraine, referindo-se à importância de cada um compreender-se a si próprio e ao outro no movimento social, ou seja, autoconsciência através do reflexo do outro.

Através da mobilização, o foreiro percebeu a sua situação de desigualdade – ou seja, por meio da constituição do grupo e não individualmente como um trabalhador do meio rural – em relação aos proprietários de terra, o adversário neste conflito. Quando se constituiu como camponês por meio das Ligas Camponesas é que a luta pela terra transformou-se no caminho da sua autonomia. Além disto, a questão da privação, neste caso a privação da terra, se revelou como um elemento impulsionador para a organização destes trabalhadores e fundamentou a percepção da desigualdade, como é possível observar abaixo:

Engels lembra que a privação, nos primórdios de um movimento social, tem sentido revolucionário, na medida em que se constitui em patamar que possibilita a consciência da posição desigual frente aos demais elementos da sociedade, e nesse sentido funciona como elemento aglutinador dos componentes da luta (BASTOS, 1984, p. 36).

A luta, num primeiro momento, refletia a relação entre o dono do engenho (dono do foro) e o foreiro, representando uma condição para que o último se reproduzisse como camponês e que se legitimasse a luta pela terra como uma luta pela autonomia do trabalho. Assim, a base social deste movimento teria a sua identidade constituída a partir de determinados atributos que definiriam o camponês por si próprio, como a consciência de sua situação de insuficiência econômico-social e a consciência da desigualdade existente na sua relação com o dono da terra:

A compreensão da existência social, necessária aos componentes dos movimentos sociais, só é possível na medida em que cada um se compreende a si próprio e ao outro. Este é o primeiro momento da constituição da consciência. Em outros termos, **a autoconsciência só é possível a partir do reflexo do outro** (BASTOS, 1984, p. 32, grifo nosso).

Para a autora, além da consciência que o ator deveria ter de si mesmo, seria também necessário compreender a ideologia dominante, já que esta era um elemento que formava a identidade social. Assim, o processo de constituição da identidade social, segundo Bastos (1984, p. 33), permitiria a percepção de duas dimensões:

[...] de um lado, a percepção do modo pelo qual essa consciência opera como reconhecimento de uma ordem estabelecida, ocultando os fundamentos dessa ordem, as relações de dominação, de poder ou de exploração; de outro, a forma pela qual o ator do movimento – que se define por pertencer a uma coletividade, nela desempenhando papéis tradicionais – tem sua consciência de identidade minada pela evocação constante à tradição, identidade que vai perdendo seu conteúdo na medida em que avançam as transformações.

A autora indicou que a expansão deste movimento foi possível em razão da existência de condições políticas e sociais favoráveis e pôde ser explicada porque sua base social no Engenho Galiléia – o foreiro – estava sendo ameaçada de extinção: “O ‘galileu’ simboliza o campesinato nordestino que vive próximo aos empreendimentos capitalistas, representando

um obstáculo à sua expansão. [...] A luta dos ‘galileus’ desnuda a situação ambígua do campesinato; por isso se transforma na grande luta do trabalhador rural brasileiro contra as condições de exploração a que está submetido” (BASTOS, 1984, p. 18). A utilização do termo camponês para indicar esta categoria social teve um caráter político, já que a “[...] atribuição de uma denominação estranha ao movimento dos ‘galileus’ indica o primeiro passo no sentido da unidade formal do movimento camponês, unidade hipotética, acionada por elementos situados fora da base social do movimento” (BASTOS, 1984, p. 20).

Observa-se, na pesquisa da autora, que as relações de classe foram compreendidas a partir dos atores envolvidos nos conflitos e do campo de luta, dimensionando o conflito, por meio das reflexões de Alain Touraine. O ator se constituiu por meio do conflito, fazendo também aparecer o adversário. Outro aspecto importante era que a constituição da consciência se dava quando cada um compreendia a si próprio e ao outro, ou seja, “a autoconsciência só é possível a partir do reflexo do outro”, como indicou a autora, e também o ator deveria compreender a ideologia dominante.

No estudo de Novaes (1997), os componentes subjetivos marcavam presença na construção da identidade camponesa, como se observa nesta citação: “[...] apreender identidades e/ou políticas que têm vigência entre trabalhadores rurais na legitimação e condução de suas ações, não significa apenas apreender o conjunto de contradições a que eles estão submetidos em um determinado momento, mas – ao mesmo tempo – atentar para os rituais e símbolos que as constroem” (NOVAES, 1997, p. 7). A forma de refletir a respeito da construção das identidades sociais foi inspirada em Rambaud (1984), que identificava a busca de identidade como uma asseveração das diferenças e das igualdades. Neste aspecto, Novaes (1997, p. 36, grifo nosso) descreveu que

No início, como afirmaram, via de regra, todos os estudiosos que trataram do assunto, a designação “Ligas Camponesas” não era assumida pelas associações de lavradores que, no Nordeste, se organizaram na segunda metade da década de 50 e início da década de 60. Foi usada pela imprensa, e por antagonistas políticos, com o objetivo de estigmatizar tais associações, relacionando-as com o Partido Comunista ilegal, já que a alusão ao comunismo tanto assustava à sociedade. Porém, no decorrer do tempo, a categoria “camponês” passou de denominação externa a termo designativo de **uma identidade social positiva construída através de um conjunto de eventos, de enfrentamentos e de redefinição de espaços, de experiências coletivas vivenciadas por diferentes categorias de trabalhadores do campo.**

Os conflitos entre os proprietários de terras e os trabalhadores do meio rural, de acordo com Novaes (1997), estavam relacionados à quebra de contratos implícitos nas relações sociais entre estes grupos, caracterizada por uma “crise de regras costumeiras” na visão dos trabalhadores, como afirmou a autora:

Do ponto de vista dos patrões, não se tratava simplesmente de livrar-se daqueles trabalhadores, mas de submetê-los a outras formas de exploração da força de trabalho. **Do ponto de vista dos trabalhadores, atingidos pela ruptura das relações tradicionais de dominação, configurava-se uma crise das regras costumeiras.** [...] Resta saber quais os símbolos e idéias fundamentais que estiveram presentes no pensamento, na fala e nos comportamentos daqueles trabalhadores que, nesta ocasião, construíram uma nova identidade social, a de **camponeses em oposição ao latifúndio** (NOVAES, 1997, p. 34, grifo nosso).

De acordo com a autora, o trabalhador do meio rural se tornava um camponês quando “recorria à Justiça”, tinha a sua identificação, integrava um grupo e partilhava símbolos e representações e conseguia eliminar o medo através do enfrentamento e do rompimento do espaço privado do latifúndio, ocupando o espaço público. Neste sentido, a concepção de identidade agregava outros componentes e a expulsão das terras não tinha um caráter simplesmente econômico, mas também um caráter político de afirmação do processo de sujeição que se dissipava em razão da “perda do medo”. Assim,

[...] a matéria-prima para a construção de identidade política camponesa, não foi buscada apenas nas semelhanças de relações de trabalho ou de situação em relação à

terra. Neste nível esta identidade englobou a diferença, comportou a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria-prima para a construção desta identidade possa ser encontrada nos valores comunitários pré-existent. **Não havia uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. Tal como pudemos observar, não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu em um processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais.**

[...]

A alteridade definida em relação aos padrões é o que fundamenta o aparecimento do *camponês*. A resistência, a mobilização e a forma específica de organizar esta experiência – dando conteúdos próprios a palavras exógenas (*camponês, latifúndio, reforma agrária*) ou ressemantizando categorias endógenas (*cambão, cabresto, chocalho*) – são elementos fundamentais para a emergência desta identidade. Em outras palavras, **é o enfrentamento e a delimitação de espaços que estão na base do processo de construção da identidade *camponês*.**

[...] Neste contexto, a definição social de *camponês* é, sobretudo, uma definição política (NOVAES, 1997, p. 54-55, grifo nosso).

Novaes (1997) abordou a construção da classificação deste grupo a partir do estudo desenvolvido por Martins (1986). De acordo com o autor, segundo Novaes (1997), os termos *camponês* e *campesinato* foram introduzidos, definitivamente, na discussão política no meio rural pela esquerda brasileira a partir dos anos cinquenta. A autora expôs que estes termos “[...] ainda que importados, e resultantes de uma transposição mecânica de conceitos condizentes com outras realidades sociais, [...] ganharam existência social através da circulação de idéias políticas e, sobretudo, através das associações de trabalhadores agrícolas que se organizaram no Nordeste” (NOVAES, 1997, p. 36). Os camponeses eram aqueles trabalhadores do meio rural, num sentido amplo, envolvidos na luta política.

Esta categoria, segundo a autora, foi construída a partir de enfrentamentos, de redefinição de espaços, de experiências coletivas vivenciadas por diferentes categorias de trabalhadores do meio rural. A autora indicou que neste processo de luta os trabalhadores do meio rural se descobriram como classe e que as lutas políticas eram partes de um movimento de constituição das classes. Este processo se configurava através da resistência, da mobilização e do enfrentamento dos atores, da formação das organizações e dos objetos de luta, transformando-se no tempo e no espaço. Novaes (1997) empregou os conceitos classe e luta de classe na tentativa de perceber os trabalhadores do meio rural inseridos em lutas políticas num contexto de um “processo conformador de classes em movimento”. Esta idéia de processo foi inspirada em autores como Edward P. Thompson e Pierre Bourdieu:

Os conflitos aqui estudados não devem ser vistos como totalidades isoladas e sim como componentes de um campo de forças no qual se modificam sincrônica e diacronicamente atores, organizações e palavras de ordem.

Conflitos entre trabalhadores rurais e empresários-latifundiários, portanto, podem ser pensados enquanto momentos de um processo de autoconstrução de interesses de classes: com suas coalizões descontínuas, cristalizações e descristalizações, retiradas, vitórias e derrotas. Processo este que se faz tanto a partir de *dimensões econômicas* (que vão desde a divisão internacional do trabalho aos movimentos de estagnação e modernização da agroindústria canavieira no Brasil e em particular no Nordeste, na Paraíba), quanto de *dimensões da política do país* (regimes e conjunturas) e, ainda, de *dimensões culturais* (NOVAES, 1997, p. 7, grifo nosso).

Portanto, refletindo a partir de Pierre Bourdieu, o espaço social organiza as práticas e as representações dos agentes envolvidos, possibilitando a construção de classes. A classe foi definida a partir de determinados atributos, como as origens sociais, as influências adquiridas com a formação religiosa e as heranças culturais, simbólicas, econômicas e sociais, além das posições dentro do campo de embates ou disputas. Os trabalhadores do meio rural, no processo de luta, no cotidiano, se agrupavam como classe por suas particularidades e se diferenciavam de agentes integrantes de outras classes. O recurso a Edward P. Thompson e a

Pierre Bourdieu foi fundamental para a autora concluir que a constituição das identidades e a formação das classes ocorreram a partir das experiências cotidianas dos trabalhadores rurais, definindo as circunstâncias para a emergência das resistências.

As reivindicações também eram um elemento importante para a análise, pois, segundo Novaes (1997), revelavam os principais elementos que permitiam a constituição do camponês como uma identidade política. Quando se falava da base social das Ligas Camponesas, se podia pensar na constituição deste grupo a partir das suas reivindicações: “contra o cambão e pela reforma agrária”. Neste sentido, o foreiro era um elemento importante, já que tinha acesso ao sítio e não recebia salário e, em contrapartida, o cambão representava o pagamento pelos favores do patrão no engenho. Existia uma relação de lealdade e de reconhecimento ao proprietário do engenho.

Segundo a autora, a construção política da categoria camponês ocorreu a partir do momento em que as categorias de trabalhadores demandaram diversas questões, como permanência na terra, melhores salários, terra para subsistência etc., mas de alguma forma era uma luta pela permanência na terra, contra o latifúndio, pela reforma agrária:

[...] o critério fundamental para recrutamento e expansão das Ligas incidia sobre a vivência de crises, nas quais estavam sendo rompidas relações sociais. **O aprendizado para ser camponês, portanto, não se fez através de cursos, treinamentos ou reuniões motivadoras e sim durante o encaminhamento de conflitos** nos quais estavam diretamente envolvidos e, ao mesmo tempo, nas “campanhas” em que se dispunham a participar, incorporando a nova linguagem para justificar concepções e práticas (NOVAES, 1997, p. 47, grifo nosso).

A própria idéia de latifúndio, lembrando a discussão proposta por Palmeira (1971), foi também construída num sentido amplo, ou seja, uma generalidade de unidades produtivas: usinas, engenhos, fazendas, propriedades do Estado etc.:

O latifúndio a que se opunham não era uma propriedade agrícola com tais ou quais características. O latifúndio – quase como um emblema mítico – sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados pelo poder local. Naquela conjuntura, em que diferentes forças sociais se dispunham a construir a Nação, o caminho mais eficaz para combater o *latifúndio* (sinônimo de poder privado) [...] era o apelo à Justiça e às “autoridades competentes” (NOVAES, 1997, p. 51).

Além disto, a autora destacou o exercício da dominação e o próprio papel que os dominados desempenhavam nessa relação de submissão que era construída na vida cotidiana, quando discorreu sobre as relações sociais entre os proprietários de engenhos e de usinas e os moradores na atividade canavieira nordestina (principalmente no sistema de morada). Sustentando-se no estudo realizado por Palmeira (1977), a autora descreveu um conjunto de elementos de prestações e de contraprestações assimétricas entre os lados opostos: “As relações entre os grandes proprietários agrícolas e os trabalhadores da agroindústria canavieira nordestina se inserem em um sistema onde as partes efetuam uma troca desigual, em que um dos pólos – aquele que monopoliza a terra – determina as regras e faz a ‘lei’” (NOVAES, 1997, p. 10). Os elementos ideológicos, culturais e religiosos foram apontados pela autora como sendo “fundamentais para a legitimação dos sistemas de reciprocidade que reproduzem a desigualdade”. Neste aspecto, Max Weber foi apropriado para a discussão sobre a legitimidade nas diversas maneiras e limites de dominação. Enfim, a autora observou que o exercício da dominação era construído na vida cotidiana nas relações entre dominadores e dominados (através de elementos ideológicos, culturais e religiosos). O conflito se manifestava também no cotidiano, mas a partir do momento em que ocorria o questionamento acerca desta relação.

Os conflitos foram observados pela autora a partir de um campo de forças que se modificavam (atores, organizações e reivindicações), desencadeando um processo de conflito de classes a partir das dimensões econômicas, mas também políticas e culturais. Como parte da dimensão cultural, a religião e a política tornaram-se elementos na constituição das

identidades e no respaldo das lutas. Neste sentido, referindo-se a Edward P. Thompson e Pierre Bourdieu, as práticas e as representações dos agentes envolvidos eram organizadas no espaço social, permitindo a construção de classes. Os trabalhadores do meio rural, portanto, poderiam ser agrupados como classe por suas particularidades e diferenciados de agentes integrantes de outras classes através do processo de luta, no cotidiano. O conflito não era percebido exclusivamente a partir das contradições geradas pela luta pela terra, mas os componentes subjetivos também marcavam presença na construção da identidade camponesa.

Na investigação de Barreira (1987), as lutas que guiavam a ação dos trabalhadores do meio rural se davam pela garantia de sua subsistência, mas essa luta também tinha uma face política, já que representava a libertação de uma situação de opressão presente na relação com os grandes proprietários rurais. O autor identificou que a opressão, a injustiça e a falta de direitos, por um lado, e a necessidade de caminhos para a solução desta situação, por outro lado, ocorreram no cotidiano destes trabalhadores, suscitando as mobilizações sociais. De acordo com o autor, o conflito representou uma negação dos valores definidos pelo sistema de dominação tradicional do sertão, consolidando a solidariedade dos camponeses. Assim, os conflitos estabeleceram novos valores, um novo processo político mediado pela contradição de classe.

Barreira (1987) indicou que a luta pela terra se transformou no unificador das diferentes formas de expressão da luta dos camponeses. Segundo o autor, na luta pelos direitos, na Romaria da Terra e no processo de desapropriação, a luta pela terra surgiu como um elemento central. É possível observar que as frentes de luta (direitos, terra e desapropriação via Estado) contestavam as relações de poder no sertão nordestino e eram capazes de constituir o movimento camponês, como se verifica nesta citação:

Na luta pelos direitos não são negadas as “antigas relações sociais”. Luta-se por melhores condições de permanência sem, entretanto, questionar a relação de patronagem. Na Romaria da Terra as relações sociais são construídas de uma forma utópica, criando uma ambigüidade que é a “propriedade privada” frente a “propriedade divina”. Na luta pela desapropriação ocorre uma negação da propriedade privada com dimensões localizadas. Nega-se a relação de patronagem existente. O patrão deixa de ser o proprietário da terra e passa a ser o Estado (BARREIRA, 1987, p. 255).

Em relação às características particulares das relações de poder presentes no Nordeste, traduzidas na forma de poder político dos grandes proprietários rurais (manifestadas na relação entre dominadores e dominados), Barreira (1987) observou que elas se alteraram na direção de uma nova ordem social. De um lado, configurava-se uma tentativa de reprodução do poder destes proprietários, dos “coronéis”; de outro, começava a existir uma prática política do campesinato, mesmo num contexto de dependência deste poder. O autor indicou que a ordem tradicional era sustentada na dominação tradicional dos proprietários de terras através da dependência pessoal, da exclusão política, da repressão ao camponês. No entanto, a “ordem” foi rompida com os conflitos sociais no campo, redefinindo-a para os proprietários de terras e criando uma prática política para os camponeses. Estas mudanças na prática política estavam intimamente ligadas às alterações na base econômica. Enfim, a passividade e a submissão camponesa foram rompidas quando os camponeses passaram a exigir os seus direitos.

A percepção de Barreira (1987) sobre as rupturas promovidas pelas mobilizações camponesas foi elaborada a partir da compreensão do que era a dominação tradicional no sertão. Para isso, o autor realizou sua investigação através dos olhares de Faoro (1975) e de Queiroz (1976). Identifica-se, a partir destas referências, que o Estado era conduzido pela camada proprietária de terras, uma estrutura dominante nos campos político, econômico e social. A realidade sociopolítica que permitia o surgimento do poder dos grandes proprietários rurais poderia ser sustentada da seguinte forma, na opinião de Barreira (1987, p. 16):

No Brasil, nos momentos de ruptura ou nos grandes marcos políticos as alianças foram entre o Estado, que se consolidava, e os grandes proprietários de terra; ou entre uma burguesia urbana-industrial emergente e a burguesia agrária que, mesmo perdendo espaços, conseguia permanecer no cenário político nacional.

Os coronéis desempenhavam o papel de mediadores entre o Estado e o campesinato, assumindo a relação entre estes últimos e o resto da sociedade. Esta situação era amparada pelo próprio Estado, paternalista e autoritário: “É nesse quadro do coronel-proprietário de terra como ‘protetor’, ‘orientador’ e ‘prestador de serviços’ que se forma e se configura a dominação ‘natural, familiar e eterna’. Essas adjetivações compõem a base de representação do poder tradicional no sertão” (BARREIRA, 1987, p. 18). A partir da existência de um espaço de contestação criado pelos camponeses, a dominação dos proprietários sofreu perturbações: “[...] a dominação se reproduz em uma nova base sócio-política que contém aspectos tradicionais redefinidos, conjuntamente, com novas relações construídas no embate político” (BARREIRA, 1987, p. 257). As rupturas e as permanências foram pensadas pelo autor na maneira como se reproduziu a dominação no sertão nordestino. A base do sistema de dominação no campo era dada através da legitimação.

O autor agregou, ao debate acerca da contestação do campesinato, a existência de rupturas, já indicada por outros autores, mas também a permanência das formas de dominação. Para isto o autor recorreu a Lefort (1983) ao analisar a legitimação do sistema de dominação no sertão nordestino. O autor procurou compreender não apenas o trabalho de legitimação exercido pelos detentores do poder, mas também as condições que o tornaram possível, bem como a configuração do poder num outro quadro político definido pela ampliação do espaço de contestação do campesinato:

As grandes rupturas ocorreram, com maior intensidade, nas relações patrimoniais. Foi a dependência pessoal, o sistema de compadrio e os laços de lealdade que passaram por transformações, em parte, em virtude da separação do local de trabalho do de moradia e da percepção dos direitos adquiridos pelos camponeses (BARREIRA, 1987, p. 337).

Barreira (1987) refletiu a respeito dos conflitos sociais no campo nordestino a partir da manifestação de uma “consciência do direito de ter direitos”, nas palavras de Lefort (1983), ou seja, a legitimidade da manifestação dos trabalhadores do meio rural sustentava-se nesta consciência dos direitos e não no aparato legal disponível. Além disto, os grandes proprietários passaram a conviver com camponeses que reivindicavam direitos e com novos mediadores dos conflitos. Os conflitos, a presença de mediadores, a necessidade de novas regras de convívio entre proprietários e camponeses foram fundamentais, segundo o autor, para determinar uma reestruturação das lutas de classes a partir da mediação de uma nova ordem institucional.

A mobilização no sertão nordestino, a constituição e a representação do campesinato, analisadas por Barreira (1987), focalizaram, num primeiro momento, as relações de trabalho predominantes. Estas relações eram sustentadas, muitas vezes, num quadro de violência e de submissão dos camponeses, permitindo a manutenção de determinados aspectos da dominação tradicional, como é possível observar abaixo:

A violência é dirigida especialmente contra possíveis líderes que possam “causar intranqüilidade” ou romper as regras estabelecidas do sertão.

A força é concentrada contra as ações que assumem um caráter coletivo e contra as organizações camponesas. **Qualquer ação dos trabalhadores, mesmo embrionária, que possa levar a uma conscientização de direitos, passa a ser ameaça.** O proprietário usa de todas as retaliações possíveis, expulsando os líderes e proibindo qualquer tipo de reunião (BARREIRA, 1987, p. 77, grifo nosso).

Voltando à questão dos direitos, Barreira (1987) esclareceu que a luta pelos direitos era a negação da ordem estabelecida e o começo do processo de formação de uma identidade no campo:

Constrói-se, a partir desse processo, um espaço coletivo de reivindicações que permitem ultrapassar os limites individuais contidos em um processo de trabalho marcado pela dispersão. Nesse sentido, **a luta pelos direitos no sertão aglutina camponeses dispersos** que não só tentam afirmar uma nova ordem, como negar o arbítrio, fruto da inexistência de contratos segundo parâmetros legais (BARREIRA, 1987, p. 146, grifo nosso).

Para o autor, a luta por direitos era o resultado da busca pela cidadania na sociedade brasileira. A luta dos parceiros-moradores pelos direitos representava uma ação oposta à reação dos proprietários ao processo de transformação do meio rural, como a expulsão, a modernização, a pecuarização, entre outros. Os trabalhadores do meio rural se uniram, portanto, como um movimento de força social, como classe, contrária a este processo no cotidiano: “A luta pelos direitos torna-se importante na medida em que representa a luta do cotidiano dos parceiros-moradores, condição imprescindível à transformação das relações sociais de trabalho” (BARREIRA, 1987, p. 177). A entrada da categoria “direitos” na análise representou que a dominação dos proprietários sofreu perturbações a partir do momento em que houve a existência de um espaço de contestação criado pelos camponeses, conferindo o fim do caráter passivo e submisso deste grupo. A luta por “direitos”, de acordo com o autor, também marcava um momento em que a questão da cidadania era colocada pela sociedade como um todo, nos meios urbano e rural.

O autor também questionou a razão para a submissão à opressão dos grandes proprietários de terra. A sua resposta poderia seguir o caminho da existência de uma “dominação ideológica” e da percepção do poder destes proprietários. Todavia, esta ordem foi modificada a partir de transformações econômicas no campo, como apresentou Barreira (1987, p. 344, grifo nosso):

As transformações econômicas manifestaram-se no processo de expulsão dos camponeses das fazendas, que caracterizava a separação do local de trabalho da moradia. Esse fenômeno é historicamente recorrente em outras regiões do país, mantendo certas especificidades no sertão. Aliado a tal fenômeno ocorre o processo de pecuarização, conhecido e denunciado, pelos camponeses, como a substituição do “homem pelo boi”.

São transformações que podem ser tomadas em suas determinações mais gerais que configurariam a penetração do capitalismo no campo. Seriam a prova da adequação das relações sociais entre proprietários e camponeses à racionalidade e lógica capitalista. Por outro lado, essas transformações implicam rupturas na base da dominação tradicional que se reproduzia calcada nas relações de dependência, pelo favor, pela lealdade, pela gratidão mediadas pelo caráter pessoal do relacionamento entre proprietários e camponeses, fornecendo o contorno da imagem do “morador de favor”.

O caráter impessoal que passa a conduzir o relacionamento entre possuídos e despossuídos de terra são a nova marca das relações de trabalho gestadas no sertão.

Ao pensar que as sociedades são providas de normas básicas, como indicou Barrington Moore Jr., é possível inferir que as formas de coerção social e de punição estabelecidas no contrato social no sertão nordestino eram pensadas como justas, sendo aceitas nesse contrato. No entanto, a emergência da percepção de situações de injustiça e de opressão associadas à expulsão dos trabalhadores do interior da propriedade, à redução do número de moradores-parceiros, à pecuarização, à ampliação do número de parceiros residindo fora da propriedade, entre outros, levaram à ruptura desse contrato social, promovendo alguma forma de resistência. No cotidiano destes trabalhadores, se verificou a opressão, a injustiça e a falta de direitos, levando à emergência das mobilizações sociais. A questão que poderia ser revelada seria até que ponto a injustiça seria percebida como inevitável pela camada detentora do poder. Para os proprietários de terras, isto implicou na repressão de toda forma de ação originada pelo sentimento de injustiça. Para os trabalhadores do meio rural, houve a

construção de um espaço de ruptura na ordem presente e a formação de uma identidade no campo.

A questão da legitimidade das mobilizações esteve presente também nos estudos sobre os conflitos na Baixada Fluminense e por esta razão seria possível afirmar que determinadas condições estariam sendo criadas para a eclosão de conflitos, provocando transformações internas das famílias, das representações coletivas camponesas e dos equilíbrios políticos durante este processo, como se observou nas pesquisas de Grynszpan (1987) e de O'Dwyer (1988). Principalmente, três aspectos atraíram a atenção dos autores nessas investigações: a luta contra o despejo ou a expropriação territorial, a construção de uma identidade comum para esses trabalhadores do meio rural e a emergência de organizações para representá-los. Grynszpan (1987) concentrou o seu olhar na direção do primeiro e do terceiro aspecto, enquanto O'Dwyer (1988) voltou-se para a compreensão, principalmente, da identidade e da organização.

Grynszpan (1987) indicou que as mobilizações foram o resultado de um processo de resistência organizada aos despejos na região, promovidos pela especulação com terras e loteamentos⁶⁶, expansão de atividades como fruticultura e pecuária, mudanças nas relações de trabalho, entre outros. Esta dispensa dos lavradores da região, e do estado como um todo, principalmente, a partir da década de 1950, não teve a contrapartida de uma absorção pelo setor urbano ou por outras regiões. Para O'Dwyer (1988), as transformações indicadas ocorreram através da expropriação territorial (lavradores), citada por Grynszpan (1987), mas também pela modificação do sistema de morada (moradores). A ampliação da fruticultura na região promoveu a proletarianização da força de trabalho do meio rural, fato ocorrido também na atividade açucareira.

A análise das ações contra os despejos, realizada por Grynszpan (1987), partiu também do historiador Edward P. Thompson, utilizado para indicar que estas ações não podiam ser analisadas de maneira simplista como o resultado apenas de “estímulos econômicos elementares”. Pelo contrário, estavam inseridas num processo mais complexo de relações sociais, políticas e econômicas. No entanto, os “motins de subsistência” na Inglaterra do século XVIII, citados por Edward P. Thompson, ainda assim, não poderiam ser pensados aqui, pois, como Grynszpan (1987, p. 62) comentou:

Ainda que não tenhamos elementos para afirmar que esta dispensa de lavradores tivesse acarretado em miséria e fome, poderíamos esperar, se apenas esta tendência fosse suficiente para gerar revoltas ou rebeliões, que grande parte do território fluminense estivesse em convulsão social ao final dos anos 1950. Isto, porém, não ocorre.

O autor também questionou a razão para a contrapartida do processo de expropriação ter ocorrido por meio da luta e não através da migração para outra cidade ou para outras regiões. Neste aspecto, o autor recorreu ao sociólogo Henri Mendras, ao tratar do tipo de relação que existia entre o camponês e a terra, pois a mesma, de acordo com o sociólogo francês, seria a base de reprodução da sua condição e de relações sociais: o camponês tradicional não colocava em questão a “tradição”, a forma de viver e de trabalhar, já que o conhecimento sobre como cultivar a terra era herdado da geração precedente e formado pelos longos anos de aprendizagem; o tempo considerado na atividade era aquele estabelecido pela natureza; e não existia a separação entre a produção e o consumo, entre a vida econômica e a vida familiar e nem ocorria a divisão do trabalho – a família e a exploração eram idênticas. Neste sentido, esta relação entre o camponês e a terra era uma das explicações para a luta e para a decisão de não migrar para restabelecer o modo de vida em outro lugar.

Uma fonte de legitimidade para a reivindicação pela permanência na terra também poderia ser entendida com a constituição deste campesinato, que também tinha a terra como

⁶⁶ A utilização das terras para fins não produtivos (especulação imobiliária) foi um fenômeno ocorrido em outros estados, como foi descrito no capítulo anterior.

elemento constitutivo da sua identidade. Por esta razão, a principal forma de luta utilizada pelas organizações camponesas durante a década de 1950 era a resistência aos despejos e, nos anos sessenta, a articulação entre as resistências e as ocupações dirigidas de terras. As manifestações públicas também eram agregadas a esta luta pela permanência na terra, numa tentativa de construção da imagem destes trabalhadores, ou seja, o reconhecimento político dos posseiros⁶⁷:

A imagem que as organizações camponesas procuravam conformar, através das manifestações, era, ao mesmo tempo, de sofrimento e também de luta. Estes eram dois dos elementos contidos na categoria posseiro, com a qual se designava os lavradores que se manifestavam e reivindicavam a terra. E esta imagem se projetava não apenas para fora, mas igualmente para dentro do próprio grupo (GRYNSZPAN, 1987, p. 150).

Não era possível, assim, pensar que a decisão de abandoná-la ou de jamais retornar ao meio rural fosse uma atitude sustentada apenas por fatores econômicos:

Isto, porém, não implica em que um despejo de lavrador vá sempre causar revolta e reação. Ali onde há uma oferta abundante de terras as tensões podem ser abrandadas, embora nem sempre o sejam. Um fator que é básico, contudo, é que aquele ato pode ser encarado pelo lavrador como um direito daquele que o despeja. Desta forma, **para que a revolta e a reação emergam é fundamental que o despejo seja visto como ilegítimo e injusto.** Mais ainda, é preciso que ele não seja visto como algo inevitável, e que se dê num processo de quebra da autoridade daquele que despeja (GRYNSZPAN, 1987, p. 66, grifo nosso).

Este era o núcleo da questão: o efeito de despejar era considerado como uma medida injusta e ilegítima, questão destacada também por outros autores. Segundo Grynszpan (1987), a ameaça de despejo promovia a reação (a luta), já que apenas a condição de subordinação dos lavradores não gerava reações. A impossibilidade de permanência na terra acabava por desencadear a reação. O vínculo dos lavradores com a terra, mesmo não sendo proprietários, estava inserido num conjunto de relações e de características próprias de um modo específico de vida. O'Dwyer (1988) também identificou esta relação com a terra como um elemento constitutivo da identidade camponesa. O aparecimento das lutas foi descrito por Grynszpan (1987, p. 147), neste sentido, pelas seguintes causas:

O rompimento da dominação que incidia sobre o lavrador, juntamente com o trabalho das organizações camponesas e dos grupos políticos que atuavam no campo, confluía para a quebra da inevitabilidade dos despejos, que passavam a assumir um caráter arbitrário. Associado a isso, como vimos, as ligações com a terra e as incertezas de uma migração para a cidade também eram elementos fundamentais que impulsionavam os lavradores à luta.

Edward P. Thompson utilizou o conceito de economia moral quando investigou os confrontos no mercado em momentos em que a conjuntura econômica colocava em jogo a sobrevivência de determinados grupos. Também pensou o conceito associado ao comportamento, uma “moral”, desses grupos em situações de crise e em relação aos grupos que representam a autoridade. Nesta direção, os despejos que resultaram em reação eram pensados, segundo Grynszpan (1987), como o descumprimento de acordos entre os proprietários de terras e esses trabalhadores do meio rural. A reação dos lavradores representava a defesa da tradição de relações sociais que garantiam a sua reprodução. Na verdade, os próprios trabalhadores tiveram consciência da injustiça do processo de desapropriação. A noção de que o processo de transformações capitalistas no campo não levaria ao inevitável processo de despejo também era essencial para entender a emergência dessas lutas. A injustiça e a ilegitimidade deste processo estavam presentes e, por esta razão, levaram à eclosão das lutas.

⁶⁷ Ver Champagne (1984).

É neste sentido que a questão da legitimidade e a questão moral foram acionadas pelo autor para compreender a emergência de uma força social no campo, apontadas por Edward P. Thompson e por Barrington Moore Jr., respectivamente, como é possível verificar abaixo:

Uma vez que tinham como objetivo primordial, principalmente a partir dos anos 1950, a especulação imobiliária e não a produção, os despejos passaram a representar, na Baixada, um corte definitivo com a terra. E isso era tanto mais grave, quanto eles começavam a incidir não sobre um ou outro lavrador, mas sobre um grande número e em várias fazendas. Isto significava que o lavrador despejado de uma área dificilmente seria reabsorvido em outra.

[...]

No estado do Rio, **os despejos eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização** (GRYNSZPAN, 1987, p. 70-71, grifo nosso).

Esta não legitimidade dos despejos era identificada também, segundo o autor, na categoria aplicada aos que praticavam este ato:

Os grileiros eram vistos como falsos donos, que apareciam de repente, depois que a terra havia sido valorizada pelo trabalho camponês, portando documentação forjada e exigindo a saída dos lavradores. Por isso mesmo, os despejos eram, para estes, uma medida não apenas ilegítima, mas também ilegal. Para a retirada dos lavradores os grileiros empregavam, além de ações judiciais, a violência, que era exercida tanto pela política quanto por jagunços contratados (GRYNSZPAN, 1987, p. 75).

Segundo Grynszpan (1987), a especulação e a grilagem eram comuns nesta região do estado do Rio de Janeiro. A força do caráter ilegítimo dos despejos, entretanto, ainda não era suficiente para explicar o movimento destes lavradores: “[...] um despejo pode ser injusto, mas também pode ser visto pelo lavrador como algo inevitável, algo para o qual não há saída” (GRYNSZPAN, 1987, p. 77). Refletindo a partir de Barrington Moore Jr., o autor indicou que o importante era existir a quebra da dependência e da dominação. Em outro momento, o autor acrescentou:

[...] um dos fatores fundamentais para que a revolta venha à tona, é a quebra da crença na inevitabilidade das condições às quais um grupo se encontra submetido. E **esta quebra, também como vimos, relaciona-se com o próprio rompimento da dependência e da dominação**. Igualmente importante para que ela ocorra, contudo, é a ação das lideranças e das organizações daquele grupo. É pela mediação destas, outrossim, que se opera a “*desnaturalização*” da ordem estabelecida (GRYNSZPAN, 1987, p. 91, grifo nosso).

O’Dwyer (1988) indicou a necessidade de percepção das reais circunstâncias sociais de eclosão das transformações na ordem social, refletindo também a partir de Barrington Moore Jr.:

Para tanto, tornou-se decisiva a situação de crise compartilhada pelo conjunto das famílias de lavradores, que se viam ameaçadas de expulsão da terra, efetivada muitas vezes, pelos grandes proprietários rurais. Essa ordem de fatos, cuja conseqüência é a constituição de uma problemática política e social comum, veio a alterar a organização anterior dos lavradores em termos de unidades familiares distintas, marcada por certa autonomia relativa devida ao absenteísmo dos proprietários, mas dependentes dos mesmos para ter assegurado o acesso à terra. A questão da reprodução das condições de trabalho e manutenção deixou de ser assunto individual de cada família, tratado diretamente com o proprietário ou seu substituto, para tornar-se de interesse do conjunto das unidades familiares.

Ao mesmo tempo, os lavradores passaram a ver os grandes proprietários rurais como responsáveis pelas ações de despejos, verificando-se a separação em pólos antagônicos de um espaço de relações sociais até então consideradas contínuas e conciliáveis (O’DWYER, 1988, p. 87-88).

Estes acontecimentos, todavia, não implicaram em pensar nos grandes proprietários como causadores de transformações na ordem social. Muito menos, segundo a autora, deveria

ser atribuído às transformações capitalistas no campo o desencadeamento destes acontecimentos, pois

Esta interpretação, mesmo que teoricamente adequada, tem o inconveniente de se antecipar à apreciação dos dados da realidade, encobrendo mais do que explicando, pois, ao assim proceder, determina todas as conclusões daí decorrentes, como o da existência prévia de um campesinato que se organiza politicamente em virtude do processo de expropriação (O'DWYER, 1988, p. 88).

O'Dwyer (1988, p. 77-78) indicou que somente através da expropriação e do rompimento com as formas de dominação específicas presentes em cada grupo social é que seria possível construir uma identidade camponesa:

Só semelhante contexto de crise objetiva, com ruptura de formas de dominação baseadas no modelo familiar, tornou possível a separação de experiências sociais até então vividas de modo indiferenciado e que passaram a ser representadas como distintas, possibilitando a formação de uma identidade camponesa através de um movimento social constituído em contraposição à classe proprietária de terras.

Tal situação não significa que o processo de expropriação, pensado em termos de crise, tenha gerado espontaneamente uma consciência destes grupos sociais acerca de seu pertencimento a um conjunto definido pela "noção ideológica de campesinato". Na construção desta identidade, foi decisiva a presença dos chamados 'agentes externos' à comunidade.

A designação de camponês que foi conferida aos diferentes grupos sociais no campo, atribuição feita pelos próprios grupos e pela produção teórica e política, foi questionada por O'Dwyer (1988) como uma categoria adequada para expressar os grupos de trabalhadores do meio rural no Rio de Janeiro. Em razão do processo de especulação imobiliária e de ampliação da fruticultura, com a conseqüente expulsão dos trabalhadores que residiam nas grandes propriedades e das alterações nas condições de trabalho, no entanto, a identidade coletiva camponesa tornou-se a maneira de expressar e de representar estes grupos de trabalhadores nos aspectos social e político. A ruptura dos moldes de dominação configurados no modelo familiar e a organização dos trabalhadores em entidades representativas constituíram o campesinato como uma força social autônoma no espaço político.

O'Dwyer (1988) tentou refletir a respeito do sentido da designação campesinato no seu espaço de estudo. Esta identidade, na verdade, revelaria as ações e as lutas de agentes sociais, organizados em entidades representativas. Esta identidade coletiva também mostrava uma nova relação de oposição aos grandes proprietários. As manifestações e as lutas eram características da representação coletiva destes trabalhadores:

Os trabalhadores, nesse caso, não portavam consigo essa identidade, que vem a se produzir no exterior das relações sociais, com as transformações que aí se processaram. Antes de se constituir no 'ser' próprio dos agentes sociais estudados, a identidade camponesa revela uma 'maneira de ser' dos grupos que se manifestam social e politicamente. Sendo assim **ela não é a expressão de algum acontecimento, mas o próprio acontecimento** (O'DWYER, 1988, p. 8, grifo nosso).

A significação política das categorias lavrador e morador foi criada a partir da organização dos mesmos em termos políticos, por meio de organizações camponesas. Foi possível observar isto em relação ao grupo de oposição constituído, o grande proprietário. Os grandes proprietários de terras tinham um significado distinto para os lavradores, por exemplo, antes do processo de crescimento do mercado de terras nos anos quarenta. A partir deste momento, passaram a ser percebidos num processo de oposição às organizações camponesas e acusados de práticas de grilagem. Em relação aos moradores, somente a partir dos anos cinquenta estes foram pressionados pelos grandes proprietários para trabalharem diariamente em suas lavouras e reduzirem as áreas próprias de plantio. Mesmo com o estabelecimento de formas distintas de relações entre grandes proprietários e lavradores e grandes proprietários e moradores, o processo de expropriação foi generalizado pelas

organizações camponesas. Este processo, segundo O'Dwyer (1988, p.83), poderia ser explicitado da seguinte forma:

O resultado de semelhante reducionismo foi a homogeneização a nível simbólico da população trabalhadora rural, desigual e particularizada em termos de suas relações com os proprietários de terras, facilitando assim o surgimento de uma identidade coletiva. Este novo critério de classificação conduziu à separação de agentes sociais considerados próximos segundo outros sistemas de referência, como no caso da categoria lavrador, que pressupunha a vinculação de interesses entre cada família e o proprietário da terra, vindo a prevalecer sobre tais maneiras dos agentes apreenderem sua posição social.

A aplicação deste princípio de divisão de caráter político permitiu às associações de lavradores, mesmo que não atuassem efetivamente junto a outras categorias sociais, por exemplo, a dos moradores, instituírem-se como representantes do que convencionalmente passou a se chamar de “campesinato fluminense” e não apenas daqueles que mais imediatamente promoveram-nos a seus porta-vozes.

A resistência, nomeada como luta contra os despejos, ocorreu em outras partes do Rio de Janeiro, no entanto, é importante destacar que foi na Baixada “[...] e mais especificamente a partir de uma parcela dos pequenos produtores da região, ocupantes, segundo a denominação do Censo, arrendatários e também parceiros, mais atingida pelos despejos, que se inicia um processo de resistência organizada” (GRYNSZPAN, 1987, p. 63). De acordo com O'Dwyer (1988), os conflitos gerados, e que deram origem às primeiras organizações camponesas, relacionaram-se diretamente com a expropriação desses lavradores e promoveram a construção de uma identidade comum para estes grupos:

O espaço das lutas econômicas, sociais e políticas, de efeito expropriador, mas também diferenciador, com o surgimento de uma identidade coletiva, não foi apenas geográfico [...]. Nem a nova imagem surgiu em razão direta do desapossamento. **Necessário foi também o advento das organizações políticas camponesas, no seu esforço de institucionalização, para afirmar a existência do campesinato enquanto grupo social e a formação de um campo específico de lutas entre atores sociais distintos, a saber: grandes proprietários de terras e camponeses trabalhadores, que se traduziu, inclusive, num confronto de ideologias** (O'DWYER, 1988, p. 52, grifo nosso).

O'Dwyer (1988), apropriando-se da discussão elaborada por Karl Marx a respeito da necessidade de representações externas ao movimento, retomando um tema já tratado por outros autores, indicou que, segundo o autor, as famílias camponesas não eram uma classe, pois existia apenas uma ligação local entre elas e não uma ligação nacional ou uma organização política, sendo incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome e necessitando de uma representação. Assim, as transformações da estrutura de relações sociais no campo modificaram os dados da vida econômica, social e política. Antes, os ocupantes, os arrendatários, os parceiros, na sua grande maioria, tinham um comportamento tradicional ao longo da história desta região; depois, uma parte dos pequenos produtores passou a ser organizada através de uma força política intitulada camponesa, acreditando-se na possibilidade de um papel ativo na nova sociedade.

A análise das obras eleitas permitiu perceber como foi construída a identidade política e social dos trabalhadores do meio rural como um elemento de oposição aos proprietários de terras nos confrontos travados no cotidiano. Este conjunto de obras possibilitou observar que esta categoria estava intimamente ligada ao conceito de classe, a partir de uma concepção distinta daquela que remetia a uma análise do campesinato como “motor da história”. O principal elemento de ruptura na compreensão da identidade destes trabalhadores, em relação ao conjunto de obras analisadas no capítulo anterior, foi a sua percepção como sujeitos na história da sociedade brasileira, capazes de agir sobre ela – trata-se de uma concepção em que nada está determinado, em que as classes não preexistem, mas se formam no processo. A multiplicidade de referências passou a ser um indicativo do próprio movimento de amplitude

teórica presente nas Ciências Sociais brasileiras, nestas últimas décadas, a respeito da compreensão das várias dimensões da sociedade.

3.3 O papel das lideranças e a disputa pela representação política do campesinato

Os cientistas sociais revelaram que existiam trabalhadores com situações econômico-sociais heterogêneas no meio rural. Não havia, por conseguinte, a possibilidade de existência de uma força social e política já constituída e com condições para promover uma resistência às transformações econômicas e sociais impostas por grupos dominantes em razão da pluralidade de relações sociais no campo, esta unidade, segundo os autores, seria alcançada no processo de luta e intensificada pelas mediações.

Neste sentido, como pensar numa organização dos trabalhadores do meio rural capaz de se transformar numa força política? Como pensar num grupo que se constitui como uma unidade e que reivindica seus direitos? De acordo com os autores, era preciso compreender que foi sua vivência e sua experiência organizativa que a constituiu, permitindo a formação dos contornos e da essência desta força. A mobilização dos trabalhadores do meio rural foi intensificada pela existência, segundo os cientistas sociais analisados neste capítulo, de mediadores externos ao grupo. Através das diferentes organizações que passaram a representar os trabalhadores do meio rural foram definidos os atores em conflito (dominados e dominadores) e o campo de luta no meio rural brasileiro. Assim, torna-se relevante compreender como os autores analisaram a forma na qual os diferentes trabalhadores do meio rural se constituíram como uma unidade também através de suas organizações.

No caminho seguido pelos autores, alguns aspectos estiveram presentes em suas pesquisas, como a importância de compreender que a constituição de uma unidade política entre os trabalhadores do campo estava associada ao processo de luta e foi intensificada através da disputa política pela representação dos trabalhadores do meio rural por seus mediadores – pelo PCB, pelas Ligas Camponesas, pela Igreja e pelo Estado, entre outros – ou articulado por suas lideranças. Novaes (1997) exemplificou este aspecto ao afirmar que os meios e as condições sociais que permitiram que os grupos de trabalhadores do meio rural questionassem o poder dos patrões e buscassem o espaço público foram construídos através dos porta-vozes dos trabalhadores do campo.

Em relação às lideranças camponesas, Grynszpan (1987) afirmou que os grupos mobilizados não preexistiam às ações, se formaram a partir delas, sendo “[...] **fundamental importância a existência de uma liderança individual**. Era através do líder, ao nível da representação externa, que, por sobre as especificidades, diferenças e divergências dos sub-grupos, o grupo dos ocupantes existia e se manifestava enquanto tal” (GRYNSZPAN, 1987, p. 182-183, grifo nosso). Ao analisar a eclosão de lutas dos posseiros nesta região, o autor afirmou que a intensificação da ação dos grileiros não era suficiente para explicá-la. Para ele, ao lado desta ação dos grileiros, em razão da valorização das terras, o deslocamento de elementos externos para a região foi importante para explicar este processo, como é possível observar neste trecho:

Trata-se de pessoas que, apesar de muitas vezes terem uma origem camponesa, tiveram uma passagem pela cidade, por movimentos de trabalhadores urbanos e eram, muitas delas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seus objetivos, portanto, não eram os mesmos dos grileiros. Buscavam, dentro de uma estratégia mais ampla de transformação da ordem social, **promover a organização dos lavradores, orientando-os em suas lutas** (GRYNSZPAN, 1987, p. 96, grifo nosso).

Quanto à importância destas lideranças, Moore Jr. (1978) foi empregado pelo autor ao indicar o papel de “minorias ativistas” e de “agitadores externos” na condução destes grupos. A importância das lideranças “externas” foi apontada, segundo Grynszpan (1987), também por Huizer (1973) nos estudos sobre as rebeliões camponesas na América Latina; por Shanin (1979), afirmando que este era um fator decisivo para unificar um grupo isolado e segmentado

como o campesinato; e por Hobsbawm (1978), discutindo que o campesinato era assinalado pelo isolamento e pela consciência de inferioridade e, conseqüentemente, tendo uma atuação política limitada. Todos estes autores apontaram a necessidade de um mediador entre o mundo dos trabalhadores do campo e a sociedade como um todo e, no caso do Rio de Janeiro, os agentes políticos foram fundamentais para a organização política dos posseiros.

A análise da presença de organizações para representar os trabalhadores do meio rural no campo político era um tema que estava presente também no capítulo anterior. No entanto, os conjuntos de análises partem de problemáticas distintas: enquanto aquele grupo de autores acreditava que a representação dos camponeses pela ação de grupos externos os transformava em integrantes de um conjunto de forças com um papel de agentes de transformação na sociedade brasileira, para o grupo analisado neste capítulo, a constituição de uma unidade política no campo estava associada ao processo de luta, sendo intensificada pela presença destes grupos externos. Além disto, as referências disponíveis no campo acadêmico, como Pierre Bourdieu, permitiram que outros problemas de pesquisa fossem formulados, como as razões para esta disputa estarem associadas à ampliação da posição no espaço político, já que falar em nome dos camponeses ampliava o capital político.

Em relação a este aspecto, O'Dwyer (1988) analisou as lideranças camponesas através do processo de politização, da existência de um capital político e da constituição de uma posição no campo político, fundamentais na formação de entidades representativas destes trabalhadores do campo. A força política (simbólica) destas lideranças foi significativa na mobilização dos trabalhadores do meio rural e, com o processo de expropriação, acabaram por se organizar numa forma de defesa:

Apesar de suas lideranças emergirem das cidades, só se pode mencionar a existência propriamente dita de um campesinato no Estado do Rio de Janeiro a partir do estabelecimento dos seus representantes, os quais contribuíram para a formação dessa identidade coletiva junto aos próprios agentes sociais que lhes incumbiram da delegação, ocorrendo, assim, de modo simultâneo, a instituição e reconhecimento político desse grupo social e dos seus porta-vozes (O'DWYER, 1988, p. 85).

Quanto à necessidade dessa mobilização externa ao grupo, Grynszpan (1987, p. 95, grifo nosso) fez referência a Pierre Bourdieu no que diz respeito, especificamente, à produção de representações sociais:

O externo que leva a modificações, deve estar referido também ao acesso aos locais de produção de novas representações do mundo social, nos termos de Pierre Bourdieu. **Os grupos que promovem a mobilização são os portadores daquilo que o sociólogo francês chama de “discurso herético”, ou seja, um discurso que rompe a adesão à ordem estabelecida e que produz, ao mesmo tempo, um novo senso comum que aponta para uma nova ordem.**

Grynszpan (1987) indicou que, de acordo com a reflexão de Pierre Bourdieu acerca da representação política dos camponeses, os grupos seriam formados e transformados, ou seja, assumiriam uma determinada identidade, teriam uma visão de mundo definida e uma forma de inserção nele. Além disso, Bourdieu (1981) também foi citado pelo autor na análise a respeito da relação de forças entre estes agentes e a tentativa de manutenção ou de subversão do capital político (o capital simbólico deste campo):

[...] o reconhecimento do campesinato produziu claros deslocamentos e rearranjos no campo político. A politização da questão agrária e as disputas que se travaram em torno do novo ator fizeram com que, mesmo alguns políticos conservadores, assumissem posturas até então características de grupos de esquerda. E aqueles que não o fizeram, foram obrigados a incluir, em sua pauta política, temas antes malditos, como o da reforma agrária. Praticamente todos se diziam favoráveis a ela procurando impor-lhe, contudo, interpretações e conteúdos diversos, de acordo com os interesses em questão.

O dinamismo do jogo político, a partir da entrada em cena do campesinato, fez com que as ações em favor deste pudessem ser revertidas em capital político.
[...]

Desta forma, a politização da questão agrária parece ter criado, no estado do Rio, uma disputa pelas lutas, particularmente as ocupações. É desta disputa, a nosso ver, que está na base da intensificação da mobilização camponesa no estado no início dos anos 1960 (GRYNSZPAN, 1987, p. 362-364, grifo nosso).

É possível observar que a ênfase é muito mais na relação, no jogo das oposições desencadeadas. Os agentes encontram-se numa situação estruturada, de posições fixadas neste espaço, o campo político, a partir do volume de capital social possuído, numa disputa por interesses específicos. As competências culturais são explicadas pelo *habitus*, já que são os produtos do meio de origem e das trajetórias individuais e coletivas no espaço social. É neste sentido que se constata a existência de distribuições desiguais de capitais e diferentes posições no interior dos campos. Estas reflexões de Pierre Bourdieu foram empregadas na análise das mobilizações sociais camponesas, pois configuravam as relações de força, as lutas, as estratégias adotadas, as posições ocupadas e os interesses no campo político. O reconhecimento dos demais campos de força política assegurava à liderança camponesa a sua legitimação pelo grupo dos camponeses. Estas lideranças acabavam definindo, redefinindo e transformando a identidade social dos trabalhadores do meio rural e a sua relação com outros grupos. Enfim, as lideranças representavam uma imagem do conjunto de camponeses e eles impunham ao grupo essa imagem. A representação dos trabalhadores do meio rural era essencial na definição e na imposição desta identidade. A certeza da representação que as lideranças davam ao conjunto de camponeses com a imposição de uma identidade do grupo era um fator que merecia consideração na mobilização dos mesmos. A legitimidade dos porta-vozes dos camponeses aumentava à medida que ela se tornava mais representativa do modelo social interpretado por eles.

Para compreender a construção da identidade destes grupos e da sua representação nas diversas reivindicações, Grynszpan (1987) também recorreu ao estudo de Maresca (1983), a respeito dos camponeses na França. Este autor indicava que os representantes se diferenciavam dos demais camponeses porque possuíam propriedades econômicas, culturais e sociais diferenciadas. Estas diferenças eram importantes para compreender o seu papel na liderança das organizações profissionais e os seus efeitos, além da forma como eram eleitos, como era produzida a imagem oficial e como era criado o seu discurso.

Segundo Grynszpan (1987), a partir de pesquisa sobre os conflitos fluminenses, com sua inserção no cenário político nacional, o campesinato tornou-se “alvo das disputas entre grupos e partidos pelo poder de representá-los, de falar em seu nome, de expressar os seus interesses legítimos”. O autor indicou que falar em nome de um pequeno grupo mobilizado gerava um poder simbólico (ampliação do capital político) para os mediadores no campo político, pois estariam, na realidade, representando o campesinato brasileiro. Assim, esta disputa pela legitimidade de representar um grupo encontrava-se presente no campo das organizações, dos partidos, etc. As mediações, analisadas pelo autor, fortaleceram a fonte de legitimidade dos conflitos sociais no campo. Na citação abaixo, o autor observou a presença desta disputa sobre os posseiros entre diferentes agentes da sociedade, como é possível perceber:

É preciso observar que não estamos diante de uma simples disputa por clientelas, e que esta disputa, na prática, não incide diretamente sobre o campesinato como um todo, apesar de ser ele a referência. O reconhecimento de um novo ator político implica também, ao que nos parece, no reconhecimento de suas ações como sendo políticas. Desta forma, no caso do campesinato, o seu reconhecimento produziria, igualmente uma diferenciação política, visto que nem todos os camponeses agem politicamente. Ocorre, porém, que, ao se diferenciar, a parcela do campesinato que se mobiliza, que age politicamente, contribui para quebrar as imagens tradicionais que se tem do campesinato como um todo e, assim também, conformar uma nova feição para este grupo social. Este trabalho de generalização, no entanto, é feito por aqueles que se afirmam enquanto representantes dos camponeses, por aqueles que falam em seu nome (GRYNSZPAN, 1987, p. 286-287).

Para o autor, o controle e a mobilização de uma parcela do campesinato seriam estratégicos para a constituição da identidade de todo o grupo. No caso do grupo de trabalhadores do meio rural, os posseiros tornaram-se o alvo de disputas entre diferentes grupos que tentavam representá-los. A citação de Grynszpan (1987) revela, portanto, um aspecto importante na discussão a respeito do papel dos mediadores: a produção de uma identidade social no campo. Quando o autor indicou que a mobilização de uma parcela do campesinato promovia a formação de uma identidade para todo o grupo, observa-se que isto apenas foi possível pela presença de agentes externos.

Quanto aos mediadores, estes assumiram a postura de representantes do grupo de camponeses, apresentando determinadas propriedades sociais. No espaço de representação, os sindicatos, as associações, os partidos políticos, a Igreja, as Ligas e outras organizações estavam em constante disputa pela representação política dos trabalhadores do meio rural brasileiro. Esta disputa revelava que o mediador poderia ocupar uma posição determinada no espaço político e num contexto de forças. As propriedades que atuam na construção do espaço social são tipos distintos de poder (ou capital) que se manifestam nos diversos campos: capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico. Considerando que as classes seriam os conjuntos de agentes, de acordo com Bourdieu (1998, p. 136), que estavam ocupando “[...] posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes”, seria possível perceber que falar em nome dos camponeses seria falar em nome de uma classe e, portanto, ampliar o capital político.

Esta disputa pelo campesinato, segundo o autor, foi mais acirrada entre dois grupos: o primeiro era formado pela Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e pelo PCB; e o segundo era constituído pela Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) e pela Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF). A luta pela transformação social ou por direitos no espaço do trabalho no meio rural representava diferentes visões de mundo propostas por estes grupos:

Havia, portanto, duas visões de mundo diferentes embasando as linhas que se procurava imprimir à FLERJ e FALERJ. Tratava-se, para a FCOF, de conscientizar o indivíduo para a busca de uma melhor posição na ordem social vigente. E para tanto, um instrumento privilegiado era o sindicato cuja função consistia, justamente, na promoção econômica, profissional e cultural. Assim, dentro desta concepção, a luta sindical era, basicamente, uma luta econômica, de defesa do trabalho e dos interesses específicos dos trabalhadores.

[...]

Quanto aos comunistas, a sociedade, para eles, não se compunha de famílias, mas sim de classes que se opunham entre si. Desta forma, o centro do seu discurso era o grupo social. E ao grupo, o que caberia, dentro deste projeto, era o rompimento com a ordem social vigente, ao invés de tentar buscar uma localização melhor na sua estrutura hierárquica (GRYNSZPAN, 1987, p. 290-291).

De acordo com Grynszpan (1987), as propostas levavam os lavradores a caminhos distintos: de um lado, a manutenção da ordem através da ação no âmbito de atuação econômica destes trabalhadores; por outro lado, a busca pelo rompimento da ordem estabelecida, “inserida num processo mais amplo de transformação social”. As organizações camponesas teriam, segundo o autor, um papel fundamental neste processo.

Novaes (1997) também salientou que o processo de disputa pela representação dos trabalhadores do meio rural tinha o intuito de transformá-los em força política em diferentes projetos nacionais, representados pelas forças sociais dos diferentes mediadores presentes no cotidiano dos trabalhadores do meio rural, como é possível observar abaixo:

No recrutamento para as Ligas, o aval e a presença das chamadas “forças externas” tiveram grande importância. Tais forças manifestaram-se através de lideranças locais

que se diferenciavam dos associados enquanto portadores de um “saber” externamente adquirido que os capacitava para “enfrentar” os patrões. Ou através de membros do Partido Comunista que encaminhavam causas locais. Ou, ainda, através da participação de “doutores” – advogados – que contribuíram para o rompimento do modo e da submissão. [...]

Por outro lado, para a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que proliferaram na região, no início dos anos 60, contaram os padres da Igreja Católica, com seu específico poder de convocação e de convencimento.

A presença destes e de outros mediadores, suas disputas, divergências e confluências, assim como os encontros e desencontros entre suas práticas e concepções e o imaginário dos trabalhadores rurais tiveram importância tanto para determinar a chamada “correlação de forças”, quanto para a síntese que os camponeses produziram acerca de suas próprias experiências (NOVAES, 1997, p. 56, grifo nosso).

Além de revelar a importância do papel dos mediadores, Barreira (1987) agregou à análise que as contradições reais, os conflitos, eram anteriores à presença dos mediadores, representando o reflexo de um processo causado por transformações no cotidiano destes trabalhadores. A imagem do camponês no sertão, de acordo com o autor, foi construída no cotidiano da resistência e do confronto, não sendo separada da ação dos novos mediadores, pois foram fundamentais para definir os dominados e os dominadores.

Através do estudo de Barreira (1987) foi possível verificar que o espaço de contestação camponesa no sertão nordestino foi ampliado a partir da presença destes novos mediadores no embate político: “Se as questões políticas no sertão eram tratadas quase que exclusivamente a partir da prática política dos grandes proprietários de terra, isso já não é mais possível, nem aceito. **O processo de exclusão dos setores camponeses que tinha como corolário o monopólio da mediação política, por parte, dos coronéis já não consegue reproduzir-se**” (BARREIRA, 1987, p. 142, grifo nosso). Assim, a Igreja, os Sindicatos e o Estado surgiram como mediadores nos embates políticos do meio rural nordestino. A presença deles, de acordo com o autor, revelou o fim do monopólio da mediação pelos proprietários de terras, marcando a ruptura da dominação tradicional. Através da luta por direitos, da Romaria da Terra ou da desapropriação de terra, orientadas pelos Sindicatos, pela Igreja e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), respectivamente, a “luta pela terra” transformou-se no elemento unificador, como é possível verificar abaixo:

Na luta pelos direitos consubstancia-se no direito de permanecer residindo na propriedade. É a rejeição ao processo de proletarização, a tornar-se um diarista, morar numa “ponta de rua”; e a reafirmação da “condição de morador”.

Na Romaria da Terra, sagrada e profana, a luta pela terra é “realimentada pela fé”, a terra é um “dom de Deus”, um direito sagrado.

No processo de desapropriação a luta pela terra aparece como uma luta pela permanência na terra respaldada pela ação do Estado, indicando uma ruptura com antigas relações sociais de dependência e dominação pessoal (BARREIRA, 1987, p. 254-255).

De acordo com Barreira (1987), a resistência dos trabalhadores do meio rural ao processo de expulsão das fazendas foi ampliada através da ação, principalmente, dos Sindicatos e da Igreja. A presença do Estado, através do INCRA, teve o seu papel a partir do momento em que os conflitos não eram mais episódicos e ilegais. Neste processo, a ampliação do espaço de resistência esteve ligada à reapropriação de antigas experiências de luta, como é possível observar abaixo:

Nas Romarias da Terra os **aspectos messiânicos** dão uma dimensão mística à luta pela terra, legitimada pela lei de Deus. A “terra prometida” ao mesmo tempo que aponta para uma utopia, para uma realidade além das “leis do homem”, revela a profunda ambigüidade vivida pelos camponeses entre a exclusão e a cidadania, ou “o direito a ter direitos”.

Nos conflitos analisados, muitas experiências marcantes do **cangaceirismo** são reapropriadas, principalmente, nos seus momentos mais radicais. Os confrontos

ocorrem em bando, utilizando-se geralmente a tocaia, seguida do esconderijo nas moitas. Esses aspectos são reapropriados dentro de um quadro institucional o que lhes confere um novo significado. São articulados à prática política dos mediadores com grande participação da instância jurídica.

A resistência caracteriza-se, dessa forma, pela reapropriação do antigo convivendo com o moderno. No campo da reprodução do poder ocorre o mesmo fenômeno. Os proprietários são obrigados a aceitar novos mediadores no sertão; o “mundo arbítrio” cede, cada vez mais, lugar ao legal, ao institucional (BARREIRA, 1987, p. 345-346, grifo nosso).

Apesar desta aparente unidade, o autor salientou que a prática e o envolvimento político da mediação eram diferenciados, ou seja, as formas de luta eram orientadas de maneira distinta entre os mediadores. Em relação aos Sindicatos, por exemplo, a natureza da mediação estava associada ao caráter de representação de classe. A respeito dos outros mediadores analisados, Barreira (1987, p. 252) descreveu:

Para o INCRA a função de mediador está diretamente relacionada à oficialização de “um clima de tensão social”. O INCRA assume o papel de mediador entre as partes (proprietários e camponeses) tentando dar um caráter de imparcialidade, cuja grande meta é chegar a um acordo entre os litigantes. [...] A Igreja exerce, geralmente, a mediação nos conflitos por solicitação dos camponeses, com uma perspectiva de organização e conscientização.

As “leis do homem”, as “leis de Deus” e as “leis do Estado” atuaram de forma articulada, onde a Igreja e os Sindicatos impulsionaram os movimentos e o Estado, por sua vez, agiu na direção de solucionar os conflitos, ou seja, a lei passou a funcionar na mediação. Por um lado, o interesse pelas conquistas dos camponeses; por outro lado, o interesse pela solução. A identidade dos camponeses não poderia ser separada, portanto, segundo Barreira (1987), da ação dos novos mediadores, modificando os contornos dos dominados e dos dominadores. Foi por esta razão que se verificou uma trajetória de constituição da identidade dos habitantes pobres e dos trabalhadores do campo, num sentido amplo, inserida na discussão política no meio rural a partir da disputa pela sua representação.

Almeida (1981) também explicou que no momento em que a questão agrária esteve inserida no debate político e que o campesinato foi admitido como ator político, surgiu uma disputa política pelo seu controle. No entanto, um aspecto que chamou a atenção foi que, enquanto os demais autores indicaram que a representação política dos camponeses revelou a necessidade de uma representação externa ao grupo, Almeida (1981) assumiu um posicionamento crítico quanto à suposta impossibilidade de uma organização política camponesa autônoma, ou seja, não oriunda de seus mediadores, presente no senso-comum. Os trabalhadores rurais, ao se agruparem em Associações, tinham uma autonomia de expressão, ou seja, não estavam subordinados e não eram dependentes de instituições vinculadas ao governo ou à Igreja: “O movimento dos trabalhadores rurais no interior do Maranhão revestiu-se de grande complexidade representando para os lavradores um ideal de autonomia” (ALMEIDA, 1981, p. 22).

Com respeito à articulação das Associações com os partidos políticos, foram estabelecidos os compromissos de maneira autônoma, ou seja, eram definidos individualmente pelas Associações de acordo com os interesses conjunturais. A vantagem deste tipo de ação foi apresentada por Almeida (1981, p. 20):

O estabelecimento de compromissos político-eleitorais estava subordinado às vicissitudes dos conflitos no contexto de cada município ou povoado. Estas variações no alinhamento político partidário tornaram as Associações não facilmente arregimentáveis ou manipuláveis por forças externas ao movimento organizatório dos trabalhadores rurais.

Segundo o autor, o encaminhamento das lutas representadas pelas Associações criadas no Maranhão à orientação partidária significava “[...] perder de vista a própria dinâmica das lutas travadas efetivamente pelas Associações, assim como, as contradições reais em questão e as formas específicas e originais que os camponeses lançaram mão para se organizar”

(ALMEIDA, 1981, p. 20). Esta proposta de relação com os partidos políticos tinha o objetivo, de acordo com o autor, de permitir um grau de autonomia para as Associações. Este aspecto é importante, pois não era possível compreender as lutas a partir do que as organizações políticas pensavam. Elas eram compreendidas a partir do cotidiano de resistência e de conflito.

Com o Golpe Militar em 1964, mesmo com o fechamento de Associações e a prisão de lideranças, manteve-se a organização de sindicatos independentes formados, principalmente, por posseiros, mas também por lavradores, como foi o caso dos trabalhadores rurais de Pindaré-Mirim. Com o descaso das autoridades estaduais e municipais em relação às invasões das roças pelo gado, à ação de grileiros e à apropriação indevida de parte da produção camponesa, estimulou-se a ação destes trabalhadores por meios próprios ao longo dos anos que sucederam o Golpe. Por fim, segundo Almeida (1981), as Associações conseguiam tornar público o conjunto de lutas e de reivindicações dos trabalhadores rurais maranhenses, principalmente com o auxílio de reuniões para discutir questões correlacionadas ao tema da reforma agrária, como foi a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária realizada em São Luís em 1956. A mobilização de diferentes grupos sociais em torno do debate a respeito da reforma agrária era uma forma de estabelecer uma ação sobre o poder público. As Associações refletiam a organização voluntária dos trabalhadores rurais, permitindo uma autonomia em relação às demais organizações: “O denominado caráter recreativo e assistencial das Associações não pode ser separado de seu caráter político organizatório. O assistencial não excede o político, integra-o visto que **o caráter voluntário das associações lhes conferia uma autonomia, que antes de tudo era uma forma de defesa política**” (ALMEIDA, 1981, p. 18, grifo nosso).

Almeida (1981) também retratou como a ATAM, desativada após a criação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, que reunia em Associações voluntárias e autônomas os trabalhadores rurais e os lavradores do Maranhão, competia com a Igreja, com os Sindicatos e com as Ligas no direito de representar estes grupos. Além da disputa por sua representação, outro aspecto relevante diz respeito às demandas reais dos lavradores e dos trabalhadores rurais maranhenses que eram encobertas por lutas políticas lideradas por instituições externas aos grupos.

Medeiros (1995) afirmou que a maneira de inserção destes trabalhadores do meio rural no cenário político nacional ocorreu através da mediação, principalmente, do PCB ao longo, preponderantemente, dos anos quarenta e cinquenta, transformando um conjunto de categorias no campesinato brasileiro. O seu reconhecimento na esfera pública ocorreu, principalmente, através de congressos, conferências, encontros, marchas, passeatas, etc., noticiados também na imprensa comunista. O PCB teve um papel importante para criar esta nova linguagem sobre o campo, inserindo a reforma agrária na discussão política e permitindo o reconhecimento social e político do campesinato. Isto foi possível, segundo a autora, porque o “[...] partido era portador de uma estrutura organizativa, de recursos materiais e humanos, de uma rede de relações que inclusive ultrapassava o âmbito da nação” (MEDEIROS, 1995, p. 250).

O papel das organizações foi explicitado pelos autores, como no estudo de Medeiros (1995, p. 13), que apontou que a linguagem de classe foi construída, “[...] identificando os trabalhadores do campo no cenário político, dando-lhes visibilidade social, trazendo a público um discurso sobre direitos e sobre a necessidade de reordenar seu lugar na sociedade”. Esta construção não era compreensível sem a percepção do papel da mediação nos conflitos no meio rural (o PCB, no caso do estudo da autora). Através desta mediação surgiu uma nova linguagem sobre o campo, como é possível observar no trecho abaixo:

Na produção de uma identidade fundada sobre o trabalho, sobre interesses específicos de classes e não sobre o “*rural*” como unidade homogênea, conformou-se também o reconhecimento das classes no campo, colocando em polos opostos

“lavradores” e “trabalhadores agrícolas”, sintetizados politicamente na figura do “campeinato”, e proprietários fundiários, “fazendeiros”, “tatuíras”, simbolizados no “latifundiário” (MEDEIROS, 1995, p. 249).

Um elemento importante na investigação de Medeiros (1995) foi pensar as dimensões envolvidas na formação da categoria camponato, ou seja, quais os caminhos que foram eleitos para constitui-la e não apenas pensá-lo como um ator político. Neste aspecto, a autora refletiu a partir de Edward P. Thompson, sendo também sua referência na investigação mais geral: perceber que a participação política destes trabalhadores do meio rural poderia ser vista também como um momento do processo de formação de classes. A reflexão sobre a constituição política destes trabalhadores também seguiu as referências de Hannah Arendt e de Stedman Jones, identificando como foi construída esta identidade, enquanto classe, a partir da ação e do discurso de uma linguagem; ou da constituição de direitos, segundo Eric Hobsbawm e Claude Lefort; e, por fim, do papel da mediação política na constituição desta classe, segundo Regina Novaes.

Os camponeses foram organizados como uma força social e política e a nomeação deste grupo social era necessária para a estratégia de mobilização. Assim, o termo camponês correspondia a uma origem específica: remetia ao campo, às virtudes coletivas, à mobilização de um grupo mal definido e que tinha a terra como modo de vida, ou seja, tinha legitimidade para reivindicar a terra para viver e trabalhar. Estas características são importantes para compreender o papel das mediações e os seus efeitos, além da forma como era produzida a imagem oficial e como era criado o seu discurso. As contradições vividas no cotidiano pelos trabalhadores do meio rural e a presença de lideranças e de mediadores foram, portanto, elementos que possibilitaram a constituição de classes e, conseqüentemente, de classes em luta. Era uma luta travada no cotidiano, sem estar ligada, necessariamente, a um projeto político de transformação da sociedade brasileira.

No capítulo anterior, observou-se que a interpretação da constituição do camponato brasileiro esteve associada às transformações econômicas, políticas e sociais próprias do desenvolvimento do capitalismo no campo. Estas transformações, no entanto, lidas na sua dimensão estrutural, não eram suficientes para explicar a emergência de conflitos e a organização de diferentes grupos de trabalhadores do meio rural numa unidade política quando os pesquisadores passaram a trabalhar com novas problemáticas, suscitando a procura por outras compreensões para a emergência deste grupo no espaço dos conflitos sociais no campo.

A análise do segundo conjunto de obras permitiu observar que os conflitos sociais foram percebidos a partir de uma abordagem que não tinha o Estado como elemento central de entendimento e de uma mudança na compreensão de classe social, mesmo no âmbito do marxismo – o crescente interesse pelas obras de Antonio Gramsci poderia justificar esta inflexão no campo marxista na discussão do conceito de classe. Isto resultou na análise dos conflitos sociais no campo a partir de novos significados, percebendo que a sociedade poderia ser compreendida por meio dos camponeses em conflito, não como uma classe inserida na lógica comandada pelo Estado, mas como atores que poderiam ser analisados por meio do seu cotidiano, da sua luta, como uma força social e política que se constituía como classe num processo social.

Sader e Paoli (1986, p. 63) afirmaram que as novas abordagens provocaram o rompimento do modo de percepção das classes populares pelo campo acadêmico, identificado pela “questão do sujeito, isto é, o estatuto conferido às práticas sociais e políticas dos trabalhadores como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade brasileira”. Este aspecto é importante porque revela que a classe se constitui a partir das experiências coletivas em diversos espaços e através de diversas práticas. Além da preocupação acerca da forma como as dimensões culturais e políticas poderiam constituir o

campesinato como identidade social, também havia a percepção da sua disputa política por mediadores em razão da possibilidade de ampliação do capital político.

CONCLUSÕES

Os objetivos desta pesquisa foram identificar os principais temas e as questões que a produção do conhecimento, realizada pelas Ciências Sociais, trouxe a debate nas análises sobre os conflitos sociais no campo no Brasil. Estes estudos foram analisados com a intenção de perceber os múltiplos olhares estabelecidos pelos cientistas sociais brasileiros, ao longo do tempo, na investigação destes conflitos. Além disto, esta produção do conhecimento permitiu asseverar que os conflitos sociais rurais permaneceram na pauta de investigação destes pesquisadores nas últimas décadas.

Os produtos do conhecimento eleitos para esta pesquisa foram teses, dissertações e livros, resultados de publicação destes produtos do conhecimento, ligados, principalmente, à Sociologia, à Ciência Política e à Antropologia. Ou seja, elaborados no âmbito do campo acadêmico, sem desconsiderar que, nas demais ciências e em esferas não acadêmicas, também houve um processo de investigação dos conflitos sociais no campo. Por um lado, a escolha pela produção acadêmica esteve relacionada com o objetivo de perceber como estavam sendo construídas as problemáticas e quais foram os referenciais teórico-metodológicos apropriados; por outro, a definição destas disciplinas permitiu compreender melhor o campo do conhecimento, já que há um diálogo entre elas, apesar da diversidade teórica no interior das Ciências Sociais, além da freqüência da temática dos conflitos sociais no campo em linhas de pesquisas e em conteúdos programáticos. Esta amostra permitiu entender algumas das dimensões do processo de reflexão das Ciências Sociais no Brasil, o movimento das questões teóricas, as problemáticas etc. Além disto, observou-se que esta produção foi elaborada a partir do diálogo com cientistas sociais brasileiros, personagens importantes na constituição do pensamento social acadêmico, e com referências incorporadas nas Ciências Sociais do país a partir do intenso intercâmbio acadêmico, revelando a utilização de determinadas matrizes explicativas e, ao longo do tempo, a multiplicidade de olhares na investigação destes conflitos.

Considerando que o campo acadêmico foi institucionalizado, especialmente, por meio da criação, da expansão e da consolidação dos programas de pós-graduação e do apoio de instituições de financiamento a partir dos anos sessenta, identificou-se um conjunto de teses e de dissertações, desenvolvido a partir deste período, que teve como objeto de análise os conflitos sociais no campo ocorridos no pré-1964, principalmente aqueles que surgiram com o processo de redemocratização do país em meados dos anos quarenta. Este objeto foi analisado durante várias décadas, permitindo verificar a existência de diferentes percepções a respeito destes conflitos, seus elementos constitutivos e o papel desempenhado por mediadores. Além disto, estas pesquisas foram realizadas em diversas regiões do país e produzidas em cursos de pós-graduação em Antropologia, em Ciência Política e em Sociologia, tornando possível definir um conjunto que representasse as diferentes áreas de pesquisa e os diversos programas de pós-graduação distribuídos pelo país, na tentativa de abarcar a disseminação e a multiplicidade de matrizes analíticas pelas Ciências Sociais no Brasil.

No início desta tese, o resgate da constituição das Ciências Sociais revelou que elas estavam intimamente vinculadas às preocupações e aos referenciais teóricos dos centros acadêmicos de países europeus através das influências teóricas advindas com as missões estrangeiras, da formação de cientistas sociais brasileiros em programas de pós-graduação no

exterior, de fontes de recursos financeiros para o estudo de determinadas problemáticas e do interesse por temas que trariam prestígio e reconhecimento no campo acadêmico nacional e internacional. A formação dos cientistas sociais brasileiros ocorreu a partir de uma rede de relações constituída, difundindo influências teóricas responsáveis pela própria formação destas ciências no país. Os cientistas sociais problematizaram estas influências com o intuito de pensar a respeito do processo de formação e de transformação da sociedade em que viviam.

Uma vez pensado o processo de constituição das Ciências Sociais, passou-se a refletir sobre as formas de percepção operacionalizadas pelos pesquisadores, nos diversos momentos, acerca dos conflitos sociais no campo. A tese, ao analisar a produção acadêmica a respeito desta temática, procurou tomar parte do movimento de reflexão sobre a produção do conhecimento das Ciências Sociais no Brasil. Os referenciais teórico-metodológicos empregados nas pesquisas analisadas nesta tese e a sua operacionalização estavam relacionados, por um lado, com as condições de adoção dos mesmos, ou seja, as influências teóricas ao longo do processo de consolidação destas ciências no país nas últimas décadas, e, por outro lado, as próprias pesquisas também ajudaram a problematizar o que era o rural brasileiro. Além disto, havia um cruzamento entre o campo acadêmico e o campo político, já que as questões concernentes ao meio rural tornaram-se uma questão política com a emergência dos conflitos sociais no campo desde os anos cinquenta. Vários pesquisadores tinham algum tipo de envolvimento político e elegiam referências teóricas e temas de análise a partir dos horizontes abertos por essas inserções. A este respeito, Sigaud (1992) afirmou que os “assessores dos movimentos” também incorporaram um conhecimento alcançado com o acompanhamento das organizações camponesas. A análise destas obras auxilia na compreensão da lógica de formação das Ciências Sociais brasileiras, recuperando o que Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) afirmaram, ou seja, o trabalho sociológico envolve uma constante reflexão.

As Ciências Sociais tentavam por meio das pesquisas elaboradas nos programas de pós-graduação produzir um conjunto de conhecimentos capaz de compreender a realidade brasileira. Não representava apenas analisar o presente, mas alcançar o significado do que era o Brasil, resultado de um processo de avanço do capitalismo que estava ocorrendo nas últimas décadas. Sem a percepção das implicações de tal fato sobre a sociedade brasileira, haveria a dificuldade de previsão das forças que determinariam o rumo do país nas suas diversas esferas: econômica, política e social. Caberia ressaltar que a presença dos movimentos sociais, num primeiro momento, não tinha um papel central nessas análises. O Estado era percebido como o agente articulador da sociedade e os movimentos sociais cumpriam a função de compor as alianças necessárias para o desenvolvimento do país, conforme afirmou Gutiérrez (1987).

O pensamento social sobre o Brasil preocupava-se, desde a sua origem, com a identidade da sociedade brasileira. Neste processo de constituição do país como uma nação inserida na modernidade, o caráter das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais em curso desde a industrialização e a ascensão da burguesia industrial compuseram um dos núcleos dos estudos das Ciências Sociais. Foi neste contexto que uma parte da produção dos cientistas sociais convergiu para as investigações a respeito do meio rural a partir da análise das relações e das condições de trabalho, das vinculações políticas e dos conflitos no campo. A emergência do movimento camponês, a partir dos anos cinquenta, foi fundamental para a formulação de muitas destas indagações, refletindo no intenso debate acerca do caráter das relações de produção no meio rural, como mostrado por Palmeira (1971). Garcia Jr. e Grynszpan (2002) haviam destacado que as reflexões a respeito do meio rural estavam intimamente ligadas à discussão sobre a formação do Estado brasileiro e, segundo os autores, as transformações da estrutura agrária tornaram-se uma condição imprescindível para excluir

“os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada”. Ou seja, a questão agrária estava inserida nas esferas política e econômica do país e, por conseguinte, a análise do desenvolvimento industrial brasileiro era inseparável da expansão do capitalismo no campo, levando às pesquisas sobre esse processo e também sobre os processos organizados de lutas dos trabalhadores do meio rural.

Era um momento para transformar o Brasil num país moderno, no que tange às esferas econômicas, políticas e sociais. Era um período de discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno. Os camponeses eram identificados como um elemento central na superação dos obstáculos que impediam o desenvolvimento nacional. Para uma parte dos pesquisadores, os conflitos sociais rurais surgiram em razão do tipo de transformação capitalista que estava ocorrendo e foi neste contexto que se construiu a visão do mundo para os grupos que estavam interagindo neste espaço social. De acordo com Medeiros (1989), a intensificação do processo de industrialização e a redefinição das atribuições do setor rural na economia culminaram numa nova fase de transformações da sociedade brasileira, provocando o surgimento destes movimentos.

Se nas décadas de 1950 e de 1960, o questionamento sobre o modo de produção – capitalismo *versus* feudalismo –, definindo o estágio da “revolução brasileira” e o caráter da reforma agrária, marcou, de acordo com Palmeira (1971), a produção do conhecimento, a partir dos anos setenta, aflorou um conjunto de pesquisas acerca da natureza das relações sociais no meio rural nas Ciências Sociais brasileiras, beneficiado pela ampliação do espaço acadêmico – pós-graduação, fóruns científicos etc. Este aspecto foi salientado por Sigaud (1992) ao analisar alguns esforços de produção do conhecimento sobre o rural no país.

Em parte dos estudos realizados, percebe-se uma preocupação em relação ao tema dos conflitos sociais no campo. Neste sentido, buscou-se reconhecer que questões emergiram destas pesquisas no campo acadêmico das Ciências Sociais no Brasil, a forma como os autores abordaram determinadas questões e como foram interpretadas. Ao apresentar algumas direções seguidas pelos cientistas sociais em suas investigações, pretendeu-se indicar os caminhos escolhidos na compreensão dos conflitos e, indiretamente, no entendimento da realidade brasileira. Ao se analisar as obras eleitas nesta pesquisa, observou-se que os cientistas sociais brasileiros estavam preocupados em discutir as transformações sociais provocadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ligadas por distintas problemáticas ao longo do tempo, revelando a multiplicidade do conjunto de questões colocadas pelos pesquisadores no campo acadêmico das Ciências Sociais. A consolidação deste tema, por sua vez, ocorreu por meio da intensificação das redes de pesquisadores e da existência de espaços de discussão científica, como o PIPSA, a ANPOCS, a ABA, entre outros, promovendo o intercâmbio entre os cientistas sociais.

A análise permitiu observar que um movimento de reflexão a respeito da própria teoria social esteve presente desde o final dos anos setenta no campo acadêmico das Ciências Sociais. A partir deste período, presenciou-se um debate acerca do conceito de classe social, aspecto salientado por Sader e Paoli (1986) e por Medeiros (1992). Para estes autores, este conceito estava sendo questionado como paradigma teórico empregado por estas ciências. No entanto, não se tratava de uma compreensão de progresso da ciência alcançado por um processo revolucionário, onde as teorias antigas são rejeitadas e substituídas por novas teorias que, por sua vez, são incompatíveis com as anteriores, como desenvolveu Thomas S. Kuhn⁶⁸.

A partir dos estudos analisados nesta tese, observou-se que o modelo interpretativo marxista (nas suas diferentes versões) não se apresentava como único sistema explicativo para a discussão sobre classes pela academia brasileira, surgindo novas interpretações que

⁶⁸ Para maiores informações a respeito do conceito de paradigma e da noção de progresso da ciência, ver Kuhn (1970a, 1970b, 2001) e Lakatos e Musgrave (1970).

orientavam a pesquisa no interior do campo acadêmico. Este processo de busca de novas chaves para a compreensão dos conflitos sociais rurais não significava uma rejeição ao referencial marxista, mas uma tentativa de redefinição de determinados conceitos, como classe social, pois novas dimensões estavam sendo consideradas nestas análises. A ampliação da base de compreensão teórica dos conflitos estava associada à incorporação de novos referenciais no campo da Antropologia, da influência de Antonio Gramsci, cuja obra se disseminou no Brasil nos anos setenta, ou antigas referências estavam sendo empregadas por meio de novas questões discutidas em redes de intercâmbio a partir do final desta mesma década. De acordo com Medeiros (1992, p. 8),

Na literatura recente, a classe tem deixado de ser analisada como estrutura, lugar na produção; também têm sido redimensionados os lugares e as formas que essa teoria considerou como sendo por excelência a expressão da “consciência de classe”: o sindicato, o partido. Passam a ser ressaltados outros elementos, em especial a cultura, as tradições, a racionalidade que preside a lógica das ações individuais como elementos centrais para entender a ação dos grupos e a própria constituição de uma identidade de classe, na medida em que elas configuram formas de luta, concepções, demandas. [...]

Classe passa a ser vista na literatura recente também como um modo através do qual as pessoas se pensam e se reconhecem, elaboram seus projetos, delimitam um campo de oposições. Assim, pode-se pensar a luta de classes quer como luta que agrupa as pessoas em termos de um projeto de transformação social, quer como luta que visa uma reordenação dos lugares na sociedade.

As observações de Medeiros (1992) revelaram que as práticas do cotidiano passaram a ser mais valorizadas e que o conceito de luta de classes, referindo-se ao plano macro, foi questionado nas análises que trabalhavam com um recorte micro. Neste sentido, segundo a autora, “[...] a dificuldade de construir mediações dessa natureza tem levado a um abandono ou, pelo menos a um questionamento profundo do conceito e à opção por trabalhar com categorias mais descritivas, como é o caso de ‘identidades’” (MEDEIROS, 1992, p. 9). Além disto, também houve uma reflexão a respeito do lugar do indivíduo, já que a discussão de luta de classes não permitia a sua análise ao trabalhar com um plano de agregação macrosociológico.

No estudo de Liedke Filho (2005, p. 425-426) sobre a Sociologia no Brasil, o autor também afirmou que esta ciência vivenciou, nas últimas décadas,

[...] a passagem de análises macros-sociológicas de crítica ao modelo econômico-social excludente do “milagre” e de crítica ao modelo autoritário para uma microsociologização dos estudos. Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da Sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macroestruturais do modelo econômico-político-cultural do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes característicos da transição democrática, seguida dos temas da democratização necessária, dos movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil. Rapidamente, ocorreu uma dissociação da questão dos movimentos sociais em relação a condições macroestruturais, passando a Sociologia a dedicar-se massivamente a focar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feminista e gay, do movimento negro e dos movimentos ecológicos. Filosoficamente poder-se-ia dizer que, em termos clássicos, ocorreu um tipo de passagem do privilegiamento da questão do “para-si” para o “em-si” dos movimentos sociais.

O efeito desta peculiaridade das Ciências Sociais destacada pelos autores, ou seja, a reflexão a respeito dos próprios fundamentos gerais que orientam a ciência social, foi percebido na produção do conhecimento analisada nesta pesquisa. Para o primeiro conjunto de estudos⁶⁹, a temática dos conflitos sociais no campo esteve relacionada por vínculos estreitos aos problemas tocantes ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a

⁶⁹ O primeiro conjunto de estudos representa as obras analisadas no Capítulo II, enquanto o segundo conjunto descreve as obras analisadas no Capítulo III.

partir de diferentes influências. Através destas análises observou-se que a conjuntura política e as contradições sócio-econômicas serviram de referência para uma abordagem macro do papel dos movimentos camponeses na sociedade brasileira, do debate em torno das classes no campo, da organização política dos camponeses e da relação entre o Estado e os movimentos camponeses. Os movimentos foram analisados através dos Sindicatos Rurais e das Ligas Camponesas no Nordeste, na conjuntura de expansão e crise do populismo, e através das propostas ideológicas da classe dominante e das alternativas propostas pelas Ligas Camponesas, no processo de transformação da sociedade brasileira, no campo político. Parte destes estudos analisou o conflito pela posse da terra em diferentes estados, a partir das reivindicações das organizações e das relações entre o Estado e os grupos dominados no campo, revelando a amplitude dos casos analisados pela academia.

O avanço do capitalismo no campo e o papel desempenhado pelo Estado neste processo foram abordados para explicar as transformações das relações sociais no campo e a ação dos trabalhadores, dos proprietários de terras e das organizações no campo político. Os estudos deram relevo para discussões acerca da natureza das relações de produção, da presença de relações de produção não capitalistas como elemento para a acumulação do capital, da subordinação da agricultura e dos trabalhadores do meio rural ao capital, da produção de alimentos para o mercado interno e a respeito dos conflitos de classes, emergindo a identidade camponesa no meio rural, ou seja, as contradições geradas por este processo refletiram na emergência de conflitos, em diferentes formas de mobilização e na organização política dos trabalhadores do meio rural através das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais, das Associações Rurais, entre outros. O Estado foi visto a partir do ângulo do exercício do poder, levantando temas como das instituições políticas, das formas de participação e das relações entre interesses e políticas⁷⁰. A análise destes conflitos foi observada a partir da construção de determinadas proposições: o debate a respeito da natureza das relações de produção, a luta de classes, a forma de mobilização política dos trabalhadores do meio rural e a relação entre o Estado e os movimentos camponeses.

Quando a dimensão cultural da ação política passou a fazer parte das preocupações dos pesquisadores, como no segundo conjunto de estudos, o tema dos conflitos sociais rurais foi analisado a partir de como os trabalhadores do meio rural constituíram uma identidade social e política com o processo de luta e por meio de suas práticas sociais. Revelou-se uma preocupação com o lugar ocupado pela religião no processo de construção de identidades políticas entre os trabalhadores do campo mobilizados, com o comportamento político dos proprietários de terras e dos trabalhadores rurais como manifestação de um processo de reprodução do poder, com o significado das organizações dos trabalhadores rurais, com a mobilização camponesa e a competição em torno da sua representação, com a constituição da identidade camponesa e a sua substituição por um proletariado agrícola e com uma reflexão dos aspectos envolvidos no processo da emergência dos trabalhadores do campo na política, através da atuação do PCB, por meio da imprensa.

Foi possível observar que o advento das transformações capitalistas no campo brasileiro compõe um fenômeno complexo que não pode ser suficientemente abordado por uma única perspectiva. Houve um processo de acomodação no terreno das relações sociais no meio rural e mesmo na esfera das representações políticas desse setor. Essas transformações tornaram tênues os contornos do chamado “mundo rural” – sua ética e seu

⁷⁰ No caso da Sociologia Política no Brasil, Reis (1999) discorreu que a produção das Ciências Sociais brasileiras esteve direcionada para as relações entre a autoridade e a solidariedade; a estrutura social e o comportamento político; e o Estado e o mercado. Segundo a autora, quase toda a Sociologia e boa parte da Ciência Política era, até pouco tempo atrás, uma Sociologia Política. Isto porque os sociólogos estavam preocupados em discutir o desenvolvimento nacional, em explicar as raízes do autoritarismo, em analisar a modernização conservadora ou em fazer da consolidação democrática o foco de análise. Estes objetos de estudo estão atrelados à tradição de análise da Sociologia Política clássica.

tempo, suas tradições e seus procedimentos foram abruptamente transformados e engendraram outras tantas transformações que se reatualizam. Relativamente a cada um desses domínios de análise e cruzamento, as obras pesquisadas e suas respectivas abordagens revelaram as transformações do “mundo rural” em diversos âmbitos: a dimensão cultural da ação política; a identidade destes trabalhadores passou a ser forjada no processo de resistência e de conflito; e as lideranças e a disputa pela representação dos camponeses foram os balizadores do processo de construção da identidade desse grupo.

Neste sentido, a questão do papel do Estado, nos anos sessenta e no início da década seguinte, ocupava um espaço privilegiado nas investigações dos cientistas sociais brasileiros, enquanto a sociedade civil, a partir da segunda metade dos anos setenta, passou a ser investigada por meio da análise dos movimentos sociais e, ao longo do tempo, as análises concentraram-se nas identidades e nas representações sociais. A transição dos estudos sustentados por uma abordagem macro para aqueles amparados por uma preocupação com a identidade social e política dos trabalhadores do meio rural revelou a tentativa de amplitude do entendimento político, econômico e social da sociedade brasileira para questões ligadas à construção da identidade e da representação de atores sociais.

Sader e Paoli (1986) afirmaram que na academia percebia-se a procura do entendimento sobre as classes na sociedade brasileira sem partir da idéia de que a concepção da sociedade originava-se da concepção de Estado, a partir dos acontecimentos políticos de 1968. Foi neste sentido que as transformações capitalistas no campo (e a atuação do Estado no sentido de promovê-las) e a natureza das relações sociais de produção, temas importantes nas Ciências Sociais brasileiras desde os anos sessenta, portanto, não eram mais os elementos centrais para compreender a emergência da identidade social dos trabalhadores do meio rural. Neste sentido, naqueles mesmos anos setenta e oitenta, alguns cientistas sociais passaram a se interessar pelo entendimento político dos trabalhadores do meio rural no processo de luta. Os autores analisados perceberam que a construção da identidade social e política camponesa, a sua representação e o seu posicionamento político não estavam atrelados a uma estrutura social dada, mas eram construídos na luta política dos trabalhadores do meio rural e travados no cotidiano a partir das mediações e dos símbolos culturais. Além disto, os cientistas sociais também observaram o processo de ruptura das formas tradicionais de dominação, definindo novas relações sociais e novas posições no espaço de conflito.

A presença de estudos sustentados por uma abordagem nas relações sociais de produção e daqueles amparados em abordagens teóricas ligadas à construção da identidade e da representação de atores sociais revelou a pluralidade na maneira de focalizar o tema. A análise produzida acerca dos conflitos sociais no campo permitiu identificar estas diversas preocupações:

I. *A natureza das relações de produção e a dimensão cultural da ação política:*

No primeiro grupo, a questão da natureza das relações de produção apresentou-se como central, permitindo que os conflitos analisados pelos autores fossem percebidos na conjuntura política e econômica nacional a partir de uma descrição das transformações estruturais que se deram no meio rural com o avanço do capitalismo no campo; da diversidade de relações de trabalho; do processo de subordinação da agricultura ao capital; da relação entre o monopólio da terra e as transformações impostas pelo capital; do movimento camponês emergindo como resposta aos processos de expropriação e de expulsão da terra e de exploração da mão-de-obra; da manifestação dos trabalhadores contra, simultaneamente, o capital e a grande propriedade; da reforma agrária como elemento estratégico de luta do movimento ou da incapacidade da reforma agrária questionar os fundamentos da sociedade capitalista; do monopólio da terra como causa do atraso da

agricultura; da questão do uso e da posse da terra através dos conceitos frente de expansão e frente pioneira; da interação entre as demandas do mercado por alimentos e matérias-primas e a recriação de relações não capitalistas; e das políticas de colonização e do processo de arrendamento. No segundo grupo de pesquisas, a preocupação com a dimensão cultural da ação política foi observada pelos autores a partir da análise da quebra das regras que definiam as relações sociais entre os proprietários de terras e os trabalhadores do meio rural; da percepção dos trabalhadores como atores dinâmicos que buscavam o reconhecimento da sua cidadania e capazes de produzir demandas; das situações reais, vividas no cotidiano, como causas das lutas destes trabalhadores; da religião, como uma dimensão da cultura, constituindo a identidade; do conflito não caracterizado exclusivamente a partir das contradições geradas pela luta pela terra; dos componentes subjetivos integrando a construção da identidade camponesa; dos trabalhadores do meio rural como sujeitos históricos que se constituíram na luta travada (contestação) contra a “ordem tradicional” no campo, buscando a construção de uma “nova ordem política”; da ruptura com as tradições estabelecidas como caminho para a superação das trocas desiguais impostas pelo grupo dominante no meio rural; da discussão acerca do poder, da autoridade, do conflito, dos direitos e dos deveres; da violência empregada como instrumento de poder; da “quebra de autoridade” ou do “questionamento do *status quo*”; da escolha dos trabalhadores pela luta e não pelo processo de migração para outras regiões; da presença de ativistas políticos; da ausência de um núcleo partidário na mobilização dos trabalhadores do meio rural; da percepção do enfrentamento entre atores sociais opostos, mas que possuíam orientações culturais comuns, elaborando a definição do ator, do adversário e do campo de conflito entre os atores; e da leitura que a mediação fazia acerca da identidade do campesinato, da construção de classe, referindo-se a dois aspectos: as condições de vida e de trabalho e as suas respectivas demandas.

II. *As classes no campo e a identidade social e política dos trabalhadores no campo*: O debate em torno das classes no campo foi abordado através dos atores envolvidos no processo histórico do capitalismo brasileiro; da representação dos camponeses, constituindo-os como classe em oposição à classe dos grandes proprietários de terras; do Estado como força social mediadora entre os conflitos de classe; da noção de classe para analisar o movimento camponês e as oligarquias agrárias na crise do populismo brasileiro; das classes sociais em luta por meio do debate em torno da modernização da atividade agropecuária e da reforma agrária; da preocupação com as propostas ideológicas das classes dominantes e das alternativas apresentadas pelas Ligas Camponesas, nomeadas como classe dominada; da mobilização do campesinato através da ação das Ligas e dos Sindicatos, constituindo uma ideologia de classe que buscava romper a proposta ideológica da classe dominante; da ideologia da classe dominada surgindo fora do grupo; da participação política do campesinato relacionada à forma que a questão agrária tomou a partir das transformações capitalistas no campo; do processo de luta pela posse da terra como espaço de análise a respeito da luta de classes; da inserção do movimento camponês no quadro de lutas sindicais em razão de uma visão de independência de classe; da expansão do movimento camponês em resposta à ação da burguesia numa

manifestação de luta de classes; e das lutas camponesas percebidas num contexto ideológico e político-partidário. A constituição da identidade social e política dos trabalhadores no campo foi observada a partir de dimensões políticas e culturais, reveladas no enfrentamento no cotidiano, no processo de luta; da definição da identidade dos atores e dos adversários e da dimensão do conflito, destacando as relações de classe; da situação de desigualdade; da questão da privação, neste caso a privação da terra, fundamentando a desigualdade; da consciência que o ator deveria ter de si mesmo; da quebra de contratos implícitos nas relações sociais entre os grupos; do processo de resistência, de mobilização e de enfrentamento dos atores, da formação das organizações e dos objetos de luta, transformando-se no tempo e no espaço; do espaço social organizando as práticas e as representações dos agentes envolvidos, possibilitando a construção de classes; do processo de luta, no cotidiano, agrupando os trabalhadores como classe por suas particularidades e diferenciando-os de agentes integrantes de outras classes; da definição de classe a partir de determinados atributos, como as origens sociais, as influências adquiridas com a formação religiosa e as heranças culturais, simbólicas, econômicas e sociais, além das posições dentro do campo de embates ou disputas; do exercício da dominação e do próprio papel que os dominados desempenhavam nessa relação de submissão que era construída na vida cotidiana; da religião e da política tornando-se elementos na constituição das identidades e no respaldo das lutas; da opressão, da injustiça e da falta de direitos, por um lado, e da necessidade de caminhos para a solução desta situação, por outro lado, ocorrendo no cotidiano destes trabalhadores e suscitando as mobilizações sociais; da manifestação de uma “consciência do direito de ter direitos”; da necessidade de novas regras de convívio entre proprietários e camponeses; da luta pelos direitos como a negação da ordem estabelecida, a busca pela cidadania e o começo do processo de formação de uma identidade no campo; da contrapartida do processo de expropriação ter ocorrido por meio da luta e não através da migração para outras cidades ou para outras regiões; da relação que existia entre o camponês e a terra; dos próprios trabalhadores tendo consciência da injustiça do processo de desapropriação; do processo de transformações capitalistas no campo não levando ao inevitável processo de despejo; e da luta desencadeada não por uma consciência de classe, mas por um reconhecimento de um processo ilegítimo e injusto.

III. *A organização política dos trabalhadores do campo e o papel das lideranças e a disputa pela representação política do campesinato*: Em relação à organização política dos trabalhadores do meio rural, no primeiro grupo, a análise dos pesquisadores direcionou-se para o papel desempenhado pelas organizações que representavam o campesinato brasileiro no espaço político; a ação dos trabalhadores do meio rural, simbolizada na luta pela sua permanência na terra e contra as relações sociais opressoras; o trabalho de representação dos Sindicatos e das Ligas construindo uma oposição centrada nos camponeses contra os latifundiários; a ação política dos camponeses através de suas organizações; os Sindicatos Rurais como um instrumento institucional de participação; o envolvimento não espontâneo por parte dos trabalhadores do meio rural; os trabalhadores do meio rural organizados a partir da ação de grupos externos; a caracterização das diferenças ideológicas e outros aspectos contrastantes entre os atores e suas representações, como o

grupo mobilizado, as reivindicações, as lideranças e a forma de organização; a unificação do campo de conflito apesar das disparidades entre os Sindicatos e as Ligas; o relato da disputa política na condução das lutas no campo brasileiro; o trabalho político de sensibilização dos trabalhadores rurais, num sentido amplo, para a questão agrária; a “não subordinação total” destes trabalhadores; o caráter não submisso do campesinato brasileiro; a luta pela reforma agrária através do combate à concentração de terra e não à propriedade privada da terra; a concentração da propriedade da terra e o esgotamento da “fronteira agrícola”; e a utilização de acampamentos como forma de ação. O papel das lideranças e a disputa pela representação política do campesinato, no segundo grupo, foram observados através das lideranças camponesas e da sua força política (simbólica) na mobilização dos trabalhadores do meio rural; da produção de representações; das mediações fortalecendo a fonte de legitimidade dos conflitos sociais no campo; da disputa por falar em nome dos camponeses, representando falar em nome de uma classe e ampliando o capital político; da lei passando a funcionar na mediação; do campesinato admitido como ator político; do posicionamento crítico quanto à suposta impossibilidade de uma organização política camponesa autônoma; das demandas reais dos lavradores e dos trabalhadores rurais encobertas por lutas políticas lideradas por instituições externas aos grupos; da criação de uma nova linguagem sobre o campo; e do papel das organizações na construção de uma linguagem de classe.

Apesar do olhar sobre os conflitos sociais no campo revelar a pluralidade de abordagens nestes estudos, esta produção do conhecimento se aproxima através da preocupação que os cientistas sociais tiveram com as transformações sociais no campo. Estes pesquisadores conseguiram revelar elementos importantes para a compreensão do rural no Brasil. As reflexões de Sader e Paoli (1986) e de Sigaud (1992) foram fontes de inspiração na análise destas obras.

Em relação ao primeiro conjunto de pesquisas, observou-se que a importância da ação do Estado justificou-se em razão de uma percepção da heterogeneidade, da falta de integração e da necessidade de representação externa dos trabalhadores do campo. As contradições geradas com o avanço do capitalismo no campo criaram as condições para a homogeneização da diversidade dos trabalhadores do meio rural e esta homogeneidade do grupo, por sua vez, foi uma importante condição para a sua participação política e social através da ação do Estado. Neste sentido, a classe era compreendida a partir de questões que se situavam fora dela: “fora de suas relações sociais concretas e vividas”. As percepções de Sader e Paoli (1986) a respeito dos trabalhadores urbanos ilustram este aspecto, como é possível observar neste trecho:

[...] as práticas culturais diferenciadas dos diversos grupos sociais populares, isto é, sua inserção real em um mundo de relações sociais historicamente formado (que não era o mesmo nem sequer no plano da exploração capitalista), foram banidas do mundo da “verdadeira” classe social, fazendo-se ver como algo que divide e conspira contra a unidade, a coesão e o poder coletivo. A eficácia real do discurso ordenador do Estado (como também a eficácia relativa do discurso ordenador do Partido) foi uma prova de que a questão estava bem posta, como representação de poder: afinal, os trabalhadores passaram a sê-lo a partir da legislação trabalhista e passaram a existir politicamente a partir da legislação sindical, institucionalizando-se através dos canais abertos pelo Estado (SADER e PAOLI, 1986, p. 46-47).

Sader e Paoli (1986, p. 49) afirmaram que, a partir dos anos sessenta, a produção sociológica construiu a imagem dos trabalhadores como classe social através da sua “negatividade”, isto é, “[...] a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de

uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária”. Neste sentido, a ação do Estado como agente de transformação histórica destes trabalhadores em classe seria fundamental. A construção desta percepção ocorreu, segundo os autores, partir do diálogo com o marxismo e com teorias sobre relações industriais, que descreviam a evolução dos países europeus no processo de constituição do capitalismo.

Em relação às obras que compõem o segundo grupo, a pesquisa de Sader e Paoli (1986) forneceu sinais importantes para observar as novas referências presentes nos estudos dos conflitos sociais no campo a partir da influência de reflexões no campo da Política, da Antropologia e da História. Os autores analisados perceberam que as transformações capitalistas no campo não eram suficientes para explicar a emergência de conflitos e a organização de diferentes grupos de trabalhadores do meio rural numa unidade política. Estes cientistas sociais estudaram os conflitos por intermédio de diferentes categorias teóricas, permitindo também perceber a presença de novas interpretações e de novos elementos constitutivos deste debate, como a percepção da política como uma ação estabelecida de forças sociais em conjunturas definidas e não um lugar da estrutura social; a expressão política dos trabalhadores do campo não limitada aos lugares tradicionais de organização, como partidos e sindicatos; os trabalhadores do meio rural identificados a partir de suas práticas, como atores sociais, e não de um lugar determinado na estrutura ou da capacidade de pertencerem a uma lógica definida, ou seja, fora do campo institucionalizado do Estado; os trabalhadores do campo como sujeitos da sua própria história e capazes de produzir representações próprias de si mesmos e de exercer influência sobre a sociedade, constituindo-se como sujeitos políticos no processo de enfrentamento (processo que os define); e os trabalhadores compreendidos como classe no espaço de enfrentamento e de experiências coletivas, das particularidades de cada situação, ou seja, as condições para a constituição de classe não necessitavam ser os sindicatos, os partidos ou o Estado. Assim, os trabalhadores do meio rural eram compreendidos no cotidiano e não como “personificações desta estrutura”, “objetos da exploração do capital” ou “produtos das instituições políticas”, como afirmaram Sader e Paoli (1986).

A novidade desta produção do conhecimento seria pensar a identidade camponesa, refletindo a partir de Pierre Bourdieu, representando as propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo que lhe pertenciam num dado momento, a partir de determinadas relações próprias daquele momento. A expressão desta identidade coletiva, além de expor as ações e as lutas de agentes sociais, organizados em entidades representativas, e as suas relações com o agente de oposição, revelou a construção e a direção do olhar dos cientistas sociais.

A relação entre o Estado e os movimentos camponeses foi observada apenas no primeiro conjunto de pesquisas. Este tema foi discutido na ocasião de expansão e de crise do populismo no Brasil a partir do camponês como um ator capaz de se transformar em um suporte social para o governo; do Estado harmonizando um conjunto de forças políticas heterogêneas e estimulando a mobilização popular; do populismo compreendido através do Estado como uma força social mediadora capaz de promover a ação política do campesinato brasileiro com o objetivo de dar impulso ao desenvolvimento econômico; dos camponeses contribuindo ao projeto de desenvolvimento no país impulsionado pelo Estado populista; da questão agrária como um dos principais suportes do conjunto de questões que envolveram o populismo; do Estado populista promovendo uma “participação controlada” dos trabalhadores rurais, fundamentada numa exclusão política e social e baseada na dominação do bloco industrial-agrário; do populismo como base para a análise da relação entre o Estado e os grupos dominados no meio rural; do Estado direcionando as medidas agrárias a partir da representação dos grupos dominantes, buscando não prejudicar os interesses destes grupos; do Estado populista intervindo na agricultura com o intuito de atender às demandas do grupo

dominado no campo para que o pacto populista fosse mantido e para que a estrutura de poder se fortalecesse; do populismo encontrando o apoio necessário através do sindicalismo rural e da inclusão da reforma agrária na política pública; e das idéias nacionalistas empregadas para legitimar o Estado populista através da sua intervenção na atividade econômica. A abordagem da dependência por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; o debate do desenvolvimento brasileiro por Celso Furtado; e a discussão acerca do populismo por Otávio Ianni, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso foram importantes referências na análise deste tema.

Os autores revelaram que, apesar das especificidades enfrentadas pelos camponeses no Nordeste e no Centro-Oeste do país, em razão das características das áreas identificadas pela grande propriedade tradicional ou pela ocupação recente, as transformações capitalistas no campo e o seu efeito sobre o uso e a posse da terra apresentavam aspectos comuns para a emergência dos conflitos e para a ação do Estado. Para os autores, no projeto nacional de desenvolvimento, o campesinato era um elemento que viabilizava a possibilidade de ampliação da produção orientada para o mercado interno. Neste sentido, o Estado tinha a função de harmonizar um conjunto de forças políticas heterogêneas e, ao mesmo tempo, ser um fator que estimulasse a mobilização popular, ou seja, uma capacidade de controle das massas e de atendimento das demandas oriundas das mesmas. Assim, agiria como uma força social mediadora capaz de conduzir a dinâmica dos conflitos de classe. A proposta de reforma agrária seria um instrumento de legitimação do Estado e com claro intuito de subordinação da classe dominada do meio rural aos interesses do Estado. Outro aspecto destacado seria a existência de uma subordinação ideológica dos grupos dominados, já que concordavam com uma proposta de reforma agrária que mantinha a propriedade da terra intacta e as relações de poder e de classe. A ação do Estado populista ocorreu no meio rural com a adoção de medidas que buscavam a sua legitimação, mas sem alterar as relações de produção e as relações de classe, ou seja, seguindo os interesses dos grupos dominantes.

Outra forma de observar as diferentes abordagens empregadas pelos autores analisados nesta tese seria através das principais referências que se destacaram pela influência na compreensão dos conflitos. Em relação, especificamente, aos autores empregados pelos cientistas sociais do primeiro conjunto de obras, a análise foi orientada, principalmente, por meio de referências teóricas como as abordagens das vias de desenvolvimento político – via prussiana – desenvolvida por Vladimir Ilyich Lênin e por György Lukács; a crise do bloco histórico agrário-industrial e as causas da luta através da compreensão de Antonio Gramsci; a discussão sobre a renda da terra e a nacionalização das terras por Vladimir Ilyich Lênin e Karl Marx; a análise da penetração do capitalismo no campo por Karl Marx e Rosa Luxemburgo; a análise do desenvolvimento do capitalismo marcado pela reprodução de relações não capitalistas por Vladimir Ilyich Lênin; o debate sobre frente de expansão e frente pioneira por José de Souza Martins; a concepção de ideologia, evocando a discussão de classe social, por Karl Marx; o conceito de hegemonia por Antonio Gramsci; a discussão sobre classes por Anibal Quijano Obregon; e a análise dos atores envolvidos no conflito por Alain Touraine. As contribuições teóricas destes (e de outras referências internacionais e de cientistas sociais brasileiros e intelectuais políticos) foram fundamentais para a percepção do contexto econômico, social e político do país e da compreensão das transformações sociais no campo com o avanço do capitalismo no Brasil⁷¹.

⁷¹ Em relação, de modo exclusivo, às referências aos autores marxistas, pode-se afirmar que estes orientaram inúmeros estudos sobre os conflitos sociais rurais desenvolvidos nos centros de produção do conhecimento social brasileiro, identificando os processos históricos globais, as contradições e as lutas entre as classes sociais. Na pesquisa realizada por Melo (1997) já havia sido afirmado que Karl Marx foi uma das principais referências intelectuais que formaram os cientistas sociais brasileiros e, em outro estudo, Vianna (1999) corroborou esta afirmação ao revelar que este pensador clássico das Ciências Sociais está entre os três autores mais citados nas dissertações e nas teses de doutorado da área, sendo uma importante referência na produção do conhecimento a respeito da interpretação do Brasil. O emprego de autores marxistas foi um fenômeno presente não apenas nas

A partir destas influências teóricas, os trabalhadores do meio rural apareceram num contexto de avanço das transformações capitalistas no campo brasileiro de forma não homogênea, revelando a existência de relações sociais de produção não capitalistas no campo ao mesmo tempo em que o processo de proletarização da mão-de-obra no meio rural tornava-se uma realidade, provocando demandas diversas por parte destes trabalhadores, como a reivindicação pela terra e por melhores condições de trabalho. A luta pela terra transformou-se no aspecto unificador das reivindicações de trabalhadores em condições sociais de trabalho tão distintas e permitiu que se formasse a constituição política deste grupo. Os conflitos sociais no meio rural passavam então pelos debates a respeito da questão agrária e da propriedade fundiária no Brasil, questões oriundas da interpretação da esquerda da época a respeito das especificidades do processo histórico de transformações sociais e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira. O que ocorreu, contudo, não foi apenas a construção de uma categoria no discurso político daquele momento. A existência destes conflitos levou à inserção da questão da reforma agrária nas esferas políticas estaduais e nacional. A categoria camponês, empregada pelos pesquisadores, passou a ser uma categoria que expressava como o campo acadêmico buscava participar do debate político brasileiro, descrevendo uma realidade do meio rural que fazia sobressair as especificidades das relações econômicas, políticas e sociais no pré-1964.

No outro conjunto de obras, a análise dos autores foi orientada, principalmente, por meio da reflexão a respeito da construção das identidades sociais, inspirada em Placide Rambaud e em Alain Touraine; da definição da identidade dos atores, dos adversários e da dimensão do conflito por Alain Touraine; da análise das razões da sujeição do campesinato aos proprietários de terras e a superação dessa dominação a partir dos conflitos por meio de Barrington Moore Jr. e de Claude Lefort; das causas das crises históricas associadas às crises econômicas abordadas através de Antonio Gramsci; da percepção da emergência dos trabalhadores do meio rural no espaço público através da ação e do discurso de uma linguagem por meio de Hannah Arendt e de Stedman Jones; do processo de formação de classes através de Edward P. Thompson e de Pierre Bourdieu; da constituição de direitos segundo Eric Hobsbawm e Claude Lefort; da discussão sobre a legitimidade de Max Weber; das rupturas no processo de dominação através de Raymundo Faoro e de Maria Isaura Pereira de Queiroz; da legitimação do sistema de dominação e da “consciência do direito de ter direitos” por Claude Lefort; da existência de normas na sociedade a partir de Barrington Moore Jr.; da relação do camponês com a terra através de Henri Mendras; da questão da legitimidade e da questão moral apontadas por Edward P. Thompson e por Barrington Moore Jr.; da necessidade de representações externas ao movimento dos camponeses por Karl Marx; da importância das lideranças segundo Barrington Moore Jr., Pierre Bourdieu e Sylvain Maresca; da representação política dos camponeses por Pierre Bourdieu. A partir destas referências abriu-se a possibilidade para refletir a respeito dos trabalhadores do meio rural como sujeitos no espaço político da sociedade brasileira através de suas práticas cotidianas e de suas múltiplas dimensões, sem recorrer à estrutura como paradigma. Ou seja, eram sujeitos que também escreviam a história da sociedade brasileira. Assim, os trabalhadores do meio rural poderiam elaborar e produzir representações próprias de si mesmos através da luta travada no cotidiano e da mobilização pelos agentes externos.

O campo político e os processos da vida cotidiana passaram a ser observados, com uma maior ênfase, por este conjunto de cientistas sociais, agregando o conteúdo cultural presente nesses conflitos às suas análises. Um aspecto comum nas obras destes autores era que a constituição das identidades dos trabalhadores do meio rural ocorria no processo de luta

Ciências Sociais brasileiras, mas também latino-americanas, sendo um caminho de reflexão (e de ação) por escolas de pensamento na academia brasileira, como foi a Escola de Sociologia da USP, por segmentos do campo político e também por atores da sociedade civil.

travado nos conflitos sociais no campo e através de suas práticas sociais, sem que a sua explicação ocorresse a partir da análise da natureza das relações sociais no campo. Para os autores, o cotidiano também poderia ser considerado como um espaço de luta, onde relações de dominação/resistência estariam presentes. Ao longo do tempo, o conjunto de trabalhadores do meio rural passou por transformações e constituiu uma identidade social e política construída no processo de enfrentamento e também a partir da existência de instituições encarregadas de representá-los (representação política). Na verdade, a representação política também se construiu no processo de luta. A configuração de uma unidade política no campo esteve ligada ao processo de representação dos trabalhadores por suas lideranças ou articulado por mediadores, o PCB, as Ligas Camponesas, a Igreja e o Estado, entre outros. As mediações acabaram por fortalecer a fonte de legitimidade dos conflitos sociais no campo.

As implicações destas referências teóricas representam que os conflitos passaram a ser analisados a partir de múltiplas dimensões, como a religiosa e a cultural, por exemplo. Neste sentido, as particularidades dos atores envolvidos e do processo de luta são consideradas na constituição de classes. As observações de Medeiros (1992, p. 54) a respeito do debate em torno do conceito de classe social enfatizam estes aspectos:

Parece-nos que o aspecto que a literatura contemporânea põe em questão é fundamentalmente a centralidade e universalidade do conceito de classe social. E a ruptura com o determinismo e com o caráter totalizante do conceito e, conseqüentemente, a possibilidade teórica de descortinar não só outras formas de conflito como também de percebê-los e tratá-los em suas múltiplas dimensões – culturais, étnicas, religiosas, etc. – é um dos mais significativos ganhos do debate.

Para Medeiros (1992, p. 54), a busca da dimensão cultural dos agentes sociais foi uma importante contribuição neste debate: “Se um dos traços do paradigma é justamente a sua concepção homogeneizante, o resgate das tradições culturais, tal como propõe Thompson, por exemplo, permite perceber o diverso que se encontra no processo de constituição de uma identidade de classe”. Dentro da reflexão de Edward. P. Thompson, os conceitos de luta de classes, consciência de classes e interesses de classes seriam compreendidos através das particularidades dos atores envolvidos, de processos em construção, das experiências dos agentes, de um processo de luta no espaço político.

Por fim, a percepção das transformações provocadas no país com o avanço do capitalismo, alterando as relações econômicas, sociais e políticas não apenas no meio urbano, mas principalmente no meio rural, bem como o papel do Estado nesta etapa do desenvolvimento, foram essenciais para as discussões a respeito dos conflitos sociais rurais brasileiros. A ação de partidos políticos de esquerda e a existência de movimentos sociais no cenário político levavam à reflexão a respeito de transformações mais profundas na sociedade brasileira e da necessidade de alianças entre as classes. Naquela conjuntura histórica, o marxismo e as suas vertentes exerceram influência sobre a produção acadêmica brasileira. Essa influência não poderia ser diferente sobre as pesquisas acerca dos conflitos sociais no campo desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Os referenciais marxistas orientaram inúmeros estudos sobre a sociedade brasileira e sobre os conflitos sociais rurais. Os cientistas sociais identificaram que um conjunto heterogêneo de trabalhadores do meio rural brasileiro se mobilizou por meio das Ligas Camponesas, dos Sindicatos Rurais e de outras formas de organização no contexto histórico das transformações capitalistas no Brasil. Através do processo de classificação da base social destas diferentes organizações, os autores enfatizaram as relações sociais presentes no meio rural brasileiro, numa tentativa de inserção no debate a respeito da natureza das relações sociais de produção. A importância que os trabalhadores do meio rural tiveram no cenário político brasileiro, no entanto, levou à reflexão a respeito de transformações mais profundas na sociedade brasileira. Outro conjunto de autores identificou a presença de novos elementos na explicação dos conflitos sociais no campo.

Uma característica do conjunto de obras foi a descrição da intensificação dos conflitos sociais no meio rural desde meados dos anos quarenta, período de redemocratização do país, e do papel e caminhos políticos propostos pelas mediações. Estes trabalhadores do meio rural organizaram-se em Associações Rurais, Sindicatos Rurais, Ligas Camponesas e MASTER e promoveram demandas em torno de questões trabalhistas, econômicas e sociais. Passaram a ter uma maior visibilidade na sociedade porque estavam inseridos nos debates políticos e econômicos promovidos por seus representantes, possibilitando a projeção de suas reivindicações no espaço nacional, e pelas pesquisas desenvolvidas pelos cientistas sociais, como revelou Sigaud (1992), pois ao afirmarem a existência dos conflitos sociais em seus estudos, nos fóruns científicos etc., contribuíram para dar “existência social” aos grupos de trabalhadores do campo e aos conflitos.

A partir da produção do conhecimento investigada foi possível verificar a multiplicidade de recursos analíticos empregados, como a ênfase ao recorte estrutural, definindo o debate sobre a natureza das relações de produção, a coexistência de relações capitalistas e não capitalista de produção e o lugar político do campesinato, concomitante à proposição de que as classes sociais eram observadas por meio de um processo social em construção. Nesta linha, as pesquisas empregaram a noção de identidade social, sendo uma contribuição do campo antropológico e importante por revelar o cruzamento de aportes de diferentes disciplinas no campo das Ciências Sociais. Este aspecto merece consideração porque foram observadas as mudanças nas posições ocupadas, no tempo e no espaço, pelos grupos sociais e o conflito era um espaço de definição de identidade. As classes sociais, portanto, se constituíram num processo histórico de construção da identidade social por meio de diferentes dimensões: culturais, econômicas e políticas. A noção de que as relações entre as classes sociais se davam num processo e não a partir da estrutura é um modo de revelar o pluralismo teórico e metodológico presente no processo de formação do conhecimento destas ciências. Na mesma perspectiva de proliferação de novos olhares, conceitos como direitos e cidadania surgiram para revelar o processo de ruptura das formas tradicionais de dominação e a constituição de novas posições no espaço de conflito. As particularidades desta amplitude analítica foram ressaltadas por Medeiros (1995, p. 40), revelando que

Tratava-se de indagar sobre que novas identidades surgiam no processo de luta (o que implicava em romper com a tradição que colocava no “*ser de classe*” o foco fundamental para a compreensão da ação política); investigar as iniciativas que se geravam no processo de organização e seus efeitos (e que não necessariamente estavam previstas nas propostas organizativas existentes e muito menos podiam ser analiticamente traduzidas num ementário de erros e acertos por referência a um afastamento/aproximação em relação ao “*ser de classe*”); dar novo tratamento às direções políticas, deixando de considerá-las sob a ótica da adequação ou não de suas propostas aos “*legítimos*” interesses dos camponeses, e passando a compreendê-las na complexidade de suas relações com outras forças presentes e no que significava “*oferecer*” uma linguagem através da qual se expressassem as demandas dos trabalhadores do campo. Isso trouxe novas perspectivas para perceber, de um lado, a diversidade de caminhos possíveis aos movimentos sociais e, de outro, as condições de sua eficácia política. Para tanto foi crucial a contribuição dos antropólogos.

Nesse sentido, ainda por meio de Medeiros (1995), se os camponeses não eram determinados na relação com a política pelo seu “*ser de classe*”, caberia refletir acerca da sua mobilização política. Para a autora, as influências de Edward. P. Thompson e de Pierre Bourdieu – ou num sentido mais amplo através dos campos da História e da Antropologia – foram essenciais para revelar o modo como os camponeses foram percebidos como classe nos estudos acerca dos conflitos sociais no campo.

Os cientistas sociais brasileiros produziram uma leitura dos conflitos com o intuito de perceber o lugar ocupado pelos trabalhadores do meio rural (ou camponeses) na dinâmica da sociedade brasileira, revelando que eles poderiam assumir uma expressão política não ligada,

necessariamente, aos espaços tradicionais, como os sindicatos, se constituiriam como sujeitos em suas práticas e se formariam como classe através das lutas. O empreendimento destes pesquisadores integrou o conjunto da produção do conhecimento elaborada pelas Ciências Sociais como um guia para a reflexão a respeito das particularidades desta sociedade, caracterizando-se por seu caráter multidisciplinar – o que é indispensável por trabalhar com um tema que transita por várias disciplinas e mesmo por entre várias áreas do conhecimento; e por integrar uma rede de pesquisadores que, além de conferir um grau elevado de pluralidade teórica, permite ainda ocupar uma posição no campo acadêmico.

A partir de diferentes pontos de vista, dos temas e questões abordados e da contribuição teórica das referências utilizadas, foi possível observar que estes estudos estiveram reunidos em torno de grandes temáticas: relacionados ao avanço do capitalismo no campo e à ação do Estado como modo de percepção das transformações das relações sociais no meio rural e à ruptura das formas de dominação e o estabelecimento de novas relações e posições sociais dos atores no campo. Enquanto as relações sociais de produção não capitalistas, a subordinação da terra e dos trabalhadores do meio rural ao capital, o papel do Estado, a constituição do campesinato como uma classe envolvida num projeto de desenvolvimento da nação ou de transformações sociais mais profundas foram preocupações presentes em parte destas investigações; a constituição de atores a partir de processos sociais que se desenvolvem no tempo, no cotidiano, e a emergência de um espaço de rompimento da ordem tradicional de dominação foram examinadas em outros estudos.

Foi possível observar uma mudança de olhar acerca do campesinato brasileiro. Num primeiro momento, o camponês era analisado pelos autores através de suas organizações e do Estado. Com efeito, nos anos cinquenta e sessenta tomou consistência, no cenário econômico e político, a identidade de um grupo bastante heterogêneo que representava aqueles que viviam e trabalhavam no meio rural do país. Não é possível compreender este processo sem se considerar a intervenção das categorias organizadoras do espaço social utilizadas pelo Partido Comunista do Brasil, pelas Ligas Camponesas, pela Igreja Católica, pelo Estado, buscando produzir algum tipo de acordo político, jurídico e mesmo econômico com outros segmentos da sociedade. Apesar do deslocamento geográfico e temporal, que provocaram mudanças na base social, nas reivindicações e no próprio elemento de oposição, tornando pouco importantes as diferenças entre os diversos movimentos, o campesinato, segundo grande parte dos autores analisados, tinha um papel a cumprir na história brasileira: as classificações produzidas e operadas num contexto muito maior do que os limites do meio rural buscavam transformar a sociedade brasileira ou conferir-lhe um papel na sociedade brasileira em transformação. Num momento seguinte, os cientistas sociais desenvolveram suas pesquisas a partir da discussão acerca da constituição da identidade social e política dos trabalhadores do meio rural, explicando-a por outras dimensões e como atores ou sujeitos que se constituem a partir de um processo de confronto e de definição de espaços, das experiências cotidianas, definindo as circunstâncias para a emergência das resistências. Para estes cientistas sociais, o processo de luta constituiu a identidade política e social dos camponeses.

A literatura revelou as inflexões do campo teórico a partir da passagem de uma centralidade de análise dos movimentos sociais através do marxismo, considerando a luta de classes como o “motor da história”, como afirmaram Ledesma (1994) e Krischke (1990), para um estímulo à revisão dos marcos clássicos de interpretação destes movimentos por este paradigma. Neste sentido, construiu-se um campo de análise a partir de novas dimensões, como a cultural. As transformações na sociedade revelaram a emergência de uma nova esfera de conflitos – não mais vinculada apenas ao campo econômico, mas relacionada ao âmbito cultural, religioso etc. Os conflitos sociais afetavam a identidade, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e a ação individual. No que diz respeito aos atores envolvidos nestes conflitos, sua função seria revelar os confrontos em áreas específicas para a sociedade. Estas

abordagens foram capazes de retomar a dimensão da experiência humana, experiências culturais, religiosas, entre outras, no interior do discurso político e da esfera pública. Como as Ciências Sociais trabalham com uma multiplicidade de olhares, autores clássicos e incorporação de novas percepções teóricas, esta foi a forma que os cientistas sociais brasileiros também empregaram, ao longo do tempo, na análise dos conflitos sociais rurais que ocorreram no pré-1964.

Apesar da percepção de que os autores operam a dimensão do conflito a partir das suas problemáticas, um aspecto que não foi abordado neste estudo, mas poderia orientar outras pesquisas desenvolvidas no campo das Ciências Sociais acerca da produção do conhecimento sobre os conflitos sociais rurais, é a reflexão acerca da noção de conflito para os cientistas sociais. A respeito desta questão, Palmeira (1979) afirmou que o processo de divisão dos conflitos originados de mecanismos de expropriação ou de exploração da força de trabalho era importante apenas do ponto de vista analítico, pois para os trabalhadores do meio rural representam uma atitude “ilegal” dos proprietários, percebida como uma quebra social dos contratos. Por outro lado, também era importante considerar as formas e os conteúdos que a luta de classes assumia no campo. De acordo com o autor, a luta de classes era observada por meio da oposição entre os proprietários e os trabalhadores rurais. O pós-64, apesar de revelar um processo de transição da estrutura econômica através do rompimento de determinadas relações sociais, não conseguiu completar este processo, mesmo com as mudanças políticas. Para Palmeira (1979, p. 50),

[...] não apenas persistiu a oposição tornada irreversível entre proprietários e trabalhadores rurais, como não se encerrou o ciclo de transformações que poderia mudar o conteúdo dessas oposições e foram mantidos os instrumentos de formulação de interesses daqueles grupos, i.e., os sindicatos e suas formas de vinculação ao aparelho do Estado – a partir do momento em que foram identificados pelo movimento sindical os condutos reais da política da nova conjuntura nacional, abriu-se a possibilidade de voltarem a colocar-se para aqueles grupos conjunturas do mesmo gênero daquelas vividas no período cronológico anterior, i.e., conjunturas capazes de atualizar as contradições que opõem trabalhadores e proprietários rurais.

Estes conflitos romperam com determinados enquadramentos, de acordo com Palmeira (1979), como sindical *versus* local, político *versus* econômico e espontâneo *versus* articulado por entidades externas, a partir do momento em que houve a quebra da legitimidade do poder tradicional sustentado nas relações pessoais. O autor afirmou que os sindicatos, citando Sigaud (1971), foram decisivos para definir uma determinada visão de mundo para os trabalhadores rurais e para os camponeses. Ao mesmo tempo, para os camponeses, desenvolveu-se “[...] toda uma mística de sindicato, que consiste basicamente em atribuir ao sindicato em geral uma força inusitada e um poder sobre as coisas muito acima daquele que os próprios trabalhadores e camponeses reconhecem aos sindicatos reais que conhecem o dia a dia” (PALMEIRA, 1979, p. 50).

Por fim, o cunho político das lutas no campo é refletido pelo autor, segundo referência a Luxemburgo (1968), como

[...] uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo [...].

A contrapartida da perda de “espontaneidade” das lutas das massas rurais vai ser, não a atividade intensiva de organismos políticos mais ou menos encapuçados a dirigirem de uma distância maior ou menor as lutas em curso, e muito menos a presença – por outra parte, real – dos acólitos do regime a manipularem, como em outros exemplos históricos brasileiros, a vontade das massas rurais, mas uma “espontaneização” da atividade das lideranças sindicais que, ultrapassando os limites puramente sindicais de sua ação, são levadas, dentro de certos limites, naturalmente, a substituírem os partidos políticos esvaziados sem com eles se confundirem, defendendo diretamente junto aos órgãos de poder – os efetivos, não os “clássicos” –

os interesses da classe ou frações de classe que representam legal e – paradoxo – politicamente (PALMEIRA, 1979, p. 51).

A partir da pesquisa realizada nesta tese, observou-se que o tema dos conflitos sociais no campo foi abordado a partir de diferentes perspectivas, refletindo a diversidade de problemáticas envolvidas. O exame deste conjunto de pesquisas revelou, a partir de diferentes olhares, as investigações acerca dos conflitos sociais no campo no pré-1964 através da discussão sobre a natureza das relações de produção, a construção de novas categorias e a percepção de outros elementos como condição para a emergência destes grupos. Um dos principais aspectos apontados por esta produção do conhecimento foi que o problema das transformações sociais no campo brasileiro poderia ser percebido a partir de múltiplas dimensões. Estes autores tentaram contribuir para o debate em torno de questões importantes para a compreensão do rural no Brasil, como as transformações capitalistas no campo, a ação do Estado, a emergência de conflitos sociais rurais e a constituição política do campesinato brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998.

_____. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-89.

_____. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense: autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís: CPT-MA – Pesquisa, 1981. vol. 5.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos na areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-60, 2. sem. 1987.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. **Sobre a dialética materialista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A trajetória da pesquisa na Sociologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.8, n.22, p. 315-324, set./dez. 1994.

AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos** (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64). Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

_____. **Princípios de Sociologia**: Pequena introdução ao estudo da Sociologia Geral. 9. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

BARREIRA, César. **Conflitos sociais no sertão**: trilhas e atalhos do poder. 1987. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARRETO, Francisco César de Sá. O Futuro da Pós-Graduação Brasileira. In: STEINER, João; MALNIC, Gerhard. **Ensino Superior**: Conceito & Dinâmica. São Paulo: IEA/Edusp, 2006. p. 157-176.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Ligas Camponesas**: Estudo sobre a luta dos camponeses em Pernambuco. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

BELLUZZO, Luiz G. de M.; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v.1.

BLUMER, H. Movimentos sociais. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia. As Ciências Sociais no Brasil. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais**: formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 9-17.

BONELLI, Maria da Gloria. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 31-61, 2. sem. 1993.

_____. A tradição renovada: reflexões sobre os temas das ciências sociais no Brasil, 1945-1964. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais**: formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 21-41.

BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires**: crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Éditions du Seuil, 2002b.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 123-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **La distinction**. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- _____. **Homo academicus**. Paris: Editions de Minuit, 1984.
- _____. **Leçon sur la leçon**. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- _____. **Méditations pascaliennes**. Paris: Éditions du Seuil, 1997a.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- _____. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002a.
- _____. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. Paris: Édition du Seuil, 1994.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 1. reimpressão. Campinas: Papyrus, 1997b.
- _____. **Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Édition du Seuil, 1992.
- _____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 36-37, p. 3-24, févr/mars 1981.
- _____. **Science de la science et reflexivité**. Paris: Raisons d'Agir, 2001b.
- _____. **Les sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre (Sous la direction de). **La misère du monde**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers: Les étudiants et la culture**. Paris: Éditions de Minuit, 1964.
- _____. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- BRANDÃO, Octavio. **Agrarismo e industrialismo**. Buenos Aires: [s.n.], 1924. (Mimeografado).
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232.

_____. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 3, p. 269-306, 1982.

BRUMER, Anita. As lutas no campo, no Rio Grande do Sul (1964-1983). **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 13, p. 198-218, 1985.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais. In: PIÑEIRO, Diego E. (Comp.). **30 años de sociología rural en América Latina**. Montevideo: ALASRU, 2000. p. 33-69.

_____. Por uma sociologia dos processos sociais agrários. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 3-8, 1994.

CALAZANS, Maria Julieta. **Le syndicat paysans comme instrument institutionnel de participation**. Le cas du Nordeste du Brésil. 1969. Mémoire (Mestrado) – École Pratiques des Hautes Etudes, Paris.

CÂMARA, Antônio da Silva. **Hegemonia e crise social no Brasil** (1955-1964: modernização e reforma agrária) – a ideologia dominante em face às Ligas Camponesas. 1978. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

CAMARGO, Aspasia Alcântara de. **Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste**. 1973. Tese (Doutorado) – Centre d'Études des Mouvements Sociaux, Université de Paris, Paris.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Tensão social no campo e reforma agrária. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 7-26, 1961.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.

CARNEIRO, Mario Afonso. **Relatório sobre a área de Sapé**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963. (Mimeografado).

CASTRO, A. B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Forense, 1969. vol. 1.

CHAIA, Vera Lúcia M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAMPAGNE, Patrick. La manifestation: la production de l'événement politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 52-53, p. 19-41, juin 1984.

CHAMPAGNE, Patrick; MARESCA, Sylvain. **De la succession familiale a l'installation professionnelle**. Paris/Dijon: INRA/ENSSAA, 1986. 2 vols.

COHN, Gabriel. Perspectiva da esquerda. In: IANNI, Octavio. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CORRÊA, Mariza (Org.). **História da antropologia no Brasil: 1930-1960**. São Paulo, Vértice/ Campinas: Unicamp, 1988.

COSTA, Cléria Botelho da. **Estado e luta dos posseiros**. Goiás – 1961-1963. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

COX, Robert W. Les mouvements paysans: introduction. **Bulletin Institut International d'Etudes Sociales**, Lausanne – Genève, 4, p. 5, 1968.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. O imperialismo da virtude. **Le Monde Diplomatique**, ano 1, n. 4, maio 2000. (Edição Brasileira).

DIÊGUES Jr., Manuel. Nota sobre a sociologia rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. **Sociologia**, São Paulo, vol. XXIV, n. 4, p. 245-258, dez. 1962.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____; MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**: contribuição para o estudo das representações coletivas. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. [S.l.: s.n.], 1955.

ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-64**. 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

ELIAS, Norbert. **Engagement et distanciation**: contribution à la sociologie de la connaissance. Paris: Fayard, 1993.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 13-48.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, 2. sem. 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 101-120, out. 1997.

FORMAN, Shepard. Disunity and discontent – a study of peasant political movements in Brazil. **Journal of Latin American Studies**, London, n. 1, may. 1971.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. O processo revolucionário no Nordeste. In: FURTADO, Celso. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GARCIA Jr., Afrânio; GRZYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002. p. 311-348. 4 v.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1. sem. 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, p. 31-58, 1996.

GORMAN, Robert A. **A visão dual: Alfred Schutz e o mito da ciência social fenomenológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Editorial estampa, 1974a.

_____. **A questão meridional**. São Paulo: Ed. Grijalho, 1977.

_____. **El Risorgimento**. Buenos Aires: Gramica, 1974b.

GRZYNSZPAN, Mario. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis (RJ): Vozes/Fase, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. **Formas de organização camponesa em Goiás 1954/1964**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. In: SHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense: 1987. p. 191-213.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo** – parte II. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

HEWIT, Cynthia. Brazil: the peasant movement of Pernambuco. In: LANDSBERGER, H. **Latin American peasant movements**. London/New York: Ithaca/Cornell University Press, 1969.

HOBBSBORN, Eric. Os camponeses e a política. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, 8, p. 42-56, 1978.

_____. J. Movimentos pré-políticos em áreas periféricas. In: LINZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; HOBBSBORN, Eric; JONG, Rudolf de. **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUIZER, Gerrit. **Peasant rebellion in Latin America**. Middlesex: Penguin, 1973.

IANNI, Octavio. A constituição do proletariado agrícola. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 27-46, 1961.

_____. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p. 92-100, jun. 1990.

_____. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.

JENKIS, Richard. **Pierre Bourdieu**. London: [s.n.], 1992.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KAGEYAMA, Angela et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme da C. et alii (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 157-72.

KRISCHKE, Paulo J. Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1990. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. p. 128-155.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. Logic of discovery or psychology of research? In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Edits.). **Criticism and the growth of knowledge**. London: Cambridge University Press, 1970a. p. 1-23.

_____. Reflections on my critics. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Edits.). **Criticism and the growth of knowledge**. London: Cambridge University Press, 1970b. p. 231-278.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Edits.). **Criticism and the growth of knowledge**. London: Cambridge University Press, 1970.

LANDSBERGER, H. Distúrbios campestres: temas y variaciones. In: LANDSBERGER, H. (Org.). **Rebelión campesina y cambios sociales**. Barcelona: Grijalbo, 1978.

LEDESMA, Manuel P. Cuando lleguen los días de la cólera (movimientos sociales, teoría e historia). **Zona Abierta**, Madrid, n. 69, p. 51-120, 1994.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÊNIN, Vladimir I. **Teses de abril e cartas de longe**. Belo Horizonte: Veja, 1979.

_____. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Buenos Aires: Ed. Estudio, 1973.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Que fazer?** Lisboa: Estampa, 1974.

LÉVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales E.S.C.**, Paris, 44 année, n. 6, p. 1325-1336, nov-dec. 1989.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, n.14, p.376-437, jul./dez. 2005.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas**. Porto Alegre: Edições Sulinas, 1954.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Para uma história da Sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994.

LIMONGI, Fernando P. **Revista de Sociologia**. São Paulo: IDESP, 1987. (Série História das Ciências Sociais, n. 1.)

_____. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 111-87.

LÖWY, Michael (Org.). **Marxismo na América Latina**: uma Antologia de 1909 aos dias Atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LUKÁCS, György. **Consciência de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **El desarrollo del capitalismo em Rusia**. Barcelona: Ariel, 1976.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Grève de Masses, Parti et Syndicats**. Paris: Maspero, 1968.

_____. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAGGIE, Yvonne. Relação entre a pós-graduação e a graduação em ciências sociais: a discussão de um modelo. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais**: formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 129-142.

MARESCA, Sylvain. **Les dirigeants paysans**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Existe un pensamiento hispano-americano? In: QUIJANO, Anibal (Comp.). **José Carlos Mariátegui**, Textos Basicos. México: Fondo de Cultura Economica, 1991.

MARTINS, José de Souza. Adoção de práticas agrícolas e tensões sociais: a situação dos plantadores de algodão na Alta Sorocabana. **RAE**, São Paulo, vol. 12, n. 4, p. 82-86, out./dez. 1972.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 41-50.

_____. **Florestan**: Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998.

_____. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 11-38.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 135-160.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Avante, 1982.

_____. **O Capital** - Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

_____. **A ideologia alemã**. Lisboa: Estampa, 1976.

_____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: TEXTO, Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MASSUQUETTI, Angélica. **A Mudança no Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira no Período 1965-97**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Edits.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 23-38.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Algumas considerações sobre o conceito de classe social**. 1992. Exame de Qualificação (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classe no campo. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MEDINA, C. A. de. A estrutura agrária brasileira: características e tendências. **América Latina**, n. 7, vol. 1, p. 71-93, 1964.

MEISTER, Albert. **Participation, animation et développement**. Paris: [s.d.], 1968. (Polycopié).

_____. Typologie des approches de la participation provoquée. **Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement**, Paris, CNRS/EPHE, 1/6, 100/126, 1968.

MELATTI, Julio Cesar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-52, 1. sem. 1984.

MELO, Manoel Palácios Cunha. **As ciências sociais no Brasil**. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p. 152-166, 1994.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MICELI, Sergio. **A desilusão americana**: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989a. p. 72-110. 1 v.

_____. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989b. p. 5-19. 1 v.

MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira** - Sociologia, Antropologia e Ciência Política. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

_____. **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002.

MONTEIRO, D. T. A estrutura social e vida econômica de uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 46-63, 1961.

MOORE Jr., Barrington. **Injustice**: the social bases of obedience and revolt. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

_____. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmo-Livraria Martins, 1967.

MORAIS, Clodomir Santos de. Peasant Leagues in Brazil. In: AGRARIAN problems and peasant movements in Latin America. New York: Anchor Books, 1970.

MUELLER, Charles C. **Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-industrial**: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

NEIBURG, Federico. Espaços nacionais e circulação internacional de idéias. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.8, n.1, p.165-179, abr. 2002.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à região dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 53-55.

_____. Mestres e Discípulos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Cidade, vol.15, n.42, p.155-158, fev. 2000.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Niterói, Ano II, n.2, 1977.

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. **Revista de Cultura & Política**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 41-55, ago. 1979.

_____. **Latifundium et capitalisme**: lecture d'un débat. 1971. Tese (Doutorado) – Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Paris.

_____. Modernização, Estado e questão agrária. **Estududos Avançados**, vol.3, no.7, p.87-108, sept./dec. 1989.

PEIRANO, Mariza G. S. Por um pluralismo renovado. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 43-51.

PEIXOTO, Fernanda A.; SIMÕES, Júlio A. A *Revista de Antropologia* e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. **Revista de Antropolgia**, São Paulo, vol. 46, n. 2, p. 383-409, 2003.

PERALVA, Angelina T.; SPOSITO, Marília P.; JACOBI, Pedro R. (Orgs.). **Anais do Seminário O Retorno do Ator França/Brasil, Movimentos Sociais em Perspectiva, São Paulo, 1989**. São Paulo: FEUSP, 1991. p. 29-51.

PEREIRA, L. **Capitalismo**: notas teóricas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

PONTES, Heloisa A. Brasil com Z. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 45-65, 1990. (Tema: História e Ciências Sociais).

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Lisboa: Portucalense, 1971.

PRADO Jr., Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 28, 1960.

_____. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 43, 1962b.

- _____. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1962a.
- _____. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo (Brésil). **Études Rurales**, Paris, n. 16, p. 9, janvier-mars 1965.
- _____. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo: Activités récents – 1964-1967. **Études Rurales**, Paris, n. 31, p. 123-127, juillet-septembre 1968.
- _____. O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1990. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia.** São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. p. 65-97.
- _____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- QUIJANO Obregon, A.. Los movimientos campesinos contemporaneos en America Latina. In: LIPSET, S. M.; SOLARI, A. E. (Orgs.). **Elites y desarrollo en América Latina.** Buenos Aires: Paidós, 1967.
- RAMBAUD, Placide. Os agricultores poloneses em luta pela sua identidade. In: DRABIK, G.; FERNANDES, R. C. (Orgs.). **Polônia, o partido, a Igreja, o Solidariedade.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- RANGEL, Ignacio. **A questão agrária brasileira.** Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- REFORMA Francisco Campos: ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 60, n. 135, p. 428-455, jul./set. 1974.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Terra de violência:** estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- REIS, Elisa Pereira. Brasil: cem anos de questão agrária. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 281-301, 1989.
- _____. Comentários ao ensaio “o novo movimento teórico” de J. C. Alexander. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, n. 4, p. 36-38, jun. 1987.
- _____. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, p. 331-48, 1982.
- _____. Os Velhos e os Novos Desafios da Sociologia Política. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Orgs.). **A Sociologia para o Século XXI.** Pelotas: EDUCAT, 1999. p. 59-75.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 7-28, out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: ago. 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou os Desafios dos Anos 90. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1991. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991. p. 95-121.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 2000.

RUBIM, Christina de Rezende. Um pedaço da nossa história: historiografia da Antropologia brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 31-72, 2. sem. 1997.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 415-447.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-38. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 1).

_____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000. cap. 1 e 6. (A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, 1).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1991. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991. p. 13-51.

_____. Notas sobre a investigação sócio-antropológica do “rural” (o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS). In: Encontro Anual da ANPOCS, 12., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPOCS, 1988. Versão preliminar para discussão.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. **Sociologias**, Porto Alegre, n.14, p. 178-243, jul./dez. 2005.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Camponeses e Democratização no Segundo Debate Agrarista. In: SILVA, Francisco C. T. da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. de C. **Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 35-58.

_____. **Modernização e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e espaço das ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, n. 4, p. 29-35, jun. 1987.

SIGAUD, Lygia. **A nação dos homens: uma análise regional de ideologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971.

_____. Para que serve conhecer o campo. In: TEMAS e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: IDESP / Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. p. 30-42.

_____. **Para que serve conhecer o campo?** Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1990. (Mimeografado).

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP-IE, 1996. cap. 1-3.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 1999.

_____. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKI, J. (Org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SILVA, Sérgio. Agricultura e capitalismo no Brasil. **Contexto**, n. 1, p. 29-30, 1976.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a political factor. In: SHANIN, Teodor (Ed.). **Peasants and peasant societies**. Middlesex: Perguin, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOTO, William H. G. A sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 175-198, abr. 2003.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Movimentos sociais no Brasil**. [S.l.: s.n.], [1987]. (Mimeografado).

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes sociales et stratification. **L’Homme et la Société – Revue Internationale de Recherches et de Synthèses Sociologiques**, Paris, 8, p. 4-6, 1968.

THOMPSON, E. P. Custom, Law and Common Right. The moral economy reviewed. In: THOMPSON, E. P. **Customs in common**. New York: The New Press, 1991.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vol.

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. As Peculiaridades dos Ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **E. P. Thompson – As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **Tradicion, revuelta y consciencia de classe**. Barcelona: Critica, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

_____. **Pour la Sociologie**. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

_____. **Production de la société**. Paris: Seuil, 1973.

_____. A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina T.; SPOSITO, Marília P.; JACOBI, Pedro (Orgs.). **O retorno do ator: movimentos sociais em perspectiva**. São Paulo: FE/USP, 1991.

_____. **La voix et le regard**. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

VELHO, Otávio Guilherme. Modos de desenvolvimento capitalista, campesinato e fronteira em movimento. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 15-32, 1976a.

_____. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976b.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 27-63, 2. sem. 1995.

VILLAS BÔAS, Gláucia. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 73-80, 2. sem. 1997.

_____. A tradição renovada: reflexões sobre os temas das ciências sociais no Brasil, 1945-1964. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 21-41.

WAGNER, Helmut R. Introdução: a abordagem fenomenológica da sociologia. In: SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 3-50.

WAIBEL, L. H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, 1975.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1997. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1997. Disponível em Disquete.

_____. **Le travail et les travailleurs dans les plantations de canne à sucre du Pernambuco**. 1966. Monografia (Especialização em Sciences Sociales du Travail) – Institut des Sciences Sociales du Travail, Paris.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1989.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). **Estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 65-105, abr./jun. 1975.

WILKIE, Mary. A report on rural syndicates in Pernambuco. **Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1964. (Mimeografado).